



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

Linha de Pesquisa – Trabalho, Movimentos Sociais e Educação

TESE DE DOUTORADO

***O EDUCATIVO NA CONSTRUÇÃO DA EMANCIPAÇÃO DA CLASSE
TRABALHADORA NA MARCHA MUNDIAL DAS MULHERES: o processo
de luta das mulheres no Rio Grande do Sul – Brasil***



Doutoranda: Ingrid Wink

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Marlene
Ribeiro

Porto Alegre

Julho - 2016

INGRID WINK

***O EDUCATIVO NA CONSTRUÇÃO DA EMANCIPAÇÃO DA CLASSE
TRABALHADORA NA MARCHA MUNDIAL DAS MULHERES: o processo de luta das
mulheres no Rio Grande do Sul – Brasil***

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação na Linha de Pesquisa: Trabalho, Movimentos Sociais e Educação, junto a Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para obtenção do título de Doutora em Educação.

Orientadora: Prof^ª Dra. Marlene Ribeiro

Porto Alegre

Julho - 2016

CIP - Catalogação na Publicação

Wink, Ingrid

O EDUCATIVO NA CONSTRUÇÃO DA EMANCIPAÇÃO DA
CLASSE TRABALHADORA NA MARCHA MUNDIAL DAS MULHERES:
o processo de luta das mulheres no Rio Grande do Sul
- Brasil / Ingrid Wink. -- 2016.
246 f.

Orientador: Marlene Ribeiro.

Tese (Doutorado) -- Universidade Federal do Rio
Grande do Sul, Faculdade de Educação, Programa de Pós-
Graduação em Educação, Porto Alegre, BR-RS, 2016.

1. Epistemologia Feminista. 2. Educação. 3.
Divisão Sexual do Trabalho. 4. Movimentos Sociais.
5. Trabalho e educação. I. Ribeiro, Marlene , orient.
II. Título.

INGRID WINK

***O EDUCATIVO NA CONSTRUÇÃO DA EMANCIPAÇÃO DA CLASSE
TRABALHADORA NA MARCHA MUNDIAL DAS MULHERES: o processo de luta das
mulheres no Rio Grande do Sul – Brasil***

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação na Linha de Pesquisa: Trabalho, Movimentos Sociais e Educação, junto a Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para obtenção do título de Doutora em Educação.

Orientadora: Prof^ª Dra. Marlene Ribeiro

Defesa realizada em 22 de julho de 2016.

BANCA EXAMINADORA

Banca presidida pela Professora orientadora Dr^a Marlene Ribeiro (UFRGS) e examinada por:

Prof^a Dr^a Carmen Lucia Bezerra Machado (UFRGS)

Prof^a Dr^a Conceição Paludo (UFRGS)

Prof. Dr. Solon Eduardo Annes Viola (UNISINOS)

Prof^a Dr^a Edla Eggert (PUCRS)

Dedico esta Tese a todas as mulheres da classe trabalhadora que lutam. A todas as mulheres que um dia na vida já derramaram lágrimas, sangue e suor. Sejam aquelas que lutam enfrentando a dureza do seu cotidiano, sejam as que lutam para além do seu cotidiano no intuito de melhorar a vida de TODAS as mulheres.

Ingríd...



Fig. A

Eu entrei com 19 anos e parei agora com 43, porque eu fiquei doente. Eu tive sete filhos. Tive três abortos e quatro vivas. Sempre deixei elas ‘ciente’: não era bom o que acontecia comigo. Tudo que acontecia eu passava pra elas pra elas não ‘ficar’ na mesma coisa que acontecia comigo. Estava sendo muito roubada, porque eu tomo quatro tipos de calmantes. Cada um tem uma dosagem. Eu fico lesada. Quando eu ia olhar, o mesmo dinheiro que ele tinha me dado, ele tinha levado os dos outros. Tinha vez que eu saía com os homens e eles nem faziam programa comigo. Eles me roubavam. Eles só tinham me roubado, porque eles viam que eu estava dopada. Eles me perguntavam se eu bebia. Eu dizia que era só o calmante que eu tomo. Eu ia no banheiro e quando voltava eles tinham me roubado. Às vezes saía com homem que já tinha me batido e acabava saindo de novo, porque eu não guardo fisionomia. As meninas que me diziam “aquele lá é o que te bateu”. Lá eu me chamo Ana. Eu fico tão lesada que uma vez o cara me deu cem reais na hora e me levou pra casa dele. Pra você ver, quando o cara chegou na casa dele, passou, fechou o primeiro portão, passou o segundo portão. Ele olhou pros ‘cachorrão’ dele e falou: “papai trouxe comida para vocês”. Eu olhei pra trás e não tinha nada. A comida era eu. [choro] Os cachorros tudo latindo, babando. Já peguei homem que pôs arma na minha cabeça. Já saí com homem que me falou que só não me matou porque eu era muito inocente...

Depoimento de Nanci Lacerda para o documentário da SOF chamado “Nosso corpo nos pertence?” (SOF, 2014, 9’45’’).

Antes de mais nada: as nuvens! Que motivo inesgotável de encantamento para um par de olhos humanos! Ontem, sábado, perto das 5 horas da tarde, eu estava encostada ao gradil que separa o jardimzinho do resto do pátio, e deixei que o sol me aquecesse o lombo enquanto olhava para o leste. Para aqueles lados uma grande massa de nuvens do mais suave cinza, sobre a qual havia um leve sopro de luz rosada, se amontoava contra o fundo azul pálido do céu: tudo isso evocava como que por magia um mundo distante onde reinavam a paz infinita, a suavidade e a delicadeza.

Rosa Luxemburgo (2011) escreveu a Luize Kautsky em 15 de abril de 1917, dois anos antes de ser brutalmente assassinada. Refletia nas suas palavras a beleza da vida. O fenômeno de ser mulher. A maravilha de saber lutar e saber se sensibilizar. A prova de que o que queremos não são mulheres parecidas com homens, mas, sobretudo, mulheres que sejam como quiserem ser a qualquer tempo. Mulheres que sigam transformando a linha do tempo com direito a se registrar na história...

AGRADECIMENTOS

Escrever estas palavras de agradecimento me faz sentir como numa despedida. De certo modo vou me despedindo da Tese, mas nunca da pesquisa. Porque a pesquisa é como a vida, é como um eterno devir, é como parte de mim um pouco escrita, um pouco vivida. Assim, não tenho como não iniciar agradecendo a pessoa que possibilitou que a minha trajetória de pesquisadora se concretizasse: minha orientadora professora Dr^a Marlene Ribeiro. Muito embora acreditemos especialmente na educação popular, na educação não formal e, nos processos formativos como um todo, a educação formal também tem seu espaço especial e este me foi proporcionado pelo zelo e cuidado rigoroso que me dispensou, não apenas como método, mas como forma de viver. A esta mãe emprestada, guerreira, trabalhadora e batalhadora, o meu muito obrigada, eterno.

Agradeço também à minha mãe, Rose. Por todas as razões citadas nesta Tese, especialmente por ser uma bússola na minha vida por onde devo me guiar. Por ser a mulher batalhadora que sempre foi e ter me ensinado tantas e tantas coisas, das quais eu tenho certeza que ainda não aprendi nem a metade de tudo que ela ainda tem a me ensinar. Minha mãe, na minha vida, foi e segue sendo aquela que sabe de tudo primeiro. Foi a que primeiro soube da minha gravidez, do meu mestrado, meu doutorado, e que me fez compreender o que significam as palavras “amor”, “amiga” e “companheira”. A ela eu dedico a canção que aprendi na Marcha: “Companheira me ajude, eu não posso andar só, eu sozinha ando bem, mas com você ando melhor”.

Agradeço especialmente à minha filha, Stella. Quando ela nasceu eu ainda não havia completado a formação na Faculdade de Ciências Sociais, na UNISINOS. Continuei estudando e tive a honra de tê-la presente na minha formatura. Depois entrei no Mestrado, e com paciência e ajuda, consegui escrever minha Dissertação, sendo mãe ao mesmo tempo. Agora, especialmente nos últimos tempos, tenho contado com a paciência amorosa dela em todos os meus processos de crises, alegrias e angústias diante da escrita da Tese. Como o nome já diz, é uma estrela que surgiu na minha vida e que me ensina a cada dia. E me ensina a ter mais paciência, me ensina a ser mais racional, me ensina sobre sentimentos, me ensina sobre o que é justo e o que não é justo. Tenho o máximo orgulho desta filha pelo fato de ser exatamente como ela é. Desde quando estava grávida me disseram: essa menina vai ser a alegria da tua vida. E assim vem sendo, pois te amo muito, minha filha. Espero que o mundo em que irás amadurecer seja um pouquinho melhor que o meu; para isso estamos lutando.

Agradeço ao meu irmão, Amon. Já disse isso a ele, mas, não custa registrar aqui, nesta Tese. As provocações que ele me fez, ao longo da adolescência, me estimularam a ler alguns livros (inclusive o *Manifesto Comunista*), certamente me forjaram na pessoa que sou hoje. Não somente isso, ele me inspirou a ouvir outras músicas, a curtir outras coisas que não fossem as mais comuns. Incentivou-me a participar da política e a perder a vergonha de falar. Tenho orgulho de ter tido uma infância saudável ao lado dele. Ainda bem que ainda não existiam aparelhos de celular nem videogames modernos, pois assim pudemos ser genuínos irmãos de parcerias e brigas, de inventividades e criações.

Agradeço ao meu pai, que, apesar da dureza intrínseca da formação colona, germânica, protestante levemente “impaciente”, a qual não nego que herdei, sempre me incentivou a estudar mais. E, a saber, mais. Talvez por formas não muito pedagógicas, mas posso dizer que vem dando um pouco certo! De algum modo sempre quis atingir as expectativas dele que

alguns pedagogos iriam criticar, mas um tanto dessa perspectiva de me desafiar provém dessa lógica. E aqui estou eu, me desafiando a completar esta Tese.

Agradeço ao meu companheiro Fabiano, do qual, dos quatro anos de pesquisa no Doutorado, três foram ao lado dele. Aprendi com ele muitas coisas simples da vida. A cada novo aprendizado ia sentindo, cada vez mais, vontade de conhecer coisas novas. Com ele aprendi a me conectar mais com a natureza para muito além do que aprendi em casa e com a própria Marcha Mundial das Mulheres, da qual faço parte, ressignificando minha ideia sobre ser parte da natureza como a própria Marcha ensina. Agradeço a paciência dele em cada momento que eu desanimava ou entrava em crise diante da pesquisa. Agradeço mais do que tudo, a todas as risadas e gargalhadas que demos e que fizemos e ainda fazem meu cotidiano ficar mais leve.

Agradeço a pessoas que são como da minha família, embora só ligadas pelo coração: minhas cunhadas Viviane Hunter por ser a grande parceira que é, e a Viviane Semensato por ser uma entusiasta no apoio às pessoas. Agradeço aos meus irmãos emprestados: Leandro e João. Minha amiga argentina, meio filha meio mãe, Thaís Deamici. Agradeço à parceria de longa data da Inajara Figueiró e da Renata Dihl. E à parceria desde criança sempre prestativa da Carolina Perez; à amizade mais que parceira que ganhei da Andrea Ortiz. Agradeço, ainda, à parceria da Nádia Correa por me incentivar a praticar esportes para relaxar a mente. Agradeço profundamente ao pai da minha filha, Jeferson, pela máxima e bela amizade que é possível haver entre os pais de uma filha, pela parceria e compreensão, além da permanente dedicação para com a Stella.

Agradeço à minha amiga de berço que é irmã do coração, que esteve ao meu lado mesmo quando esteve longe. Que me entende ou mesmo quando não me entende me julga bem pouco, e sempre procura me ajudar e apoiar em tudo que preciso – Paula Moraes da Silva. Agradeço também às amigas que tenho o prazer de celebrar a vida com simplicidade, Elisa Cunha, Márcia Conte, Flaviana Paim e Hiasmin Bobadra.

Agradeço pelo carinho da minha família e todo apoio que sempre me deram, especialmente a ala “catarina” da Ilha da Magia: minhas bruxas Soraya, Samara e, em especial, minha tia avó Tia Lygia. Também meus primos, primas, tios e meu querido avô Walmírio da Silva.

Como não agradecer às minhas duas almas de outro planeta que ficaram 100% do tempo comigo, muitas vezes em cima de mim, e que sempre tiveram a maior paciência do mundo: a Tinker e a Salsa. Não sei exatamente no que acredito sobre a alma dos animais, mas não tenho dúvidas de que foram enviadas de outro mundo para me fazer companhia, me ensinar sobre amor incondicional e simplicidade.

Agradeço especialmente às pessoas com as quais pude partilhar tantas e tantas vivências na academia e fora dela. E que me colocaram a refletir em muitas das minhas práticas. Que me salvaram de tristezas e me propuseram alegrias a todo o momento. Minhas lindas fantásticas e compreensíveis parceiras, irmãs, bruxas, amigas e confidentes: Katiane Machado da Silva, Paola Purin, Elen Tavares e Sônia Ribas. Vocês me inspiram, queridas.

Agradeço muito especialmente à minha companheira de orientação, Catiane Cinelli, com quem troquei muitas informações, muitas angústias e muitas coisas das quais ela me salvou sempre muito disposta e fraternalmente. Alguém na qual jamais esquecerei e acredito ter se tornado uma grande amiga.

Agradeço especialmente à minha parceira, companheira de luta e de vida, Íris Carvalho, uma descoberta na minha vida e um presente que a política me deu.

Agradeço a todas as militantes da Marcha por tudo que me ensinaram. Especialmente agradeço à Vanessa Gil, a Nessa, por me ensinar tanto todos os dias. Por ser uma figura autêntica e inspiradora. Por dedicar tanto tempo da sua vida para melhorar a vida das mulheres. Por não ter tempo ruim ao lado dela. Agradeço à Eliane Silveira por ter me apresentado a Marcha pela primeira vez. Agradeço a todas as mulheres da Marcha que tocam o Movimento todos os dias: Claudia Prates, Cintia Barenho, Francine Barenho, Maria Bittencourt, Natália Doria, Ana Naiara Malavolta, Renata Moreno, Flávia Retamar, Bruna Almeida, Claudinha Vasquez, Anita Lucas de Oliveira, a todas as “meninas de Caxias”, representadas nas figuras da Camila Tomazzoni, da Mari e da Raquel Duarte, também todas as meninas de Porto Alegre, da região metropolitana, assim como todas as “meninas da Batucada Feminista”, representada na figura da Valda Neves. Agradeço profundamente a todas estas mulheres citadas e às que não foram citadas, mas estão muito bem representadas por estas. Agradeço imensamente às mulheres da Marcha as quais se dispuseram a gravar as entrevistas e a contribuir com a pesquisa. Recebam o meu: muito obrigada de verdade!

Agradeço à figura guerreira, lutadora e admirável da Nalu Faria, que dedica sua vida a dar cada vez mais coerência entre a teoria e a prática feminista da Marcha.

Agradeço minhas amigas de infância do colégio Fabiana Pereira, Graziella Sanco, Rafaela Sarmento e Betina Shardong, pelas parcerias e por serem tão autênticas.

Além delas, quero agradecer também a todas as contribuições, seja na UFRGS ou fora dela, dadas pelos/as colegas: Marion Machado Cunha, Telmo Machado de Souza, Vera Rosane de Oliveira, Rita de Cássia Fraga Machado, Jardélia Sá, Camille Pegoraro, Patrícia Pereira, Eliane Garim, Gregório Durló Grisa, Orson Soares, Paulo Sérgio da Silva, Elisabeth Lopes, Fernanda Paulo, Isaura Conte, Vanderléia Pulga, Marisa Antunes Laureano, Maria Ivonete Souza, Fernando Bilhalva, Gilson Luiz dos Anjos, Thiago Ingrassia, Valter Morigi.

Agradeço à minha psicóloga e amiga, Marcia Wilke Franco, por ter sido sempre entusiasta diante da minha pesquisa.

Agradeço também às amigas dos grupos do Whats App (porque atualmente o grupo do Whats App faz parte da vida), mas que na realidade são amigas de verdade: o grupo das CDD's, o grupo das Amigas do Ivan Schardong e o grupo das Mães Poderosas. Estes três grupos são resultado de amizades verdadeiras que foram muito compreensivas comigo enquanto estive ausente.

Agradeço aos parceiros e amigos que fiz no Colégio Barbosa Rodrigues de Gravataí/RS, tomando como referência a figura do diretor Daniel Assunção, tanto os que ainda estão lá quanto às pessoas que já saíram da Escola e deixaram saudades.

Em especial agradeço aos meus alunos, alunas e ex-alunos/as do Colégio onde atuo e que me ensinam todos os dias. Que me colocam a rever minha prática. Estes que me reconfiguram em uma nova mulher todos os dias. Que me ensinaram os sentidos da amizade entre professora e aluno/a. Que me mostram dia e noite que a juventude não está perdida, pelo contrário, a juventude está pronta para fazer deste mundo um lugar melhor para se viver, basta abirmos os olhos e perdermos os preconceitos com as novas gerações.

Agradeço à Maria Ângela Cusatto pelo auxílio na língua italiana.

Agradeço também aos companheiros de vida e de luta de longa data, desde as ações vivenciadas dentro da Democracia Socialista (DS) por todo o Brasil. Certamente me ensinaram muito, influenciando a minha prática sobre o que gostaria de ser enquanto sujeito coletivo, ou ainda do que podemos vir a ser em um sistema político e uma sociedade tão difícil.

Dirijo um agradecimento especial aos professores e professoras que carregaram na minha trajetória acadêmica e que me ensinaram sobre o viver, muito além de teoria: Professor Dr. Paulo Peixoto Albuquerque, Professora Dr^a Ana Mercedes, Professora Dr^a Vera Peroni, Professor Dr. Jaime José Zitkoski (meu profundo agradecimento pela orientação na pesquisa de Mestrado), Professora Dr^a Laura Fonseca, Professor Dr. Alceu Ferraro.

Agradeço com muito carinho o meu orientador do Trabalho de Conclusão nas Ciências Sociais e da atual banca examinadora desta Tese, Professor Dr. Solon Eduardo Annes Viola, uma pessoa que carregou no meu coração com muito carinho.

Agradeço também aos demais membros da banca: Professora Dr^a Carmen Lucia Bezerra Machado, mulher de luta e batalhadora pela qual tenho muita admiração e carinho, que me ensinou a desnaturalizar as coisas e a perceber que nem tudo foi sempre assim, ou que tudo tem uma razão de ser assim. Agradeço também à Professora Dr^a Conceição Paludo, que carrega consigo a fibra da mulher que vai à luta e não se entrega e que tem o poder admirável de ser uma otimista de teoria e prática, buscando sempre pela alternativa e saída para as opressões. Agradeço também a professora Dr^a Edla Eggert, por ter aceitado generosamente e de pronto o nosso convite para participar da banca de avaliação da minha tese, por ser uma mulher de referência sobre teoria e práticas das mulheres.

Agradeço a quatro pessoas que partiram durante a minha trajetória de pesquisa e certamente contribuíram muito com ela: Ângela Raquel Paim, minha amiga querida. Nossa querida Tati Alquimista da Lua, que perdeu o direito à vida pela violência do cotidiano. Minha médica progressista que sempre esteve ao lado das mulheres, Jeanette Barbisan e o Professor Dr. Augusto Nivaldo Silva Triviños, que passou a vida crendo na classe trabalhadora e na rigorosidade que esta precisa ter para modificar a realidade.

A todos e a todas o meu Muito Obrigada!

Título da Tese: O educativo na construção da emancipação da classe trabalhadora na Marcha Mundial das Mulheres: o processo de luta das mulheres no Rio Grande do Sul – Brasil

RESUMO

O caráter educativo das lutas sociais vem sendo cada vez mais abordado na pesquisa sociológica na área da educação. O movimento feminista é um exemplo de luta e resistência na história milenar da humanidade, onde o conhecimento científico esteve alheio à contribuição formal e oficial das mulheres. A teoria e a prática feministas, especialmente no movimento social estudado, a Marcha Mundial das Mulheres do Brasil, no estado do Rio Grande do Sul, contribuem para a construção dos ideais emancipatórios das mulheres da classe trabalhadora, que o ambiente educativo formal e as instituições tradicionais não o fazem. A pesquisa participante de natureza qualitativa, calcada no materialismo histórico-dialético, contou com entrevistas semi-estruturadas, consultas bibliográficas, anotações, participações de campo e análises de produção teórica do próprio Movimento. Pudemos apreender a diversidade de vertentes teóricas que fundamentam a luta feminista, na prática e também cientificamente, porém, centramos nossas análises naquelas que se assemelham ao objetivo da própria Marcha Mundial das Mulheres (MMM), que direciona sua luta para o combate ao patriarcado e ao capitalismo. Além disso, focamos a divisão sexual do trabalho, como fonte primária de dominação dentro e fora do pertencimento a uma classe social. Sendo o patriarcado uma forma hierárquica de opressão do homem sobre a mulher, que é anterior ao capitalismo, pode ser também posterior a ele, por isso a MMM, enquanto movimento social, acredita que a luta da classe trabalhadora tem sexo, além de classe e, no sexo, tem raça, considerando que a opressão sobre as mulheres brancas e as mulheres negras, embora estejam ligadas, se apresentam de formas diferentes. A solidariedade na formação e na prática dos sujeitos militantes feministas e a possibilidade de denunciar a realidade, através da opressão cotidiana, é a principal fonte de trocas educativas que podem contribuir para o que Paulo Freire considera como forma de “denúncia/anúncio” na busca da emancipação da mulher e da classe trabalhadora para um mundo melhor. E nisso consiste a dimensão educativa das lutas e dos aprendizados das mulheres organizadas na MMM.

Palavras-chave: feminismo, epistemologia feminista, movimentos sociais, educação, divisão sexual do trabalho.

Titolo della Tesi: L'educazione nella costruzione di emancipazione della classe operaia in La Marcia Mondiale delle Donne: il processo della lotta delle donne nel Rio Grande do Sul - Brasile

SOMMARIO

La natura educativa delle lotte sociali viene, oggi giorno, sempre più discussa, in ricerca sociologica, in materia di istruzione. Il movimento femminista è un esempio di lotta e di resistenza nella storia antica dell'umanità, in cui la conoscenza scientifica era estraneo al contributo formale e ufficiale delle donne. La teoria e la pratica femminista, specialmente nel movimento sociale studiato, La Marcia Mondiale delle Donne del Brasile, nello stato del Rio Grande do Sul, contribuiscono alla realizzazione degli ideali di emancipazione delle donne della classe operaia, visto che l'ambiente educativo formale e istituzioni tradizionali non fanno. La ricerca partecipativa di natura qualitativa, basato sul materialismo storico-dialettico, è stato incluso interviste semi-strutturate, ricerca ai libri, appunti, campo di interessi e analisi di produzione teorica del movimento stesso. Siamo stati in grado di comprendere la diversità delle questioni teoriche che sono alla base della lotta femminista, in pratica, e anche scientificamente, tuttavia, ci concentriamo la nostra analisi su quelli che assomigliano l'obiettivo della propria Marcia Mondiale delle Donne (MMD), che dirige la sua lotta a combattere il patriarcato e al capitalismo. Inoltre, ci concentriamo sulla divisione sessuale del lavoro, come fonte primaria di dominio dentro e fuori di appartenenza ad una classe sociale. Essendo il patriarcato una forma gerarchica di oppressione dell'uomo sulla donna, che è prima del capitalismo, può anche essere dopo alla medesima, in modo che il MMD come movimento sociale, ritiene che la lotta della classe operaia abbia sesso oltre classe e, nel sesso, ha razza, se si considera che l'oppressione delle donne bianche e le donne di colore, anche se essi sono collegati, sono presentati in modi diversi. La solidarietà nella formazione e nella pratica di soggetti attiviste femministe e la possibilità di denunciare la realtà, attraverso l'oppressione quotidiana è la principale fonte di scambi educativi che può contribuire a quello che Paulo Freire considera come una forma di "denuncia / annuncio" nella ricerca dell'emancipazione della donna e della classe operaia per un mondo migliore. E sul questo che è basata la dimensione educativa delle lotte e apprendimenti di donne organizzate in MMD.

Parole chiave: femminismo, epistemologia femminista, movimenti sociali, educazione, divisione sessuale del lavoro.

LISTA DE SIGLAS

A.C	Antes de Cristo
ALCA	Área de Livre Comércio das Américas
AP	Anotação Participante
BR	Brasil
CPERS	Centro dos Professores do Estado do Rio Grande do Sul
CPT	Comissão Pastoral da Terra
D.C	Depois de Cristo
DA	Diretório Acadêmico
DCE	Diretório Central dos Estudantes
DF	Distrito Federal
EJA	Educação de Jovens e Adultos
EME	Encontro de Mulheres Estudantes da UNE
ENEGRECER	Coletivo Nacional de Juventude Negra
EUA	Estados Unidos da América
FACED	Faculdade de Educação
FSM	Fórum Social Mundial
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
LDB	Lei de Diretrizes e Bases
MAB	Movimento dos Atingidos por Barragens
ME	Movimento Estudantil
MMC	Movimento de Mulheres Camponesas
MMM	Marcha Mundial das Mulheres
MPA	Movimento dos Pequenos Agricultores
MST	Movimentos dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra
OMC	Organização Mundial do Comércio
OMS	Organização Mundial da Saúde
ONG	Organização Não-Governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
PCdoB	Partido Comunista do Brasil
PJR	Pastoral da Juventude Rural
PL	Projeto de Lei
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PP	Partido Progressista
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
PT	Partido dos Trabalhadores
PUC	Pontifícia Universidade Católica
RS	Rio Grande do Sul
SC	Santa Catarina
SESC	Serviço Social do Comércio
SOF	Sempreviva Organização Feminista
TCC	Trabalho de Conclusão de Curso
UBM	União Brasileira de Mulheres
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UNE	União Nacional dos Estudantes
UNISINOS	Universidade do Vale do Rio dos Sinos
USP	Universidade de São Paulo

LISTA DE IMAGENS

Figura de Capa	Foto de divulgação da Marcha Mundial das Mulheres do RS - Imagem de Cintia Barenho
Figura A	Arte produzida pela Marcha Mundial das Mulheres do Distrito Federal
Figura B	Campanha da MMM realizada para a confecção de lambe-lambes para atividades de rua em 2014
Figura C	Campanha da MMM realizada para a confecção de lambe-lambes para atividades de rua em 2014
Figura D	Campanha visual criada para combater o processo de impeachment da Presidenta Dilma em 2016
Figura E	Lambe-lambe de campanha visual para a 4ª Ação Internacional
Figura F	Campanha visual criada para lambe-lambe e materiais destinados à venda
Figura G	Foto de Ana Naiara em formação da MMM em POA
Figura H	Foto de divulgação da MMM na formação em educação feminista da Ação de 2015
Figura I	Foto de Cintia Barenho em formação estadual realizada em POA 2014

SUMÁRIO.....	Página
A composição do “eu” só existe por causa do “nós” – De onde falo, afinal?.....	16
INTRODUÇÃO.....	20
Capítulo 1 – A MARCHA MUNDIAL DAS MULHERES e a organização da pesquisa.....	32
1. 1 – O feminismo e o <i>dar-se conta</i>: entre a MMM e a pesquisadora.....	32
1. 2 – A Marcha Mundial das Mulheres (MMM) e seu surgimento.....	37
1. 3 – A busca pela epistemologia feminista.....	50
1. 4 – Trabalho e educação.....	62
Capítulo 2 – A CONTRADITÓRIA HISTÓRIA DA OPRESSÃO E DA LUTA DAS MULHERES: uma civilização que barbariza.....	69
2. 1 – Historicizando o fenômeno.....	69
2.1.1 – O surgimento das classes, do patriarcado e a construção histórica da família.....	70
2.1.2 – Estado: do surgimento ao Estado contemporâneo.....	84
2.1.2.1 – O Estado contemporâneo.....	94
2.1.3 – O feminismo na história.....	99
2.1.3.1 – A Primeira Onda do feminismo.....	102
2.1.3.2 – A Segunda Onda do feminismo.....	113
2.1.4 – A divisão sexual do trabalho.....	122
Capítulo 3 – “A NOSSA LUTA É TODO DIA! SOMOS MULHERES E NÃO MERCADORIA!” – O cotidiano como uma perspectiva de denúncia/anúncio feminista.....	129
3.1 – A autonomia econômica das mulheres.....	129
3.1.2 - A flexibilização do capital e as mulheres trabalhadoras do mundo capitalista atual	135
3.1.3 – O trabalho tem raça, classe e gênero.....	144
3.2 – Espaços formativos.....	152
3.2.1 – Tradicionais: familiar, escolar, midiático e religioso.....	152
3.2.2 – Não-tradicionais: os movimentos sociais, as ruas e as redes sociais.....	159
3.3 – Militância e movimentos sociais: prática político-formativa contínua e em tempo real.....	173
3.3.1 – Militância local e global.....	184

3.3.2 – Violências e violações.....	190
Capítulo 4 – LUTA E SOLIDARIEDADE EDUCATIVA: O que fazemos daquilo que fizeram de nós?.....	201
4.1 – O feminismo militante da MMM é uma prática.....	201
4.2 – O educativo da MMM.....	204
4.3 – O horizonte da emancipação.....	211
O <i>SER MULHER</i>: ALGUMAS INTERROGAÇÕES QUE FICAM.....	215
Referências Bibliográficas.....	222
Anexo A.....	229
Anexo B.....	238
Anexo C.....	239
Apêndices.....	241

A composição do “eu” só existe por causa do “nós”– De onde falo, afinal?

Minha avó, mãe da minha mãe morreu de câncer no ano em que nasci ou mais especificamente um mês depois. Minha mãe tinha apenas 24 anos quando ela morreu e já tinha meu irmão com 4 anos. Somos filhos de pais diferentes. Era uma jovem mãe, estudante, trabalhadora, e sem ninguém além dela própria para contar na criação dos dois filhos. Meu pai trabalhava e ela por boa parte do tempo ficou em casa cuidando de nós todos. Em dado momento acabou conseguindo se libertar ir à luta para trabalhar fora de casa e também se formar na faculdade de Ciências Sociais da PUC.

Minha filha se chama Stella, o mesmo nome de minha avó. Também a tive muito jovem, com 20 anos, mas tive mais sorte que minha mãe, pois sempre a tive por perto e sempre pude contar com ela para me ajudar. Ou para me olhar sem reprovação quando decidi que não ia mais tentar amamentar. A singela opinião dela salvou minha vida naquele momento, pois para cada pessoa que apoia o fim do sofrimento de uma mãe que não consegue amamentar, existem 20 para condenar a desistência e classificar numa tabela que tipo de mãe a pessoa é.

Por muitos anos da minha vida tinha dó da minha mãe, pois ela perdeu a mãe dela muito jovem, teve pouco tempo para aproveitar a companhia e a amizade da minha avó. Pelo que sei minha avó e ela tinham algumas ‘rusgas’, o que durante a adolescência não era uma relação tão próxima, tendo em vista que minha avó tinha 4 filhos para criar e minha mãe era a única menina e ainda por cima a mais velha. Foi uma infância pobre e justa, meu avô trocava de cidade de tempo em tempo por causa do trabalho. E lá ia a família inteira junto tentar a vida onde o emprego estava. Logo se imagina que essa figura de filha mais velha é a mais cobrada e a que mais eram exigidas algumas responsabilidades. Aprendizagens básicas, trabalho doméstico, cozinha, bordado, costura, tricô, crochê, saber tirar bem o pó, cuidar dos irmãos mais novos e ser muito caprichosa.

Passada a adolescência da minha mãe, quando começaram a virar amigas e até confidentes, ‘coisas de mulher’, o câncer aparece e interrompe essa história. Minha avó tinha 44 anos, deixou 4 filhos e meu avô. Minha avó perdeu sua mãe também muito jovem. Para falar a verdade, minha avó perdeu sua mãe quando ainda era criança. Depois morou em orfanatos e ainda muito jovem casou com meu avô. E assim foi a vida. Após casar-se, sua

tarefa foi ser mãe e esposa até morte. A história da minha mãe com a minha avó começa a ser uma história dali em diante, de compreensão e sensibilidade pós-morte.

A cada reencontro com a realidade da minha avó, e a cada tomada de consciência da minha mãe, ela vai sentindo ainda mais falta da mulher que estaria com ela pelo menos na idade adulta, trocando cochichos, aprendizagens, falando sobre novelas de lã ou de galãs de novela.

Certa noite, quando entrei no quarto da minha mãe, lá estava ela juntando uma colcha de retalhos enorme feita à mão pela minha avó, e que a minha mãe guardou há mais de trinta anos, pois era uma memória de minha avó. Mais do que isso: entro no quarto e está minha mãe emocionada com os olhos cheios de lágrimas dizendo que aquela enorme colcha tinha o ponto da sua mãe. Tinha mais do que isso, o trabalho, o esforço, a dedicação e a história da sua mãe em cada quadradinho bordado. Pela colcha estar meio velha, minha mãe desfez os nós que unem um quadradinho em outro, e separou todos os quadradinhos para fazer uma nova colcha a partir do que minha avó já havia feito.

Quando a vi compenetrada fazendo isso, um trabalho tão minucioso e tão demorado, fiquei realmente emocionada. Foi através dessa colcha que minha mãe foi revivendo e remontando minha avó por momentos de pura reflexão e introspecção. Algo que em vida não foi possível. Algo que não está registrado em fotos nem em livros.

Então, me pus a pensar, e não tem muito tempo, o quanto a ideia do trabalho doméstico de mulheres, ou do trabalho artesanal que construímos socialmente como sendo ‘coisa de mulher’, foi por mim negado por muito tempo logo depois que juntei as peças e cheguei à conclusão que trabalho de mulher tem menos valor. E que lugar de mulher era na política e não dentro de casa.

Esse processo foi um dar-se conta que à primeira vista causou a negação. Neguei realizar atividades domésticas sem que houvesse algum homem para dividir. Seja meu irmão, seja o pai da minha filha. Aprendi de forma lúdica, com a minha mãe, a bordar, traçar ponto cruz, cozinhar, fazer tricô, pintar, enfim, ela me ensinou coisas que não ensinou ao meu irmão. Quando criança, eu achava o máximo. Quando cresci, de certa forma me voltei contra isso. E foi algo meu, ou seja, não foi algo imposto a mim. Fui me dando conta que isso não era ensinado aos meninos e de certa forma, por pior que essa colocação possa parecer, aprendi o que era justo e o que não era justo a partir da convivência com meu irmão. Se eu tinha que lavar a louça, ele também tinha. Se eu tinha que arrumar coisas, queria que ele também tivesse. Se ele podia subir em árvores e ter uma arma de madeira para matar os amigos da vizinhança, lá estava eu me metendo na brincadeira deles. Isso chegou a causar brigas entre

nós, pois ele era o único que tinha que levar a irmã “de arrasto” em algumas coisas de “guri”. Acho que eu aprendi com isso e ele também. Quando era adolescente e me disseram que eu tinha que cozinhar para a família toda, aceitei porque o argumento era de que meu irmão já trabalhava e eu ainda não.

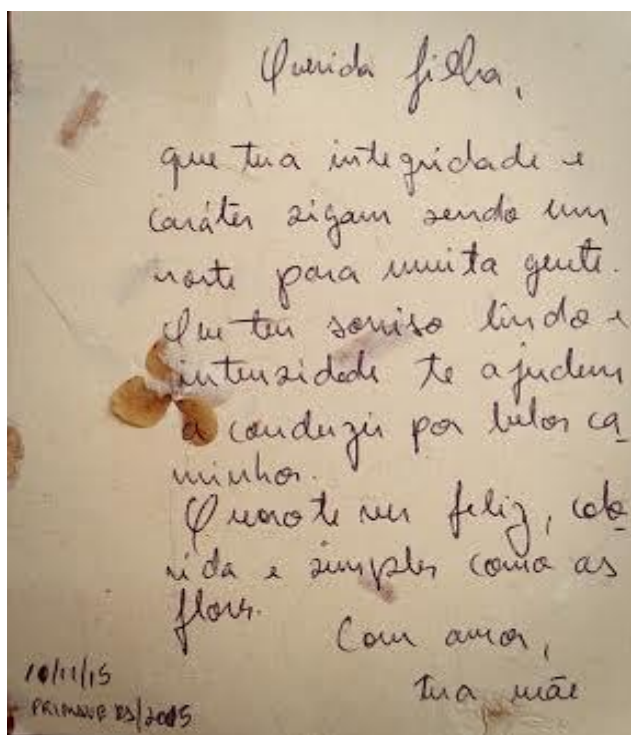
Algo me incomodava na ideia de que eu deveria cozinhar para a família toda, pois nunca havia ido a nenhuma formação feminista, mas sentia que o argumento real é de que eu era menina e meninas cozinham para a família toda. Se isso era uma rebeldia gratuita, não sei, só sei que apesar de não ter sido uma criança desobediente, sabia verbalizar quando me sentia injustiçada por ser menina. Não era algo terrível e nem tão dramático assim, mas não sei de onde tirei, fui reivindicando cada vez que achava que alguma coisa não era igual. Por causa disso meu irmão teve que aguentar muitas coisas que os amiguinhos dele não eram obrigados. Além de me meter nas brincadeiras deles, quando crescemos a condição dele de ir num “bailinho” era que levasse a irmã junto. Hoje rimos muito disso. Na época era um fardo.

Essa questão do cozinhar acabou virando minha verdadeira atração pela cozinha, e usei durante muito tempo o argumento de que aprendi a cozinhar porque gosto de comer. Não é verdade. Hoje, depois de mais velha afirmo, não é verdade. Aprendi a cozinhar porque tive que aprender e acabei gostando de cozinhar. Já as outras tarefas de ‘menina’ como tricô e crochê acabei abandonando. Porque realmente coloquei na cabeça que isso era trabalho de mulher, e eu queria igualdade. Não percebia que querer igualdade não significava invisibilizar o que foi construído socialmente e historicamente como ‘trabalho de mulher’. O amadurecimento e a tomada de consciência, que não é única e nem está pronta, me fizeram rever esse sentimento, essa ideia e essa racionalidade sobre trabalho de homem e de mulher, ou trabalho de maior valor e trabalho de menor valor. Ao invés disso, hoje penso em recuperar o tempo perdido que não fiz um crochê lindo do lado da minha mãe, que, modéstia parte, o faz e muito bem feito.

O que antes poderia parecer ‘frescura de mulher’, depois de tantos processos e sentidos, é hoje nossa história, nossa união, nossos métodos, nossas bruxarias, nossos estreitamentos, nossos laços e nossas epistemologias. Aquilo que historicamente sempre existiu, mas sempre foi relegado ao patamar das coisas inúteis, das coisas sem importância, do não-científico, do não-trabalho, do não-gerador de lucro. Ainda é tempo de juntar quadradinhos, e, agora que entreguei a pesquisa, posso pensar em reconstruir e ressignificar nossa colcha de retalhos feita em 4 gerações: minha avó, minha mãe, eu e minha filha.

Tem algo de muito bonito na forma como as mulheres se organizam, como trabalham, como se comunicam, como tecem sua história. Tem algo que talvez ainda não tenhamos

conseguido transpor para o papel, para a academia, ou talvez tenhamos, não sei. Ao invés de atribuir menor valor e menor relevância social ao conhecimento das mulheres e suas formas, meu desejo profundo é de que as metodologias e epistemologias feministas se difundam e tragam cada vez mais possibilidades de um mundo de boniteza humana.



Bilhete da minha mãe no dia do meu aniversário

INTRODUÇÃO

Nesta Introdução pretendo me apresentar enquanto pesquisadora-militante, bem como deixar claros os caminhos teórico-metodológicos adotados para a elaboração desta tese. Confirmando esta apresentação inicial, passo a relatar as experiências e conhecimentos acumulados que me permitiram chegar a esta fase em que se aliam, em mim, a docente-pesquisadora e a mulher militante da Marcha Mundial das Mulheres (MMM). Assim, anterior ao processo de pesquisa de mestrado¹, meu envolvimento político determinou meu objeto de estudo com foco na participação política (ou não) dos jovens na cidade de Gravataí-RS, a partir de perspectivas de que a cidade, pretendendo ou não, está educando os jovens. Elementos tanto simbólicos quanto materiais limitavam a participação política desses jovens, especialmente quando se tratava de pensar a questão da democracia e a função do Estado através das políticas públicas.

Pudemos apreender que a juventude da cidade não participa em quase nada da vida política, ou sequer da qualificação da sua própria cidadania, por alegação, em parte, da falta de tempo ou por falta de iniciativa, embora – contraditoriamente – todos dissessem que isso é importante e que as pessoas devem lutar pelos seus direitos. Em suma, analisamos também, através de dados naquele momento, que a grande massa da juventude brasileira no capitalismo não consegue se organizar – por razões concretas de sobrevivência – na mesma velocidade com que o *capital* se organiza e planeja suas forças para o seu desenvolvimento e expansão em todas as áreas. Além disso, em geral, a carga de formação política que os jovens recebiam nas instituições: a escola, a família, a mídia e a igreja, formavam sinergicamente cidadãos extremamente alheios da sua própria existência política.

Em nenhum momento da pesquisa surgiram estas instituições como proponentes de participação política, ou de problematização do mundo vinculados a alguma ação efetiva – concreta e coletiva, porque, do ponto de vista místico/individual, pode até ser que a igreja ou a mídia proponham. Muito pelo contrário, os jovens alegavam que, tanto na escola quanto em

¹ WINK, Ingrid. **Cidade educadora e juventudes: as políticas públicas e a participação dos jovens na cidade de Gravataí-RS**. Dissertação de Mestrado orientada pelo professor Dr. Jaime Zitkoski, no Programa de Pós-Graduação em Educação da UFRGS, 2010.

casa, eles não recebiam estímulo algum para participar de nada e no discurso destas instituições², de modo geral, o tom sempre era de descrença, desqualificação e desmotivação.

Analisando os discursos da pesquisa qualitativa realizada, fui percebendo que as meninas jovens, apesar da falta de tempo, se organizavam em algum tipo de grupo: religioso, cultural, folclórico, enfim, em geral desvinculado do cunho político. Percebi que tinham esse ímpeto por participação pública – ainda que não necessariamente vinculadas ao campo da participação política direta. E chamou-me a atenção para o potencial discurso de transformação que carregavam consigo. Uma delas, cantora de *hip hop*³ era uma jovem mãe de um bairro de trabalhadores, que vivenciava micro-enfrentamentos, pois, além de resistir na sociedade de modo geral, questionava internamente os *rappers* homens, que dominam ainda nos dias de hoje grande parte da cena *hip hop* no Brasil.

Esta sensibilidade quanto à pesquisa de mestrado, em conjunto com minha prática de luta, tanto partidária quanto na MMM me levaram a permanecer no campo da luta política também dentro da Universidade. Não posso deixar de citar, nesta trajetória acadêmica, meu Trabalho⁴ de Conclusão de Curso (TCC) em Ciências Sociais, focado totalmente para o campo das ciências políticas, analisando o papel formativo da mídia no cenário político brasileiro. Por estas razões, busquei fundamentar já no Projeto desta tese, tudo aquilo que me significava e permanece significando até hoje: a luta por emancipação da classe trabalhadora frente à opressão do capital, com destaque para a participação das mulheres nessa luta.

O geógrafo David Harvey, em palestra gravada em março de 2013, em Porto Alegre, no Brasil, disse-nos: “Marx nunca tentou criar uma teoria completa sobre o capitalismo. O que é preciso fazer é aproveitar a teoria do capital, ao invés de reclamar do que ele não estudou. Todos os problemas da sociedade Marx não nos diz o que fazer, justamente porque ele nem tentou”. Daí nossa tarefa revolucionária de compreender o valor da mercadoria, da acumulação, do trabalho, a constituição da classe, como se dá a formação cultural e como isso se desfeticiza, para estabelecer uma lógica no raciocínio sobre as relações que existem entre o trabalho da mulher, o modo de produção, os limites e as possibilidades de movimentos

² Iremos analisar, no decorrer desta tese, o problema da manutenção da opressão contra as mulheres nesses espaços de formação institucional e que são primordiais na vida de qualquer ser humano da sociedade contemporânea.

³ *Hip Hop* é uma expressão cultural e artística nascida na periferia negra do “Bronx”, em Nova Iorque, nos Estados Unidos, que se popularizou em todo este país e pelo mundo, denunciando, em suas letras, diversas situações de opressão, especialmente o racismo, a pobreza e a violência contra os subúrbios norte-americanos e latino-americanos. O *Hip Hop* é considerado como um movimento cultural e se baseia em alguns pilares fundamentais como: o *rap* (ritmo e poesia), o *break* (dança) e o *graffiti* (a pintura com a arte da periferia).

⁴ WINK, Ingrid. **A ação política da mídia: o escândalo como agente de poder**. Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) orientado pelo professor Dr. Solon Eduardo Annes Viola, no Curso de Graduação de Ciências Sociais: UNISINOS, 2005.

sociais organizados e o que a flexibilização do capital vem causando para as mulheres e para a sociedade como um todo. Baseando-me no exposto até aqui, registro que o desenvolvimento desta pesquisa orienta-se pela seguinte questão:

Partindo do processo de correlações das forças políticas inseridas na Marcha Mundial das Mulheres (MMM) no estado do Rio Grande do Sul, no Brasil, em que consiste o educativo das lutas sociais populares, produzidas por estas mulheres na sociedade gaúcha e brasileira?

A justificativa desta pesquisa se origina da necessidade de aprofundar cada vez mais os estudos acadêmicos que tenham relação com a materialidade da vida das mulheres, na contradição capital/trabalho, e as possibilidades existentes nas ações políticas de romper com o estatuto de secundarização histórica do feminino em relação ao masculino, que sustenta a relação trabalho/capital. Justifica-se, também, pela ampliação dos estudos baseados na possibilidade de uma epistemologia feminista que enriqueça as pesquisas acadêmicas com outras formas e pontos de partida teórico-metodológicos. Pesquisas estas que não se proponham apenas a analisar fenômenos, mas servir de instrumentos teóricos para transformar a realidade através da luta social. Que não se restrinjam a analisar e compreender a formação da realidade concreta e, por conseguinte, os aspectos culturais resultantes da opressão do machismo, mas contribuam em modificá-la. Situamos a relevância desta Tese não enquanto mera análise da realidade ou tampouco como instrumento de luta do movimento social estudado, mas sim, enquanto contribuição para fundamentação da luta das mulheres de modo mais amplo e enquanto base teórico-prática para uma epistemologia feminista.

As pesquisas científicas, especialmente na área da educação, têm hoje limites no espaço acadêmico dentro do cenário brasileiro para tratar de referenciais, principalmente, de educação popular e movimentos sociais. As razões são diversas e causam separações teórico-práticas entre o que se compreende por formação humana e educação formal concedida pelo Estado burguês (FRIGOTTO, 2001a). Esta segunda é, muitas vezes, considerada apenas como a única forma válida de educação na sociedade atual.

A justificativa de pesquisa está calcada, acima de tudo, na necessidade de que as pesquisas acadêmicas possam contribuir socialmente com a realidade de forma coletiva, que tenham comprometimento político e social sério, que não partam da lógica individualista do conhecimento e que sejam capazes de contribuir, de alguma forma, para a transformação social de uma realidade injusta e opressora. Considero a importância da contribuição teórica que atenta ao sujeito e suas especificidades e subjetividades. Esses elementos são essenciais especialmente para compor a diversidade que há na análise de pesquisas de gênero/ sexo/

mulheres – e que iremos perceber tal diversidade dentro da própria MMM. Contudo, não prescindimos na pesquisa, de conectar essas subjetividades como processos importantes resultantes do ser coletivo, estando longe de nossas intenções considerar a questão de gênero como mera questão subjetiva da história da lutas das mulheres.

Como objetivo geral a pesquisa considerou: analisar, conhecer, interpretar e problematizar criticamente quais e como se dão as relações e correlações educativas existentes na luta das mulheres ativas na Marcha Mundial das Mulheres (MMM) no Estado do Rio Grande do Sul – Brasil. Na perspectiva dos objetivos específicos, com vistas ao desenvolvimento da pesquisa calcada na historicidade, na contradição e na totalidade do fenômeno, tratamos dos seguintes intentos:

- a) Analisar as relações e correlações estabelecidas no fenômeno do patriarcado e do capitalismo que geram a luta feminista internacionalista, e de que maneiras as mulheres da MMM resistem se organizam e lidam com a opressão de gênero nas diversas áreas e instituições;
- b) Conhecer qual o lugar destas mulheres na luta atual e quais as possibilidades criadas nas suas práticas, considerando suas próprias limitações no cotidiano de suas existências e levando em conta a totalidade do fenômeno capitalista global;
- c) Analisar como se dá o processo educativo entre mulheres tão diferentes umas das outras, bem como os distintos movimentos sociais de mulheres inseridas na MMM, que constroem juntas um aporte de enfrentamento ao capitalismo tendo como fim a emancipação humana.
- d) Analisar e contribuir na construção de epistemologias feministas que estão carregadas dentro da Marcha, bem como fundamentar essas epistemologias em processo e desenvolvimento nas ciências humanas.

A pesquisa compreende os seguintes elementos: o materialismo histórico-dialético como método, a pesquisa qualitativa e participante junto ao movimento das mulheres da Marcha Mundial das Mulheres (MMM) como modalidade. A opção pela pesquisa participante foi sendo construída por acabar percebendo que eu, enquanto pesquisadora, estava dentro do fenômeno, enquanto militante da MMM. Com esta compreensão, fui realizando diversos registros e anotações, como explicarei mais adiante. Na edição organizada por Brandão e Streck (2006), alguns autores nos auxiliam na compreensão da pesquisa participante, especialmente quando esta se propõe a uma espécie de ruptura com a tradição acadêmica, onde as classes mais populares historicamente têm ficado de fora. A pesquisa participante traz

consigo mais do que metodologias, mas possibilidades de trazer à universidade o conhecimento popular, decorrente das práticas e das experiências dos trabalhadores organizados em grupos ou em movimentos sociais.

Além de ser uma questão de interação entre pessoas e grupos envolvidos no projeto, a participação de grupos externos à universidade pode também adquirir uma significação política. [...] Não basta reconhecer a dimensão participativa dos processos de pesquisa e extensão e a utilidade de uma metodologia participativa construída na base da sistematização das práticas interativas. A metodologia de que precisamos, cada vez mais, deve ter outras dimensões associadas, em particular, à crítica, à reflexividade e à emancipação. (THIOLLENT, 2006, p.157).

Isso significa reforçar que qualquer pesquisa científica tem seu caráter político. Orientamo-nos pelo pedagogo Paulo Freire em sua obra *Pedagogia da Autonomia* (1996), o qual afirma que ensinar exige rigorosidade metódica. Dizia ele que, uma das tarefas primordiais do educador democrático, era trabalhar com os educandos a rigorosidade metódica com que deveriam aproximar-se dos objetos cognoscíveis. Da mesma forma, assim fazemos na pesquisa e na luta pelo conhecimento, procurando buscar e trilhar seus rumos. Pesquisar é, acima de tudo, posicionar-se. Considerando o debate que resultou no Programa “Escola Livre”⁵, no estado de Alagoas, precisamos estar atentas/os às reações que as iniciativas de estimular a liberdade de posicionamento podem despertar, na escola, na universidade e na sociedade, nesse caso, principalmente às mulheres. Atualmente o Rio Grande do Sul também aponta, através de personalidades parlamentares, para a criação de projetos semelhantes denominados “Escola Sem Partidos”. Tal ideia começa a se alastrar por todo o Brasil e põe em questão a proibição de qualquer ideia que parta da classe trabalhadora em sala de aula, visto que se a ideia partir do pensamento dominante ou da suposta “neutralidade”, não apresenta resistências por parte do pensamento conservador histórico.

É preciso estabelecer um caminho com seriedade no intuito de avançar, tanto no campo da relevância social da pesquisa, quanto no sentido de aprofundar o conhecimento, a fim de que não seja para instrumentalização de uma classe social historicamente privilegiada. Por isto, uma pesquisa científica, em quaisquer das áreas, atende a uma forma de pensar de uma determinada classe, seja para mantê-la, seja para confrontá-la. Do que trataremos nesta

⁵ Esta concepção acerca do direito de se posicionar na sala de aula começou a ser debatida e resultou no Programa “Escola Livre”, aprovado pela Assembleia Legislativa do estado de Alagoas, em 17/11/2015. O referido Programa terá como princípios: “neutralidade política, ideológica e religiosa do Estado”; [...], além do “direito dos pais a que seus filhos menores recebam a educação moral livre de doutrinação política, religiosa ou ideológica”. Com isso, as/os professores ficam proibidos de manifestar ideias, crenças e opiniões próprias. Carlos Villa Verde — publicado 17/11/2015, 20h35, última modificação 19/05/2016. Assembleia Legislativa do Alagoas. Maceió. Pesquisa na página: www.al.al.leg.br/comunicacao/.../aprovado-projeto-que-institui-o-programa-escola-liv... Em: 23/05/2016.

pesquisa, será a tentativa de reforçar a proposta de pensar com a classe trabalhadora, partindo “da e na” classe trabalhadora historicamente oprimida, em particular, das mulheres as quais integram esta classe e que, além da sua exploração como tal, também vivenciam a opressão de gênero.

Segundo Reich (1973, p. 68) “A dialética não é apenas uma forma do pensamento; existe na matéria independentemente do pensamento; por outras palavras, o movimento da matéria é objetivamente dialético”. Já este comprometimento com o método dialético passa a ser uma conduta não apenas da pesquisa científica, mas também de comportamento humano perante a vida. Depois que a pesquisadora percebe diante de si as formas como a realidade do movimento da vida se apresentam naquele momento, ela terá, também diante de si, uma escolha difícil de tomar. Por isso, precisa tentar agir com certo método, seja na busca pelo conhecimento, seja no seu cotidiano e nas relações estabelecidas rotineiramente, ou ainda, na forma de compreender o movimento do real que a ela se mostra nessa ocasião. Certamente que esta exigência que a pesquisadora se propõe, tanto perante a pesquisa quanto perante a vida, nem sempre resulta no que espera e/ou deseja. É impossível dominar um *todo*. Acabamos por realizar, muitas vezes, o que as condições materiais e todo tipo de contingência nos colocam. Kosik (2010, p. 222) nos instiga à reflexão acerca da *práxis* configurando-a como:

Sendo o modo específico de ser do homem, a práxis com ele se articula de modo essencial, em todas as suas manifestações, e não determina apenas alguns de seus aspectos ou características. A práxis se articula com todo o homem e o determina na sua totalidade.

O método não somente na pesquisa, mas também na vida, coloca-nos diante de formas de pensar e diante de conjuntos de conceitos históricos que nos transformam e, no mesmo movimento, se transformam, a cada dia, em novos desafios. Ou seja, “a práxis do homem não é atividade prática contraposta à teoria, é determinação da existência como elaboração da realidade” (KOSIK, 2010, p. 222). E estaremos permanentemente buscando esta rigorosidade, avançando em elementos, repensando outros, enfim, exercitando o movimento da vida com vistas a um progresso inédito perante os espoliados da vida ou perante os que estiveram sistematicamente de fora do “banquete” do privilégio. Para Kosik (2010, p. 225), “a práxis é tanto objetivação do homem e domínio da natureza quanto realização da liberdade”. Nesse sentido, de acordo com Marx (2007, p. 100), na *II Tese sobre Feuerbach*, o autor nos chama a atenção que:

A questão de atribuir ao pensamento humano uma verdade objetiva não é uma questão teórica, mas sim uma questão *prática*. É na práxis que o homem precisa

provar a verdade, isto é, a realidade e a força, a terrenalidade do seu pensamento. A discussão sobre a realidade ou a irrealidade do pensamento – isolado da práxis – é puramente *escolástica*.

Com isso, o filósofo critica as teorias que buscavam a tentativa de tratar da sensibilidade possível de ser externalizada pelo ser humano, como se fora uma intuição basicamente religiosa que mescle razão e fé. Marx (2007), na mesma obra, insiste em que, inclusive as atividades de caráter sensível do ser humano, são um produto social da sua base determinada. “As leis da dialética são, por conseguinte, extraídas da natureza, assim como da história da sociedade humana. Não são elas outras senão as leis mais gerais de ambas as fases do desenvolvimento histórico, bem como do pensamento humano”. (ENGELS, In: TRIVIÑOS, 1987, p. 65).

As diversas peculiaridades no campo da pesquisa científica nas ciências sociais, mais especificamente, a pesquisa em educação, esta nos coloca diante de inúmeros desafios. Nossa compreensão, através da categoria trabalho, analisa o fundamento do que entendemos por princípio educativo. A importância de fazer esta especificação acerca da categoria trabalho ocorre para que seja possível compreender o ponto de partida prático-textual e as nossas perspectivas teóricas, embora reconheçamos que os elementos culturais também são importantes e serão considerados, pois estes é que expressam, mais diretamente, uma dada realidade concreta.

Na pesquisa em educação precisamos considerar o materialismo histórico-dialético como método capaz de desvelar a realidade oculta sob a forma de uma sociedade de classes que sustenta as ações e reações que atravessam esta sociedade. Segundo Konder (1981, p.49), “a contradição é reconhecida pela dialética como princípio básico do movimento pelo qual os seres existem”. Disto emerge a necessidade de caracterizar a pesquisa em ciências sociais como um todo, no que abrange: o processo histórico da classe burguesa, a contradição e a totalidade.

Para retomarmos o método coloca-se a questão: se, para o materialismo histórico-dialético, a prática social é o critério da verdade, logo, os pesquisadores-trabalhadores enfrentarão, necessariamente, contradições entre seu próprio fazer enquanto pesquisadores e trabalhadores. Nossa formação profissional vem sendo submetida a processos unilaterais de condicionamento do pensar, sob o modo de produção capitalista ao qual estão associadas às orientações educativas, oriundas de organismos internacionais. Kuenzer (1997, p. 26) reforça a ideia do saber que se constrói na prática, partindo da relação do saber com o *trabalho*:

O saber não é produzido na escola, mas no interior das relações sociais em seu conjunto; é uma produção coletiva dos homens em sua atividade real, enquanto produzem as condições necessárias à sua existência através das relações que estabelecem com a natureza, com outros homens e consigo mesmos. O ponto de partida para a produção do conhecimento, portanto, são os homens em sua atividade prática, ou seja, seu trabalho.

O método materialista histórico-dialético, calcado na prática social enquanto critério de verdade, coloca-nos diante do desafio da aproximação do fenômeno estudado, no que se refere à disciplina teórico-metodológica. Neste sentido Freire (1996) contextualiza o processo como evolutivo porque ultrapassa o saber ingênuo para alcançar uma curiosidade epistemológica, que vai tomando forças com o dar-se conta do sujeito enquanto este busca pela pesquisa. Já na realidade atual, conforme podemos observar, cada vez mais, as pesquisas acadêmicas têm entrado em conflito com o mundo do trabalho, tendo em vista que o pesquisador-trabalhador vive, ele mesmo, a contradição. Por um lado, está imerso na sua prática social que lhe demanda tempo, por outro, a rigorosidade de pesquisa em que o materialismo histórico-dialético se propõe, exige uma prática social objetiva, uma profunda fundamentação teórica e disciplina para corresponder a estas demandas.

Para além desta colocação, nos desafios do materialismo histórico-dialético na pesquisa em educação, percebemos uma constante sobrecarga ideológica dos aparelhos aos quais ela está submissa. Isso significa preocupar-se com o sistema em que nossa formação humana, na sociedade capitalista, está subordinada. E mais do que isto, propor estudos e pesquisas que interfiram na realidade concreta, de modo a transformá-la, não somente estabelecendo a prática como anterior à tomada de consciência, mas também buscando a transformação social que liberte a humanidade da opressão, como tarefa também dos fundamentos da educação – a história, a sociologia e a filosofia.

Estas referências são importantes no campo das ciências sociais, pois a sociologia proposta pelo estudo positivista não se compromete em intervir diretamente na realidade sob um horizonte emancipatório. Apenas situa-se como tentativa de mera análise da sociedade em formas de quantificar e classificar as ciências humanas no campo de suas relações sociais. Muitos estudos positivistas propõem-se ainda, à “remediação” mecânica de determinados processos sociais. Este pressuposto torna linear a análise sociológica, engessando a prática, além de supor a possibilidade de quantificar seres humanos ao secundarizar ou até ignorar sua subjetividade. Por outro lado, o materialismo histórico-dialético não se abstém de reconhecer e fazer uso de alguns instrumentos de quantificação, pensados pela escola positivista. O diferencial está em utilizar estes instrumentos como forma de enriquecer e auxiliar uma pesquisa científica, e não em pensar o ser humano como se fora uma experiência científica

que se equaciona pela quantificação. Em outras palavras, a quantificação deve servir à pesquisa e ao ser humano, e não a pesquisa servir para quantificação e padronização das análises sociais. Pois, como disse Reich (1973, p. 70), “o desenvolvimento dialético, resultante de contradições, faz com que nada seja durável; tudo o que nasce traz em si o germe da sua desaparecimento”.

Por outro lado, se pensarmos o funcionalismo na linha durkheimiana, profundamente estudada nas ciências sociais até os dias de hoje, veremos que existem fórmulas e regras para o estudo sobre a sociedade e suas relações. Émile Durkheim (2002) sugere padrões tanto para o comportamento humano quanto para possíveis “consertos” de condutas consideradas fora do “normal”. Pensar que seja possível corrigir seres humanos no aspecto da inconformidade com o comportamento padrão desejado é, acima de tudo, ignorar a possibilidade da contradição intrínseca no materialismo e nitidamente combatida pelo positivismo. Onde não há movimento de contradição não há ruptura em direção ao novo, nem criação, transformação ou saltos de qualidade no campo social. Onde se supõe não haver contradição, terá sempre um poder coercitivo, seja físico ou ideológico, contendo como meios e fins, a subserviência ao poder estabelecido. Em nosso sistema econômico atual, o poder concentra-se nos donos dos meios de produção, nos donos da terra e na política necessária para que estes sigam empoderados, ou seja, nas diversas expressões do Estado. Por isto a importância do método estende-se desde a pesquisa até a forma dos sujeitos de agir, ser e estar no mundo.

Um exemplo destas fórmulas sugeridas por Émile Durkheim trata de quando ele define *fato social* e logo, posteriormente, aplica regras aos fatos sociais constatados.

Não é possível definir o fato social pela sua generalidade no interior da sociedade. Características distintivas do fato social: 1) a sua exterioridade em relação às consciências individuais; 2) a ação coercitiva que exerce ou é suscetível de exercer sobre essas mesmas consciências. Aplicação desta definição às práticas constituídas e às correntes sociais. Outra maneira de caracterizar o fato social: o estado de independência em que se encontra em relação às suas manifestações individuais. Aplicação desta característica às práticas constituídas e às correntes sociais. O fato social generaliza-se por ser social, mas não é social porque se generaliza. (DURKHEIM, 2002, p. 31).

Após explicitar esta breve definição, o autor escreve: “Regra fundamental: tratar os fatos sociais como coisas” (2002, p. 41). Isso significa repensar a pesquisa nas ciências sociais, de modo a zelar para não recair sobre o subjetivismo, no qual se propõe muitas teorias fenomenológicas e que, muitas vezes, se fundem com o que defende a pós-modernidade⁶. É

⁶ Vamos tomar de Bauman (2003) uma das ideias de *pós-modernidade*, no caso do autor, assumida com o termo de “modernidade líquida”, onde o mundo vive momentos de multiplicidade e complexidade, as críticas de razões universais caem por terra e abre-se um espaço de incertezas e desconstruções teóricas, bem como relações

necessário, também, utilizar instrumentos possíveis de generalização e quantificação da escola positivista, sem perder o foco no materialismo histórico-dialético que pressupõe contradição, processo e movimento. Seria ingênuo combater o positivismo sem admitir que elementos do positivismo possam ser instrumentos de pesquisa no materialismo histórico-dialético. Porém, qualquer um destes instrumentos de pesquisa, utilizados no campo da quantificação, não pode ser prioritário em detrimento do fator qualitativo. Tendo por base a importância destes elementos no materialismo histórico-dialético, podemos observar a categoria de quantidade/qualidade a ele atribuído.

Segundo Mandel (1987, p. 17):

O marxismo não crê na ciência infusa e ainda menos no conhecimento intuitivo. Ele também não se comporta como um ‘educador’ unilateral, nem em relação ao proletariado nem ao movimento histórico (às peripécias da luta de classes). Ele aprende constantemente com o real, que está em contínua transformação.

Refletindo sobre o método e o comprometimento político relativo a ele, deparamo-nos hoje com desafios de ordem ideológica da realidade concreta nas pesquisas. É preciso reafirmar que o caráter educativo do *trabalho* abrange a formação humana como um todo e o campo de pesquisa que se abre nas mais diversas áreas. Por esta razão, os movimentos sociais populares do campo e da cidade apresentam-se como processos educativos, porém nem sempre de educação formal escolarizada. Esta dificuldade no campo da educação é perceptível, quando podemos ver cada vez mais as vertentes baseadas na categoria marxiana de *trabalho* e de uma reflexão crítica, encolherem-se em detrimento de pesquisas mais focadas somente na educação escolar e suas complexidades nos dias atuais. Ou ainda, consideram a bibliografia marxiana uma teoria ultrapassada ou determinista.

Analisar criticamente a educação, a formação humana e os rumos destas, tanto no Brasil quanto em nível internacional, é abrir portas para a transformação de um *status quo* vigente. Este sistema político e econômico atual torna-se cada dia mais violento e opressor, tendo em vista a constante necessidade de manter-se hegemônico. Quanto menos sujeitos “enquadrarem-se” nestas fórmulas para a sociedade, tanto maior a capacidade que teremos de desnaturalizar os constantes processos de agressão à vida que presenciamos dia-a-dia. Deste comprometimento social é que as pesquisas científicas necessitam não prescindir. Neste

dinâmicas na sociedade. Alguns movimentos feministas são frequentemente encaixotados na prateleira dos movimentos pós-modernos. Alguns, de fato são movimentos que atendem a demandas específicas tendencialmente sobre questões mais individuais. Mas o pós-modernismo seria basicamente um fruto teórico de uma cena internacional de capital flexibilizado, uma economia financeira flutuante, uma fluidez teórica, o fim das classes sociais, o estudo da diferença, uma sobreposição do sujeito individual ao sujeito coletivo, enfim, conforme o autor encontraremos variações.

sentido, autores brasileiros reforçam as lutas que vêm do povo e as formas educativas constituídas nestes espaços de resistência. Mas estes nem sempre são aceitos por aqueles que atribuem o caráter educativo como sendo o exclusivamente formal, representado pela escola. Retomamos, portanto, no texto de Marlene Ribeiro (2011, p. 36), uma passagem fundamental nesta compreensão:

Numa sociedade constituída de classes sociais, como é a nossa, as palavras assumem compreensões diversas que expressam o movimento contraditório decorrente dos interesses em conflito, presentes nessas classes. Assim, começaremos pela abordagem do popular que nos remete ao termo povo, o qual, na origem do Estado moderno, se uniu para derrubar duas classes, a nobreza e o clero, este sob o domínio do Papa, superando o feudalismo para fomentar o capitalismo. (2011, p. 36).

A passagem acima traduz o que pensamos quando tratamos da educação como formação humana, porque inclui o trabalho nesta formação, e onde o que é popular ou “popularizado” é questionado na sua validade científica, e, nesse sentido, se contrapõe às teorias de quantificações e de aplicabilidades mecânicas na realidade social. Neste artigo, a autora estabelece um histórico de extrema importância para os estudos sobre o desenvolvimento do processo educativo popular no Brasil, contextualizando com a América Latina e a trajetória de autores que contribuíram para o seu fortalecimento. A educação de uma época é aquela que é fruto das relações entre as classes nesta mesma época. Mas ela não é uma só, e nem está estanque. Por isso, a contradição desta pesquisadora, autora desta tese, também está presente em todos os momentos, tanto no aspecto teórico quanto prático, pois, segundo Konder (1981, p. 46):

A teoria é necessária e nos ajuda muito, mas por si só não fornece os critérios suficientes para nós estarmos seguros de agir com acerto. Nenhuma teoria pode ser tão boa a ponto de nos evitar erros. A gente depende, em última análise, da prática. – especialmente da prática social – para verificar o maior ou menor acerto do nosso trabalho com os conceitos (e com as totalizações).

Neste processo dialético, a pesquisadora faz diversos movimentos de ir e vir entre teoria e prática, numa relação contínua de contradição e mediação. Segundo José Paulo Netto (2011, p. 25), “o papel do sujeito é fundamental no processo de pesquisa”. Assim, o sujeito tem de apoderar-se da matéria em suas particularidades, de analisar suas diferentes formas de desenvolvimento e de buscar a conexão possível que há entre elas.

A pesquisa científica nas ciências sociais, mais especificamente na educação, está em constante transformação, em desenvolvimento e processo. A educação e o caráter educativo peculiar às lutas dos contrários, na nossa sociedade, precisam estar presentes em toda análise que se propuser a interferir na realidade, numa perspectiva emancipatória. É preciso posicionar-se. E, além disso, muitas vezes é necessário, também, afastar-se do fenômeno

estudado para analisá-lo, e outras vezes mergulhar dentro dele para aprofundá-lo, mas, sobretudo, estabelecer um método para fazer da pesquisa científica em educação um instrumento com/para/de quem é comprometido com a classe trabalhadora. Caso contrário, corremos o risco de ignorar ou de não utilizar um instrumento tão importante para o processo da consciência libertadora, para apenas reproduzir formas de coerção, violência e consentimentos das opressões historicamente construídas.



Fig. B

Capítulo 1 – A MARCHA MUNDIAL DAS MULHERES e a organização da pesquisa

Neste Capítulo pretendo contextualizar a pesquisa e, para isso, apresentarei as razões que justificam este estudo, bem como darei a conhecer o lugar de onde estão falando as sujeitas⁷ pesquisadas, para que possamos compreender melhor o movimento social popular tratado nesta tese. Além disso, será apresentada a Marcha Mundial das Mulheres (MMM), sua dinâmica de trabalho e o momento em que deixo⁸ de ser apenas docente e militante para me tornar docente/pesquisadora, mas, acima de tudo, militante enquanto mulher. Assim, a partir de agora, me identifico como pesquisadora/militante.

1. 1 – O feminismo e o dar-se conta: entre a MMM e a pesquisadora

A história de vida de cada pessoa encontra-se com fenômenos a ela exteriores, fenômeno denominado *sincronicidade* por Jung, e que permite afirmar: ninguém escolhe seu tema de pesquisa; é escolhido por ele (SAFIOTTI, 2015, p. 45).

Posso afirmar que, tanto o feminismo quanto a Marcha Mundial das Mulheres (MMM), tema central desta tese, me escolheram. Não determinei, a partir de um ponto ou de um momento vivenciado, que a minha dedicação teórico-prática seria esta. A determinação para o objeto de pesquisa veio num processo de contínuo movimento entre práticas e lutas do meu dia-a-dia, aliado a uma – por vezes – exaustiva dedicação à formação política. Este processo se dá desde a formação político-partidária até a formação pedagógica, que poderia resumir enquanto formação humana direcionada à transformação da realidade (FRIGOTTO, 1995). O caráter sonhador, utópico, ou melhor, aquele ímpeto de pensar formas de organizações de uma

⁷ Em alguns momentos iremos considerar o neologismo *sujeita* como forma de representar o feminino de *sujeito*. Esta concepção é uma opção política por concebermos que a linguagem humana atende a processos históricos, geralmente produzidos por grupos dominantes. Compreendendo como *sujeito(a)*, aquele que se opõe a objeto, com sentido de *eu pensante, sentido de espírito ou mente enquanto faculdade cognoscente*. Neste caso, reforçar a possibilidade de criar uma *sujeita*, é tratar de subverter “desse ponto de vista, a classe dominante, que possui o poder de definir, caracterizar e descrever o mundo. [...] e que começa a declarar que a fala habitual dos grupos subalternos é uma forma corrompida, um abastardamento do discurso dominante. Nesse sentido é que os sociolinguistas estão dando uma contribuição considerável para a desmistificação dessas noções”. (FREIRE, 1996, p.34).

⁸ Enquanto pesquisadora/militante, em alguns momentos desta Tese irei tratar a escrita na primeira pessoa do singular, e, em momentos de construções coletivas entre orientanda e orientadora, tratarei na primeira pessoa do plural.

transformação, aquele sentimento inexplicável que parte lá de dentro sempre andou comigo lado a lado.

Mas algo parecia não ser tranquilo ao longo da luta política, dos embates, dos enfrentamentos e até mesmo da vida cotidiana; nessas ocorrências, um elemento parecia estar se tornando cada vez mais presente: o problema de uma classe que hierarquiza e define o que é essencial e o que é secundário na luta. Comecei pouco a pouco a perceber – porque, de modo espontâneo, essas coisas não saltam aos nossos olhos – que, cada vez que participava de alguma formação da MMM ou de alguma ação formadora, fui me dando conta de algumas coisas na política de modo geral.

A estrutura partidária de esquerda oferece, sim, uma formação e embate sobre feminismo, mas depois de um tempo percebi que o volume de concessões feitas pelos grupos de mulheres, em nome de uma derradeira eleição, onde as coisas se atropelam e acontecem “para ontem”, é muito grande. Os argumentos para as mulheres permanecerem cedendo são os mais diversos. Mesmo em partidos de esquerda, as cotas mínimas de representatividade feminina ainda são motivos de brigas e de uma verdadeira humilhação individual, perante a condição da existência de pessoas que emprestam seus nomes só para que os partidos atinjam cotas perante a lei. Há sempre um “projeto maior” na contramão das cotas de mulheres e eles são de caráter imediato. A construção de nomes de pessoas para a política eleitoral é lenta, especialmente se tiver que ser uma mulher.

Neste bojo, a aproximação com o movimento social popular foi dando mais força aos posicionamentos e práticas partidárias – creio eu, pela visão de luta global característica da MMM e pelo fato de ser um movimento organizado só pelas mulheres – até que, de fato, incorporei e optei por uma teoria que não secundarizasse o movimento feminista e relegasse o “problema da opressão dos homens sobre as mulheres para depois da ‘revolução de classes’”⁹(HIRATA, KERGOAT, 1994).

⁹ Esta escolha de posicionamento político não foi algo tranquilo. Para uma pessoa forjada na leitura marxista desde tempos colegiais, a estas alturas perceber-me como alvo de adjetivos teórico-políticos como “fragmentadora da luta de classes” (WOOD, 2006), ou como alguém que fomenta os contraditórios “novos movimentos sociais que desvirtuam a luta contra o verdadeiro inimigo” (LEHER, 2000), causaram-me dois movimentos. O primeiro, foi o de buscar fontes que permanecessem no marxismo sem secundarizar a luta das mulheres; o segundo, foi realmente aceitar sem *culpas (!)* que é possível pararmos de hierarquizar no campo dos movimentos sociais anticapitalistas, quem luta *mais* quem luta *menos* e quem tem a *verdadeira luta* de quem *não a tem*. A própria história da luta das mulheres trabalhadoras e suas práticas revolucionárias mostraram que secundarizá-las é muita pretensão. Acredito que a medida das coisas sobre essas categorizações está na própria gênese da prática de qualquer movimento social: ou ele luta por questões pontuais, tão somente; ou luta pela superação de todo sistema capitalista e, nesse caso, é um movimento social popular. Mas, pode ser traduzido de forma mais simples e menos fragmentadora do que aparenta ser.

O movimento operário sempre funcionou segundo a hipótese de que a unidade política da classe trabalhadora poderia ser alcançada apesar dos conflitos e dos antagonismos de sexo. Resolver primeiro as desigualdades de classe pondo fim à exploração, na luta pelo socialismo e resolver depois num segundo tempo os problemas de opressão ligados ao sexo, foi a tradicional resposta no movimento operário internacional às reivindicações formuladas pelo movimento feminista. (HIRATA; KERGOAT, 1994, p. 95).

Em torno desta afirmação, busquei um referencial que não hierarquizasse a luta e compreendesse que estas relações se dão de forma *interseccionais*, como sugere Hirata (2014), pois poderemos tentar promover uma mudança social, acabar com a opressão de classe, e ainda sermos capazes de continuar sendo machistas e racistas. Esta interseccionalidade entre gênero, raça e classe estará presente na perspectiva da pesquisa, ainda que estas categorias conceituais não se relacionem entre uma e outra da mesma maneira. Elas possuem intersecções que nos permitem torná-las indissociáveis nos estudos dentro das ciências sociais.

A perspectiva do caráter educativo das lutas sociais, especialmente se pensarmos na luta das mulheres, diz muito respeito ao conhecimento popular e às formas subversivas com que mulheres trocam e trocavam suas experiências e saberes ao longo da história. Um exemplo clássico e curioso do qual se tem notícia foi a *caça às bruxas*¹⁰, na Idade Média, pois, além de praticarem suas ações aplicando seus conhecimentos e experiências sobre a cura de doenças e o uso de ervas e de chás, também se agrupavam para conversar sobre outros temas. E, assim, portanto, fortaleciam-se enquanto grupo:

[...] no contexto da “caça às bruxas” havia várias acusações contra as mulheres. As vítimas eram acusadas de praticar crimes sexuais contra os homens, tendo firmado um “pacto com o demônio”. Também eram culpadas por se organizarem em grupos – geralmente se reuniam para trocar conhecimentos acerca de ervas medicinais, conversar sobre problemas comuns ou notícias. Outra acusação levantada contra elas era de que possuíam “poderes mágicos”, os quais provocavam problemas de saúde na população, problemas espirituais e catástrofes naturais (EHRENREICH & ENGLISH, 1984, p. 15). Além disso, o fato dessas mulheres usarem seus conhecimentos para a cura de doenças e epidemias ocorridas em seus povoados acabou despertando a ira da instituição médica masculina em ascensão, que viu na Inquisição um bom método de eliminar as suas concorrentes econômicas, aliando-se a ela. (ANGELIN, 2005)

Assim como essa passagem do período medieval, existem diversos outros processos de aprendizagem e sabedoria das mulheres que não se deram no espaço formal de educação.

¹⁰ O processo de caça às bruxas, ocorrido na Idade Média, tem a ver, tanto com o que significavam os conhecimentos decorrentes das práticas e experiências das mulheres enquanto enfrentamento ao poder da Igreja Católica de ditar comportamentos, quanto aos interesses dos médicos e dos laboratórios em promover a produção e a divulgação de remédios. O mais famoso manual de caça às bruxas é o *Malleus Maleficarum* (“Martelo das Feiticeiras”), de 1486.

No bojo do processo de historicidade salientamos as análises da sociedade, suas práticas, seu desenvolvimento, o modo de produção e reprodução da vida, etc. Além disso, destacamos o esforço de analisar o necessário para conseguirmos categorizar o fenômeno do *patriarcado* que vem se sobrepondo nas sociedades, desde modos de produção anteriores e que nos dizem sobre as relações sociais e de trabalho, que vigoraram antes do capitalismo, desde os tempos da civilização antiga, e que nos dão pistas para poder afirmar que uma emancipação humana universal só poderá ser alcançada, de fato, se for feminista, ou então não será. Para argumentar sobre esse pressuposto, iremos debater a divisão sexual do trabalho que orienta essa afirmação no subcapítulo 2.1.4.

Frisamos que a compreensão de patriarcado aqui expressa nesta pesquisa, consiste em assumir a teoria sugerida por Christiane Delphy (2009, p. 173) adotada pela Segunda Onda do Feminismo¹¹ em torno dos anos 70 do século XX. Trata-se da designação de uma “formação social em que os homens detêm o poder, ou ainda, mais simplesmente, o poder é dos homens” (DELPHY, 2009, p. 173). Segundo a autora, o termo “patriarcado” é muito antigo, passou por vários estágios no processo de desenvolvimento das sociedades, mas o sentido que damos hoje a ele está conectado ao movimento feminista dos anos de 1970 para cá, especialmente, quando se atribui às relações de hierarquia entre os sexos. Pode, portanto, o sistema produtivo se transformar, sem que o sistema patriarcal de “sujeição” do sexo feminino pelo masculino, se modifique. Por esta razão iremos contextualizar as relações materiais que deram origem ao patriarcado, e as relações de luta e transformação da realidade concreta, que serão necessárias para esta superação.

É interessante expor que, dependendo do lugar de onde se fala, o termo patriarcado pode variar como “sistema de gênero”, “relações sociais de sexo”, “relações sociais de gênero” (DELPHY, 2009), entre outros. Segundo a autora, a grande maioria das teorias sobre o patriarcado reforça que ele se difere do capitalismo, porém, reforça-se no capitalismo. Algumas teóricas feministas, por exemplo, (Chandra Mohanty, Ann Russo, Lourdes Torres, 1991) optam por um ou outro termo mais em nível de militância, um ou outro mais em nível acadêmico, mas não há consenso e subentende-se qual fenômeno se quer expressar, seja qual for o termo utilizado.

Propor a compreensão da formação humana da mulher nos diferentes espaços, citando a categoria da totalidade, não significa a ousadia de *conhecer o todo*, mas de aproximar-se daquilo que o acúmulo histórico e o fazer prático conseguiu dentro do possível. Para a

¹¹ Desenvolvida no subcapítulo 2.1.3.2.

dialética marxista, o conhecimento é “totalizante e a atividade humana, em geral, é um processo de totalização, que nunca alcança uma etapa definitiva e acabada. Qualquer objeto que o homem possa perceber ou criar é parte de um todo”. Em cada ação empreendida, o ser humano se defronta, inevitavelmente, com problemas interligados (KONDER, 1981, p. 31). A este *todo* que a pesquisa propõe, faz-se necessário o distanciamento para analisar as partes de forma comprometida com o movimento do real. O desafio está em analisar a particularidade do movimento das mulheres com suas singularidades, também no limiar de suas contradições. Não há outra possibilidade na tentativa de análise do movimento de mulheres sem interligá-lo à totalidade de forma materialista dialética, bem como não há possibilidade de seguir um rumo relativista delimitado apenas pela subjetividade de gênero. Por isto, ainda que participante, a pesquisa necessita do distanciamento metodológico estratégico para analisar o processo.

Esta pesquisa contou com levantamentos de pesquisas já existentes, observações participantes, acompanhamentos em formações, reuniões, ações, encontros, bem como análises de conteúdo de documentos ou notas públicas produzidas pela Marcha Mundial das Mulheres (MMM), textos e publicações desta organização, relações possíveis instituídas como políticas públicas diversas que possam ser resultantes de demandas dos movimentos de mulheres, especialmente da MMM, coleta de dados estatísticos referentes às mulheres no Brasil ou no Rio Grande do Sul, análises de discurso das entrevistas semi-estruturadas de mulheres da MMM, etc.

Consideramos, contudo, a ênfase nas entrevistas semi-estruturadas, realizadas com militantes da MMM, pois é um dos instrumentos mais importantes de análise qualitativa, para podermos apreender elementos que, muitas vezes, não estão na aparência do fenômeno. De acordo com Vala (1989) a análise de conteúdo de um discurso é uma técnica de tratamento da informação que pode ser utilizada na pesquisa qualitativa. Segundo o autor, tratar de análise de discurso e análise de conteúdo, nada mais é do que transpor, em outras palavras, qual o método mais adequado para a pesquisa científica nas ciências sociais, ao analisar *forma e conteúdo*. Isto se refere tanto ao processo qualitativo de entrevistas com sujeitos, suas respostas e seus signos, quanto qualitativo/quantitativo na utilização de objetos e instrumentos diversos que façam parte de determinada pesquisa (cartas, músicas, dados estatísticos, mapas, filmes, etc.).

Ao longo de nossas análises, iremos encontrar também a referência *A.P.* que significa *Anotações Participantes*. São relatos e descrições de minhas vivências dentro da MMM, enquanto realizava o processo de pesquisa. Julgamos importantes estas anotações, pois

enriquecem o aporte de olhares dados ao fenômeno, muitas vezes simples e cotidiano, contudo, de sistemática sensibilidade perante o vivido.

Por fim, a pesquisa conta com mulheres que se disponibilizaram a serem entrevistadas, enquanto sujeitas-militantes/militantes-sujeitas, da MMM. Seus nomes serão preservados, mas seus dados essenciais nos trarão a ideia de onde e porque falam estas diferentes mulheres.

Caracterização das militantes do MMM entrevistadas

Referência	Local	Breve descrição
Militante 1	Caxias do Sul	27 anos, estudante de Direito e de Educação Física, desempregada, natural do Rio de Janeiro, mora em Caxias do Sul. Além da MMM milita no Coletivo Nacional de Juventude Negra – ENEGRECER.
Militante 2	Novo Hamburgo	55 anos, médica, mãe de uma filha.
Militante 3	Santana do Livramento	42 anos, funcionária da Prefeitura Municipal de Santana do Livramento, mãe de uma filha.
Militante 4	Porto Alegre	31 anos, professora de escola estadual, sindicalista, natural de Santa Maria.
Militante 5	Porto Alegre	27 anos, Porto Alegre, estudante de Marketing, trabalha no Sindicato dos Bancários, militante no movimento estudantil, mãe de uma filha.
Militante 6	Porto Alegre	Professora de escola estadual, mãe de um filho.
Militante 7	São Paulo – SP	Estudante, pesquisadora e integrante da Executiva Nacional da MMM.

Nosso campo de estudos é o Rio Grande do Sul, Brasil, mas julgamos importante buscar as palavras de uma integrante nacional da MMM e, por isto, fomos até São Paulo durante a pesquisa. Suas sínteses fazem parte da referência Militante 7.

Como veremos no outro subcapítulo, a pesquisa na perspectiva feminista vem ganhando novos estudos e novas sínteses. Apesar do método que apresentamos, outras configurações acerca da possibilidade de uma epistemologia feminista vêm sendo construídas. Diferentes vertentes estão apontando para alguns rumos científicos, e, ainda que tenhamos discordância de alguns, é interessante sabermos o que está sendo produzido e que sínteses poderiam ou não ser agregadas a uma proposta final nesta epistemologia.

1. 2 – A Marcha Mundial das Mulheres (MMM) e seu surgimento

– Uma sobe e puxa a outra!” – cantarolava uma senhora negra no ônibus do sindicato que ajudou a transportar novas e antigas militantes da MMM para a Ação Internacional de 2015 em Santana do Livramento - RS. Esta Ação Internacional da MMM em 2015 foi muito interessante, pois reunia mulheres de três países diferentes (Brasil, Uruguai e Argentina). Havia mulheres trabalhadoras diversas, todo tipo de religião, de diferentes “mundos culturais” – se é que isso existe – de diferentes manifestações de sua sexualidade, enfim, foi um momento extremamente rico. A empolgação da senhora que cantarolava pela primeira vez sobre a luta das mulheres negras ecoou no ônibus no caminho de volta para a casa. Era uma manifestação simples e grandiosa que ela aprendera numa reunião dentro do encontro, somente com mulheres negras. Depois de cantarolar como um grito de guerra “uma sobre e puxa a outra”, fazia questão de compartilhar no ônibus com as demais amigas que fizera na viagem, o quanto ela conseguia perceber que havia evoluído e o quanto retornava para a casa imbuída por ajudar aquela mulher negra que ainda não conseguia “subir”. O simbolismo presente nesse momento refletia muito do que é a Marcha. É um encantamento misturado com luta, é solidariedade misturada com paciência com as demais mulheres, é educação misturada com movimento. Foi fantástico (A.P.).

A MMM é um movimento social feminista e popular de âmbito internacional atuante em mais de setenta países de todos os continentes. Inicialmente, diversos países mobilizaram-se em torno do dia 8 de março em ações internacionais, lutando contra a pobreza e a violência em contundente crítica ao capitalismo no ano 2000. Inspiradas pela luta contra a condição feminina de pobreza e violência e pela marcha por “Pão e Rosas” de 1995, realizada em Quebec no Canadá, esta mobilização tomou proporções coletivas e vem agregando diferentes movimentos sociais em todo o mundo. Cresce, internacionalmente, numa relação de solidariedade entre diferentes povos. Esta relação de solidariedade internacional de movimentos sociais resultou na composição atual da MMM. Com caráter comum a países participantes de diferentes culturas, a MMM luta por uma construção de base popular nos cinco continentes.

A Marcha Mundial das Mulheres é um movimento feminista internacional, que surgiu no ano 2000 como uma grande mobilização que reuniu mulheres do mundo todo em uma campanha contra a pobreza e a violência. As ações começaram em 8 de março, Dia Internacional da Mulher, e terminaram em 17 de outubro, organizadas a partir do chamado “2000 razões para marchar contra a pobreza e a violência sexista”. A inspiração para a criação da Marcha Mundial das Mulheres partiu de uma manifestação realizada em 1995, em Quebec, no Canadá, quando 850 mulheres marcharam 200 quilômetros, pedindo, simbolicamente, “Pão e Rosas”. A ação marcou a retomada das mobilizações das mulheres nas ruas, fazendo uma crítica contundente ao sistema capitalista como um todo. Ao seu final, diversas conquistas foram alcançadas, como o aumento do salário mínimo, mais direitos para mulheres imigrantes e apoio à economia solidária. (CADERNOS DE FORMAÇÃO MMM, 2013, p.2).

Assim, a MMM possui, como um dos seus princípios, a organização das mulheres urbanas e rurais, partindo da ação das bases e alianças com os movimentos sociais populares. Sua defesa é de que as mulheres são sujeitas ativas na luta pela transformação de suas vidas e

da sociedade em que vivem. E isto diz respeito à necessidade de superação do capitalismo explorador do trabalho humano, patriarcal, racista, homofóbico e destruidor do meio ambiente. Uma das frases-símbolo da MMM é: “Seguiremos em Marcha até que todas sejamos livres”.

Sobre a organização da MMM ser tocada só por mulheres. É isso aí. Eu acho que o movimento das mulheres tem que ser feito pelas mulheres. Assim como outros movimentos são construídos pelos atores daquele movimento. Temos parceiros, temos companheiros, temos gente que nos ajuda e nos apoia, que concorda com a gente. Mas a gente só vai conseguir o nosso trabalho todo, é feito com as mulheres, nós falamos sempre em empoderar as mulheres, se nós não nos bancarmos, né... E os homens já tem isso meio que nato. Então eu concordo com isso, o protagonismo é das mulheres. (Militante 2).

As expressões feminismo/feminista, de modo geral, serão utilizadas na compreensão de um termo que expressa movimento de caráter político, alicerçado na luta das mulheres trabalhadoras. Esse movimento busca libertação e emancipação das mulheres, que tem por marco teórico, em nossa pesquisa, a chamada: *Primeira Onda do feminismo* datada de 1910, quando ocorreu a Conferência Internacional de Mulheres Socialistas, em Copenhague, na Dinamarca (GONZÁLEZ, 2010). Diferencia-se de movimentos de mulheres simplesmente, ou ainda de mero estudo de gênero, pois este, nem sempre traz como embasamento o movimento feminista de classe. Ainda que a intenção deste estudo não seja estabelecer relações de medidas entre estudos “mais” ou “menos” feministas, é importante citar que existem diversos feminismos e o nosso baseia-se nas contradições das relações materiais produção e de gênero, relações estas que estão intimamente articuladas, e fundamentam a análise da realidade. Sobre isso, apresentaremos algumas discussões sobre o tema no subcapítulo 1.3.

Sobre o método de organização da Marcha Mundial das Mulheres (MMM), traremos algumas informações organizacionais¹². Reportando-nos, mais especificamente sobre o Brasil, pois em cada país ela se organiza de formas diferentes. Podemos elencar que participam da MMM grupos de mulheres mistos, ou grupos autônomos de mulheres, mas sempre com a ideia de que a participação na MMM é uma participação coletiva.

Nela participam mulheres de sindicatos, de partidos, de associações de bairro, de núcleos, coletivos feministas, jovens, estudantes, etc. No Brasil abriu-se essa possibilidade de organização durante o processo de construção da MMM para que ela pudesse se configurar e tornar-se um movimento para além do ano 2000 quando houve a primeira Ação Internacional. Um exemplo em nível local de participação é um núcleo que havia da MMM da USP em São Paulo. Não eram as mulheres do DCE que eram da MMM, mas havia um núcleo só da MMM na USP. (Militante 7).

¹² Fonte: www.marchamulheres.wordpress.com/ - Acessado em out/2014.

Em nível local existem os núcleos da MMM, e, dependendo de cada lugar, há um comitê da cidade ou do estado, que junta todos os núcleos, todas as mulheres. No Brasil, em alguns estados existem as coordenações de comitês estaduais, como no Rio Grande do Sul, há a Executiva Estadual da MMM. Em nível nacional, existem as reuniões da Executiva Nacional, composta por integrantes de todos os estados, e, quando há uma reunião, os estados definem quem participa.

Eu conheci a MMM através do coletivo de estudantes de mulheres da Universidade de Caxias do Sul e a partir dali fui pro encontro de mulheres estudantes da une e desde então começou o namoro com a MMM. Tenho uma trajetória que já fecha uns seis anos com a MMM, desde então participo de atividades mínimas de organização desde a minha casa até a última ação internacional que foi em SP. Então, seminário, encontro internacional, etc... Estive lá. (Militante 1).

Internacionalmente, a Marcha Mundial das Mulheres (MMM) tem as coordenações nacionais e um comitê que possui duas representantes por região do mundo. Atualmente, nas Américas, uma representante é da Guatemala e outra do Quebec, no Canadá. Quebec foi justamente onde a MMM se originou sendo muito forte até hoje. As representações do Comitê Internacional são eleitas e renovadas a cada Encontro Internacional, podendo ser reeleitas por dois mandatos. Os encontros ocorrem de dois em dois anos. O primeiro encontro foi em 1998, quando se planejou criar a MMM (FARIA *apud* TORNQUIST, FLESHEIR, 2012). O encontro é uma instância onde participam entre uma a três delegadas por país, nos quais a MMM está organizada, sendo que, pelo menos uma, tem de ser jovem. A outra instância importante que existe, na Marcha Mundial das Mulheres (MMM), é o Secretariado Internacional. Começou no Quebec, ficou no Brasil desde 2006, e no Encontro Internacional de 2013, em São Paulo, o Secretariado Executivo passou a ter a sua representação em Moçambique. Este Secretariado cumpre tarefas de representações, comunicações internas, execução de tarefas, etc.

Segundo nossa entrevistada da Executiva Nacional da MMM, “a respeito da comunicação internacional a MMM possui três idiomas oficiais: espanhol, inglês e francês” (Militante 7). Esta política ocorre por uma preocupação com o acesso aos materiais de estudo e comunicação, de modo que uma única linguagem não seja hegemônica perante a diversidade da MMM. Todas as publicações devem ser traduzidas para os três idiomas, como forma de garantir o fluxo de comunicação e a possibilidade de participação, para chegar ao conhecimento de um número maior de mulheres, no mundo, ainda que existam diversas línguas.

Existem organizados os fluxos de comunicação entre a MMM internacional e nacional. E da MMM nacional para os estados e municípios. São produzidos boletins trimestrais que são enviados para o Brasil inteiro. Os materiais recebidos de todos os lugares do mundo passam pela organização nacional da MMM e são reenviados às localidades. Na coordenação nacional da MMM muitos materiais são editados, produzidos, selecionados, traduzidos. (Militante 7).

Quando a MMM começou a se organizar no Brasil, formou-se uma coordenação nacional composta por militantes políticas diversas, ONGs e movimentos sociais, em 2000. É importante ressaltar que mulheres de algumas ONGs podem estar junto da MMM, mas a MMM não pertence a nenhuma ONG. A dificuldade, porém, é pelo Movimento de mulheres ser muito institucionalizado, como nos diz a representante nacional da MMM: “A Marcha combate essa ‘ONGuização’ que é o Movimento de Mulheres. Mesmo que ONGs possam fazer parte da MMM, existem também movimentos sindicais que fazem parte da organização” (Militante 7). A MMM é formada também por mulheres de grupos de base que tenham ação, mobilização e participação política. Neste sentido, não classificamos em aspecto algum a MMM como uma ONG.

As vertentes teóricas da MMM, na produção intelectual em nível nacional e internacional, estão vinculadas à ação política, à classe e à raça. Trata-se de uma unidade política sobre quem são os “inimigos” da MMM e o que quer se combater. A MMM foi criada inicialmente na luta contra a pobreza e a violência sexista.

O avanço teórico-metodológico da MMM significou pensar sobre o capitalismo e o patriarcado como raiz do problema. No debate de esquerda existem muitas interpretações, existem variações teóricas no que se compreende sobre isso. O marco fundamental da MMM no Brasil foi posicionar-se como movimento feminista e anticapitalista a partir desta ação política. No Brasil a MMM fala em “capitalismo patriarcal” e no Quebec as mulheres chamam de “capitalismo e patriarcado”. Ainda que possam existir diferenças nesses conceitos, elas não impedem unidade na ação política. No Brasil quando se decidiu continuar com a MMM após a Ação Internacional de 2000, havia as Católicas Pelo Direito de Decidir, as mulheres da UBM ligadas ao PCdoB, mulheres ligadas aos movimentos do campo, mulheres da Sempreviva Organização Feminista - SOF, etc. Algumas entidades foram se desligando da participação na MMM, e outras foram se aproximando. (Militante 7).

As reflexões teóricas da MMM compõem-se basicamente das questões da divisão sexual do trabalho, de classe, raça e gênero, considerando a ação política um método. Gênero, não no sentido descritivo como algumas teorias de gênero vêm se propondo, mas na questão da opressão das mulheres inseridas no capitalismo, como parte das relações sociais de produção, como já citamos brevemente ao classificar de qual *feminismo* estamos falando. Helena Hirata e Daniele Kergoat, que iremos abordar em passagens desta pesquisa, por

exemplo, são autoras importantes que polemizam com os marxistas, mas traçam uma linha materialista histórica a partir da perspectiva feminista, utilizada muito fortemente dentro da MMM. Podemos citar a divisão sexual do trabalho pesquisada por Hirata e Kergoat (2007), em que as autoras estabelecem limites colocados nessa divisão até mesmo dentro da classe e dos próprios movimentos sociais, muito além dos limites que conhecemos do Estado e das políticas públicas.



Fig. C

A socialização familiar, a educação escolar, a formação na empresa, esse conjunto de modalidades diferenciadas de socialização se combinam para a reprodução sempre renovada das relações sociais. As razões dessa permanência da atribuição do trabalho, mesmo no contexto da reconfiguração das relações sociais de sexo a que se assiste hoje, continua sendo um dos problemas mais importantes da análise das relações sociais de sexo/gênero. E o que é mais espantoso é a maneira como as mulheres, mesmo plenamente conscientes da opressão, da desigualdade e da divisão do trabalho doméstico, continuam a se incumbir do essencial desse trabalho doméstico, inclusive entre as militantes feministas, sindicalistas, políticas, plenamente conscientes dessa desigualdade (HIRATA; KERGOAT, 2007, p. 607).

A MMM não desvincula a formação teórica da prática política e o mais importante é ter consenso na ação. Algumas mulheres da MMM em diversos países pelo mundo são mulheres de partidos comunistas. Já no Brasil, atualmente, as mulheres dos partidos comunistas mais tradicionais não agem politicamente junto da participação e organização das mulheres na MMM, bem como nas ações da MMM. É importante lembrar que a MMM é um Movimento em construção extremamente recente, fruto de uma demanda de luta e de um fluxo em rede que, no período contemporâneo, vem apresentando novas configurações organizacionais de

luta. Poderíamos dizer que é um fenômeno novo diante de um movimento social internacional, devido à possibilidade de comunicação que, em outros momentos da história não era possível, ou era mais lento. Há, no mínimo, novos elementos para agregar na análise das lutas internacionalistas, que são as ações em rede e o uso de tecnologias em favor da organização e da luta da classe trabalhadora.

Onde a MMM não é organizada, mas há uma organização de algum dos movimentos que a compõe, a mobilização em ações políticas acontece a partir do contato feito pelo próprio Movimento. Os comitês locais e estaduais se responsabilizam, conforme sua capacidade, por realizar periódicas formações políticas com as mulheres da MMM. São convidadas mulheres que nunca participaram e, no fluxo de alcance das formações da MMM, sempre se inscrevem mulheres que se tornam novas militantes. No Rio Grande do Sul, a MMM é atuante e possui uma Coordenação Executiva Estadual. Realiza periódicas formações e sempre as mulheres, integrantes da MMM, participam com representações em diversas ações políticas que estiverem de acordo com seus princípios. Acompanhamos uma intensa elaboração teórica da MMM no Rio Grande do Sul¹³, diante de todos os fatos políticos que vêm se apresentando, sejam em casos de retrocessos de conquistas já atingidas, seja na busca pelo avanço em políticas e demandas próprias do Movimento.

Não há uma especificação das mulheres diversas que fazem parte da MMM. É difícil traçar estas características, pois a diversidade brasileira é imensa. Porém, algumas pautas sempre aparecem. A pauta relacionada à soberania alimentar, na MMM, é uma demanda do campo. Tem a ver com a produção, a reforma agrária, a agroecologia, o combate aos agrotóxicos, ao agronegócio, etc. Mas na prática da luta,

É uma pauta que se perguntar para as mulheres da cidade, elas entendem, debatem e sabem da centralidade disso para a organização da MMM. O tema de mercantilização do corpo, que poderia parecer que é um assunto das jovens da MMM, é um tema que muitas senhoras do campo dominam politicamente muitas vezes, mesmo sem ter acesso à informação e comunicação. Existe essa dimensão educativa de prática incorporada. (Militante 7).

A partir da unidade das mulheres, se constrói uma ação política nessa troca, com debates que abarquem essa diversidade, mantendo o foco na luta transversal. Uma mulher que lute e milite na cidade, não haveria de ter como saber sobre os processos da luta do campo, se

¹³ As elaborações teóricas da MMM-RS encontram-se concentradas no blog *mmm-rs.blogspot.com*. Como citei anteriormente, a MMM é um movimento historicamente novo e sua forma de existir utiliza bastante as redes sociais e as formas alternativas de comunicação, tendo em vista que não possui verba suficiente para publicar seus textos, dependendo necessariamente de parcerias ou meios acessíveis como o virtual.

não houvesse essas trocas proporcionadas pelos movimentos sociais populares. Nesse sentido, a MMM encontra no caráter educativo um meio de existir, enquanto movimento amplo que extrapola a realidade local. O Movimento de Mulheres Camponesas (MMC) é considerado pela MMM um movimento aliado. Em nível nacional, a MMM tem uma aliança estratégica com a Via Campesina¹⁴. No tema da soberania alimentar, a MMM considera-se um sujeito deste debate. Estes movimentos atuam, portanto, como movimentos aliados.

Sobre o internacionalismo da luta da MMM, considerando que os continentes e países neles existentes são constituídos por incontáveis formações culturais, a política é construída através do sujeito político e das lutas concretas. O Fórum Social Mundial (FSM), por exemplo, foi importante neste processo global. Assim como a luta contra o livre comércio, a Organização Mundial do Comércio (OMC), bem como a Área de Livre Comércio das Américas (ALCA) contribuíram na formação da ação política da MMM. Durante os anos de 1990, a internacionalização do movimento feminista teve contribuição da Organização das Nações Unidas (ONU), o que gerou um momento de críticas e cuidados perante o movimento feminista. Por um lado, popularizaram-se temas em torno da violência e da pobreza, por outro, abriram-se brechas para uma luta maior.

O Brasil participou da articulação da MMM desde seu primeiro encontro internacional em 1998, no Quebec. Nesse primeiro encontro internacional se definiu a plataforma centrada em 17 pontos contra a pobreza e 17 pontos sobre a violência. A proposta foi realizar um abaixo-assinado em torno dessas reivindicações para ser entregue na ONU, no Banco Mundial e no Fundo Monetário Internacional em 17 de outubro. Ou seja, a MMM iniciou como uma campanha lançada no dia 8 de março a 17 de outubro de 2000 (Dia Mundial de Luta contra a Pobreza). No Brasil, em outubro de 1999, foi realizada a primeira reunião nacional, na qual constituímos a MMM no Brasil. Nessa reunião as mulheres da CONTAG apresentaram a proposta de realizar a Marcha das Margaridas em agosto, em adesão à MMM. Essa foi a atividade mais massiva naquele ano de 2000, com a presença de 20 mil mulheres. Entre 8 de março e 17 de outubro foram realizadas inúmeras atividades em todos os estados. (FARIA, 2012, p. 294-295).

Este processo de levantes políticos entre o final da década de noventa foi um período de políticas de ajuste na América Latina e na África. No entanto, quando se coloca a dimensão material como fundamento da opressão das mulheres, não é difícil encontrar pontos comuns na luta, seja no Brasil, seja na África.

¹⁴ A Via Campesina, no Brasil, congrega o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), o Movimento das Mulheres Camponesas (MMC), a Pastoral da Juventude Rural (PJR), a Comissão Pastoral da Terra (CPT) e a Federação dos Estudantes de Agronomia do Brasil (Guzmán & Molina, 2005, p. 7. In: RIBEIRO, 2009, p. 423).

Quando se considera que o caráter de exploração está vinculado à formação cultural, pensar uma perspectiva que traga a cultura *a priori* irá nos dizer que a opressão é diferente nas diversas culturas. Dessa forma, tornaria engessada a ação internacionalizada, pois nada poderia ser feito onde a cultura não permitisse mudanças, ou onde a cultura entrasse sempre em conflito com a ideia de imposição de uma cultura sobre outra. Talvez este seja um antigo dilema da antropologia, de entender algumas comunidades, mas nada poder fazer para não se tornar uma espécie de “imperialista” perante o outro. No caso da MMM, reflitamos: por exemplo, a cultura branca ocidental cristã sobre a cultura árabe oriental muçulmana. Como se definiria o que é ou não opressão, ou o que é ou não passível de luta e conflito por parte das mulheres destas realidades e culturas tão diferentes?

A MMM, por referenciar-se no materialismo histórico, partindo da prática e das relações sociais de opressão, considera que a luta de uma mulher, em qualquer parte do mundo, é uma luta internacional e por isto, comum a todas. Isso significa pensar a soberania dos povos, enquanto o grande responsável pela *denúncia* da opressão. Ou seja, no exemplo dado, não são as mulheres ocidentais que vão denunciar a opressão das orientais, mas os focos de resistência orientais vão se organizar e, além disso, vão transpor a solidariedade internacional necessária, por parte dos grupos femininos de resistência ocidentais. Não há um foco sequer de opressão das mulheres em todos os continentes, nos quais não existam manifestações internas dos próprios povos contrários a elas. Ocorre que umas são combatidas de formas mais violentas, outras menos. Umas ficam sabendo daqui do outro lado do mundo, outras não. Por isto é que pensar um movimento em rede, com métodos alternativos de comunicação, se torna algo tão importante. As formações culturais manifestam sim a opressão de diferentes formas, mas no fundo, essas opressões estão relacionadas com a realidade concreta e sensível.

A solidariedade é um elemento que unifica os sujeitos da MMM rompendo com as barreiras religiosas e até mesmo culturais que possa haver no movimento feminista. A MMM é constituída com base real. Todos os chamados de ação, de intervenção, de unidade política em determinado país, é respeitado primeiramente pela formulação da MMM local. Quanto mais a MMM consiga estar em diferentes lugares, de forma orgânica, maior a potencialidade de ação política de solidariedade internacional naquele espaço. E com as diferentes realidades no mundo, as mulheres da MMM de todo globo ficam a par de ações e assim capazes de trocar, interagir, lutar, aprender e apoiar-se em muitas situações. (Militante 7).

Esta reflexão vai ao encontro do que a MMM tem, como um de seus pilares, a autodeterminação dos povos. A MMM no Brasil já efetivou, por exemplo, diversos

movimentos de apoio às mulheres da Palestina, contra toda a violência que elas vêm sofrendo por viverem em uma região de conflito.

Como temas de maiores enfrentamentos da MMM atualmente, podemos citar as lutas contra: a mercantilização do corpo e da vida das mulheres, o modelo de desenvolvimento com base na relação capital x trabalho, a exploração de trabalhadoras do campo e da floresta, a violência e o feminicídio¹⁵, o agronegócio, as grandes obras realizadas no Brasil hoje, a prostituição, a mobilidade urbana; e a favor: da legalização do aborto, do Estado laico, da soberania alimentar, da economia feminista, da autodeterminação dos povos, da paz e desmilitarização, e de políticas públicas que possam gerar oportunidades de melhoria de vida das camadas mais pobres da população, especialmente, mas não só, das mulheres. Estes desafios e as lutas que geram vêm sendo enfrentados de acordo com as regiões brasileiras e as demandas das mulheres em torno da exploração e da opressão, sem perder o foco no combate estratégico de ação contra o capitalismo, intrínseco a todas as pautas de luta. Daí sua diferenciação de alguns outros movimentos de mulheres que, possivelmente, lutam somente por pautas imediatas e que nem sempre estão embasadas na perspectiva anticapitalista. Nesse sentido, a análise que orientou o 9º Encontro Internacional da MMM, ocorrido em São Paulo em outubro de 2013, foi de como estamos vivendo hoje a ofensiva do capital.

Ela articula a ofensiva sobre os territórios, a natureza, a biodiversidade, a terra, sobre os corpos das mulheres, sobre o trabalho e a renda e como a militarização é o estruturante deste modelo. A partir daí surgiram diversos relatos sobre o que vem ocorrendo no mundo. Ao mesmo tempo o Encontro discutiu o campo da construção das alternativas. Alguns relatos de mulheres da Europa no 9º Encontro¹⁶ enfatizaram, por exemplo, que a MMM europeia vem debatendo também sobre políticas de ajuste principalmente no reflexo sobre a precarização do trabalho das imigrantes. Os conservadores vêm fazendo um forte movimento pela restrição do aborto e dos direitos ao corpo, que são pautas já avançadas historicamente de alguns locais, e atualmente passam por retrocessos. (Militante 7).

Após o 9º Encontro, definiu-se o caminho para a construção da Ação Internacional de 2015. De cinco em cinco anos, a MMM realiza ações internacionais que unificam o mundo inteiro num tipo de ação específica. No ano de 2015 a Ação Internacional, realizada no Brasil,

¹⁵ O Feminicídio é um termo em disputa política. A luta por considerar que o homicídio contra a mulher não é um simples assassinato ou crime passionai, resultou na mudança da lei 13.104 do Código Penal brasileiro, assinado pela Presidenta Dilma Roussef em 9 de março de 2015. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13104.htm/ Acessado em novembro de 2015. A lei prevê a especificidade deste crime hediondo pela condição de morte ser um ato contra o sexo feminino, ou por violência doméstica ou familiar, ou por menosprezo e discriminação à condição de mulher. Mudar essa lei é um ato importante na medida em que se torna mais visível e passível de quantificar este tipo de crime, a fim de subsidiar e qualificar a mudança social necessária para que isso acabe.

¹⁶ As políticas, estratégias, formulações e textos deste 9º Encontro Internacional da MMM estão disponíveis no site nacional da MMM <https://marchamulheres.wordpress.com/category/encontro-internacional/>

foi, portanto, mais regionalizada e menos centralizada. Cada estado organizou algum tipo de intervenção de visibilidade, ação política, formação em torno de diversos eixos de debate, organização, construção, divulgação e fortalecimento do Movimento.

Na região Sul, encontramos-nos na cidade de Santana do Livramento, nos dias 26, 27 e 28 de setembro de 2015. A peculiaridade da Ação Internacional de 2015, nesta região, foi incorporar à MMM, dos estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná, mulheres da MMM vindas da região de fronteira – Uruguai e Argentina. A riqueza deste encontro, para além da diversidade de mulheres e de lutas expressas por aquelas participantes, era a curiosa troca entre experiências que estão ocorrendo nos três países: Brasil, Uruguai e Argentina. A escolha pela cidade de Santana do Livramento também não foi feita por acaso, mas sim, por esta cidade ter um significado expresso pelo alto índice de violência contra as mulheres e pelas ocorrências de feminicídio.

Relatos das mulheres locais deram conta de denunciar nesta Ação Internacional realizada na fronteira, que o machismo e a violência contra as mulheres são muito fortes em toda a região e contra as uruguaias também. Homens uruguaios cometem crimes contra as brasileiras e homens brasileiros com as uruguaias. O fato das leis serem diferentes e da facilidade de esconder-se na fronteira oposta talvez seja um dos motivos pelo qual não há uma articulação mais forte de contraofensiva machista. A polícia de um país não vai entrar no outro e vice-versa. É uma situação bem delicada. Santana do Livramento carrega o fardo de ser uma cidade brasileira fronteiriça com alto índice de feminicídio (AP).

Esta vivência de trocas com mulheres de outros países e regiões suscitou lembranças dos diversos relatos que ocorreram na 4ª Ação Internacional da região Sul. Mas, voltemos às demais ações.

A 1ª Ação Internacional foi, portanto, a campanha inicial descrita na passagem de Faria (Apud: TORNQUIST, FLESHEIR, 2012), com as 2000 razões para marchar contra a pobreza e violência, e se estendeu pelo período de 8 de março a 17 de outubro. A 2ª Ação Internacional ocorreu em 2005, sob o lema: Mulheres em Movimento Mudam o Mundo, onde foi elaborada a Carta Mundial das Mulheres para a Humanidade, após um amplo debate e construção coletiva.

No dia 8 de março de 2005, durante uma passeata com 30 mil mulheres de todo o Brasil, em São Paulo, a Carta iniciou sua viagem ao redor do mundo. Até 17 de outubro, ela passou por 53 países e territórios. Nestes países, as Coordenações Nacionais da Marcha expressaram as suas lutas e propostas em um retalho de tecido. Estes retalhos foram sendo costurados em uma Colcha da Solidariedade, que foi concluída na última parada em Ouagadougou, em Burkina Faso, um dos países mais pobres do mundo. Enquanto isso, ações foram realizadas em 17 de outubro, ao meio-dia, em cada meridiano em uma vigília de 14 horas de Solidariedade Feminista. A “onda” começou nas ilhas do Pacífico (Nova Caledônia, Samoa e

outras), foi para a Ásia, Oriente Médio, África e Europa simultaneamente, terminando nas Américas. (SOF, 2014, p. 09).

A descrição da 2ª Ação Internacional, feita pela SOF/2014, coloca-nos a refletir sobre esse fenômeno de movimento em rede, uma espécie de globalização do modo que propõe Milton Santos (2001) quando diz que é preciso transformar esta globalização capitalista, que é *perversa*, em *uma outra globalização*. Segundo ele, necessariamente, das camadas populares é que sairá a mudança, e que as técnicas aperfeiçoadas pelo capitalismo, devem estar a serviço do povo na busca dessa insurgência.

Por fim, a 3ª Ação Internacional no Brasil foi realizada em 2010, onde 3.000 mulheres marcharam entre as cidades de Campinas/SP e na capital, São Paulo. Como eixos da 3ª Ação Internacional de 2010, a MMM organizou-se a partir das seguintes temáticas: bem comum e serviços públicos, paz e desmilitarização, autonomia econômica e violência contra as mulheres.

Esta ação teve três focos: expressar demandas nacionais por meio de marchas e/ou caravanas, marcar o 100º aniversário do Dia Internacional de Luta das Mulheres, por meio da recuperação da história de mulheres lutadoras; amplificar a voz das mulheres que sofrem violência em situações de conflito armado, e apoiá-las em seus esforços para expor as causas dos conflitos e encontrar soluções para superá-las. Mais de 100 mil mulheres de 75 países participaram de ações nacionais, regionais e internacionais (SOF, 2014, p. 12).

Ao longo de seus Encontros Internacionais, a MMM foi elaborando coletivamente estratégias de ações internacionais e demandas oriundas da situação de opressão em todas as partes do mundo. O lema escolhido para a 3ª Ação Internacional foi: “Seguiremos em Marcha até que todas nós sejamos livres”.

Em 2014/2015, em nível internacional, a MMM passou por um processo de transição do Secretariado Executivo para Moçambique. As moçambicanas vêm sendo cada vez mais exploradas na lógica capitalista, principalmente por empresas brasileiras e políticas de expansão capitalista oriundas, ironicamente, do Brasil. As denúncias¹⁷ dão conta de que grandes corporações brasileiras invadem Moçambique, explorando riquezas naturais, prejudicando a autonomia das mulheres e instituindo o agronegócio, uma fonte de exploração e destruição do meio ambiente, como vem ocorrendo no Brasil.

A MMM e seus temas, conseguem alcançar mulheres de diferentes espaços, pois existem algumas opressões que são comuns. Especialmente tem crescido, como foi dito

¹⁷ Debates disponíveis em <https://marchamulheres.wordpress.com/category/encontro-internacional/>.

anteriormente, no meio estudantil, por parte das jovens que, cada vez mais, discutem abertamente determinados temas, próprios das mulheres.

Dos temas da MMM que eu me identifico mais, o tema do aborto é um tema que eu comprei bastante. São tantos temas que a gente foi pro Encontro de Mulheres Estudantes pra debater. Faz duas semanas. Ele tem nos estados e a gente teve pré-EMEs. Alguns estados conseguiram fazer antes do encontro nacional outros não, então vamos fazer depois. Fomos para o EME nacional e agora na metade do ano tem o EME estadual. A gente é muito protagonista da MMM entre os estudantes. Nós estamos na pasta de mulheres da UNE há muito tempo. Nós estávamos com a MMM a frente do processo. A gente construiu esse debate fortemente na UNE. Vários outros coletivos feministas inclusive que se constituíram no Movimento Estudantil foi muito por conta da militância da MMM de todo o Brasil. Então, a MMM tem muita influência do feminismo no Movimento Estudantil, temos núcleos da MMM em universidades. Outro tema que tem me feito identificar enquanto MMM, enquanto movimento feminista, que tem me tocado mais ultimamente, é o tema da economia solidária. Que também tem a expressão que a MMM usa, economia feminista. Isso da emancipação através da própria renda e da constituição de uma nova economia, na perspectiva da luta contra o capitalismo e o patriarcado, é um tema que tem me tomado. (Militante 5).

No Brasil, as mulheres da MMM acumularam debates sobre um tema que diversos movimentos já vêm pautando e que, no ano de 2014, esteve em longo processo de discussão no cenário político. Trata-se do tema da Reforma Política e da intervenção das mulheres num novo sistema político brasileiro. O sistema político brasileiro carece de transformação estrutural, pois a não-participação das mulheres, efetivamente, só contribui para a conservação do patriarcado respaldado pelo poder do Estado. Em processo ainda inacabado, o Congresso Federal brasileiro, ao que nos parece, não está muito disposto a mudar as regras políticas em âmbito nenhum¹⁸.

Eu acho que me descobri feminista quando entrei para a universidade e comecei a conhecer mulheres que debatiam feminismo e construíam a pauta dessas no

¹⁸ Em 17 de abril de 2016, o plenário da Câmara dos Deputados aprovou o Relatório sobre o afastamento da Presidenta Dilma Roussef, com 367 votos favoráveis e 137 contrários. O parecer da Câmara foi imediatamente enviado ao Senado, que também formou a sua comissão especial de admissibilidade, cujo relatório foi aprovado por 15 votos favoráveis e 5 contrários. Em 12 de maio do mesmo ano, o Senado aprovou, por 55 votos a 22, a abertura do processo, afastando a Presidenta Dilma Roussef da presidência até que o processo seja concluído. O Ministério de Michel Temer, presidente interino que assumiu o governo em decorrência do impeachment da Presidenta Dilma Roussef, é constituído de “homens, velhos, ricos, machistas e racistas”, conforme críticas que estão obrigando-o a fazer concessões. Isso mostra o tamanho da luta a ser enfrentada pela Marcha Mundial de Mulheres (MMM), no Brasil. “Quinta-feira, 12 de maio de 2016 - 19h23 Atualizado em quinta-feira, 12 de maio de 2016 - 19h41. ONU critica falta de mulheres no governo Temer: Ministeriado é o primeiro sem mulheres desde a década de 1980. A representante do Escritório da ONU Mulheres no Brasil, Nadine Gasman, alertou para a ausência de mulheres nos novos ministérios, anunciados nesta quinta-feira pelo presidente interino Michel Temer”. Da Agência Brasil noticias@band.com.br “A equipe ministerial anunciada pelo presidente em exercício, Michel Temer, não foi bem recebida por ativistas de causas sociais e em defesa das minorias. Entre os 23 nomes confirmados para o primeiro escalão do peemedebista, não há nenhuma mulher ou negro. Por Aline Macedo/Sérgio Roxo em 12/05/2016; Atualizado em 13/05/2016. O Globo”. <http://oglobo.globo.com/brasil/falta-de-mulheres-de-negros-em-ministerio-de-temer-criticada-19293761#ixzz49UFYNWIM/>

Movimento Estudantil. Foi no Movimento Estudantil que eu conheci feministas, que se declaram feministas... O feminismo. Com o tempo, a convivência e a construção do movimento, eu fui me identificando. (Militante 4).

Observamos que a MMM aparece como um primeiro espaço de militância de muitas jovens. Existem na MMM mulheres oriundas dos movimentos sociais populares e também mulheres que iniciaram, muitas vezes através da MMM, a compreender e dividir vivência sobre outros movimentos sociais. Em nossas observações, é muito significativo, por exemplo, o número de militantes sindicalizadas e outras militantes que vêm se agregando a partir dos movimentos estudantis de diversos lugares, participando da MMM.

A MMM tem tido cada vez um peso maior na minha vida. Eu sinto na mudança do meu comportamento o resultado dessa formação que tenho tido ao longo do tempo. Não sei se consigo definir numa palavra o que MMM representa para mim, mas emancipação é uma palavra importante. Me sinto mais segura comigo para estar nos espaços. E também da construção da empatia com as mulheres. São duas palavras que definem bem a MMM na minha vida. (Militante 5).

Como iremos acompanhar nesta pesquisa, a MMM traz um elemento interessante para a compreensão da sua essência que vai além da perspectiva do movimento social em si, que ela é, mas se configura na fala das entrevistadas uma prática de vida militante. Esta prática de vida militante passa a ser percebida e incorporada no cotidiano, para além das ações políticas e formações, mas como uma forma de ver e viver no mundo.

1.3 – A busca pela epistemologia feminista

A grande dificuldade é que mesmo que esteja mudando, vem muito preconceito conosco pelas bandeiras que a gente defende. Outro dia uma companheira de outro movimento me disse: vocês são contra a família? E eu respondi, não, a gente não é contra a família. Pelo contrário, a gente é a favor de todas as formas de família. Então a gente sofre por isso, pelo que a gente defende, o próprio sistema nos faz como se a gente fosse uma coisa ruim, e não é. (Militante 3).

Eu acho que me dei conta do meu feminismo foi quando comecei a trabalhar como médica e percebi que as mulheres estavam em desvantagem. E a minha primeira militância, discussão, começou com a questão do aborto. Justo do aborto. E aí que me dei conta que essa era uma das maiores bandeiras que deveríamos ter. Como é que uma mulher que já tem quatro filhos não pode fazer um aborto da gravidez do quinto filho se ela quisesse? Não pode. A partir daí pensei: alguma coisa nós temos que fazer. (Militante 2).

Eu acho que ser militante da MMM para mim é isso, é um jeito de repensar todo o dia a minha vida e entender que a gente que é feminista também tem contradição, que a gente não é perfeita, que a gente tenta aproximar cada dia o discurso da prática, que não é fácil, mas que a gente tem um discurso ali que está correto, né, e

que é o lugar por onde a gente quer caminhar. E nem sempre é fácil caminhar pra ele. É uma construção cotidiana. Tem horizonte, né. A MMM me dá meu Sul, me diz pra onde eu tenho que ir. Ser militante da MMM é trazer isso pra minha vida e ter a possibilidade de cuidar de mim e de outras mulheres, uma perspectiva solidária. (Militante 6).

As mulheres estão sempre sendo avaliadas pelos outros. E constantemente sempre no julgamento generalizado de qual é a forma mais adequada de ‘ser mulher’. Assim como na teoria, no corpo: um corpo inadequado precisa ser ‘ajustado’. Isso significa que precisa estar agradando. E para estar agradando precisa ‘ser agradável’. Observei através desta formação com a militante Nalu Faria, que de uma forma ou de outra sempre temos que estar agradando ao homem e ao patriarcado (A. P.).

Assim como no corpo, na teoria, construir os aportes necessários para uma epistemologia feminista também passa pela lógica descrita na Anotação Participante (A.P.) acima. Não somente somos cobradas quanto à nossa existência material – para que esta seja ajustada –, mas também quanto à entrada da mulher nos campos teóricos e científicos. É sabido que, como qualquer outra atividade antes feita somente pelos homens, quando da entrada das mulheres nela, a exigência fica no universo das perfeições sem possibilidades de erros. Do contrário, o erro recai – veladamente ou não – ao fato de ter sido feito por mulheres e não ao fato de que seres humanos erram. Assim vivem mulheres que são chefes de empresas e ocupam altos cargos; assim vivem as mulheres na política – quem sabe, esta é a justificativa do presidente interino, Michel Temer, pelo fato de não ter convidado nenhuma mulher para compor seu Ministério –; assim vivem até as mulheres líderes de movimentos sociais mistos, assim atuam as mulheres na academia científica – especialmente se formos dar ênfase ao antiquado termo “ciências duras” – onde encontramos menos mulheres. Afinal de contas, se há um espaço onde se critique as sínteses científicas, esse espaço é o das ciências humanas, coincidentemente – ou ironicamente – é onde as mulheres estão conseguindo abertura para participar cada vez mais.

Há várias taxionomias das ciências. Ora são classificadas em ciências naturais, ciências biológicas e ciências humanas; ora se reduzem a ciências da natureza e ciências do espírito; ora, ainda, se dividem em ciências naturais e exatas, de um lado, e ciências sociais de outro; ou então, em ciências duras e humanidades. Os cientistas que acreditam na neutralidade das ciências duras e no comprometimento político-ideológico das ciências humanas e sociais ainda não compreenderam o que é ciência. Por esta razão, se referem às ciências humanas e sociais, pejorativamente, como *perfumarias*. (SAFIOTTI, 2015, p.41).

Por isso, quando se trata de entrar na “roda viva” científica, acaba ocorrendo, também, essa relação de *agradar* aos intelectuais pré-existentes, até para não correr o risco de criar *perfumarias* e também, na contramão desse processo, acaba acontecendo um movimento numa espécie de subversão teórica. Cada vez mais as mulheres estão problematizando e transformando a ciência pensada pelos homens até os dias de hoje. Com isso, estamos

percebendo que, analisar ou estudar o que *é importante* para o conhecimento da história da humanidade, depende sempre de escolhas que foram feitas, em geral, por homens – e definidas por eles o que é “importante”. Desde nossos livros didáticos escolares até os mais profundos escritos históricos e filosóficos existentes da história do pensamento humano, sempre foram escolhas e/ou obras feitas por homens. E estas escolhas pensadas a partir de uma *episteme* feminista podem vir a refutar alguns pontos, agregar outros e quiçá transformá-los.

Pesquisar e escrever sobre feminismo, embora seja audacioso, devido ao tema ainda ser polêmico em grande parte da sociedade, é contraditoriamente desafiante no campo acadêmico, científico e filosófico, pois o risco de falar sobre “mais do mesmo” é iminente. Ou ainda, o desafio aumenta ao se buscar métodos e teorias que realmente contribuam para a pesquisa, para o conhecimento e a prática política. Procurar a novidade, estabelecer as conexões, e as relações, atentar para as armadilhas, lidar com a contradição, a historicidade e ainda ser capaz de apreender novas sínteses, é um tanto quanto ousado e difícil. Vamos ao desafio!

Ao longo de nossos estudos buscamos fazer diversas leituras sobre as teorias que fundamentam uma “nascente” *epistemologia feminista*¹⁹. A questão das mulheres, tanto em âmbito acadêmico/científico quanto filosófico, e as atribuições categóricas para analisar a realidade nos mostraram algumas cisões e intersecções. Ao mesmo tempo em que se desvelam possibilidades de uma epistemologia feminista, lidamos com vertentes científicas protagonizadas, especialmente, por homens que defendem a impossibilidade de uma ciência feminista ou qualquer sinônimo que o valha. Um exemplo disto é o que nos diz o filósofo e professor de Lógica, no Canadá, o argentino Mário Bunge (2007), que chama os estudos feministas de *pseudociências*. Bunge defende uma *filosofia exata*, capaz de ser observada e livre das subjetividades. Acredita que o feminismo, enquanto uma política é um elemento importante a ser conquistado para a igualdade de direitos das mulheres. Porém, cientificamente, não. Como considera o estudo feminista especialmente alicerçado no existencialismo, no subjetivismo e na psicanálise, peculiar a uma criação da pós-modernidade acadêmica, o professor Bunge (2007) considera, no trecho²⁰, que:

¹⁹ “Nascente” está entre aspas exatamente por considerar que uma *teoria do feminismo* ou uma *teoria feminista* talvez não seja algo tão novo assim na história das relações humanas, contudo, registrado, organizado e possível de ser acessado, é sim, algo novo e toma vigor ao longo do século XX. Esta ideia aparecerá mais tarde quando falarmos sobre a trajetória da teoria feminista diante da luta das mulheres também contra a ciência androcêntrica e os rumos do conhecimento.

²⁰ Trecho do artigo *Contra el charlatanismo académico* (2007), do físico, filósofo e humanista Mário Bunge, publicado originalmente no Diário ABC da Espanha em 1998. Atualmente disponível no site: http://www.lainsignia.org/2007/febrero/cyt_001.htm

[...] el feminismo político es el admirable movimiento que persigue la emancipación de la mujer. El feminismo académico es la industria que rechaza todo el conocimiento obtenido hasta ahora, por considerarlo una herramienta de dominación masculina: la verdad tendría sexo. Algunas empresarias de esta industria sostienen que la ciencia masculina deberá ser sustituida por una ciencia femenina (pero aún no se han puesto a la tarea, seguramente porque la guerra contra la – ciencia androcéntrica – les absorbe toda la energía). Otras, más radicales, o acaso más perezosas, afirman que toda ciencia, empezando por la lógica, es – falocéntrica – y por lo tanto enemiga de la mitad de la especie humana. ¡Desdichadas las militantes que se dejan engañar por esta industria que desacredita la noble causa feminista!

Com uma mistura de crueldade com as palavras e dureza metodológica – que nada tem a ver com saber, de fato, a *verdade* –, o professor descarta a possibilidade de haver relação entre a luta política das mulheres e a ciência que produz o conhecimento. Reforça que não é necessário categorizar o feminismo cientificamente, tampouco filosoficamente, e ainda subestima a capacidade das mulheres que entram no campo científico, ironizando que as mais *radicais* querem começar a história do *zero* a partir de uma ciência não-androcêntrica. O lamentável é que este tipo de postura ideológica – sim, porque dizer que é postura científica o credencia a receber ‘confiança’ – não percebe que a história contada ao longo das gerações, é sim, uma história oficial do ponto de vista masculino. Indago: deixa de ser a história da humanidade por ter sido sempre registrada, pensada e refletida por homens? Não deixa, mas hierarquiza a importância dada aos fatos da realidade e os métodos para conhecê-lo, de acordo com um ponto de partida de suas versões: o olhar dos homens. Esta acaba por ser, enfim, a história da busca pela *verdade* humana e o aceitável como *ciência*, que deixa de fora as mulheres, enquanto seres humanos criadores e intérpretes, também, da história.

Pensando nesta perspectiva, se analisarmos a pesquisa de opinião feita por amostragem com homens de 25 estados brasileiros de todos os tipos de cidades, quando perguntados sobre ser machista ou não, e sobre se há mais coisas boas em ser homem do que ser mulher, teremos a prévia abaixo na tabela que mostra o quanto realmente os homens não são capazes de perceber seu posicionamento machista, seja na ciência, seja onde for.

	TOTAL	CONSIDERA-SE MACHISTA					
		SIM	muito	um pouco	NÃO	não se considera	não sabe se classificar/ não sabe o que é
<i>peso</i>	100%	22%	4%	18%	77%	74%	4%
Tem mais coisas boas	68	72	71	73	67	67	61
Ambas, na mesma proporção	21	16	17	15	22	22	24
Tem mais coisas ruins	10	10	12	10	10	10	11
Não sabe/ não respondeu	1	2		2	1	1	3

Extraído da Pesquisa²¹ da Fundação Perseu Abramo e SESC, feita em agosto de 2010, p.29.

Se 77% dos homens não se consideram machistas num país que mata uma mulher a cada 90 minutos (IPEA 2013), como podemos aproximar determinados dados e determinados fatos? Ou não somos capazes de nos auto-avaliar ou o machismo é tão velado que a própria ciência assina embaixo da sua naturalização. Nas coisas boas em ser homem, o que será que leva a motivar este pensamento contraditório ao pensamento de que “não são machistas”? O quanto isso influencia nosso tema sobre a epistemologia feminista e a possibilidade de perceber que isso está também dentro dos livros, das técnicas, das ciências?

Retomando a crítica de Bunge (2007), de fato algumas bibliografias sobre feminismo propõem que se desconstrua a mulher socialmente estabelecida até a contemporaneidade, como sugere Judith Butler (2003), na sua tentativa de descategorizar gênero pela cultura, argumentando que isso engessa e pré-categoriza os sujeitos. E que, ao invés de libertar, fixa a existência individual em possibilidades limitadas. Butler critica esta postura adotada por Simone de Beauvoir (1980), ainda que concorde que a mulher é socialmente construída, considera que gênero não contempla as inúmeras diversidades com que um sujeito possa ser/ter/vir a ser. Em outras palavras, Simone de Beauvoir, em *O Segundo Sexo* (1980), já propunha uma teoria revolucionária sobre o papel da mulher na sociedade, justamente por ter nascido mulher e teorizado aquilo que recebe de atribuição social e nas relações sociais por conta disso.

Butler (2003) assume a bagagem da teoria feminista, porém, contesta Beauvoir (1980) e vai além. Critica o feminismo que fixa a identidade *mulher* – seja socialmente ou biologicamente construída – e acredita que um sujeito é e traz em si inúmeras possibilidades que não devem ser universalizadas, mas estudadas a partir da *diferença*. Este foco central do

²¹ Disponível para consulta em <http://novo.fpabramo.org.br/sites/default/files/pesquisaintegra.pdf/>

ponto de vista da *diferença* e das representações simbólicas ou concretas limitadas, atribuídas ao termo *gênero*, alicerça a vertente pós-estruturalista de Butler (2003), na obra citada, e as pesquisas embasadas no abandono metodológico do *sujeito* socialmente construído até os dias de hoje. Em suma, o pós-estruturalismo de Butler contribui para pensar uma liberdade ou libertação do “sujeito” pré-categorizado *mulher*, trabalhando a primazia do indivíduo ante o coletivo.

Contudo, retomando a crítica de Mario Bunge, em momento algum, nem na vertente pós-estruturalista de Judith Butler, nem no campo existencialista de Simone de Beauvoir, ou ainda, nem na teoria feminista da divisão sexual do trabalho proposta pelas materialistas (Helena Hirata e Daniele Kergouat), ou do feminismo socialista de Alexandra Kollontai, percebe-se a intenção de *jogar fora* toda a construção científica androcêntrica construída até o presente. Isso passa a ser um reducionismo crítico que não contribui muito, nem para o feminismo enquanto luta política nem enquanto luta político-científica²² de fato. Há, sim, a defesa desta vertente feminista pós-estruturalista que teoriza a *desconstrução* do sujeito socialmente constituído *mulher*, no entanto, inserido no contexto de um mundo histórico que construiu também o sujeito *homem* – que teorizou e registrou a história, e, portanto, não significa pensar uma ciência a-histórica. Se algum dia uma *epistemologia feminista* assim se propôs, foge de nosso campo de compreensão.

As noções de objetividade e de neutralidade que garantiam a veracidade do conhecimento caem por terra, no mesmo movimento em que se denuncia o quanto os padrões de normatividade científica são impregnados por valores masculinos, raramente filóginos. Mais do que nunca, a crítica feminista evidencia as relações de poder constitutivas da produção dos saberes, como aponta, de outro lado, Michel Foucault. Este questionara radicalmente as representações que orientavam a produção do conhecimento científico (RAGO, 1998, p. 5).

As críticas feitas pela autora, baseada em Michel Foucault, explicam que não é possível conceber uma ciência que utilize uma universalização categórica dos sujeitos, pois considera que, ao longo da história das Ciências Humanas, ela se baseava num ponto de partida *branco-heterossexual-civilizado-do-Primeiro-Mundo* (RAGO, 1998).

Há de fato, na historiografia mundial, intelectuais tentando tecer uma trama complicada e misteriosa da participação efetiva das mulheres na construção do conhecimento, tendo em

²² Uma luta *político-científica* pode ser exemplificada com este tema do feminismo. É aceito enquanto luta política, mas por quem defende uma “neutralidade” da ciência, não pode ser considerado acadêmico/científico. Existe alguma possibilidade de classificar o que é neutro e o que é ideológico? Contraditoriamente, tentar neutralizar as ciências já é, por si só, ideológico. O interessante é que muitas ciências têm medo desta palavra e ela se torna quase uma *ofensa* para a crença nas ciências *objetivas*.

vista que existiram pesquisadoras, mas muito poucas foram registradas ou a elas foi dada a devida autoria. “Não há como modificar a invisibilidade sofrida pelas mulheres no passado, mas para que não permaneçam invisíveis no presente e nem no futuro, é necessário questionarmos e ao menos fazê-las visíveis no agora da filosofia”. (PACHECO, 2015, p. 30).

De acordo com a autora, é possível traçar na história do pensamento humano o que as sociedades pensavam sobre as mulheres e quais eram suas atribuições, contudo, muito poucas tiveram possibilidades de publicar suas ideias ou reivindicar qualquer direito autoral. Considerando essa afirmativa, com base em Pacheco (2015), podemos estabelecer que a epistemologia feminista é muito recente diante das demais teorias do conhecimento. Eu arriscaria dizer que a ideia de uma *epistemologia feminista* ainda está no rol de não ter tido, até os dias atuais, algo aprovado pelo “mundo científico” masculino, seja a vertente que for. Mais ou menos como se fosse necessário que passasse por uma sabatina de “cientistas” para poder começar a ser aceita nos espaços científicos “mais conceituados”. Faria uma analogia com a *sociologia do trabalho* quando começou a problematizar trabalho doméstico, ou qualquer dos “trabalhos manuais de mulheres”, historicamente invisíveis, até que começaram a tornar possível que a ciência percebesse que isso também é uma forma de trabalho.

Na linha do tempo da história da filosofia e do pensamento humano, muitos contribuíram para revolucionar o *status quo* do subjugado feminino, enquanto outros contribuíram para fortalecer a ideia de secundarização do pensamento das mulheres. Ainda que venhamos a considerar outras épocas temporais e outras culturas, outra formação, etc. Daí é possível retirar alguns extratos do que se pensava sobre a mulher à época.

Pacheco (2015, p.15-25) elenca alguns filósofos os quais exerceram forte influência na epistemologia das ciências humanas, num estudo realizado sobre *onde estariam as filósofas* na história do pensamento. Esta autora reúne um apanhado interessante que, em resumo, aborda as questões a partir da mitologia. Na sua obra registra que Atena, a única deusa que possuía inteligência, não nasceu de um ventre materno, “mas da cabeça de Zeus”, trazendo a ideia de que a mulher é eterna dependente do homem. Já por Aristóteles se soube que a mulher era “impotente perante o homem e por natureza lhe devia obediência”, e que o feminino se opõe ao masculino e, por sua vez, o “feminino é uma privação do masculino”; Por sua vez, Hegel acreditava que a mulher pode receber educação tanto quanto os homens, mas “sua mente não é adequada para as ciências mais elevadas, a filosofia e algumas artes”; ainda que Platão, em *A República*, consiga salientar o direito à igualdade entre homens e mulheres, deixa nítido que “ser mulher é um castigo, uma punição”. Apesar disso, seu pensamento é mais progressista à época, em relação aos demais. Kant e Rousseau apresentam

ideias restritas sobre as mulheres, atribuindo-lhes somente funções domésticas (mães e esposas), excluindo-as de qualquer esfera pública – ambos tomando como conceitos “natureza e essência feminina”.

Enquanto isso, Hume e Condorcet atribuem visão contrária aos anteriormente citados, pois acreditavam numa visão igualitária da racionalidade entre homens e mulheres; John Stuart Mill contribuiu tentando desconstruir a “sujeição da mulher como subalterna” e diz que não se conhece a capacidade das mulheres porque nunca as deixaram mostrá-la – sua visão era proveniente da contribuição que sua esposa, filósofa Harriet Taylor, deu à sua teoria. Assim como estes, se sabe que pensadores como Descartes e Pitágoras também alicerçaram fundamentalmente sua teoria a partir dos diálogos e trocas com mulheres, no seu cotidiano.

Segundo Elizabeth Grosz (2006, p.206): “A amnésia, o esquecimento das contribuições das mulheres na produção do conhecimento, é estratégica e serve para assegurar as bases patriarcais do conhecimento”, o que nos leva a elaborar pilares que fortaleçam a base de uma “epistemologia feminista”. Todas estas informações não são elementos novos para quem pesquisa sobre feminismos, porque muitas vezes recebemos sugestões de não utilizarmos o termo *feminista* por receio de que a academia não aceite bem esta perspectiva. O fato é que, cada vez mais, estão surgindo trabalhos, pesquisas, teses e dissertações calcadas nesta linha teórico-metodológica, justamente por ter a consciência de que a ciência também é instrumento de lutas, de práticas, de organização, de visibilidade e subversão. Especialmente se a academia um dia conseguir ter a ousadia de contar a história da humanidade e de seu pensamento, através de outras nuances, outros matizes que não somente aqueles construídos tradicionalmente até o presente.

Se analisarmos a estrutura epistemológica do conhecimento popular e da metodologia de trabalho de autores como Paulo Freire na *Pedagogia do Oprimido* (1987), por exemplo, veremos que a forma com que o autor fundamentou sua teoria e prática está totalmente controversa aos métodos acadêmicos e ao que a academia aceitava. A luta por insistir que não haja esta marginalização do conhecimento popular e que ele seja, sim, considerado ciência e métodos revolucionários de uma ciência, diz muito respeito ao feminismo atual, especialmente na América Latina. A forma metodológica dos movimentos sociais, também deixados de lado por boa parte de quem crê numa ciência neutra, ou quem crê que *educação* é séria se é institucionalizada, também está interrelacionado com os *feminismos*.

A sabedoria e o conhecimento das mulheres e qualquer indicação de resistência ou subversão esteve historicamente vinculada ao informal, especialmente, no Brasil, se lembrarmos do caso brasileiro de resistência das mulheres durante o período pelo qual se

estendeu a ditadura civil militar de 1964 a 1985. É muito recente para que esta bagagem toda invada as academias, as ciências e a institucionalidade. Ainda serão muito severas as críticas sobre a possibilidade de uma epistemologia feminista e também a insistência de que não é necessário haver esta diferenciação (ou para alguns, *fragmentação*) para que as mulheres ocupem os espaços do conhecimento com novas técnicas, representações, simbolismos, categorizações, teorias e práticas.

Uma pesquisa feminista que se alicerce no marxismo e que pretenda ignorar o campo das representações simbólicas na luta das mulheres, estará perdendo a possibilidade de auxiliar e organizar a própria luta. Já uma feminista, vinculada apenas ao mundo das representações simbólicas e estruturalistas do estudo calcado tão somente na descrição e/ou nas *diferenças*, ignorando as relações universais de produção no capitalismo e no patriarcado, antes do próprio modo de produção capitalista, estará acreditando que a emancipação das mulheres virá num passe de mágica, ou apenas através de discursos. Algumas autoras como Diva Muniz (2015) e Elizabeth Rago (1998) consideram a respeito da epistemologia feminista, a inclusão mais enfática das subjetividades no que concerne às pesquisas científicas e à construção do conhecimento. Nas palavras de Muniz (2015, p. 320),

O aporte teórico produzido pelos feminismos, dentro e fora da academia, é abrigo e orientação indispensáveis para pensar as relações entre epistemologia feminista, História e História das mulheres. As problematizações e reflexões operadas no interior dos movimentos feministas e das mulheres desafiaram, reconhecidamente, a própria forma de fazer ciência até então hegemônica e respondem pela produção de uma epistemologia própria, reconhecida como Estudos Feministas.

Contudo, não há uma unicidade no pensamento da epistemologia feminista – ainda bem. É fato que todas as bibliografias fazem parte de um mundo metodologicamente visto, a partir de tudo que o feminismo produziu até os dias de hoje. No entanto, algumas autoras se prendem na subjetividade desse conhecimento e suas desconstruções necessárias (Butler, 2003); outras na ênfase de que as mulheres propiciem uma maior atenção aos elementos políticos, históricos, econômicos e das políticas de guerra, pois cabe também às mulheres pensarem neles (ARENDETT, 1991); encontramos quem defenda a articulação entre classe e gênero e as relações com a luta proletária, mais especificamente, o exemplo das autoras socialistas como Alexandra Kollontai (2011) e Clara Zetkin (In: GONZÁLEZ, 2010); ou um feminismo norte-americano calcado nas liberdades individuais e nas prerrogativas legais (um feminismo liberal); em Patrícia Hill Collins (2015) ou quando nos debruçamos sobre a indissociabilidade entre gênero, classe e raça; encontramos, ainda, um feminismo voltado ao político-produtivo que dá ênfase às relações de produção e à divisão sexual do trabalho,

observado nas feministas francesas e em Helena Hirata e Daniele Kergouat (2007); enfim, temos os *feminismos* batizados em ondas feministas, sobre os quais iremos nos aprofundar no próximo capítulo, e que reúnem todas as teorias classificadas em momentos históricos e bases conceituais de cada momento.

É importante frisar que, embora as teorias sejam construídas em determinado tempo ou época, não significa que o movimento feminista ou o estudo feminista vá trabalhar com o acúmulo mais recente. O feminismo é histórico, mas sua teoria não se baseia necessariamente em uma linha do tempo. Isso seria admitir, para a epistemologia feminista, que toda a teoria que se pretende subjetivista em essência – que é a mais recente –, é plausível por ser a mais moderna. Até porque a leitura da realidade na teoria feminista que se presume linear está fadada à destruição. Muitas são as problematizações feministas ao longo da história e é importante conhecê-las. É preciso deixar claro qual linha de pensamento cabe ao propósito de determinado estudo. Como qualquer outra teoria, está exposta à crítica, à reafirmação, à contestação ou posterior síntese. Segundo Muniz (2015, p. 321):

Penso que a crítica feminista “deve encontrar seu próprio assunto, seu próprio sistema, sua própria teoria, e sua própria voz”, tal como defende Showalter (1994, p. 29), como condição mesma de legitimação dos estudos feministas junto ao conjunto de saberes e domínios das Ciências Humanas. Precisamos, continuando com a autora, indagar muito mais minuciosamente o que queremos saber e como podemos encontrar respostas às perguntas que surgem da nossa experiência, formular nossos argumentos, a partir de nossas premissas e não alhures, na tradição crítica androcêntrica (SHOWALTER, 1994, p. 28, in: MUNIZ, 2015, p. 321).

O estudo feminista não possui uma linearidade e nem uma entidade superior que diga qual base metodológica destina-se a isso ou àquilo. Como qualquer fenômeno, e não somente o feminismo, as bases conceituais estarão necessariamente vinculadas ao que a pesquisadora considera como bases preliminares de análise de mundo. Neste sentido, Konder (1981) parece-nos dar condições para tratar da questão feminista na compreensão da linha teórica dos nossos estudos quando diz que nenhuma teoria está livre de que cometamos erros ao fazer totalizações.

Neste sentido, estudar feminismo considera a inserção de outras possibilidades metodológicas, muito presentes nos estudos dos movimentos sociais e da educação popular, mas não abre mão do aporte da prática social enquanto fonte. Isso significa dizer que, tanto a luta das mulheres quanto a teorização deste fenômeno, estará – em nossa obra – fundamentado estruturalmente nas relações e forças, de acordo com os modos de produção e com o patriarcado intrínseco em cada um deles. Porque o modo de produção pode vir a mudar, sem que, necessariamente, se transformem as relações patriarcais. E não se trata

apenas de teorizar para a luta contra o capitalismo que oprime as mulheres, mas também de ratificar a luta contra o patriarcado que, atualmente fortalecido com o capitalismo, segue oprimindo as mulheres. Por esta razão, o movimento feminista/ciência feminista e suas epistemologias, que abrirem mão da *práxis*²³, pouco ou nada terão a contribuir para a efetiva superação das relações de opressão ou da tão proclamada emancipação das mulheres.

Ao longo da escrita iremos tratando de alguns conceitos que fundamentam a teoria e a luta das mulheres da classe trabalhadora. Cabe ressaltar que é muito comum, tanto nos movimentos feministas quanto na sua teorização, alguns termos irem, pouco a pouco, recebendo críticas e, com isso, sendo desconstruídos, outros sendo reforçados, criados, enfim. O mundo da criação teórica na *episteme* feminista vem se consolidando pouco a pouco, como explicitado na referência de Joan Scott (1995, p. 73):

As pesquisadoras feministas assinalaram desde o início que o estudo das mulheres não acrescentaria somente novos temas, mas que iriam igualmente impor um reexame crítico das premissas e dos critérios de trabalho científico existentes. ‘Nós estamos aprendendo’, escreviam três historiadoras feministas ‘que inscrever as mulheres na história implica necessariamente a redefinição e o alargamento das noções tradicionais daquilo que é historicamente importante, para incluir tanto a experiência pessoal e subjetiva quanto as atividades públicas e políticas’.

Joan Scott, nesta passagem escrita em meados dos anos oitenta, elucida um dos desafios propostos por tantas mulheres, sobre a construção desta *episteme* feminista e os desafios nada fáceis encontrados neste caminho. A ideia de incompletude conceitual e a busca por coerência teórico-metodológica, especialmente no campo do conhecimento vinculado à prática social em dada realidade concreta e histórica, nos levou a optar por analisar o objeto de pesquisa, bem como as práticas políticas de nossas *sujeitas mulheres*, a partir do pilar das relações entre trabalho e gênero. Compreendemos *gênero* enquanto categoria histórica construído de várias formas, segundo Saffioti (2015, p. 47):

Enquanto categoria histórica, o gênero pode ser concebido em várias instâncias: como aparelho semiótico (LAURETIS, 1987); como símbolos culturais evocadores de representações, conceitos normativos como grade de interpretação de significados, de significados, organizações e instituições sociais, identidade subjetiva (Scott, 1988); como divisões e atribuições assimétricas de características e potencialidades (FLAX, 1987); como, numa certa instância, uma gramática sexual, regulando não apenas relações homem-mulher, mas também relações homem-homem e mulher-mulher, etc.

²³ Compreendemos a *práxis* n’A *Ideologia Alemã* enquanto atividade revolucionária onde teoria e prática se inter-relacionam para transformar a realidade (MARX; ENGELS, 2008). De nada serviria saber algo, se fosse para meramente interpretar a realidade e não transformá-la, como sugere a 11ª Tese Sobre Feuerbach.

Ao expor partes dos diversos caminhos por onde anda ou pode andar a *epistemologia feminista* e todas as suas construções feitas até o presente – bem como suas possibilidades –, reafirmamos o referencial desta tese estruturada, primordialmente, entre *trabalho* e *gênero* – a divisão sexual do trabalho e suas implicações no sistema capitalista e patriarcal – no qual, destacamos a “indissociabilidade entre sexo, raça e classe”. Adotaremos a nomenclatura do conceito a partir da bibliografia de Helena Hirata, considerando que, em outras bibliografias, poderá o termo *sexo* vir em alguns momentos como *gênero*, ou o termo *raça* vir como *etnia*, o que não nos cabe traçar a minúcia da terminologia, tendo em vista que, para efeito de contextualização estará se tratando do mesmo fenômeno²⁴.

Nessa perspectiva, a ideia de um ponto de vista próprio à experiência e ao lugar que as mulheres ocupam cede lugar à ideia de um ponto de vista próprio à experiência da conjunção das relações de poder de sexo, de raça, de classe, o que torna ainda mais complexa a noção mesma de “conhecimento situado”, pois a posição de poder nas relações de classe e de sexo, ou nas relações de raça e de sexo, por exemplo, podem ser dissimétricas. Assim, um primeiro ponto para aprofundamento é a análise do conceito de “conhecimento situado” ou de “perspectiva parcial” da epistemologia feminista a partir dos conceitos de interseccionalidade ou de consubstancialidade. Ambas as conceptualizações partilham, a meu ver, do pressuposto central da epistemologia feminista, segundo o qual “as definições vigentes de neutralidade, objetividade, racionalidade e universalidade da ciência, na verdade, frequentemente incorporam a visão do mundo das pessoas que criaram essa ciência: homens – os machos – ocidentais, membros das classes dominantes” (LÖWY, 2009, p. 40) e, podemos acrescentar, brancos. (HIRATA, 2014, p. 61).

A interseccionalidade que sugere Hirata na citação acima é a capacidade indissociável de analisar o fenômeno das mulheres, sem considerar classe e raça. Ou mesmo de analisar qualquer fenômeno sem considerar gênero (sexo), classe e raça. Esta veiculação teórica surge ainda mais forte, segundo Hirata (2014), no movimento feminista de mulheres negras, nos países de origem anglo-saxônica – “Black Feminism – cuja crítica coletiva se voltou de maneira radical contra o feminismo branco, de classe média, heteronormativo”. Sabe-se que não há como estabelecer uma ordem pétrea sobre os três: – sexo, classe e raça –, mas podemos estabelecer quais são os pontos de intersecção entre eles.

Defensores da racionalidade científica diriam que, inegavelmente, o ser humano é dotado de emoções, mas elas não cabem ao estudo científico. Contudo, fui tomada por uma emoção, que se pode assim dizer, não é nada positiva. Na medida em que ia lendo os referenciais teóricos desta tese, comecei a prestar atenção nos prefácios e apresentações de livros, que acabam, por vezes, parecendo minibiografias das trajetórias de grandes autores

²⁴ Ainda que saibamos da importância dos estudos que caracterizam e configuram com complexidade esta diferença de terminologia, não iremos abordá-las pois não é nosso foco. Serão termos tratados, portanto, como sinônimos.

homens. Até aí tudo bem, a contextualização do lugar de onde fala o autor é interessante, ou melhor, fundamental. O que foi tomando minha emoção – e não era de alegria – foi ler prefácios/apresentações inteiras e não chegar a um nome sequer de autoras mulheres, que houvessem embasado suas trajetórias.

Refiro-me a isso generalizando para não citar um a um, mas foram muitos. No limite, alguns nomes de mulheres faziam referência a “parcerias de vida necessárias e suas aprendizagens”, ao lado dos grandes nomes. Esta “parceria” me remonta a lembrar do papel das mulheres nas revoluções burguesas, ocorridas na França (LEFEBVRE, 2001), onde ser parceira era uma “honra” – para umas, pois, para outras, eram as condições materiais necessárias para dar asas à liberdade – que não estava assim prevista pelos revolucionários.

Não é por acaso e nem por inventar “perfumarias”, como diz Saffioti (2015), mas as mulheres precisam com veemência, ousar por novos horizontes referenciais, baseados nos limites do concreto sensível entre o velho e o novo, além de novas formas de dizer à ciência o que pode ou não pode ser importante – e lutar por isto. E aqui estamos diante deste desafio tecendo uma “colcha de retalhos feminista” na sua dimensão histórica, para analisar com rigorosidade o lugar da MMM na luta política universal e particular, suas formas de ação e sua capacidade teórico-metodológica enquanto caráter educativo na/para/com vida das mulheres.

Tendo em vista o apresentado, consideramos como eixos centrais da Epistemologia Feminista com o qual nos propusemos contribuir e agregar nesta pesquisa, os seguintes: a epistemologia com base materialista – com a contribuição da contradição entre capital/trabalho – no estudo das mulheres nas ciências humanas; a epistemologia com base na interseccionalidade entre raça/classe/gênero e suas dimensões históricas; a epistemologia com base na pedagogia freireana na análise das mulheres, dos movimentos sociais populares e nas relações de solidariedade que englobam estes elementos.

1. 4 – Trabalho e educação

A luta da MMM que mais me identifico é a luta contra o capitalismo, que é a luta principal da MMM. Isso que o Paulo Freire vem chamar de inédito-viável. A utopia de transformar as relações sociais do modo como elas são. E construir um mundo livre do capitalismo e do patriarcado. Isso é o que mais me mobiliza. E dentro disso, dentro da educação, da educação não-sexista, que é o tema que eu pesquiso, que eu também sou pesquisadora, é o aborto. Eu acho que é um dos temas centrais. E dentro da MMM, os movimentos feministas todos apoiam o aborto. Mas a leitura da MMM sobre a mercantilização do corpo e da vida das mulheres, da prostituição, para mim é uma das coisas que mais me mobiliza e o quanto se diferencia. Mostra o quanto a

gente tem em mente o papel que o capitalismo e o patriarcado têm de apropriação do corpo das mulheres. Acho muito corajoso da MMM assumir essa posição contrária à legalização da prostituição, ou a regulamentação dela. (Militante 6).

Que relações podem se estabelecer entre o trabalho e a educação? Que possibilidades teóricas nós podemos levantar a partir de um movimento social que problematiza a condição do ser mulher, numa sociedade capitalista e patriarcal, e quais as possibilidades educativas dentro disso tudo? Como retomamos o debate filosófico para pensar o trabalho e a educação que serve a este trabalho?

A educação aparece nesse meio, tendo em vista a lógica da exploração do trabalho do humano pelo humano. Assim, a qualificação educativa que propõe este sistema restringe-se a permitir que o sujeito, que vende sua força de trabalho, seja cada vez mais qualificado para tal trabalho, sem que reflita sobre sua prática. Sem que reflita, também, sobre sua exploração, sobre a expropriação de seu trabalho e do seu tempo livre. Desta relação que separa e aliena o trabalho da formação educativa do ser ontológico, surgem, cada vez mais, teorias administrativas e econômicas como, por exemplo, a teoria do capital humano²⁵ (FRIGOTTO, 2009). Nesta perspectiva, a formação humana é servil ao capital, tanto o sujeito é visto como um banco depositário de técnicas e habilidades para tornar-se um empregado politécnico e polivalente, e assim destacar-se perante os demais, quanto o sujeito torna-se responsável e merecedor do vínculo empregatício por “investir” em seu capital humano, pessoal.

O capital detém como propriedade privada os meios e instrumentos de produção sob a égide da ética burguesa, restando para a classe trabalhadora, restringir-se à venda de sua força de trabalho. Dentro da classe ainda, Marx (2008, p.451) nos aponta a existência de “material humano” na produção, ou seja, “a exploração de trabalho de mulheres e crianças”.

Dissociada da significação do campo do trabalho, mas acima de tudo focada para o trabalho capitalista, a educação formal, entre outras tarefas, assume papel de instrumento e meio de dominação de classe. Porém, não somente isso, a educação formal, pelas contradições que a atravessam, também deixa brechas para a sua própria transformação. Tanto a educação formal fornecida e controlada pelo Estado abre portas para a meritocracia, à competitividade e ao individualismo, como também pode servir de instrumento de resistência e transformação, com demandas sociais e diversas lutas. Trata-se de um campo em disputa e

²⁵ A Teoria do Capital Humano surgiu em meados do século passado, nos Estados Unidos, pensada por Theodore Schultz, e baseava-se numa educação para a economia, onde o “fator humano” era considerado importante elemento na produção, inclinando portanto, toda a perspectiva educativa para a produtividade. Assim, a educação estaria cada vez mais agregando valor, técnicas e acúmulos aos seres humanos, para qualificar a produção e gerar mais lucro (SCHULTZ, 1973).

contradição, que reflete a materialidade da vida e do trabalho no mundo capitalista. Nesta lógica, muitos ficam de fora do círculo da educação.

Se na sociedade capitalista o emprego é tomado como sinônimo de trabalho e se nesta sociedade não existe trabalho, ou melhor, empregos disponíveis para todos, compreende-se a razão pela qual a escola está separada do mundo do trabalho, ocultando ou dissimulando o caráter educativo deste trabalho e o caráter estrutural do desemprego. Na atual LDB a relação trabalho-educação é anulada em detrimento do privilégio que a própria Lei confere à escola (RIBEIRO, 2011, p. 37).

Assim, perceber o trabalho como princípio educativo significa não apenas trilhar uma metodologia específica, calcada no materialismo histórico-dialético, mas também trazer as diversas relações que medeiam o trabalho como formas educativas válidas. Neste campo, a educação popular aparece nos movimentos sociais e constrói sentidos do trabalho para uma práxis que ultrapassa a formalidade. Muitas vezes não aceita ou não reconhecida, a educação popular emerge na efervescência dos movimentos sociais e toma força ao longo da história, sendo uma das alternativas para o combate à padronização da educação subordinada pelo capital.

Neste contexto, consideramos necessário analisar a contradição entre capital e trabalho. É preciso considerar que chegamos ao início do século XXI, permeados das mais brutais contradições e violências do capital em escala global. Os indicativos teóricos denominados de pós-modernos apontam que a superação do capitalismo é um horizonte inalcançável e que este é eterno. Frigotto (2001b), ao falar em “nova velha” crise do capital, ressalta que os tempos em que estamos vivendo se caracterizam por um movimento intensivo no mascaramento da essência destruidora do capitalismo – os direitos sociais, o meio ambiente, a mutilação da vida. Nesse mesmo processo, tais tempos também se caracterizam pela afirmação dos horizontes ético-políticos e utilitaristas. São estes que sustentam o ideário do mercado autorregulado, como parâmetro das relações sociais. Impõe-se, assim, a ditadura da razão única: a razão do capital.

Apesar da fragmentação das relações da classe trabalhadora industrial e do pensamento literal de Fukuyama (1992) com o “fim da história e do último homem” a partir da condição de eternidade das relações capitalistas, a sobrevivência da classe trabalhadora, na atualidade, está concretizada na vida cotidiana. A tese pós-moderna de que o capitalismo hoje vive um período sem classes, afirma tornarem-se obsoletas as análises materialistas da realidade, fazendo crer que o referencial de classe social tenha sido superado. Ainda que o movimento de classe pareça submerso em outros movimentos, mantém-se vivo pelos trabalhadores e reinventa-se (FRIGOTTO, 2001b). Talvez atualmente esteja bem mais difícil o processo

analítico do que foi outrora, na história, levando em conta o mascaramento feito pelo capital sobre as lutas sociais em defesa dos trabalhadores.

Isso não significa dizer que não existem ou tampouco foram superadas tais perspectivas. Segundo Frigotto (2001b), “a diluição no plano fenomênico sinaliza uma relação submersa mais violenta”. Como cita o autor, chegou a hora da “vingança” do capital contra o trabalho. O capital é agora o único capaz de decidir diretamente, por um “ato imperial”, o destino das nações. É um “poder sem sociedade” nas palavras de André Gorz, conforme Frigotto (2001). As tecnologias são apenas instrumentos historicamente construídos para materializar a supremacia do capital sobre a vida humana.

Diante do que vem ocorrendo nas últimas décadas, principalmente a crise capitalista atual, pode-se dizer que vivemos uma “crise histórica sem precedentes” (Frigotto, 2001b). Sua severidade pode ser analisada pelo fato de que não estamos frente a uma crise cíclica do capitalismo, mais ou menos extensa como as vividas no passado, mas a uma crise estrutural e profunda da própria essência do capitalismo. Como tal, esta crise afeta – pela primeira vez em toda a história – o conjunto da humanidade, exigindo para sobrevivência, algumas mudanças fundamentais na maneira pela qual o metabolismo social é controlado (Mészáros, 2009).

Frigotto (2001b) destaca três dimensões articuladas na crise do “sistema do capital”: a) esgotamento da sua capacidade civilizatória; capacidade exponencial de produzir mercadorias, concentração de riqueza, de conhecimento e de poder b) sua incapacidade de distribuir e de socializar a produção para o atendimento das necessidades humanas básicas; e, ainda, c) a hipertrofia do capital financeiro especulativo que ameaça o pilar fundamental do capital: a propriedade privada. Com isso, Mészáros (2009) sugere que passemos a ir “além do capital”. Esta afirmação se dá a partir da densa constatação de que a crise estrutural atual veio para ficar de modo radical, e, diante da sua radicalidade, ou superamos o sistema ou submergimos à barbárie humana, expressa por Rosa Luxemburgo no ensaio *Socialismo ou Barbárie* (2012).

Como sugere Frigotto (2001b), na mesma obra indicada acima, tudo no capitalismo se transforma em mercadoria, desde ideias até os órgãos humanos. Não é a toa que se patenteiam as descobertas na área das ciências naturais, da saúde, etc. A produção de alimentos é controlada e regulada pelo capital e ele é quem define sua distribuição. Na contramão, famílias no campo resistem a esta lógica tentando ficar de fora da rota do império da monocultura e do agronegócio²⁶. Organismos internacionais parecem servir apenas ao

²⁶ Segundo Christiane Campos (2011, p. 102-103), “a origem do conceito de agronegócio remonta à década de 1950, nos Estados Unidos. A crescente integração das atividades agropecuárias com a indústria e com setores de

interesse da produtividade desenfreada que destrói recursos naturais, desaloja seres humanos de suas moradias e transforma trabalhadores em seres com cada vez menos tempo para refletir ou se organizar.

A crise capitalista atual mostra que os países atingidos não são apenas os periféricos. Pode-se perceber isto na atual crise de desemprego na Europa, com protestos e reivindicações na Alemanha, Grécia, Espanha, etc. Além destes, no Egito, a Primavera Árabe, os diversos movimentos de contestação mundiais. Frigotto (2001a) revela que, em 1999, Boaventura Sousa Santos contabilizava dezoito milhões de desempregados na Europa e cinquenta e dois milhões de pessoas vivendo no limiar da pobreza. Assim, “os que estão ‘acima’ tem a coerência do privilégio. Os que estão abaixo carecem de ‘unidade e solidariedade” (ANDERSON, 1999, p.75).

Esta unidade tem foco na formação humana e a luta dos seres humanos para esta formação pode ser historicizada desde que se constituíram humanos, na sua condição mais elementar de animal (inteligente) da natureza. Neste sentido, o ser humano enquanto produtor dos elementos necessários à vida se diferencia dos demais seres da natureza, pela sua capacidade de produzir de forma consciente e transformar/organizar suas formas de produção, apreendendo e incorporando o novo nesse processo. Porém, este é um trabalho delimitado pela esfera da necessidade, e não da liberdade (MARX 2008). Segundo Frigotto (2001b, p. 44), a luta dos seres humanos, desde que se constituíram humanos, é no sentido de “abreviar este tempo de trabalho constrangido pela necessidade para gerar tempo livre, tempo de liberdade ou de escolha. Este é um tempo verdadeiramente criativo e, portanto, genuinamente humano”.

No plano da ideologia burguesa, o capitalista mantém uma relação assimétrica com o trabalho, pois, baseado na justificativa de que detém o capital, investido em máquinas, tecnologias e espaços de trabalho, pensa pagar o que é justo pela produção, e, muitas vezes, é o único que realmente tem a oportunidade de usufruir verdadeiramente de tempo livre. Isso porque o capital detém a propriedade privada dos meios e dos instrumentos de produção, além

serviços tornaram obsoletas as análises baseadas na clássica divisão das atividades econômicas em setor primário, secundário e terciário. [...] A ‘modernização’ da agricultura brasileira consiste em um amplo processo de transformação na base técnica da produção agropecuária e na dinâmica das relações sociais do campo, bem como na maior integração entre agricultura e indústria. Esse processo se inicia após a Segunda Guerra Mundial e se intensifica na década de 1970. [...] a modernização resultou na própria industrialização da agricultura que passou a depender cada vez menos de condições naturais de solo, clima e relevo, e passou a ser cada vez mais dependente de insumos industriais, que criam de modo artificial as condições favoráveis para a expansão da produção e da produtividade. Mas as mudanças do avanço do capitalismo no campo não se restringiram aos aspectos técnicos, provocou impactos no meio ambiente, na distribuição demográfica, na divisão do trabalho, resultando no agravamento das desigualdades socioespaciais e econômicas, na permanência do latifúndio.”

das máquinas, e a terra, que é um meio de produção existente na natureza, mas que não foi produzido pela mão humana (RIBEIRO, 2015). Resta então, apenas, estabelecer a venda de sua força de trabalho correndo o risco de ser substituído a qualquer momento por um outro trabalhador disponível no exército de reserva de trabalhadores, sem trabalho e sem salário.

O pagamento pela força de trabalho vendida ao capitalista representa apenas uma parte do tempo de produção, a mais valia (MARX, 2008), que é o tempo de trabalho não pago. Este processo caracteriza essencialmente o modo de exploração capitalista. O trabalhador sofre de uma tríplice alienação: “um estranhamento e separação do que produz; a expropriação legalizada de parte do tempo de trabalho despendido na produção; e a não-possibilidade de adquirir os meios de subsistência para reproduzir sua vida dignamente” (FRIGOTTO, 2001a, p. 45).

A contradição capital/trabalho é imprescindível para introduzir uma proposta dentro da área da educação, tendo em vista que, quanto aos sujeitos desta pesquisa, trata-se de sujeitos, melhor ainda, de *sujeitas* da classe trabalhadora. Do contrário, poder-se-ia tratar de qualquer assunto com o foco de gênero, num campo de incertezas mergulhadas na complexidade anunciada pela pós-modernidade. Assim sendo, esta contradição desapareceria, jogando a realidade para ser analisada em representações tão simbólicas, que a luta dos trabalhadores ficaria imobilizada pela complexificação do concreto.

Essas contradições aparecem entre capital/trabalho e também em trabalho/educação. Se a educação formal está demasiadamente calcada na fábrica de trabalhadores, atualmente em técnicas e tecnologias, logo, a educação no seio dos movimentos sociais populares está baseada em outros princípios formativos, que possuem um potencial transformador o qual não temos capacidade de ‘medir’. Uma das entrevistadas sugere que:

Eu acho que a MMM produz pouco sobre educação. Acho que a MMM fala no limite sobre uma educação não-sexista e que tem que ter mudanças nos currículos. Mas o quê no currículo? O quê numa gestão democrática? No que uma gestão democrática pode ser não sexista ou que promova a igualdade dos gêneros? Para além dos conteúdos, que forma a gente transcende o formato estrutural das escolas? Direção-supervisão? Ou o uso das salas de aula um atrás do outro? Isso não seria um formato estruturado no patriarcado? O cronograma, a carga horária, enfim, são exemplos. A gente, por exemplo, vincula muito... Não tem uma produção da MMM intensa, por exemplo, sobre o significado do acúmulo de trabalho das educadoras. Para além do que já é tradicional de fala. Então eu sinto falta disso. Eu acho que a gente consegue falar da educação e das trabalhadoras de forma mais genérica ainda. (Militante 5).

A fala reflete esta contradição entre a necessidade do Movimento, (MMM) de acumular mais conhecimento e estratégia de ação sobre educação, bem como sugere que a nossa

educação formal ainda está baseada em princípios não-democráticos. Como toda a proposta proveniente das forças populares, é uma ousadia que recebe muitas críticas ao caracterizar como ‘desestruturas’ tudo que foi vinculado à educação até os dias de hoje. O interessante, que veremos mais tarde, é pensarmos o quanto não há a produção efetivamente sistematizada, mas desde sempre há a prática educativa na MMM, sobre a qual estamos construindo esta Tese e indicando uma proposta de educação. Talvez o que falte seja um elo para sistematizar o que a MMM faz de educativo na prática e o que a educação formal faz ou poderia vir a fazer numa outra ótica educativa.

Capítulo 2 – A CONTRADITÓRIA HISTÓRIA DA OPRESSÃO E DA LUTA DAS MULHERES: uma civilização que barbariza...

2. 1 – Historicizando o fenômeno

Escolhemos abordar neste subcapítulo as origens dessa tríade inseparável – classe/patriarcado/família, tendo em vista a apresentação das profundas análises de quando tudo isso surge, realizadas por Engels, na obra: *A origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado* (1987). Este talvez seja o maior estudo clássico da vida de Engels, que transformou o curso da história ao atribuir o caráter do desenvolvimento da historiografia humana e de sua produção/reprodução, de maneira revolucionária e livre de alguns misticismos, idealismos ou imobilismos teóricos, como essência das relações de opressão. Por óbvio pode vir a faltarem alguns elementos históricos nestas análises de Engels, pois as diferentes comunidades/tribos/clãs, etc., eram diversas em todo o Planeta e a cada período. Contudo, seus esforços nos oferecem o alicerce para sustentar noções básicas ao entendimento dos fenômenos apontados. A perspectiva histórica destes três fenômenos – classe, patriarcado e família – bem como os fenômenos do Estado e da divisão sexual do trabalho, que se encontram nos subcapítulos que seguem, estão interligados e são indissociáveis para compreender como se chega à atual opressão das mulheres.

Juntamente das análises de Engels, optamos por agregar o referencial de Mészáros nesse processo para ser possível estabelecermos os vínculos necessários para compreender o fenômeno estrutural e histórico da relação entre capital/patriarcado/família na perspectiva clássica de Engels e na perspectiva moderna de Mészáros. Esses três fenômenos citados, ao longo da história, dependeram fundamentalmente um do outro para que chegássemos à estrutura atual. Mészáros irá nos mostrar que o capital é anterior ao capitalismo e também pode ser posterior a ele. Isso porque iremos trazer a perspectiva histórica do tripé de Mészáros capital/ trabalho/ Estado. Ao compreendermos como foram se dando a constituição desses três elementos, iremos perceber também o quanto a superação de apenas um não é possível. Um reforça-se e interpenetra-se no outro. Essa gênese iremos encontrar no aprofundamento de Engels, onde entenderemos melhor o próprio Mészáros. Especialmente porque o húngaro nos

apresenta um legado extremamente denso e profundo, revolucionariamente – como poucos – capaz de contemplar a questão das mulheres e da opressão histórica e suas razões.

2.1.1 – O surgimento das classes, do patriarcado e a construção histórica da família

A historicidade dos fenômenos é uma escolha daquele que quer conhecer algo. O próprio Engels (1987), na obra anteriormente citada, expõe que há quem prefira escolher e aprofundar as explicações sobre a história da organização social através dos *Livros de Moisés*. E vemos comumente a explicação criacionista da evolução humana se reproduzindo cada vez mais no senso comum – e muitas vezes nem tão comum assim, este senso. Não é o nosso caso e nem poderia ser. Também não é nosso caso analisar a história para chegar a um presente de maneira imobilizante, como pretendem aqueles que consideram as relações dos símbolos, dos costumes e das tradições, acima das relações de produção. Rumamos pela linha da complementariedade desses importantes processos da história humana, mas não na prioridade, pois, como veremos, os costumes e simbolismos nascem da produção da realidade e das suas tentativas de explicá-la.

Para Engels (1987) o fator decisivo para compreender a história é a *produção e a reprodução da vida imediata*. Por um lado, a produção da existência e de seus meios, produtos, instrumentos, habitação; por outro, a produção do próprio ser humano enquanto espécie. De acordo com seus estudos, o desenvolvimento humano está ligado diretamente ao nível de desenvolvimento das suas formas de produzir – *trabalho* – e, de outro lado, de reproduzir – *família*. Um está diretamente ligado ao outro, e tanto mais avança o ser humano nas formas de produzir e nos seus instrumentos, maquinários e delimitações de território, tanto mais se transformam as formas e laços de parentesco e as relações humanas (homem-mulher) que se dão em torno dessa afirmação. Neste entrelace, n' *A Ideologia Alemã*, Marx e Engels (2007, p. 27) afirmam, também, que de acordo com o modo de produção do ser humano, estarão expressas as formas de trocas.

É evidente, aliás, que os “fantasmas”, “laços”, “ser supremo”, “conceito”, “escrúpulos” são apenas a expressão mental idealista, a representação aparente do indivíduo isolado, a representação de cadeias e limites muito empíricos no interior do quais se move o modo de produção da vida e o modo de trocas ligado a ele.

Marx e Engels (2007), nesta passagem, estão criticando o idealismo alemão, que colocava o campo das ideias como se fosse anterior à realidade. E que, para nosso fenômeno,

não contribui também, tendo em vista que a história da opressão de gênero é também a história da produção da vida humana. Isso ajuda a introduzir o que iremos abordar sobre a questão na mulher, desde as sociedades primitivas e, que com passar do tempo, foram sendo substituídas por outras formas, de acordo com os modos de produção e de organização dos núcleos de parentescos (famílias). Em outras palavras, nossa perspectiva teórica parte do pressuposto de que os costumes (ou a cultura de tradições, ou a expressão da sua linguagem) de início não determinaram as relações de opressão, mas sim a sua realidade material reforçada pela cultura daquela sociedade, naquele momento.

Mesclado entre o estudo do Direito, entre a Antropologia, a Sociologia, a História evolucionista e a Filosofia, Engels (1987) critica as análises que remontam ao fim da sociedade matriarcal, culminando na Grécia Antiga, na subserviência aos deuses e suas vontades míticas, onde encerra o período de *direito materno* e a história passa a considerar o *direito paterno* sobre filhos e os meios de produção. Engels, contudo, considera que podem ter relações com as vontades dos deuses a profunda transformação da sociedade na antiguidade, mas ainda assim vê uma espécie de misticismo nesta perspectiva. O fato que estaria por trás dessa visão mística seria a razão de que, nesse período, se configurava, mais fortemente, a ideia de propriedade privada sobre a posse, tanto de pessoas (escravos e mulheres) quanto de meios produtivos. Isso significava reconfigurar a família e as relações sexuais entre as pessoas e também os direitos de herança. Contudo, o autor não nega que a força dos mitos dos deuses e suas vontades tenham ajudado a impulsionar a perspectiva do patriarcado nascente.

Foram estas divindades²⁷ que realizaram, na época heroica da Grécia, o milagre de derrubar o direito materno e substituí-lo pelo paterno. É evidente que tal concepção,

²⁷ Engels (1987, p. 8-9) conta o mito de *Oréstia* de Ésquilo onde ocorre um quadro dramático de luta de direito materno contra o direito paterno e este ganha o duelo na época das Epopeias. “Levada por sua paixão por Egisto, seu amante, Clitemnestra mata seu marido Agamenon, quando este regressava da guerra de Troia; mas Orestes, filho dela e de Agamenon, vinga o pai, matando a mãe. Isso faz com que ele se veja perseguido pelas Erínias, seres demoníacos que protegem o direito materno, de acordo com o qual o matricídio é o mais grave e imperdoável de todos os crimes. Apolo, no entanto, que, por intermédio de seu oráculo, havia incitado Orestes a matar sua mãe, e Palas Atena, que intervém como juiz (ambas as divindades representam aqui o direito paterno), protegem Orestes. Atena ouve ambas as partes. Todo o litígio está resumido na discussão de Orestes com as Erínias. Orestes diz que Clitemnestra cometeu um duplo crime ao matar quem era seu marido e pai de seu filho. Por que as Erínias o perseguiam, por que o visavam, em especial, se ela, a morta, tinha sido muito mais culpada? A resposta é surpreendente: Ela não estava unida por vínculo de sangue ao homem que assassinou. O assassinato de uma pessoa com a qual não houvesse vinculação de sangue, mesmo que fosse o marido da assassina, era falta que podia ser expiada – e não concernia, absolutamente, às Erínias. A missão delas era a de punir o homicídio entre consanguíneos, e o pior e mais imperdoável dos crimes segundo o direito materno: o matricídio. Nesse ponto, contudo, intervém Apolo, defensor de Orestes, e em seguida Atena submete o caso ao Areópago – o Tribunal do Júri Ateniense; há o mesmo número de votos pela condenação e pela absolvição. Então, Atena, como presidente do Tribunal, vota em favor de Orestes e o absolve. O direito paterno vence o materno. Os

que considera a religião como a alavanca decisiva na história do mundo, conduz, afinal de contas, ao mais puro misticismo. (ENGELS, 1987, p. 9).

Assim, portanto, o período grego assinala novos tempos que coincidem com a passagem da barbárie para a civilização. Contudo, anterior a isto, Engels, na mesma obra, remonta à história da origem da família, das relações de parentescos e assinala que, conforme a produção da existência progredia, também progredia o que se entendia por família e por aceitável enquanto laços matrimoniais (ou de relações sexuais).

O estudo separa-se em três estados: o *selvagem*, a *barbárie* e a *civilização*. A cada passagem destes estados, reconfigurava-se, também, não somente a compreensão da produção, mas da família e também do Estado – que veremos neste subcapítulo, além da possibilidade de alcançarmos uma aproximação de, quando surge e em quais condições nasce a sociedade patriarcal – que se mantém há pelo menos, seis mil anos de história. A saber:

Estado selvagem – período que predomina a apropriação de produtos da natureza, prontos para ser utilizados; as produções artificiais do homem são, sobretudo, destinadas a facilitar essa apropriação. Barbárie – período em que aparecem a criação de gado e a agricultura, e se aprende a incrementar a produção da natureza por meio do trabalho humano. Civilização – período em que o homem continua aprendendo a elaborar os produtos naturais, período da indústria propriamente dita e da arte. (ENGELS, 1987, p. 28).

A cada etapa de passagem de estágio produtivo entre um e outro, as formas de organização social iam mudando e se reestruturando. Os estudos de Engels, baseados em Morgan²⁸, diziam respeito às diversas comunidades tribais de todas as partes do globo, o que lhe permitiu, em dado momento, perceber que as variações dessas organizações sociais, no que se refere às relações de parentesco, resultavam, em alguns, estágios mais desenvolvidos e, em outros, formas mais primitivas; contudo, assemelhavam-se na estrutura de parentesco quando os grupos ou tribos passaram a acumular instrumentos de trabalho ou animais. Ou seja, as riquezas que foram sendo produzidas, ao longo da pré-história, foram modificando a organização primitiva até o período Bárbaro, consolidando-se no advento da civilização (ENGELS, 1987).

Reconstituindo retrospectivamente a história da família, Morgan chega, de acordo com a maioria de seus colegas, à conclusão de que existiu uma época primitiva em que imperava, no seio da tribo, o comércio sexual promíscuo, de modo que cada

‘deuses da jovem geração’, como os chamam as próprias Erínias, são mais poderosos que elas, e só lhes resta resignarem-se e finalmente, também elas convencidas, porem-se ao serviço do novo estado das coisas.

²⁸ Engels, na obra citada, reconhece e valoriza os estudos do antropólogo norte-americano Lewis H. Morgan, na obra *A Sociedade Antiga*, sobre os laços de parentesco entre as tribos, e a adota como referência central das suas reflexões desenvolvidas em *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*.

mulher pertencia igualmente a todos e cada homem a todas as mulheres. (ENGELS, 1987, p. 31).

Neste período de matrimônios por grupos, a linhagem consanguínea era centralizada na figura da mãe – *linhagem materna*, e todos eram mães e pais de todos. Todos eram irmãos de todos, muito embora se soubesse quem eram as mães e pudesse, em alguns casos, haver alguma distinção. E, assim como na criação dos filhos, também na produção. Os meios de subsistência eram de todos. Deste estado primitivo mais antigo das relações homem-mulher, formaram-se algumas famílias categorizadas por Morgan, categorizações estas que foram adotadas por Engels (1987), tais quais: “a família consanguínea; a família punaluana; a família sindiásmica; até chegar à família monogâmica” – que é a família atual.

A *família consanguínea* pode-se dizer que é a primeira formação familiar que se tem notícia. Os grupos conjugais desta família se organizavam por gerações. Nesta família primitiva as relações se davam por níveis de geração; todos eram maridos e esposas de todos de acordo com sua geração. E todos, por serem irmãos de todos, eram, por lógica, maridos e esposas entre si, com direitos de relações carnavais mútuas. Marx (Apud: ENGELS, 1987, p. 38), critica veementemente a categoria de historiadores e filósofos que ousaram dar juízo moral a estas descobertas, e, ao escrevê-las, as falsearam. “Nos tempos primitivos, a irmã era esposa e isso era a moral”, afirma. Neste período de família consanguínea, não eram permitidas as relações inter-geracionais. Esta é a essencial diferença entre a formação da primeira família e o estado selvagem de estágio inferior, em que apenas se teve notícias de relações de parentesco, e não de família. Contudo, a família consanguínea desapareceu. Segundo Engels (1987, p. 39), “nem mesmo os povos mais atrasados de que fala a história apresentam qualquer exemplo seguro dela”.

A família *punaluana*, categorizada por Engels, diz respeito ao que ele, com base em Morgan, estabelece como “uma magnífica ilustração de como atua a seleção natural”. Apoiado na obra consultada, de Morgan, Engels considera que, com o desaparecimento do incesto nesta formação familiar, houve progresso mais rápido nas tribos. Aos poucos, o incesto foi desaparecendo entre irmãos uterinos e posteriormente entre primos. Neste estágio, a importância da mãe é reforçada, pois ela é quem delimita quais relações suas proles podem estabelecer, tendo em vista que não poderiam ser com irmãos e primos da sua linhagem. Com isso, os filhos homens iam viver em comunidades separadas das irmãs. Contudo, neste período, ainda existiam, em diversos locais, as relações por grupos exceto entre irmãos. Neste estágio começa-se a admitir a existência de companheiros íntimos, mais delimitados o que dá

o sentido ao nome *punalua* em havaiano. O Havaí foi o local onde foi possível observar estes vestígios tribais históricos.

Até que ponto se faz sentir a ação desse progresso o demonstra a instituição da gens, nascida diretamente dele e que ultrapassou de muito seus fins iniciais. A gens formou a base da ordem social da maioria, senão da totalidade, dos povos bárbaros do mundo, e dela passamos, na Grécia e em Roma, sem transições, à civilização. (ENGELS, 1987, p. 40).

Da família *punaluana* surgiu a organização *gentílica*, quando comunidades consanguíneas já eram proibidas de se casar entre si, em quase todos os povos bárbaros e civilizados. Engels (1987, p. 43) ressalta que, com a participação da Igreja Católica na América, os estudos e indícios de organização social e matrimonial de muitos locais ficaram muito prejudicados. Já na Austrália, conseguiram descobrir indícios da forma mais primitiva anterior à família, onde a linhagem materna era a referência essencial.

Neste tipo de família foram sendo criados os *costumes*, que aparecem intrinsecamente ligados às proibições e que vão sendo passados de geração a geração. Na fase superior desse estágio, começava a surgir a concepção de propriedade. É a partir da concepção de propriedade, que esta vai deixando de ser coletiva e passando a ser cada vez mais individual; as mulheres vão ganhando conotação de seres de propriedade e posse de alguns homens.

Esse fenômeno da transformação da família e da atribuição de tarefas entre homens e mulheres, bem como o processo que dá início à perda do direito materno primitivo estudado por Engels, nos remonta ao presente estudo de Mészáros em *Para Além do Capital* (2009). Segundo o autor, o capital é anterior ao capitalismo e também posterior a ele. O capital se metaboliza com as formações sociais de diversas formas e sob diversas facetas, o que promove, com o passar da história, um *sóciometabolismo* causado pelo tripé capital/ trabalho e Estado (MÉSZÁROS, 2009). Neste sentido, o trabalho metaboliza-se com capital através da sua hierarquização. Esta relação patriarcal denunciada pela MMM é fruto dessa hierarquização geradora do *poder*, que, em Mészáros, situa-se no microcosmo familiar. E de acordo com Engels, este núcleo é o que vai dar toda a relação de opressão existente na sociedade mais geral.

[...] os novos microcosmos do sistema do capital combinam-se em alguma espécie de conjunto administrável, de maneira que o capital social total seja capaz de penetrar – porque ele tem de penetrar – no domínio da circulação global (ou, para ser mais preciso, de modo que seja capaz de criar a circulação como empreendimento global de suas próprias unidades internamente fragmentadas), na tentativa de superar a contradição entre produção e circulação. Dessa forma, a necessidade de dominação e subordinação prevalece, não apenas no interior de microcosmos particulares – por meio da atuação de cada uma das “personificações

do capital” – mas também *fora* de seus limites, transcendendo não somente todas as barreiras regionais, mas também todas as fronteiras nacionais. É assim que a força de trabalho total da humanidade se sujeita – com as maiores iniquidades imagináveis, em conformidade com as relações de poder historicamente dominantes em qualquer momento particular – aos imperativos do sistema do capital global. (MÉSZÁROS, 2009, p. 105)

Assim, conseguimos através de Mézáros e a partir desta fase *familiar* situada em Engels, compreender o empreendimento da *hierarquia* a partir do trabalho e da produção e reprodução, que vai dar aporte de sustentação para compreender o *patriarcado* e sua gênese. Nessa fase anteriormente citada em Engels aparece o embrião do que viria a ser a família monogâmica e os pressupostos dela. As relações começam a ser o que Engels, na mesma obra, chama de relações de classe (grupos) pré-definidos de comunidades, onde cada qual já tem suas uniões estabelecidas com membros de outras classes, de modo compulsório. Neste período aparecem elementos da nascente opressão patriarcal em detrimento da hierarquização de sexo, como o rapto de mulheres.

No rapto de mulheres, encontram-se já, indícios da passagem à monogamia, pelo menos na forma de casamento sindiásmico, quando um jovem, com ajuda de seus amigos, rapta, à força ou pela sedução, uma jovem, ela é possuída por todos, um em seguida ao outro, mas depois passa a ser esposa do promotor do rapto. E, inversamente, se a mulher roubada foge da casa de seu marido e é recolhida por outro, torna-se esposa deste último, perdendo o primeiro e as suas prerrogativas. (ENGELS, 1987, p. 47).

Este processo mostra que, aquilo que anteriormente tinha conotação coletiva, onde todos praticavam com todos sem que houvesse uso da força, no final desse estágio já estava se desenvolvendo, junto dos progressos de subsistência humana, também a sobreposição de umas espécies humanas perante outras. Neste momento, duas importantes formas de sobreposição de poder estavam sendo gestadas, e com grande rapidez surgem, já no modelo de família *sindiásmica*: o patriarcado e o escravismo. Não apenas começa o processo de imposição do homem sobre a mulher, mas nascia, também, a ideia de que pessoas poderiam trabalhar por outras devido a estas possuírem riquezas (instrumentos, agricultura, rebanhos, etc.).

Em Mézáros (2009), podemos encontrar esse fenômeno como sendo a existência do *capital* que perpassa épocas e transforma-se com o passar das organizações sociais e que consolida o seu tripé de sustentação desde o princípio. Tanto uma forma quanto a outra, concebem a nascente ideia de propriedade privada de meios de produção, como também a posse de pessoas (mulheres e escravos), a hierarquização (o poder) do trabalho e representações que sustentem (defendam ou protejam) o que foi instituído (o que podemos

identificar com o nascente Estado). Nascendo a propriedade privada dos meios de produção e de outras pessoas, não demoraria, pois, a cair e a se perder qualquer resquício do direito materno, dando origem à família *sindiásmica* que configura o direito paterno (ENGELS, 1987). E enfim o patriarcado.

Como dissemos, na família *sindiásmica*, portanto, as mulheres deixam de ser a referência de linhagem e ocorre a acirramento das proibições através dos costumes. Qualquer relação consanguínea desaparece e dá espaço para a poligamia somente do homem. Da mulher, passa a ser exigida a máxima e rigorosa fidelidade e o adultério poderia ser castigado. Contudo, havendo algum afastamento entre o homem e a mulher, os instrumentos de trabalho familiar ficavam com os homens e os instrumentos de trabalho doméstico e os próprios filhos ficavam com a mulher. Os casamentos eram combinados pelos pais dos noivos e o homem, em geral, poderia ter mais de uma mulher.

Em numerosas tribos, contudo, como por exemplo, entre os iroqueses (na América do Norte), formou-se pouco a pouco, uma opinião pública hostil a essas separações; em caso de disputas entre os cônjuges, intervinham os parentes gentílicos de cada parte e só se esta mediação não surtisse efeito é que levava a cabo o rompimento, permanecendo o filho com a mulher e ficando cada uma das partes livre para casar novamente (ENGELS, 1987, p. 50).

Se no comunismo primitivo o tratamento da mulher era de posição social de matriarca, com liberdade e respeito, na passagem para a família *sindiásmica*, do final do período bárbaro, esta situação começa a mudar drasticamente. Relata-nos, Engels (1987) que, no seio da comunidade bárbara de estágio inferior e médio, bem como no selvagem, a mulher trabalhava duramente junto de seu povo, e detinha verdadeiro respeito perante os demais.

Com o passar do desenvolvimento dessas tribos e comunidades, foram, cada vez mais se perpetuando os instrumentos de trabalho domésticos como posse da mulher, e os de subsistência produtiva para os homens – instrumentos e rebanhos. Nas famílias *sindiásmicas* é que vão surgir os *verdadeiros pais das crianças*, pois a mulher só podia – por imposição do costume – manter relações com este único homem. Nascia também neste período a ideia de herança, que até então era de linhagem materna, e, a partir do acúmulo de riquezas, passa rapidamente a ser de direito paterno. Coube aos homens passar esse direito a eles próprios e mudar o costume dos tempos anteriores.

“Ao introduzirem-se, porém, a criação do gado, a elaboração dos metais, a arte do tecido, e, por fim, a agricultura, as coisas ganharam outra fisionomia” (ENGELS, 1987, p. 58). Complementa ainda, o autor, que, especialmente com os rebanhos passando a ser propriedade privada das famílias, ocorreu a mesma coisa com as mulheres e com a força de

trabalho: “passaram a ter valor de troca. A família não se multiplicava tão rápido quanto o gado. Agora eram necessárias mais pessoas para os cuidados com a criação; podia ser utilizado para isso o prisioneiro de guerra que, além do mais, poderia multiplicar-se tal como o gado” (ENGELS, 1987, p. 58). O excedente de trabalho ainda era algo novo e não fazia sentido obter escravos. Somente quando há o registro desses excedentes é que as comunidades passam a escravizar aqueles que eram derrotados nos ataques bárbaros, onde quem sobrevivia ficava servindo aos clãs.

Uma contradição interessante do período *sindiásmico* é que, ao mesmo tempo em que a monogamia foi instituída só para a mulher, sendo que o adultério, através dos costumes, trazia castigos a ela; o fato de dever exclusividade ao marido, contraditoriamente, a libertou da cultura de ser apanhada à força por grupos e ter de manter relações sexuais com todos eles, um atrás do outro, conforme o consentimento dos costumes estabelecidos. Sabemos que esta prática pré-histórica ainda se mantém nos dias de hoje, e parece-nos que a única diferença do estágio médio da pré-história é que, naquele momento, era de certo modo “legal”, e hoje já não é mais. Pois, por mais irônico que possa parecer, as mulheres ansiavam pela castidade enquanto sinônimo de liberdade, desde então até aproximadamente a Idade Média (ENGELS, 1987). É extremamente consternador, para uma mulher, pensar que o sentido da palavra liberdade está atrelado à castidade, o que nos prova que qualquer fenômeno precisa ser historicizado para ser compreendido.

Engels (1987) considera a passagem para a família *sindiásmica*, a qual é monogâmica somente para a mulher, como o final de um período em que homens e mulheres se relacionam por questões naturais. Após isso, os núcleos passam a estar organizados por questões relativamente novas – ou seja, econômicas – mas que, apesar de sempre terem sido assim, não eram limitadoras até então. Nesse momento final do período bárbaro e da família *sindiásmica*, o direito hereditário paterno foi absorvido sem dificuldades pelos clãs, que foram substituindo, pouco a pouco, o lugar de respeito que outrora a mulher desfrutava na história. A opressão da mulher tem, portanto, como um dos maiores marcos, a supressão e desmoronamento do direito materno.

O desmoronamento do direito materno, a grande derrota histórica do sexo feminino em todo o mundo. O homem apoderou-se também da direção da casa, a mulher viu-se degradada, convertida em servidora, em escrava da luxúria do homem, em simples instrumento de reprodução. Essa baixa condição da mulher manifestada, sobretudo, entre os gregos dos tempos heroicos, e ainda mais, entre os dos tempos clássicos, tem sido gradualmente retocada, dissimulada e, em certos lugares, até revestida de formas de maior suavidade, mas de maneira alguma suprimida. (ENGELS, 1987, p. 61).

É no bojo do final da passagem bárbara para a civilização, da consolidação da propriedade privada dos meios de produção, da instituição de trabalhos escravos de toda ordem, da instituição dos costumes monogâmicos para a mulher – calcados nos castigos e nos mitos, e agora a instituição do direito à infidelidade conjugal para o homem, que o *valor de troca* atribui mais uma nascente opressão: os contratos de compra e venda de humanos. Escravidão e prostituição. É a partir da nascente família monogâmica que se consolida a ideia de ter uma família para a reprodução. Em geral as mulheres, ou as filhas eram escolhidas pelos seus pais por razões econômicas, sendo que o homem poderia ter outras mulheres para obter o mero prazer. Interessante frisar que, era permitido ao homem ter a mulher “escolhida” para reprodução e as mulheres “do prazer”, uma espécie de cultura geral – especialmente na nascente civilização grega, tendo em vista que outros grupos ainda eram poligâmicos e os estágios avançaram em ritmos diferentes. Obviamente que o adultério seguiu sendo um termo que se atribuía somente à mulher (ENGELS, 1987). Resultou deste momento, embora não se tenha a precisão de qual época, mas sabe-se que vem da pré-história (até aproximadamente 4.000 a. C.), que a cada tribo cabia um desenvolvimento ao seu tempo a respeito dos marcos da passagem matriarcal para a patriarcal. Contudo, a nascente Grécia Antiga foi preponderante para compreender como foi se dando tão rapidamente o aguçamento desses processos baseados na apropriação, cada vez maior, de riquezas e tudo isso traz consigo a ideia de civilização.

A família monogâmica, ou núcleo microcósmico, de acordo com Mészáros (2009), portanto, até hoje cultivada na maioria das partes do mundo, especialmente na parcela ocidental, carrega uma bagagem complexa que se interliga em diversos outros elementos do desenvolvimento da história humana, da história das relações de poder patriarcais, da história da divisão do trabalho, da história do Estado e da história do capital e da opressão de sexo/classe. Que se tenha registro, a família romana também contribuiu muito para a ideia de família patriarcal, que perdura até hoje. Para Engels (1987, p. 61),

O primeiro efeito do poder exclusivo dos homens, desde o momento em que se instaurou, nós o observamos na forma intermediária da família patriarcal, que surgiu naquela ocasião. O que caracteriza essa família, acima de tudo, mas a organização de certo número de indivíduos livres e não livres numa família submetida ao poder paterno de seu chefe. Na forma semítica, esse chefe de família vive em plena poligamia, os escravos têm uma mulher e filhos, e o objetivo da organização inteira é o de cuidar do gado numa determinada área. Os traços essenciais são a incorporação dos escravos e do domínio paterno; por isso a família romana é o tipo perfeito dessa forma de família (ENGELS, 1987, p. 61).

O sucesso absoluto da ideia de *patriarcado* é tamanho, que perdura a cada mudança dos e nos modos de produção, mesmo tendo se passado mais de seis mil anos, depois que saímos “oficialmente” da pré-história. Conseguimos carregar conosco uma forma de desigualdade entre pessoas, que está intimamente ligada à servidão e ao escravismo. Por esta razão Mészáros contempla tanto a teoria feminista sobre patriarcado, porque tal como é o capital, o patriarcado também pode ser posterior ao capitalismo. E estes conceitos, contudo, não foram capazes de se dissipar ao longo do tempo nem sequer após a revolução das liberdades individuais, que marcaram a história e podem ser provados através dos burgueses. Pelo contrário, a ideia de liberdade se metamorfoseou (ou sociometabolizou) e instituiu ainda mais vínculos de servidão e escravidão humanas.

Gramsci (2007, p. 252) abordou alguns aspectos da *questão sexual* que podemos, de certa forma, estabelecer um vínculo com o patriarcado, quando afirma que:

[...] tornam difícil qualquer regulamentação do fato sexual e qualquer tentativa de criar uma nova ética sexual adequada aos novos métodos de produção e de trabalho. Por outro lado, é necessário encaminhar esta regulamentação e a criação de uma nova ética. Deve-se observar como os industriais (especialmente Ford) se interessaram pelas relações sexuais de seus empregados e, em geral, pela organização de suas famílias; a aparência de “puritanismo” assumida por este interesse (como no caso do proibicionismo) não deve levar avaliações erradas; a verdade é que não se pode desenvolver o novo tipo de homem exigido pela racionalização da produção e do trabalho enquanto o instinto sexual não for adequadamente regulamentado, não for também ele racionalizado.

Gramsci retratava em suas palavras, a ligação íntima entre o modo de produção e a organização da sociedade para a classe trabalhadora. Neste sentido, denunciava o patriarcado existente no modelo de sociedade imposto, citando a “família” (2007, p. 250) na produção e manutenção da parte passiva da população, além de um “fato molecular, interior aos menores aglomerados econômicos”.

Em sua origem, a palavra família não significa o ideal – mistura de sentimentalismo e dissensões domésticas – do filisteu desta época; a princípio – entre os romanos, não se aplicava sequer ao par de cônjuges e aos seus filhos, mas somente aos escravos. Fâmulos quer dizer escravo doméstico e família é o conjunto dos escravos pertencentes a um mesmo homem. Nos tempos de Gaio, a família “*id est patrimonium*” (isto é, herança) era transmitida por testamento. A expressão foi inventada pelos romanos para designar um novo organismo social, cujo chefe mantinha sob seu poder a mulher, os filhos e certo número de escravos, com pátrio poder romano e o direito de vida e morte sobre todos eles. Marx complementa: A família moderna contém, em germe, não apenas a escravidão (*servitus*) como também a servidão, pois, desde o começo, está relacionada com os serviços da agricultura. (ENGELS, 1987, p. 62).

Já no caso da nascente família monogâmica grega, as mulheres foram sendo rebaixadas, cada vez mais, até chegarem a trabalhadoras domésticas sem prestígio algum e podemos perceber a primeira divisão do trabalho na diferença que se fez entre homem e mulher, na procriação dos filhos. Foi concretamente alicerçada no triunfo da propriedade privada e os gregos “proclamavam abertamente que os únicos objetivos desta monogamia eram a preponderância do homem na família” (ENGELS, 1987, p. 70). Além do mais, o casamento era considerado uma “carga, um dever para com os deuses e com o Estado e seus antepassados”. A monogamia não aparece na história, portanto, como uma aproximação entre o sexo feminino e o masculino, mas como uma obrigação material. Este fardo do casamento arranjado e compulsório obrigava muitas vezes o homem a ter relações conjugais com suas esposas – não somente as mulheres tinham que ter relações forçadas. Pode-se considerar que, neste momento da história, os costumes gregos foram moldando mulheres que serviam para esses deveres materiais, e outras mulheres que eram separadas do costume da família para servirem ao desejo masculino: as atuais prostitutas, à época grega, as *hetairas* (ENGELS, 1987, p. 71).

O costume de se entregar por dinheiro não nasceu da livre espontânea vontade das mulheres, que nos dias atuais seriam chamadas de inúmeras formas e adjetivos pejorativos, mas nasceu da cultura pré-histórica de tribos, grupos e clãs, que obrigavam as mulheres às relações carnavais junto aos representantes dos deuses e das divindades os quais, por sua vez, recebiam riquezas em troca. Em suma, as mulheres tinham que manter relações para com os deuses e ganhar por isto, sendo o berço da criação da prostituição que, nos dias de hoje, ainda persiste a insistência em considerar que é mera opção de mulheres. Pode-se estabelecer este paralelo, segundo os estudos de Engels, na obra citada, de uma fase muito primitiva na nascente sociedade que acumula riquezas e passa a validar a propriedade privada, onde os próprios deuses e divindades representadas passam a trabalhar em prol das relações de troca.

Não é por menos que a mulher passa a ser desvalorizada; tudo isso acontece numa grande onda de transformações e desenvolvimentos interligados da história. Da parte histórica das *hetairas* – as prostitutas gregas – se compararmos com a prostituição urbana do início do século XX no Brasil, pode-se chegar a algumas semelhanças no sentido de que, muitas dessas mulheres, se tornavam alvo de admiração pelos homens porque eram as mulheres que tinham uma espécie de “liberdade” que as outras mulheres, que deviam castidade e submissão ao marido, não tinham. Muitas delas eram conselheiras, se envolviam com arte, assuntos políticos e uma diversidade de coisas que a mulher fadada à vida privada e à servidão doméstica não tinha acesso.

Daí advém mais uma contradição! É a de que isso não significa dizer que a prostituição é um *glamour*, em hipótese alguma. Este é mais um processo do desenvolvimento de contradições do movimento da história. Ter uma vida pública era ter mais acesso aos temas da realidade, contudo, dizer que as mulheres simplesmente escolhiam (ou escolhem até hoje) isso porque tem um “perfil”, ou porque a prostituição é a profissão mais antiga do mundo, significa, em outras palavras, rasgar a história da humanidade e, mais especialmente, da constituição do estágio da civilização. Civilização esta que fortaleceu a criação desses costumes e crenças em favor de acumulação de riquezas desde as sociedades primitivas. Pensar a existência da mulher doméstica servil, da relação monogâmica, gerou, exatamente a relação servil da outra mulher, objeto de desejo – que se consolida ao mesmo tempo com a invenção da apropriação privada de determinados homens sobre os meios de produção e sobre outras pessoas.

Mas se a monogamia foi, de todas as formas de família conhecidas, a única em que se pôde desenvolver o amor sexual moderno, isso não quer dizer, de modo algum, que se tenha desenvolvido de maneira exclusiva, ou ainda preponderante, sob forma de amor mútuo entre os cônjuges. A própria natureza da monogamia, solidamente baseada na supremacia do homem, exclui tal possibilidade. Em todas as classes históricas ativas, isto é, em todas as classes dominantes, o matrimônio continuou sendo o que tinha sido desde o matrimônio sindiásmico, coisa de conveniência, arranjada pelos pais. (ENGELS, 1987, p. 75).

Com isso, o autor revela que vai surgindo pouco a pouco uma relação mais próxima do que temos hoje, onde há o amor sexual. Se por um lado, ao longo da Idade Média as relações eram arrançadas pelos pais, especialmente se as famílias fossem abastadas, por outro lado, com o advento da força e do poder da burguesia e da nascente sociedade capitalista, as relações entre homens e mulheres passaram a ter certo grau de possibilidade de escolha, contanto que fosse entre a própria classe. Já na classe dos proletários, a aproximação conjugal era um pouco mais fácil, tendo em vista que não estavam os bens dos cônjuges delimitando seus matrimônios. O irônico deste processo é que, na classe burguesa, a máxima da liberdade era desde sempre e incontestavelmente uma liberdade econômica, pois a chance de escolher seu próprio casamento ainda era maior entre os trabalhadores.

Assim, sucedeu que a burguesia nascente, sobretudo a dos países protestantes, onde se sacudiu de maneira mais profunda a ordem de coisas existente, foi reconhecendo cada vez mais a liberdade de contrato para o matrimônio e pôs em prática a sua teoria, da maneira que descrevemos. O matrimônio continuou sendo um matrimônio de classe, mas no seio da classe concedeu-se aos interessados certa liberdade de escolha. (ENGELS, 1987, p. 88).

Engels (1987) critica, na sequência dessa passagem, que o matrimônio, aparentemente libertador da burguesia, não modificava, porém, em nada, a imoralidade que seguiam sendo os casamentos, não baseados por amor sexual recíproco, mas por “contratos de cônjuges efetivamente livres”. Resumidamente, de direito proclamava-se o casamento como matrimônio por amor, como direito da humanidade. Contudo, dificilmente assim o eram, tendo em vista que, de fato, eram contratos econômicos. “A classe dominante continuou submetida às influências econômicas conhecidas e, somente por exceção, apresenta casos de casamentos realizados verdadeiramente com toda a liberdade; enquanto estes casamentos, como já vimos, constituem a regra nas classes oprimidas”. (Engels, 1987, p. 89)

O autor, ao longo da análise da família em sua linha do tempo, revela que o futuro das relações sem posses privadas é a grande saída para que haja as relações de amor sexual individual. Segundo ele, com a transformação dos:

...meios de produção em propriedade social desaparecerão o trabalho assalariado, o proletariado, e, conseqüentemente, a necessidade de se prostituírem algumas mulheres, em número estatisticamente calculável. Desaparece a prostituição e, em lugar de decair, a monogamia chega enfim a ser uma realidade – também para os homens. [...] modificar-se-á muito a posição dos homens. Mas também, há de sofrer profundas transformações a das mulheres. Todas elas. A família individual deixará de ser uma unidade econômica da sociedade. O trato e a educação das crianças tornar-se-ão assunto público, a sociedade cuidará com mesmo empenho de todos os filhos, legítimos ou naturais. Desaparecerá o temor das “consequências”, que é hoje o mais importante motivo social – tanto do ponto de vista moral quanto econômico – que impede uma jovem solteira de se entregar livremente a quem ama. [...] as relações sexuais serão mais livres [...] a prostituição e a monogamia, ainda que antagônicas, são inseparáveis como polo de uma mesma ordem social. Pode a prostituição desaparecer sem levar consigo, na queda, a monogamia? (ENGELS, 1987, p. 83).

Esta passagem de Engels é provocadora se nós formos pensar em que época foi escrita, quais eram os costumes daquele tempo e a moral vigente que abarcava, não somente a sociedade alemã e seu cotidiano, mas também os teóricos daquele tempo. Teóricos estes, que, em muito, não queriam explorar alguns campos da ciência, segundo Engels, por determinado *moralismo* que falseava a realidade e a história.

A família histórica que foi se moldando com o passar dos tempos chegou até o presente, configurada no modo de produção capitalista com a mesma importância, desde que se inventou a ‘propriedade privada da existência’. O capitalismo transformou os costumes e tradições, que foram sendo preservados ao longo do tempo, em relações cada vez mais mercantis de compra e venda. Assim, os contratos matrimoniais foram ganhando mais poder na medida em que, cada vez mais, riqueza era acumulada. Os tempos atuais pouco mudaram desde a ascensão da burguesia francesa, porque, ainda que as liberdades individuais tenham se

expandido em diversas áreas, os contratos matrimoniais seguem ocorrendo na mesma lógica. Ou estamos acostumados a ver uma família ocidental, cheia de posses, aceitar que um jovem ou uma jovem se case com alguém totalmente despossuído? A garantia de que toda a herança não se perca e que, mais do que isso, ela se junte com a herança do cônjuge é muito forte. Vemos o pobre com a rica ou o rico com a pobre, talvez em novela ou filmes. Apenas. Na vida real, não frequentam os mesmos espaços, não comungam das mesmas ideias, e, ainda que o amor lhes rebata por acaso, a sociedade não permite, recriminando moralmente ainda que não haja nada errado, nem no amor que parecem sentir, nem legalmente.

A família é um produto do sistema social e refletirá o estado de cultura desse sistema. Tendo a família monogâmica melhorado, a partir dos começos da civilização e, de uma maneira muito notável, nos tempos modernos, é lícito pelo menos supor que seja capaz de continuar seu aperfeiçoamento até que chegue à igualdade entre os dois sexos. Se, num futuro remoto, a família monogâmica não mais atender às exigências sociais, é impossível predizer a natureza da família que a sucederá (ENGELS, 1987, p. 91).

Certamente Engels era um pensador à frente de seu tempo. Contudo, o que impressiona é que, passados mais de cem anos, sua teoria continue sendo capaz de ser utilizada como base para a compreensão histórica da constituição da família, no mundo ocidental, ainda nos dias de hoje. O que talvez o autor não imaginasse, seriam as dissidências dos estudos que versam sobre temas parecidos, como expusemos ao falar sobre as vertentes que acreditam nesse momento no “pós-gênero” que vai muito além da dicotomia homem/mulher e que teriam que ser contextualizados.

Para encerrarmos nosso estudo histórico deste subcapítulo, retomamos Mészáros, onde o autor afirma que dentre as mediações existentes no sistema do capital, está:

A família nuclear, articulada como o ‘microcosmo’ da sociedade que, além do papel de reproduzir a espécie, participa de todas as relações produtivas do ‘macrocosmo’ social, inclusive da necessária mediação das leis do Estado para todos os indivíduos e, dessa forma, vital também para a reprodução do próprio Estado. (MÉSZÁROS, 2009, p. 180).

Assim, podemos perceber a indissociabilidade das estruturas micro (familiares) e a importância de controlá-las em detrimento das estruturas macro (econômicas) em geral. No sistema do capital e até mesmo no capitalismo, controlar o universo micro é tão importante na manutenção das forças historicamente poderosas das classes dominantes que passa a ficar mais compreensível a contribuição do Estado no controle das famílias, do trabalho e o serviço do capital.

É falso considerar que o núcleo microcósmico (ou familiar) pode ser um núcleo livre das consequências ou da perversidade do capital. Um núcleo ser muito ‘diferente’ dos outros. Segundo Mészáros (2009), alguns núcleos são mais ou menos atingidos pela hierarquização do poder, do trabalho e pelo controle do capital e do Estado. Mas de uma forma ou de outra, todos os núcleos são atingidos, pois o poder de alcance de um único núcleo não se converte em mudanças sociais efetivas.

2.1.2 – Estado: do surgimento ao Estado contemporâneo

Vamos então, pensar que Estado contraditório é este que temos e como surgiu?

De acordo com os escritos de Engels (1987), o Estado vai surgindo a partir de meados da fase bárbara, especialmente quando se propõe delimitar quem são os pais biológicos das crianças nas comunidades gentílicas. Neste período, da mesma forma que na constituição do patriarcado e na consolidação de *classes sociais*, surge também uma força organizadora que vem a ser o nascente Estado. Especialmente percebido na região que hoje é a Europa, tendo em vista que o continente americano, embora também tivesse uma organização semelhante a um poder de Estado, constatado por Morgan. Mas esta instituição não era parecida com as práticas dos traços recebidos na história, através da poderosa civilização ateniense.

Na organização estatal dos povos da América, já passadas centenas de anos da morte de Cristo, existia uma rede de organização em que as mulheres e os homens participavam de decisões coletivas, tal como era a Europa no período bárbaro – e que deixou de ser quando este continente passa para o estágio da civilização, tirando as mulheres da cena pública. Já no continente americano, as mulheres também participavam de funções militares, votavam em líderes e também podiam ser líderes (Engels, 1987). O autor ressalta que as análises feitas através das comunidades gentílicas americanas, em geral, mostravam conter, no seu embrião, a lógica das organizações comunistas mais primitivas. Com a chegada dos espanhóis, portugueses e ingleses nas Américas, estas raízes foram dizimadas e incorporadas à lógica mercantilista europeia que tomava conta do mundo.

Contudo, se formos analisar as comunidades indígenas que resistem, ou os grupos étnicos que ainda mantêm culturas ancestrais, pode-se observar que o espírito da coletividade ainda pode ser observado em alguns lugares das Américas. Por certo esta gênese, especialmente na América Latina, pode ser observada em estudos latino-americanos que defendem outros pensamentos diferentes dos eurocêntricos, como todo o legado deixado por

Eduardo Galeano, Gabriel García Márquez, Simón Bolívar, Paulo Freire, por exemplo. A América Latina respira uma outra mistura étnica, diferente da mistura étnica europeia, e esses elementos históricos nos saltam aos olhos, muitas vezes, até no modo de pensarmos ou analisarmos algumas coisas. Ocorre que países latino-americanos foram invadidos, submetidos e colonizados, de modo que, mesmo tendo herdado a língua e a cultura europeia, a esta foi incorporada a cultura dos povos indígenas que aqui habitavam.

Já nas *gens* grega, especialmente na gênese do Estado ateniense, as diferenças se acentuam, a riqueza se acumula, o trabalho se terceiriza, com trabalhadores *livres*, mas, *dependentes*, com servos e escravos; as propriedades se concentram, a mercadoria e o dinheiro ganham forma e as funções de direito e de Estado se tornam cada vez mais poderosas. Eclode a nascente sociedade de classes, o que muitos chamariam estranhamente de berço da civilização.

Resumindo: a riqueza passa a ser valorizada e respeitada como bem supremo e as antigas instituições da *gens* são pervertidas para justificar-se a aquisição de riquezas pelo roubo e pela violência. Faltava apenas uma coisa: uma instituição que não só assegurasse as novas riquezas individuais contra as tradições comunistas da constituição gentílica, que não só consagrasse a propriedade privada, antes tão pouco estimada, e fizesse dessa consagração santificadora o objetivo mais elevado da comunidade humana, mas também imprimisse o selo geral do reconhecimento da sociedade às novas formas de aquisição da propriedade, que se desenvolviam umas sobre as outras – a acumulação, portanto, cada vez mais acelerada, das riquezas – uma instituição que, em uma palavra, não só perpetuasse a nascente divisão da sociedade em classes, mas também o direito de a classe possuidora explorar a não-possuidora e o domínio da primeira sobre a segunda. E essa instituição nasceu. Inventou-se o Estado (ENGELS, 1987, p. 120).

Segundo o autor, foi no Estado ateniense que os fenômenos da acumulação já estavam deveras consolidados e era necessário algo muito poderoso, que garantisse que essas riquezas não saíam de uma mesma família. No Estado ateniense nasce a herança de direitos de cargos políticos de certas famílias, nas *gens*. Segundo este autor, o “Estado nascente sancionou essa usurpação” (ENGELS, 1987, p. 122). Demonstra ainda, “que a divisão do trabalho entre camponeses e artesãos se tinha tornado suficientemente forte para disputar a primazia em importância à antiga divisão em *gens* e tribos” (ENGELS, 1987, p. 122). Deste modo, institui a separação entre camponeses e trabalhadores artesãos e fortalece também o trabalho escravo.

É na força do Estado ateniense que surge o dinheiro, a hipoteca, as dívidas de habitação, etc. A aristocracia, os nobres, passam a dirigir o Estado por volta de 600 a. C. (ENGELS, 1987), separando nitidamente a população entre possuidores de dinheiro à custa dos pequenos agricultores. O sistema monetário “que se desenvolvia penetrou como um ácido corrosivo na vida tradicional das antigas comunidades agrícolas baseadas na economia natural” (ENGELS,

1987, p. 123). Os camponeses empobreceram, tendo de trabalhar em terras alheias por falta de condições de adquirir a sua própria terra; assim, aproximadamente *um sexto* de sua produção era que lhes restava para viver e sustentar suas famílias. *Cinco sextos* iam para os donos das terras ou seus credores. Nesse período, muitas pessoas empobreceram, pois, por haver trabalho escravo, não conseguiam trabalho para se sustentar.

A venda dos filhos pelo pai foi, pois, o primeiro fruto do direito paterno da monogamia. E, se, ainda assim, o vampiro que não se saciasse, podia vender como escravo seu próprio devedor. Essa foi a aurora da formosa civilização do povo ateniense (ENGELS, 1987, p. 123).

O autor constata que o germe da revolução burguesa está na civilização ateniense. Surge de fato a mercadoria, a apropriação privada de rebanhos e mercadorias de luxo. Separam-se a profissão do agricultor e do artesão e aguçam-se demarcações de territórios e a necessidade de forças militares de coerção em defesa dessas propriedades. Os cidadãos, em cima dos territórios e separados por regiões, se tornam meros apêndices destas localidades. Além disto, a supremacia do dinheiro toma conta e o produto/mercadoria vem a dominar o produtor. Jamais se pensou que “o seu produto viria a oprimi-lo. Com isto, o Estado, este novo poder, subitamente aparecido, sem que o desejassem ou sequer compreendessem seus próprios criadores, fez-se sentir aos atenienses com toda a brutalidade da sua juventude” (ENGELS, 1987, p. 125).

Na distinção entre as *gens* gregas e as *gens* romanas, Engels (1987) ressalta que, pequenas diferenciações foram detectadas na sua organização, contudo, nos direitos paternos e na gestão daquilo que seria um Estado, elas eram muito semelhantes. Na organização romana existiam algumas classes sociais – de homens que eram submetidos ao serviço militar – sendo estas classes divididas pelas riquezas que cada uma acumulava e conforme sua riqueza era o seu poder de participação na política romana. A participação nas *assembleias das cúrias* (ENGELS, 1987, p. 145) variava de acordo com essas normas financeiras. A organização do Estado romano, extremamente militarizado, levou à morte uma quantidade significativa de camponeses, para a época, que acabaram por despovoar alguns territórios, dando espaço ao domínio germano seguinte.

O Estado romano se tinha tornado uma máquina imensa e complicada, destinada exclusivamente à exploração dos súditos; impostos, prestações pessoais ao Estado e gravames de todas as espécies mergulhavam a massa do povo numa pobreza cada vez mais aguda. As extorsões dos governadores, dos fiscais e dos soldados reforçavam a opressão, tornando-a insuportável. Essa era a situação que o Estado romano tinha levado o mundo. No interior, um direito baseado na manutenção da ordem; no exterior, baseado na proteção contra os bárbaros – mas a ordem deles era

pior que a desordem, e os bárbaros contra os quais os cidadãos estavam sendo protegidos eram esperados como salvadores (ENGELS, 1987, p. 166).

Contudo, com a participação dos bárbaros germanos nessa história, apenas se reconfigurou um caminho de organização humana que já estava em curso, não fugindo às regras anteriormente citadas das pretensões do poder do Estado. Das forças originárias do Estado e da ideia do poder público pudemos perceber que passou da fase selvagem/bárbara enquanto sistemas de organização coletiva, através de primitivas manifestações democráticas a respeito de conselhos, assembleias, etc., para sobrevivência e proteção das *gens*, até ir se desenvolvendo, enquanto meios de proteger as riquezas que iam sendo acumuladas (de diversas formas) por algumas camadas.

O Estado não é, pois, de modo algum, um poder que se impôs à sociedade de fora para dentro; tampouco é a realidade da ideia moral, nem a imagem e a realidade da razão, como afirma Hegel. É antes um produto da sociedade, quando esta chega a um determinado grau de desenvolvimento; é a confissão de que essa sociedade se enredou numa irremediável contradição com ela própria e está dividida por antagonismos irreconciliáveis que não se consegue conjurar. Mas para que esses antagonismos, essas classes com interesses econômicos colidentes não se devorem e não consumam a sociedade numa luta estéril, faz-se necessário um poder colocado aparentemente por cima da sociedade, chamado a amortecer o choque e a mantê-lo dentro dos limites da “ordem”. Este poder, nascido da sociedade, mas posto acima dela se distanciando cada vez mais, é o Estado (ENGELS, 1987, p. 191).

A grande contradição é que o Estado nasce junto com um antagonismo de classe, e, ao mesmo tempo, ele vai configurando a ideologia desta classe, que, seja a época que for, estiver na condição econômica de *classe dominante*. Por estas razões, imaginarmos que se possam esquecer as classes sociais para analisar os fenômenos da contemporaneidade é mais do que apagar a história, é não perceber as relações histórico-dialéticas, intrínsecas a cada modo de vida social. Engels (1987, p. 193-194) resumiria rapidamente alguns destes momentos, como sendo o Estado antigo, “o Estado dos senhores de escravos”. O Estado feudal, como “sendo o órgão que se valeu da nobreza para manter sujeição de servos e camponeses”; o moderno “Estado representativo como sendo o instrumento de que se serve o capital para explorar o trabalho assalariado”.

Mészáros, neste sentido, critica Friedrich Hayek quando este estabelece através da ideia da justiça e da igualdade perante a lei que o Estado Moderno propõe que as oportunidades se assegurem a todos sob as mesmas regras. Hayek (apud Mészáros 2009) diz que o uso da palavra privilégio vem sendo empregado de forma abusiva. Mészáros combate esta ideia ao afirmar:

Neste mundo em que vivemos o *privilégio* não existe, existe apenas o “privilégio” entre aspas. Os que sustentam o contrário participam da “confusão generalizada” violando o conceito de privilégio (que pertence ao passado feudal); o pior é que estes também abusam da razão, acima de tudo porque ousam questionar o poder discriminatório do privilégio substantivo material que emana da dominância estrutural da propriedade capitalista privada. A razão estipulada para que se excluam do discurso racional as incontáveis pessoas “confusas” que “abusam” da razão é que os excluídos da propriedade privada – uma questão das relações materiais existentes – podem adquiri-la “sob as mesmas regras”, ainda que não o consigam... (MÉSZÁROS, 2009, p. 283).

No entanto, em contradição a este antagonismo, a cada estágio da história vão sendo atribuídas brechas para inserção das lutas das classes oprimidas pelas classes dominantes. Neste movimento algumas mudanças vão se dando, com avanços e retrocessos. As teorias em torno do debate do Estado, sua função e seu poder, vem tomando diferentes proporções e fundamentações a cada tempo. Desses embates podemos dizer que surgem alguns resultados como, por exemplo, incorporações de lutas das classes oprimidas. É claro que não na mesma velocidade que surgem políticas de defesa da classe dominante. Ou tampouco na mesma proporção que se criam teorias para manter o *status quo*.

A república democrática – a mais elevada das formas de Estado, e que, em nossas atuais condições sociais, vai aparecendo como uma necessidade cada vez mais iniludível é a única forma de Estado sob a qual pode ser travada a última é definitiva batalha entre o proletariado e a burguesia (ENGELS, 1987, p. 194).

O autor chega ao estágio moderno do Estado²⁹, considerado por sua análise histórica como o modelo mais evoluído de poder público que a humanidade construiu até o presente. Contudo, é simplificar a complexidade da teoria de Marx e Engels do Estado ao afirmar tão somente que ele protege a propriedade privada e trabalha a serviço das classes dominantes. Na realidade, reconhece este caráter e vai além, como na passagem de Miliband (1988, p. 134),

Marx apresenta um remédio basicamente político para essa incapacidade do Estado de garantir o interesse geral, qual seja, os interesses da democracia. Pouco depois, contudo, chegou à concepção de que era necessário muito mais do que isso, e que a “emancipação política”, por si só, não poderia provocar a “emancipação humana”. Esta exige uma reorganização muito mais completa da sociedade, cujo principal aspecto é a abolição da propriedade privada.

É interessante pensarmos como se constituiu a formação do Estado, por exemplo, nas palavras de Nicolau Maquiavel (2000), em torno de 1.500 d. C.. Este é um pensador clássico

²⁹ A partir deste momento iremos encontrar explicações, teorias e análises de diferentes formas, conteúdos e vertentes acerca da compreensão sobre o Estado. Seria demasiado extenso abordar tudo que se acumulou sobre Estado até os dias atuais. Assim como a escolha pela compreensão da gênese do Estado buscamos em Marx e Engels, faremos na sequência, portanto, o prosseguimento de nossos filtros e escolhas.

da ciência política o qual, por muitos, é relegado à caracterização pejorativa por trazer de forma explícita qual era o funcionamento do Estado e do poder deste à sua época. Segundo Maquiavel (2000, p. 37):

Todos os Estados, todos os domínios que tiveram e tem império sobre os homens, foram e são ou repúblicas ou principados. Os principados são ou hereditários, dos quais os ascendentes do seu senhor foram, por longo tempo, príncipes, ou novos. Os novos ou são inteiramente novos, como o foi Milão sob Francesco Sforza, ou são membros acrescentados ao Estado hereditário do príncipe que os conquista, como o reino de Nápoles, que é do rei da Espanha. Estes domínios, conquistados desta forma, é que são habitualmente submetidos a um príncipe ou livres; e conquistados ou com armas alheias ou com as próprias, pela boa sorte ou pelo valor.

A importância da contribuição de Maquiavel se dá, não pelo julgamento de sua concepção e formação do Estado, mas pelo caráter estratégico deste. O autor reflete em *O Príncipe*, as diversas formações estatais de sua época, as forças que as compõem e a formas de chegar e de se manter no poder. Formas as quais nos dão pistas, também, sobre as forças do Estado moderno e o Estado atual, em tempos de neoliberalismo, que analisaremos adiante. No entanto, é interessante perceber como a figura representada n' *O Príncipe* (MAQUIAVEL, 2000) nos é tão familiar, pois, passados quinhentos anos, os avanços no caráter democrático do Estado ainda pode carregar consigo a representação forjada por Maquiavel, ainda que, com roupagens mais modernas. Sendo este escritor clássico, autor de uma teoria política cabível ao seu tempo, pode-se dizer que, mesmo tendo passado tantos séculos, algo permanece. Comumente, não é virtuoso comparar políticos ao Príncipe, no entanto, esta nos parece ser a obra de cabeceira mais escondida e mais certa, que perdura nos tempos atuais de Estado neoliberal, com relação à ideia estratégica do domínio das massas.

Isso significa considerar que, se o Estado é a própria representação da contradição de classes, ele tanto pode ser disputado pela classe até então hegemônica, quanto pela classe oprimida, a classe trabalhadora da história. Para Gramsci (1991), n' *O Príncipe*, o autor considera que a organização da ciência política, proposta por Maquiavel, é, ao mesmo tempo, um importante instrumento teórico sobre a preponderância das classes dominantes sob a égide do Estado, e, por outro lado, um aparato para “as maiorias” com “menor poder e menor estratégia”³⁰, do ponto de vista da correlação de forças. Reforça que as análises de um tempo

³⁰ Por mais contraditório que possa ser, *O Príncipe*, de Maquiavel, não pretendia ser um tratado definidor de como a política poderia ou deveria ser, mas como a política realmente era. Segundo Maquiavel (2000), era preciso analisar a situação como ela é, e não como se quer que ela seja. Em outras palavras, era preciso ver o outro como o outro é, e não como uma extensão de si mesmo, ou como idealizava ser. Neste sentido, Gramsci (1991), na contramão do lugar de desprezo onde Maquiavel foi colocado, contextualizou a época de seus escritos e argumentou que não se poderia estudar essa ciência política sobre o poder do Estado, na obra citada, do ponto de vista de juízo moral.

dizem respeito ao estado das coisas que se pretende superar e o que pode estar nascendo (dialética entre o novo e o velho). Neste sentido, o novo Príncipe pode não ser mais a antiga configuração, mas um partido, uma parte que se destine a disputar o Estado. No caso do Estado e da análise efetuada por Maquiavel, na obra citada, Gramsci (1991, p. 15) coloca que:

É necessário considerar mais Maquiavel como expressão necessária do seu tempo e estreitamente ligado às condições e às exigências da sua época, que resultam: 1) das lutas internas da república florentina e da estrutura particular do Estado que não sabia libertar-se dos resíduos comunais-municipais, isto é, de uma forma estorvante de feudalismo; 2) das lutas entre os Estados italianos por um equilíbrio no âmbito italiano, que era dificultado pela existência do Papado e dos outros resíduos feudais, municipalistas, da forma estatal urbana e não territorial; 3) das lutas dos Estados italianos mais ou menos solidários por um equilíbrio europeu, ou seja, das contradições entre as necessidades de um equilíbrio interno italiano e as exigências dos Estados europeus em luta pela hegemonia.

Para Hobbes, autor da obra *Leviatã*, no período do Estado absolutista a existência de um poder central era fundamental, pois as relações entre os indivíduos eram conflitantes e careciam de uma submissão a um poder geral, em troca de proteção – de suas posses. Assim como Maquiavel escreve ao seu tempo, Hobbes faz o mesmo, considerando a necessidade do Estado regulador do período monárquico (In: BOBBIO, 1992). O contrato social para Hobbes, garantido através das leis, assegurava a propriedade privada; já as liberdades individuais eram reguladas pelo poder soberano. Poder este, que mediava as relações entre a tensão social e a liberdade, onde a responsabilidade cabia ao Estado absoluto.

Segundo Bobbio (1992), enquanto no Estado absoluto de Hobbes há uma guerra de todos contra todos, para John Locke o contrato social é mediador entre os indivíduos, mas a liberdade natural é inerente ao ser humano, portanto, não cabe ao governo outorgar-lhe esta liberdade. A harmonia entre os indivíduos pode ser quebrada e o Estado deve garanti-la. O Estado civil, de Locke, deve ser compactuado e consentido através do contrato (associação) entre os indivíduos.

Desde o momento em que a crença numa mítica idade de ouro, que remontava aos antigos e fora retomada durante o Renascimento, foi suplantada pela teoria – que de Lucrécio chegara a Vico – da origem ferina do homem e da barbárie primitiva, tornou-se doutrina corrente que os homens não nascem nem livres nem iguais. Que os homens fossem livres e iguais no estado de natureza, tal como descrito por Locke no Segundo Tratado do governo, era uma hipótese racional; não era nem uma constatação empírica nem um dado histórico, mas uma exigência da razão, única que poderia inverter radicalmente a concepção secular segundo a qual o poder político, o poder sobre os homens, o imperium, procede de cima para baixo e não vice-versa. Esta hipótese devia servir, segundo o próprio Locke, ‘para entender bem o poder político de derivá-lo da sua origem’ (BOBBIO, 1992, p. 94).

Desse pressuposto, na *Declaração dos Direitos dos Homens*, que estuda e relaciona os sujeitos com seus vínculos políticos individuais e coletivos, e constitui uma ideia geral de Estado implícita, sustenta-se o direito à propriedade como um direito natural do ser humano.

Tomamos também de Bobbio (1992) uma breve síntese sobre o Estado de Rousseau, pois, tendo dedicado sua vida a tentar compreender estes fenômenos sociais, não poderíamos deixar de citá-lo. Para Rousseau, o indivíduo nasce bom, e a sociedade o corrompe por questões de vaidade, concorrências e corrupções. Por acreditar numa sociedade ideal, o Estado, para este filósofo, deveria garantir essa mediação entre liberdade natural do homem e bem-estar soberano da coletividade. O que só seria possível concretizar através do *contrato social*. Sendo a vontade do indivíduo uma busca particular, a vontade do cidadão dizia respeito a uma busca coletiva comum. O caos, para Rousseau, era originário da desigualdade entre as pessoas, o que submeteria, em última análise, o contrato social à soberania do povo através do Estado sobre o indivíduo. As liberdades que nasceram como liberdades naturais, em sociedade, passariam a ser consideradas como liberdades civis.

Rousseau mostra, em sua obra³¹, a preocupação em submeter o Estado à soberania do povo, tendo em vista que estava criticando o Estado absolutista, mas considerava perigoso imaginar este próprio Estado como do povo, que não chegou a conhecer. Por outro lado, Bobbio (1992) salienta que as perspectivas de Rousseau devem ser ponderadas no seu contexto, pois este filósofo escreve numa realidade na qual nascia a classe burguesa, na França. Assim, quando estamos falando em povo, não estamos nos referindo exatamente à classe trabalhadora, mas à classe burguesa, que derruba o absolutismo francês e dá início a esta nova era do Estado e dos direitos.

Já o Estado moderno, fruto do avanço burguês analisado por Marx, especialmente n' *O 18 Brumário* (1977), reflete uma ampliação da ideia de Estado, anteriormente visto por ele de forma mais restrita. Segundo Coutinho (1996), Marx e Engels trazem a ideia de Estado n' *O Manifesto Comunista* (1998), de uma forma mais abstrata e mais simplista, como o Estado sendo o patamar final, ou o máximo da disputa de dois polos opostos – *proletariado e burguesia*. A novidade em *O 18 Brumário* (1977) é que Marx amplia sua análise e passa a considerar elementos mais complexos dessa relação do Estado, com diversos fenômenos

³¹ ROUSSEAU, Jean-Jacques. *O Contrato Social*. Tradução de Tiago Rodrigues da Gama. 1ª Ed. São Paulo: Russel, 2006.

interligados a ele. Um deles é a possibilidade de que existam frações das próprias classes, quando analisa o triunfo da Insurreição de Junho³² na França.

[a respeito da Insurreição de Junho da classe trabalhadora] A república burguesa triunfou. A seu lado alinhavam-se a aristocracia financeira, a burguesia industrial, a classe média, a pequena burguesia, o exército, o lumpen-proletariado organizado em Guarda Móvel, os intelectuais de prestígio, o clero e a população rural. Do lado do proletariado de Paris não havia senão ele próprio (MARX, 1977, p. 25).

Nestes textos, Marx passa a admitir essas variações de classe e seu papel na estruturação, poder e força do Estado moderno. Este modelo de Estado e essas ramificações do seu sustento superestrutural podemos dizer que perduram até os tempos atuais, especialmente nos países de capitalismo desenvolvido ou nos considerados “em desenvolvimento”, na verdade subordinados às economias dos primeiros. É deste Estado complexo que iremos partir para apresentar nossas premissas; deste para o qual ainda não vislumbramos nenhum tipo de superação e, além disso, estamos nos patamares mais difíceis de conquistas. Nesse sentido, podemos exemplificar que, enquanto avançam duas políticas públicas em favor dos trabalhadores e trabalhadoras, quatro políticas conquistadas retrocedem. Numa proporção difícil e assustadora encontram-se as lutas travadas nas cidades e nos campos que, com grandes dificuldades, possam vir a se tornar algum tipo de lei ou política de Estado³³.

Como instrumento aperfeiçoado ainda mais pela burguesia, em desfavor do proletariado, o Estado moderno em Marx e Engels, apesar de ser a forma mais desenvolvida de Estado até o momento de suas análises, estava e continua estando muito distante dos fins da emancipação humana, que, pensamos, só poderiam ser atingidos numa sociedade na qual fossem superadas as relações contraditórias de classes sociais e de opressão de gênero. Já para Gramsci (1991), em *Maquiavel, a política e o Estado moderno*, sob o aspecto da ciência política e da *Filosofia da práxis*³⁴, o Estado pode ser mais do que a representação das

³² Jornadas de Junho ou *Insurreição de Junho* de 1848, em Paris (LEFEBVRE, 2001), foi um movimento de insurreição operária por direitos, que aconteceu na França, na qual acendeu a centelha de uma das contraofensivas republicanas francesas mais violentas da história. Os trabalhadores foram às ruas de Paris lutar pelo sufrágio universal e por direitos diversos da classe. Acabaram recebendo, como resposta, uma violenta repressão militar onde mais de 1.500 trabalhadores foram mortos e milhares deportados para a Argélia, devolvendo assim, a ordem burguesa para as ruas de Paris (LEFEBVRE, 2001, p. 22).

³³ E estas dificuldades se acentuam, tendo em vista o que podemos chamar de “golpe de Estado”, que foi a derrubada da Presidenta Dilma Rousseff, tendo assumido o governo interino o vice-presidente Michel Temer que, na escolha de seus ministros – masculinos, ricos e brancos, pode-se identificar a aliança com o capital, tendo em vista o apoio da Federação das Indústrias de São Paulo (FIESP). (In: BARROCAL, 2016, p. 20-24).

³⁴ Consideramos a *Filosofia da Práxis* citada (GRAMSCI, 1991) como sendo o aparato filosófico teórico-prático calcado no materialismo dialético e histórico em Marx (2008), especialmente no que diz respeito à 11ª Tese sobre Feuerbach acerca do desafio de apenas não interpretarmos o mundo, mas transformá-lo. Gramsci (1987)

correlações de força entre dominantes e dominados. Para Coutinho (1988), Gramsci amplia, com seu conceito de sociedade civil, a teoria marxista clássica de Estado.

Assim, tomamos este conceito de sociedade civil em Gramsci, a partir de Coutinho (1988, p. 73-74), como sendo esta “a portadora material da figura social da hegemonia, como esfera de mediação entre a infraestrutura econômica e o Estado em sentido restrito”. Desse modo, “o conceito de sociedade civil é o meio privilegiado através do qual Gramsci enriquece, com novas determinações, a teoria marxista de Estado”. Desta forma, Gramsci não nega a contribuição marxista do Estado e o caráter condicionante atribuído à infraestrutura³⁵, mas parte desta contribuição para ir mais além.

A grande descoberta de Marx e Engels no campo da teoria política foi a afirmação do caráter de classe de todo fenômeno estatal; essa descoberta os levou, em contraposição a Hegel, a “dessacralizar” o Estado, a desfeticizá-lo, mostrando como a aparente autonomia e “superioridade” dele encontram sua gênese e explicação nas contradições iminentes da sociedade como um todo (COUTINHO, 1988, p. 74).

Talvez o ponto forte que Gramsci concedeu à perspectiva de Estado, em relação a Marx e Engels, é exatamente percebê-lo enquanto uma teoria ampliada de Estado, fazendo parte deste a própria conceituação de sociedade civil. A partir desta base na qual se fundamentou, Gramsci foi capaz de perceber que as classes trabalhadoras têm possibilidade efetiva de ascender ao poder estatal. Conforme Coutinho (1988, p. 75) Gramsci pode ver “a intensificação dos processos de socialização da participação política que tomam corpo nos países ocidentais, sobretudo a partir do último terço do século XIX (formação de grandes sindicatos e de partidos de massa, conquista do sufrágio universal, etc.)”. Desta forma, começa a surgir a efetiva força de uma esfera social nova, que se estabelece no desempenho de funções relativamente autônomas e específicas, não apenas do ponto de vista econômico, mas também dos aparelhos repressivos do Estado.

A compreensão das correlações das forças que, ao longo da história foram constituindo o Estado contemporâneo, não é linear e nem poderia ser, considerando as relações contraditórias entre as classes constituintes da sociedade que atravessam o Estado e, por isso

considera que essa premissa teórico-prática deve elevar o pensamento crítico a partir da realidade dos sujeitos superando tanto o senso comum, quanto o pensamento mecânico ou ainda o idealista, até que se construa o pensamento político hegemônico das massas. O mundo, portanto, para Gramsci (1987) deve ser compreendido a partir da realidade prática dos sujeitos. Assim como esta expressão gramsciana, encontraremos diversas outras, em que, em tempos de não poder expressar algumas palavras diretamente ou por estar preso ou por ser perseguido politicamente, Gramsci dialoga com o leitor de modo sutilmente articulado e perfeitamente posicionado na sua linguagem. Este é um dos traços mais marcantes dos seus textos.

³⁵ A infraestrutura para Marx (s/d) são as forças produtivas e as relações de produção que determinam as superestruturas: as instituições, a cultura, as relações de poder político, o Estado, etc.

mesmo, estão constantemente em processos de luta. Embora seja um processo em desenvolvimento ascendente em relação à sua democratização, carrega consigo diversos entraves e retrocessos, além de algumas necessárias guerras de posições quanto à sua gênese e ao seu caráter econômico-social. O Estado traz, pouco a pouco, as condições necessárias para a busca da igualdade almejada, seja na garantia de direitos constitucionais, seja de direitos de fato. Não está, portanto, no poder do Estado a libertação humana, mas esta instituição pode contribuir para modificar as condições de uma existência humana que seja mais digna para que, enfim, a classe despossuída de meios de produção possa visualizar no horizonte alguma perspectiva de mudança social efetiva.

2.1.2.1 – O Estado contemporâneo

Ao expressarmos o termo “contemporâneo” referente ao Estado, não estamos falando de outra instituição que não seja aquela sobre a qual discorreremos até o momento. A referência do termo está, portanto, em contemporâneo no sentido temporal, referindo-se ao Estado na atualidade e quais as tramas e complexidades que carrega nos dias de hoje, além de toda sua carga histórica.

Assim, tendo em vista as inúmeras complexidades do Estado contemporâneo, bem como o acúmulo do que se construiu sobre Estado, ao longo da história, podemos apontar algumas das variações dos seus limites e possibilidades para os dias atuais. Gustavo Gozzi (2000, p. 401) estabelece algumas sínteses das quais considera a difícil a coexistência entre o Estado de direito e o Estado social. Para ele, o Estado de direito garante as liberdades individuais tradicionais da burguesia: liberdade pessoal, política e econômica. Além disso, esta burguesia constitui um “dique contra a intervenção do Estado”. Enquanto isso, simultaneamente e na contramão da perspectiva burguesa, os direitos sociais representam “direitos de participação no poder político e na distribuição da riqueza social produzida” (Gozzi, 2000, p. 401). Assim, a forma contemporânea de Estado “oscila entre a liberdade e a participação” (FORSTHOFF, 1973, *apud* Gozzi, 2000).

Deste modo, a forma adotada pelo Estado, atravessado por interesses contraditórios das classes sociais constituintes da sociedade, emerge de um dado contexto social. Enquanto um representa o Estado burguês e a manutenção do *status quo* – porque ainda não o deixou de ser, o outro, que é projetado, mas ainda não concretizado, representa a luta por direitos políticos e sociais de quem não o garantiu *a priori* – em função de toda historicidade do Estado

explanada anteriormente. Nas palavras de Gozzi (2000, p. 401), “Se os direitos fundamentais são a garantia de uma sociedade burguesa separada do Estado, os direitos sociais, pelo contrário, representam a via por onde a sociedade entra no Estado, modificando a sua estrutura formal”.

Assim, Neumann (1973) *apud* Gozzi (2000, p. 401), aponta-nos a estrutura estatal na sua forma desenvolvida até os dias atuais, considerando um cenário político administrativo que se resume em: 1) estrutura formal do sistema jurídico com garantia de liberdades fundamentais em leis abstratas; 2) estrutura material do sistema jurídico com liberdade de concorrência no mercado, reconhecida no comércio e nos sujeitos da propriedade; 3) estrutura social do sistema jurídico: a questão social e as políticas reformistas de integração da classe trabalhadora; 4) estrutura política do sistema jurídico: separação e distribuição do poder. Com isso, as estruturas estatais modificadas com o tempo, através das lutas políticas, dos movimentos de homens e mulheres e da contínua transformação do Estado, foi tornando-o um espaço de complexas relações de forças e, em algumas situações, foi abrindo espaço à vontade política e social para a garantia de direitos legais.

Aproximadamente no final do século XIX e início do século XX, o Estado se reformula e reorganiza em torno de um capitalismo planificado. O Estado-econômico assimila com força total as formas de capital industrial, comercial, bancário, etc., que sistematiza um capitalismo financeiro legitimado pelo próprio Estado. A alta industrialização e alguns nacionalismos, já por volta dos anos 70 do século XX, contribuíram para estas legitimações (Gozzi, 2000, p. 402). O Estado-econômico não somente interfere no protecionismo ao capital monopolista, mas, também, nas manobras dos Bancos Centrais, mediante a criação de condições favoráveis ao capital industrial, comercial e financeiro. A tranquila ascensão do capital financeiro ao poder estatal, desnacionalizado/nacionalizado³⁶ “atinge não só as políticas econômicas como também as funções tradicionais do Estado de direito” (Gozzi, 2000, 402).

³⁶ Esta expressão significa dizer que, de um lado, o capital transnacional cada vez foi ganhando força e soberania perante os Estados nacionais, e, por outro, o discurso político da época dentro dos países era sob os argumentos de forte nacionalização, e, em alguns lugares, de forte patriotismo. O Brasil serve de exemplo desta tática política perante o Estado nacional, durante todo o período da Ditadura Militar (1964-1985), tendo em vista que no discurso o sentimento patriótico foi elevado à máxima potência enquanto o capital financeiro que estava em jogo era transnacional e não brasileiro. Este foi um período econômico de forte industrialização de empresas estrangeiras no Brasil, que abriu as portas com louvores para o neoliberalismo acentuado nos anos 90 e a migração dos polos industriais das grandes empresas para países da América Latina.

Bobbio (1992), a partir da sua reflexão acerca da Declaração Universal dos Direitos do Homem (1948) estendido ao Direito dos Refugiados, afirmados em 1951,³⁷ o autor considera três teses fundamentais: 1) os direitos naturais são direitos históricos; 2) nascem no início da era moderna, juntamente com a concepção individualista da sociedade; 3) tornam-se um dos principais indicadores do progresso histórico. Estas tentativas de organizar a relação entre o Estado e os direitos sociais vão mostrando o quanto este Estado possui potencial para assumir uma postura de defesa daqueles que, na roda do capital, só entram com sua mão-de-obra (ou às vezes nem com ela). Isso significa que vamos inclinando nossa análise para o rumo das correlações de forças que existem dentro do poder estatal – e que estão, também, no seio da sociedade civil. Deste modo, o cerne liberal da construção dos direitos das pessoas até o presente segue em voga; ao mesmo tempo em que protege o capital e suas mazelas, foi somente através deste estágio de preceitos liberais que algumas políticas ou leis puderam trazer uma semente de igualdade de direitos entre homens e mulheres.

Não poderíamos deixar de considerar, ao falar em Estado contemporâneo, a síntese feita ao longo do século XX sobre as falências práticas do Estado liberal no problema da dicotomia entre *intervencionismo* e *não intervencionismo* após, especialmente o *crash* da Bolsa de Valores de Nova Iorque, nos EUA, em 1929. Ainda sob o impacto da teoria keynesiana de Estado de Bem-estar Social:

Welfare State é uma tendência econômica de contraposição à proposta liberal clássica, onde o Estado deva ser mínimo. Pelo contrário, o Estado de Bem-Estar social, ou Estado-providência, prevê que o setor público dê assistência com padrões mínimos na saúde, educação, habitação, etc. Na Europa, após a Segunda Guerra Mundial, muitos socialdemocratas aderiram a esta corrente, pois ela propunha que, em momentos de recessão econômica, não acontecessem crises como a de 1929, gerando mais pobreza entre a população. Essa pobreza gerava, por sua vez, tensão Social e instabilidade política, e, portanto, o Estado deveria garantir minimamente condições de vida para a população, a fim de controlá-la. É importante frisar que o Estado de Bem-Estar Social reforça as parcerias público-privadas e mantém a essência estruturante do capitalismo na forma em que se encontra hoje. (WINK, 2010, p. 31).

De acordo com Ernest Mandel (1988, p. 207), John Maynard Keynes, embora não se opusesse ao capitalismo, contrapõe-se à economia liberal clássica num ponto comum com Marx, na discordância, especialmente de David Ricardo, sobre “a atuação espontânea das leis do mercado”. Contudo, Keynes discordava de Marx, entre outras coisas, sobre as crises

³⁷A Convenção de Genebra, realizada em 28 de Julho de 1951, afirma o Direito dos Refugiados, considerando que a Carta das Nações Unidas e a Declaração Universal dos Direitos do Homem, aprovada em 10 de Dezembro de 1948 pela Assembleia Geral, afirmaram o princípio de que os seres humanos, sem distinção, devem desfrutar dos direitos do Homem e das liberdades fundamentais.

cíclicas produzidas pelo modo de produção capitalista. Keynes considerava que era possível controlar os efeitos das crises, nos períodos nos quais estas ocorressem, através de políticas governamentais. Assim, cria as bases ideais do Estado de Bem-estar Social, no qual, uma das ilusões é a ideia do pleno emprego. As bases teóricas de Keynes alimentaram um *neokeynesianismo* baseado em políticas de rendas (controle estatal dos salários), nas parcerias público-privadas sobre as responsabilidades divididas entre Estado e setores da sociedade civil, etc.. (MANDEL, 1988, p. 208).

Assim, ao mesmo tempo em que a crise de 1929 ajudou a engordar a teoria, segundo a qual os direitos mínimos à população estavam garantidos, após o caos que o livre mercado instaurou, porém, em contrapartida, evidenciou, a partir da década de 1970, e com maior força na década de 1990, a retirada paulatina de muitos desses mesmos direitos. E há que considerar que o Estado do Bem Estar Social pode ter sido aplicado nos Estados Unidos e em países europeus, porém não chegou a se estender, pelo menos em sua plenitude, aos países considerados “subdesenvolvidos”, de onde aqueles países, retiravam os recursos para garantirem esta modalidade de Estado social. De certo modo, o Estado de Bem-estar Social tentou amenizar algumas revoltas e as possíveis conduções de trabalhadores e das massas a aderirem aos ideais socialistas. Numa confusão de ideias, o *keynesianismo* encontrou uma espécie de coluna do meio na vida social e nas políticas de governo.

Na pós-crise de 1929, algumas medidas de nacionalização de riquezas foram tomadas. Em países como o Brasil, por exemplo, algumas leis trabalhistas puderam avançar. No entanto, enfatiza Mandel (1988), jamais este Estado se propôs, de forma alguma, à superação das bases das desigualdades sociais, estipuladas pelo capitalismo. Já a década de 1990, fica marcada, na economia, especialmente em países da América Latina, incluindo o Brasil, pelo processo de privatização das esferas públicas, não apenas em parcerias público-privadas, mas em retiradas de direitos históricos da população trabalhadora, na flexibilização e terceirização de trabalho assalariado e na efetiva venda de patrimônio público à iniciativa privada.

Podemos perceber, com maior clareza, a contradição entre intervencionismo e não intervencionismo do Estado, na crise econômica de 2008³⁸, iniciada nos Estados Unidos. Esta

³⁸ A crise financeira de 2008 foi o resultado do *modus operandi* do "capitalismo neoliberal" implantado no final da década de 1970 e os seus efeitos sobre o nível de produção e de emprego nos países desenvolvidos serão duradouros devido ao elevado endividamento do setor privado, gerado por um regime de crescimento do tipo financeiro. Mas o modelo capitalista de produção recompõe-se, tratando de introduzir novas expressões culturais e de sociabilidade, de modo a formar pessoas em contínua busca de novas mercadorias para satisfazer suas necessidades. Deste modo, adequa-se às demandas deste modelo, de, constantemente, prover o mercado com novos produtos. Confirmando esta sua observação, o autor irá mostrar que “essa compulsão de aumentar e transformar indefinidamente toda a massa de bens, inclusive simbólicos, em mercadoria atingirá o campo educacional, tanto no âmbito do Estado, quanto do mercado educacional propriamente dito” (SGUISSARDI,

crise mostrou o recrudescimento de um liberalismo autêntico – que hoje insistimos em chamar de neoliberalismo – nas questões do livre mercado e da derrubada de barreiras para o mercado financeiro transnacional. Esta crise última mostrou-nos que a contradição prática que atravessa este , no papel do Estado reside na ideia de que o Estado liberal deve ser mínimo. Comprovado o Estado mínimo e não intervencionista, na prática, as crises continuam ocorrendo e, com isso, a população empobrece e o caos se instala. O ano de 2008 trouxe como critério de verdade, mais uma vez, que no momento do caos do capital livre, quem deve intervir é o Estado. Contudo, não intervir de modo a organizar o caos feito, mas intervir injetando verba pública em instituições privadas, como fez o governo norte-americano em bancos que entraram em estado de falência, na crise hipotecária. A crise de 2008 gerou novas disputas de antigas teorias. Foi possível comprovar, na prática, o quanto o Estado sustenta o capitalismo, e, em contrapartida, o quanto o capitalismo não sustenta o modo de viver da sociedade, em nenhum lugar do Planeta, tendo em vista que a crise chegou com mais ou menos força, em todos os lugares do globo.

Por fim, Boaventura de Sousa Santos (2005, p. 93), resume duas maneiras de pensar da esquerda mundial sobre o Estado atual – ou seja, o Estado neoliberal, onde a primeira é que ele é “a expressão dos interesses gerais do capitalismo e deve ser o alvo privilegiado das lutas contra-hegemônicas”. E que quando assim não for, “devem as lutas ser travadas com total autonomia face ao Estado”. Por outro lado, há a categoria de pessoas que defendam que “o Estado constitui uma relação social, e que é, enquanto tal, intrinsecamente contraditório, podendo ser utilizado como aliado em algumas lutas contra a opressão”. Segundo o autor, para esta posição, “o Estado continua sendo uma importante arena de luta” (SANTOS, 2005, p. 94). Na análise deste mesmo autor:

A globalização neoliberal não retirou ao Estado a sua centralidade, apenas a reorientou para servir melhor os interesses do capital global. A desregulação é uma regulação social como qualquer outra, e, portanto, um campo político onde se deve agir se houver condições para isso. (SANTOS, 2005, p. 94)

Esta configuração atual do Estado, que interfere diretamente na vida das pessoas, especialmente das mulheres, diz respeito também, na mesma proporção, ao foco das lutas das mulheres ao longo da história e às suas conquistas até o presente. Em todas as crises registradas pelos analistas, todos os significados de Estado que pudemos analisar, bem como todo o desenvolvimento das forças produtivas, os resultados atingem, com mais força, uma

2008, p. 994). “Isso explica o controle e a disputa sobre as inovações científicas e tecnológicas que, enquanto mercadorias, estão sujeitas à apropriação privada e, consequentemente, às leis de mercado, sobretudo o financeiro” (RIBEIRO, 2015).

categoria entre os trabalhadores: as mulheres. Torna-se visível, com isso, uma contradição do Estado que é inerente às mulheres: de um lado, a possibilidade de travar lutas sérias para qualificar suas vidas, mas também, de outro, a onda dos momentos de crise estrutural, deste Estado, que avassala as mulheres e as atinge primeiro.

Sobre as lutas políticas propostas pelo feminismo que eu considero que podem estar sendo incorporadas em leis e etc... A questão do debate da saúde. Porque a questão da saúde preventiva das mulheres, os exames de câncer de colo e de mama, etc. vêm muito do feminismo. O planejamento familiar e o pré-natal vêm muito da luta das mulheres. A questão da violência, então assim, as políticas que se têm, os equipamentos... Existem políticas de enfrentamento à violência que vêm da luta do feminismo. Um pouco no trabalho, talvez a economia solidária, etc... (Militante 2).

Através de muitas lutas algumas políticas puderam ser incorporadas pelo Estado moderno, contudo, em cada país, de uma forma e no seu tempo. Essa contradição do Estado faz com que ele se torne, muitas vezes, o “carrasco” das próprias mulheres, mas, ao mesmo tempo, caracteriza um espaço a ser disputado através de lutas para que alguma política pública venha a se reverter em avanços e em qualidade de vida, ainda que na prática seja muito precária esta perspectiva. Ainda assim, é importante e vale a pena lutar.

2.1.3 – O Feminismo na História

*Eu sou a que no mundo anda perdida,
Eu sou a que na vida não tem norte
Sou a irmã do sonho e, desta sorte,
Sou a crucificada... A dolorida...*

*Sombra de névoa tênue e esvaecida,
E que o destino amargo, triste e forte,
Impele brutalmente para a morte!
Alma de luto sempre incompreendida!*

*Sou aquela que passa e ninguém vê...
Sou a que chamam triste sem o ser...
Sou a que chora sem saber por quê...*

*Sou talvez a visão que alguém sonhou.
Alguém que veio ao mundo pra me ver
E que nunca na vida me encontrou!*

Florbela Espanca³⁹

³⁹ Disponível no Livro dos Sonetos da editora L&PM Pocket, organizado por Sergio Faraco em 1996. Florbela Espanca, poetisa portuguesa nascida em 1894, foi uma das primeiras mulheres em Portugal a frequentar o ensino secundário no Liceu Masculino André de Gouvêa, em Évora. Dentre mais de trezentos homens, foi uma das

Mulheres e homens fizeram a história da humanidade acontecer. Porém, somente as mulheres estiveram alheias desse momento sublime e oficial de contar essa história. Isso não significa que deixamos de contá-la. Apenas tivemos de ir contando-a de outras formas. As que tentaram contar, pelos mesmos meios masculinos, precisaram ser resistentes, insistentes e, sobretudo, corajosas. A coragem necessária para imaginarmos de que forma as mulheres resistiram, lutaram e disseminaram suas ideias ao longo da história se expressam na força e na coragem de investir na subversão de ideias e práticas. A subversão, acima de qualquer suspeita, deveria ser uma prerrogativa máxima da luta de qualquer mulher. Um peixe, obstinado e perseverante, nadando contra uma maré histórica num mar de tubarões e tantas outras espécies, é um peixe com doses consideráveis de ousadia e subversão. A estes peixes que nos antecederam, dos quais, alguns pagaram com a própria vida, seja de modo literal, seja tendo sido perseguidos por outros maiores ou por redes e caniços de pesca ou, mais ultimamente, pelo veneno dos rejeitos jogados na água dos rios por indústrias⁴⁰, durante sua existência inteira, é que iremos nos dirigir para contar como conseguiram se unificar até chegarmos aos dias de hoje.

Como citamos no capítulo anterior, tivemos algumas exceções de mulheres que ultrapassaram as barreiras do aceitável, pelas sociedades ao longo dos séculos, e interferiram na história oficial, na filosofia, na economia, na política, na sociologia, na poesia, enfim. Mas são apenas exceções, pois a maioria construiu a história não oficial. Assim sendo, escolhemos alguns dos marcos históricos da luta feminista para trazermos a luz às análises que permearam nossa pesquisa.

Para organizarmos nosso pensamento, iremos separar a história da luta das mulheres em dois momentos, dos quais algumas autoras (FARIA, 2008; GONZÁLEZ, 2010) os configuraram como: *Primeira Onda* e *Segunda Onda* do feminismo. Há a defesa de uma *Terceira Onda* do feminismo, fazendo referência a um polêmico posicionamento sobre o tema. Seriam teorias que expressamos anteriormente, na epistemologia feminista, de

quatorze mulheres a ingressar no curso superior de Direito, da Universidade de Lisboa. Faleceu com apenas 36 anos em 1930, vítima da ingestão excessiva de barbitúricos.

⁴⁰ O rompimento da barragem de Fundão, localizada no subdistrito de Bento Rodrigues, há 35 km do centro do município brasileiro de Mariana, Minas Gerais, ocorreu na tarde de 5 de novembro de 2015. Trata-se de uma barragem de rejeitos de mineração controlada pela Samarco Mineração S.A., um empreendimento conjunto das maiores empresas de mineração do mundo, a brasileira Vale S.A. e a anglo-australiana BHP Billiton. O que tem sido jogado nas águas dos rios tem causado enormes prejuízos aos moradores da região, como também à fauna e à flora na área da bacia hidrográfica, incluindo possível extinção de espécies endêmicas, e prejuízos à atividade pesqueira e turismo nas localidades atingidas. Pesquisa na página: https://pt.wikipedia.org/wiki/Rompimento_de_barragem_em_Mariana/ Consulta em 10/06/2016.

construções pós-modernas que divergem da ideia de que a mulher é construída historicamente, pois essa ideia, ainda que em outros tempos tenha sido revolucionária, para o pós-modernismo engessa o campo de possibilidades do que a mulher pode vir a ser. A *Terceira Onda* seria um feminismo da diferença, que não se unifica pelo que é igual, mas pelo que é diferente, um feminismo calcado em agendas específicas, e, especialmente, um feminismo baseado em mudanças microestruturais, e não macro. Os grupos feministas desta base têm sido muito bombardeados pela esquerda e pela direita. Pela esquerda, por serem grupos que não visam transformações efetivas na sociedade, pela direita, por serem tachadas de radicais, que querem destruir a família e inverter a ordem “natural” das coisas. É importante frisar, que, é difícil associar a *Terceira Onda* com um desenvolvimento histórico, pois, nem toda feminista militante, na década de noventa ou de dois mil do século XX, compactua com as ideias desta onda. Ao mesmo tempo, há no feminismo contemporâneo quem assimile ideias da *Primeira* e *Segunda onda*, e, tal qual fizeram os teóricos materialistas com o que Marx escreveu, aproveitaram sua construção teórica e avançaram. Nem por isso se tornaram pós-modernas.

Essa diferença é importante trazer, pois, nem tudo o que é contemporâneo é pós-moderno, assim o movimento feminista também se diferencia, neste ponto. Desta explicação, argumentamos que, embora haja essa tendência de *Terceira Onda*, não é nossa estrutura teórica e tampouco a estrutura teórica percebida na MMM. Por isso, reconhecemos que alguns elementos podem ser incorporados para engrandecer a teoria, desde que mantenham o foco essencial na transformação da sociedade. Um exemplo da incorporação de novas construções teóricas, bem aceitas por nós e pela MMM, é a contribuição de Patrícia Hill Collins (2015), quando sugere que seja incorporada à teoria feminista a indissociabilidade entre raça, classe e gênero. Sobre as liberdades individuais, como o direito à sexualidade livre, toda teoria a este respeito é bem-vinda, também na medida em que tenha possibilidade de conectar com o horizonte da emancipação. E, não temos dúvida, o livre direito da mulher, ao corpo e à sexualidade, já vem no discurso socialista há alguns séculos. Resta saber se as lutas têm conexão com a *totalidade*.

Enfim, seja o que for a formulação que se alcunha *Terceira Onda*, e o seu acúmulo, ainda assim, vamos considerar muito precoce pensar que superamos a Segunda Onda ou que a *Terceira Onda* contemplaria toda a bibliografia que trata deste tema.

2.1.3.1 – A *Primeira Onda* do feminismo

Não tenho uma memória do momento em que me tornei feminista, mas tenho memória do momento em que compreendi o feminismo na sua totalidade. Foi na primeira formação da MMM que eu fui, que foi em 2010. Até então, eu já tinha lido sobre feminismo e coisas assim, mas não me dizia feminista. E fui fazer isso a partir do momento em que fui numa formação e entendi que isso funcionava coletivamente. Entendi que, acho que a Simone que tem essa frase, entendi que era um jeito de viver individualmente de lutar coletivamente. (Militante 6).

Tomamos por *Primeira Onda* do feminismo o conceito de Nalu Faria (2008), que congrega um apanhado de elementos unificados desde os tempos mais remotos como, por exemplo, a participação das mulheres na Revolução Francesa, na Comuna de Paris, nas lutas por igualdade, na segunda metade do século XIX, nos movimentos sufragistas, nos movimentos de mulheres trabalhadoras, etc. No entanto, as lutas das mulheres nos processos históricos são muito anteriores.

E quase sempre o relato é de que participaram das lutas a partir da relação com um marido ou amante. Na verdade, ainda está oculto que desde as lutas anticoloniais e anti-escravidão, as mulheres indígenas e negras lutaram ombro a ombro com os homens (FARIA, 2008, p. 9).

Porém, a organização feminista ganhou forças e pôs visibilidade à luta das mulheres quando, participando dos movimentos sociais populares, as mulheres começaram a exigir seus direitos de igualdade. Estas organizações, destacadas pela presença e pelas demandas das mulheres, como tais, marcaram um tempo em que o feminismo começou a se organizar em torno de temas específicos e foi crescendo. Na metade do século XIX, um movimento de mulheres burguesas e de classe média, identificadas como sufragistas, uniram-se em torno do direito ao voto, aos estudos e ao direito de exercer determinadas profissões que só os homens exerciam. Ao mesmo tempo em que algumas mulheres burguesas se unificavam nessas lutas, as mulheres trabalhadoras participavam de organizações sindicais e organizações socialistas, onde encontravam resistência por parte dos homens militantes (FARIA, 2008). Alguns homens da classe trabalhadora da época defendiam que as mulheres da sua classe deveriam ficar em casa com a família, e as acusavam de “ladras de empregos”. Contudo, outros militantes homens defendiam a presença das mulheres na luta e, nestes embates, contribuía⁴¹

⁴¹ Achei necessário abrir uma nota neste momento, para dizer que a história do passado muitas vezes se mantém fiel no presente. Quem diria estarmos fazendo uma retomada histórica de mais de cem anos, parecendo que estamos falando de problemas ainda tão atuais. Enquanto alguns diriam que a política e a história são dinâmicas, ainda hoje parece ser necessário entrar em embates com supostos sujeitos de esquerda para argumentar que é preciso que as mulheres não estejam em casa garantindo os cuidados da família tão somente, mas estejam na luta dividindo os cuidados domésticos com os homens, seus companheiros, seus irmãos, seus filhos... Ainda hoje é preciso lembrar diversos *revolucionários de esquerda* que o trabalho doméstico e a divisão do cuidado dos filhos

políticos dentro da 1ª e da 2ª Internacional. Um elemento contraditório e interessante, trazido por Nalu Faria (2008) é o fato de que as mulheres sufragistas tencionaram:

...positivamente, forçando os partidos socialistas a realizar o debate sobre a participação das mulheres. Na 1ª Internacional o debate foi permanente, embora não necessariamente todos os socialistas tivessem a mesma posição. Marx e Engels defenderam o direito das mulheres ao trabalho e também situaram a questão da opressão das mulheres como uma questão histórica e não como produto da biologia. Apresentaram forte crítica à família patriarcal e burguesa. No entanto, influenciados pelo momento conjuntural, o que apontaram como futuro da família se mostrou uma avaliação simplista. Pensavam que, como a grande produção industrial proletarizou as mulheres levando-as para o espaço público, isso havia criado as bases para a destruição da família. (FARIA, 2008, p. 9).

A partir deste desafio dado no cenário político da esquerda, alguns socialistas⁴² tiveram que rever seus conceitos, e as mulheres ganharam um fôlego, cada vez maior, no debate para repensar o futuro de sua luta dentro e fora do movimento de mulheres trabalhadoras. A autora coloca que a burguesia conseguiu reorganizar suas mulheres, que alcançaram o *status* necessário para a família no capitalismo – organização de sucesso até os dias atuais (FARIA, 2008). Contudo, o desafio na emancipação da mulher cabia à reorganização do pensamento da esquerda diante da conjuntura. E foi este um desafio que chegou até nossos tempos, ainda sem sínteses firmes.

Apesar de marcarmos os socialistas do século XIX como os que ampliaram os debates acerca da mulher, é importante lembrar o que nos traz González (2010), na sua pesquisa sobre *As Origens do Dia Internacional das Mulheres*⁴³, ao assinalar o início da década de 1790 e todas as demandas trazidas com a Revolução Francesa. Ela ressalta:

...as obras de Marquês de Condorcet Sobre a admissão das mulheres ao direito de cidadania (1790); de Olympe de Gouges, a Declaração dos direitos da mulher e da cidadã (1791); da inglesa Mary Wollstonecraft, Reivindicação dos direitos da mulher (1792) nas quais já se exigia firmemente os direitos de emancipação das mulheres (GONZÁLEZ, 2010, p. 50).

No entanto, as mulheres foram sendo incluídas nos programas dos partidos socialistas, tendo em vista que a origem da sua condição de desigualdade remetia à mesma origem da condição de desigualdade de classe. Com isso, a solução para os teóricos e militantes era uma

faz parte da ‘revolução’. E o mais agravante: que as mulheres podem e devem estar nos postos de trabalho sem haver quem diga que estão tirando-os dos homens.

⁴² A obra *A origem da família, da propriedade privada e do Estado* parece-nos conter traços dessa revisão de Engels (1987), sobre um certo ‘futuro das famílias’, colocado na realidade da classe trabalhadora, embora tenha buscado não aprofundar tanto o campo das possibilidades, em detrimento de analisar a gênese de todo este fenômeno. Isso não invalida suas análises e traz um caráter forte e problematizador mais próximo das ideias de libertação e da necessidade de reorganização do futuro das famílias proletárias.

⁴³ GONZÁLEZ, Ana Isabel Álvarez. *As origens e a comemoração do Dia Internacional das Mulheres*. São Paulo: SOF, 2010.

sociedade socialista que terminasse por abolir a propriedade privada, conquistando a emancipação da classe como um todo. Para isso, foi desenvolvido um “intenso trabalho de agitação e educação política entre elas, educação a que as mulheres jamais haviam tido acesso” (GONZÁLEZ, 2010, p. 50).

No calor desta ideologia, desenvolveu-se na Alemanha o poderoso movimento alemão de mulheres socialistas, apoiado e estimulado pelo Partido Social-democrata Alemão, líder da Segunda Internacional Socialista, e comandado por Clara Zetkin, a mulher que se revelaria como a promotora da comemoração, em escala internacional, de um dia especial dedicado à reivindicação dos direitos das mulheres. (GONZÁLEZ, 2010, p. 50).

Ao movimento socialista alemão coube, segundo a autora, a obra que mais se dedicou a compreender a questão da opressão das mulheres, mérito atribuído a *August Bebel (1840-1913)*, um dos principais líderes do Partido Social-Democrata alemão, que escreveu *A mulher e o socialismo*⁴⁴. Os demais autores socialistas que precederam Bebel contribuíram ao analisar o todo, mas não dedicaram suas obras à questão da mulher como ele o fez. Concomitantemente, a preocupação na questão da mulher não coube somente ao socialismo alemão, mas iniciava em diversos lugares, como, por exemplo, na Inglaterra através da filha de Karl Marx, Eleanor Marx, ao escrever o panfleto intitulado *A questão da mulher (1886)*. Além destes diversos movimentos, Ana Isabel A. González considera que outros teóricos socialistas⁴⁵, anteriores ao próprio Marx, como os socialistas utópicos, já anunciavam a questão das mulheres como *escravas familiares* ou *sujeitos sem privilégios* (GONZÁLEZ, 2010).

É necessário, portanto, fundar uma ordem social em que a totalidade dos instrumentos de trabalho seja propriedade da comunidade, que reconheça a igualdade de direitos para todos, sem distinção de sexos. [...] Apenas desse modo, a mulher se converterá, como o homem, em um membro da sociedade utilmente produtivo e com direitos iguais; unicamente desta maneira poderia dar pleno desenvolvimento a suas faculdades físicas e morais, cumprir com todos os deveres e gozar de todos os direitos sexuais (BEBEL, apud GONZÁLEZ, 2010, p. 54).

Marx, Engels, Bebel, uniam a causa da opressão das mulheres à causa de todo o proletariado. Não foi por acaso que as mulheres passaram a considerar o *socialismo* como um movimento de esperança e emancipação para elas, porque focava a sua dupla opressão – enquanto classe e enquanto sexo feminino.

⁴⁴ A autora relata que o impacto desta literatura de Bebel foi tamanho que sua leitura foi proibida, pois coincidia com a época em que entrou em vigor a Lei Antissocialista de Bismark, que declarou ilegal o Partido Social-democrata Alemão. A leitura de Bebel se deu na clandestinidade. (GONZÁLEZ, 2010, p. 53)

⁴⁵ Charles Fourier, Robert Owen, Saint Simon, etc... (GONZÁLEZ, 2010).

Em todos os movimentos dos partidos socialistas, do final do século XIX até meados do XX, as mulheres estiveram no protagonismo das greves, segundo Faria (2008), inclusive no Brasil, na organização dos movimentos operários, sindicais e de luta pelo direito ao voto, em diversos lugares do mundo. As mulheres trabalhadoras alemãs receberam grande destaque na luta feminista, tendo em vista o alto número de mulheres filiadas ao Partido Social-Democrata alemão. González (2010) revela que, em 1914, eram 175 mil mulheres filiadas, o que representava 16,1% do total de filiados. Considera que esta expressividade influenciou os demais países da Europa, justificando este êxito da seguinte maneira:

As mulheres socialistas alemãs, diante da disjuntiva de escolher entre unir-se aos movimentos feministas burgueses e serem leais ao seu sexo, ou unir-se ao movimento socialista e serem fiéis à sua classe, optaram por uma solução de compromisso, conseguindo aliar feminismo e socialismo. [...] Ao fim e ao cabo, o feminismo e o socialismo tinham a mesma aspiração: estabelecer um novo sistema de relações humanas que homens e mulheres desfrutassem os mesmos direitos. (GONZÁLEZ, 2010, p. 56).

Esta consciência necessária de classe, que se constrói nas lutas associadas às leituras sobre o tema que circulavam na época, foi capaz de estabelecer a diferença entre a luta por direitos individuais e a luta por direitos coletivos. Segundo González (2010), a diferença entre as mulheres que militavam no Partido Social-Democrata alemão e as demais, que participavam das lutas pelos direitos das mulheres, causava um abismo entre elas – burguesas e proletárias – e acabaria impedindo sua colaboração. Esta diferença persiste até os tempos atuais, embora seja necessário enfatizar o que alerta Faria (2008), sobre causas como, por exemplo, a violência sexual, que chegou a ser motivo de deflagração de greves no movimento de mulheres trabalhadoras. Por isso, analisaremos no próximo capítulo essas questões referentes às inúmeras razões cotidianas que movem as mulheres a lutar que parecem, à primeira vista, não serem relações diretas de classe, mas quando vamos aprofundá-las elas se interligam e as compreendemos melhor.

O desenvolvimento industrial desta *Primeira Onda* do feminismo começou a fazer da realidade objetiva das mulheres trabalhadoras a própria construção da consciência feminista de classe. Algumas mulheres na história foram atraídas, primeiro pelo socialismo, como Clara Zetkin, e posteriormente pelo feminismo. Mas houve quem se rebelasse, primeiramente com a opressão da mulher e seu papel predestinado construído socialmente, como Lily Braun, onde o socialismo entrou como processo de consciência posterior (González, 2010). Havia também outras questões, como é o caso de Rosa Luxemburgo, militante à qual González caracteriza como não tendo dedicado suas forças em prol do feminismo dentro do Partido, e isto explica porque ela escreveu pouco ou genericamente sobre a *questão da mulher* e muito mais sobre a

emancipação da classe, como um todo. No entanto, Rosa Luxemburgo traz um legado militante que, de fato, considera a questão da mulher, sobretudo na prática. Mas, para isso, é preciso aprofundar, especialmente suas cartas, onde ela revela um cotidiano difícil, de luta e de bravura, repleto de todas as contradições inerentes a uma mulher da classe trabalhadora.

Segundo Loureiro, na apresentação das *Cartas* de Rosa Luxemburgo, a autora nos cita que:

...só quem conhecia a jornalista, a militante revolucionária, a oradora, a polemista, a teórica marxista, ficou boquiaberto ao descobrir que a “sanguinária” Rosa era uma mulher fascinante, sensível, sonhadora, profundamente ligada à vida – mas sem medo de morrer – pronta a consolar os amigos, apaixonada pela natureza e as artes, uma intelectual sintonizada com a vida cultural do seu tempo. E também uma mulher divertida, irônica, cuja língua afiada não poupava ninguém, nem sequer a si mesma (LOUREIRO, 2011, p. 9).

Apesar de Rosa dialogar com Clara Zetkin, inclusive sobre questões das mulheres a que Clara se dedicava, não era neste tema que Rosa se dedicava. Ela não focalizava as minúcias das palavras teóricas, mas, de modo geral, sua luta cabia também a elas. A participação clássica de Rosa Luxemburgo no feminismo é para além da sua produção bibliográfica, riquíssima em conteúdo, mas, acima de tudo, na sua postura essencialmente militante e revolucionária em todas as dimensões da vida, o que a transformava numa militante feminista e não na autora ou promotora de um discurso ou formulações sobre as mulheres, mas essencialmente na prática.

Clara Zetkin é um dos nomes mais referidos por mulheres, quando se reportam a esta primeira fase do feminismo, especialmente na luta pelo sufrágio universal, tendo em vista que se sobressaiu, especialmente na luta dentro do movimento operário que, posteriormente, deu origem ao Dia Internacional das Mulheres. Em seu discurso⁴⁶ na Conferência de Mulheres Socialistas, realizado em Mannheim, na Alemanha, em 1906, Clara ressaltou:

[...] no tema do sufrágio feminino existe uma clara linha divisória entre nós e o movimento de mulheres burguesas. Nossa concepção é que a reivindicação do sufrágio feminino deriva, em primeiro lugar, das consequências do sistema de produção capitalista. As mulheres burguesas, ainda hoje, reclamam o sufrágio como um direito natural, como fez a filosofia especulativa do final do século 18 e começo do século 19. Nós reclamamos o sufrágio como um direito social devido à transformação que o sistema capitalista exerceu na vida econômica e, inclusive, na mentalidade das mulheres (ZETKIN, apud GONZÁLEZ, 2010, p. 167).

A luta pelo sufrágio das mulheres acabou gerando dados curiosos, pois os lugares onde mais se “supunha” haver liberdade política foram, na escala, os últimos a conceber o direito

⁴⁶ Discurso disponível nos anexos de GONZÁLEZ, Ana Isabel Álvarez. *As origens e a comemoração do Dia Internacional das Mulheres*. São Paulo: SOF, 2010.

ao voto. O efervescente crescimento das lutas de mulheres trabalhadoras foi tomando, pouco a pouco, diversos países, de onde retiramos os seguintes processos⁴⁷:

- 1840 – lutas por igualdade de direito nos EUA;
- 1857 – protesto por direitos das mulheres trabalhadoras em Nova Iorque, numa fábrica de tecidos;
- 1859 – lutas por igualdade de direitos na Rússia;
- 1862 – lutas por igualdade de direitos na Suécia;
- 1865 – lutas por igualdade de direitos na Alemanha;
- 1866 – lutas gerais na Inglaterra;
- 1893 – Nova Zelândia é o primeiro país do mundo a conceder o direito ao voto às mulheres;
- 1910 – Conferência, na Dinamarca, define o Dia Internacional da Mulher e congrega os acúmulos das lutas da esquerda;
- 1918 – Alemanha e Reino Unido adotam o voto feminino;
- 1929 – Equador é o primeiro país da América Latina a ter voto feminino;
- 1932 – No Governo de Getúlio Vargas, a mulher brasileira adquire o direito de votar e ser votada;
- 1945 – França, Itália e Japão aprovam o voto feminino;
- 1968 – Portugal oficializa o direito irrestrito das mulheres de votar e ser votadas;
- 1975 – ONU decreta a oficialidade do Dia 8 de Março como Dia Internacional da Mulher.
- Já nas Américas as datas que levantamos sobre o sufrágio feminino foram as seguintes⁴⁸:
 - Canadá, 1918;
 - Estados Unidos, 1920;
 - Equador, 1929;
 - Brasil, 1932;
 - Uruguai, 1932;
 - Cuba, 1934;

⁴⁷ Compilações coletadas nos livros didáticos escolares: GONZÁLEZ, Ana Isabel Álvarez. *As origens e a comemoração do Dia Internacional das Mulheres*. São Paulo: SOF, 2010; TERRA, Lygia, et al. *Conexões: Estudos de Geografia Geral e do Brasil* Volumes 1, 2 e 3. São Paulo: Moderna, 2010; CUT. Publicação da Secretaria Nacional da Mulher Trabalhadora *Almanaque da Mulher: a incrível Jornada*. Porto Alegre: Ver de perto; Cronologia do Sufrágio Universal disponível no site www.wikipedia.com.br/ Acessado em 10.01.2016.

⁴⁸ Idem, nota n. 39.

- Argentina, 1945;
- Venezuela, 1947;
- Bolívia, 1952;
- México, 1953;
- Peru, 1955;
- Colômbia, 1957;
- Paraguai, 1961.

Na questão da *Primeira Onda* do feminismo poderíamos citar outras revolucionárias, como as que escreveram seu nome na história das revoluções russas, a exemplo de Alexandra Kollontai, ou Soon Ching-Ling, revolucionária chinesa, etc. Alexandra Kollontai questionava-se sobre a constituição da família no comunismo. Indagava-se sobre o futuro da família proletária. Instigava que as mulheres trabalhadoras buscassem seu sustento para legitimar e levantar cada vez mais sua moral social a fim de não depender mais de homem algum.

Com efeito, em virtude do decreto dos comissionários do povo de 18 de dezembro de 1917, o divórcio deixou de ser um luxo, apenas acessível aos ricos, para o futuro, a mulher operária não deverá solicitar durante meses, ou durante anos, um passaporte separado para reconquistar sua independência e afastar-se de um marido bruto ou bêbado, que a enche de pancada. Para o futuro, o divórcio far-se-á no espaço de uma semana ou, no máximo, duas semanas. Mas precisamente esta facilidade de divórcio tão abençoado pelas mulheres infelizes no matrimônio, é o que espanta as demais, especialmente as que estão habituadas a considerar o marido como seu único sustento na vida, e que não compreendem que a mulher deve acostumar-se a procurar e encontrar o seu sustento em outra parte, não na pessoa do homem, mas na coletividade, no Estado (KOLLONTAI, 1979, p. 47).

A força revolucionária presente no contexto de Kollontai (1979) e de outras mulheres pôs um marco na luta feminista. Alexandra Kollontai se dedicou especialmente a mudar a ordem das coisas, propondo maior libertação para a mulher, além do direito ao voto; ela já incluía, em suas bandeiras e seus textos, o tema da liberdade sexual da classe operária. Considerava o casamento e a sua não-dissolução, por parte do direito da mulher, obrigatoriamente um empecilho no avanço do socialismo. Para ela, o Estado deveria garantir que a mulher não estivesse nem casada por obrigação moral, nem por falta de sustento econômico. Além disso, Kollontai foi combatente tal qual Rosa Luxemburgo. Não se tratava de uma militante teórica ou intelectual apenas. Era extremamente ativa e conclamava as massas de mulheres a irem para o embate. Como as demais, também foi exilada, presa e perseguida pelas forças conservadoras europeias (GONZÁLEZ, 2010).

Segundo Kollontai (1979), o processo revolucionário não pode secundarizar ou esquecer a importância da transformação da vida privada. Entre estas questões, entram as

relações de moralidade, de sexo e do próprio amor em si, temas sobre os quais pouco se via os homens revolucionários preocupados. Para ela, a nova sociedade que se busca está alicerçada em novas relações entre as pessoas, questões sobre as quais o movimento operário masculino pouco teorizava, o que tornam essas formulações feministas em teses revolucionárias na construção da classe trabalhadora como um todo. Aprofundando a análise sobre esta questão, afirma:

Como a terrível crise sexual se prolonga, seu caráter crônico adquire maior gravidade e mais insolúvel nos parece a situação presente. Por isto, a humanidade contemporânea lança-se ardentemente sobre todos os meios conjecturáveis que tornem possível uma solução para o maldito problema. Mas, a cada nova tentativa de solução, mais se complica o complexo emaranhado das relações entre os sexos, dando-nos impressão de que seria impossível descobrir o único fio que nos serviria para desatar o complicado nó (KOLLONTAI, 2011, p. 43).

A autora revolucionária considera que, por um lado, os conservadores burgueses alimentam-se de uma moral, onde se permite ouvir a construção íntima de cada indivíduo. De outro, socialistas dizem que esta construção de libertação virá num futuro próximo – ou distante – dependendo do patamar de otimismo... Contudo, Kollontai problematiza que esta liberdade, nem é individualista e nem é pertencente a um futuro, que chegará de forma linear. Por isto, a autora é uma referência na epistemologia feminista, no sentido de que a classe trabalhadora não precisa chegar a um estágio avançado de luta para, só depois, começar a pensar no problema da libertação das mulheres. Kollontai (1979) problematiza ainda, que a própria concepção de família, por parte do movimento operário e dos socialistas de sua época, ficava confusa sobre o que formular a respeito disto, para não chegarem ao ponto de reproduzir uma fala burguesa, e, ao mesmo tempo, tentarem imaginar como poderia ser a organização da família numa sociedade socialista e comunista.

Este “esperar pelo amanhã” não indica que tampouco nós conseguimos apoderar-nos do fio condutor? A própria história das sociedades humanas nos oferece o caminho que devemos seguir em nossa investigação; e que nos é ainda indicado pela ininterrupta luta de classes e dos diversos grupos sociais opostos pelos seus interesses e suas tendências. Não é a primeira vez que a humanidade atravessa um período de aguda crise sexual (KOLLONTAI, 2011, p. 44).

Considerando as palavras de Kollontai, em suas obras (1979; 2011), vemos que ainda é elemento muito presente a questão sexual, no decorrer das formações revolucionárias, nos movimentos e nos partidos de esquerda. Segundo ela, esse período agudo de crise sexual também se deu na fase do chamado Renascimento e nas reformas modernas, especialmente quando da queda do feudalismo. Os códigos morais entram em choque a cada passagem de

modos de produção e de vida. Contudo, na época de transição para chegar ao fim do feudalismo, não se percebia tão fortemente o caráter ameaçador e crítico do levante das mulheres, quanto Kollontai demonstrava ser à época de sua escrita (primeiras décadas do século XX).

Se analisarmos por outro viés, encontraremos também, na *Primeira Onda* do feminismo, os movimentos das mulheres trabalhadoras norte-americanas, que, ao mesmo tempo em que ocorria o fortalecimento das mulheres proletárias na Europa, ocorria também nas Américas, mais especificamente nos locais mais industrializados. Não somente vinculado à industrialização, o feminismo nascente nos Estados Unidos também ajudou a construir a luta pelo abolicionismo do trabalho escravo.

Segundo González (2010), as socialistas norte-americanas comemoravam, desde 1908, o *Women's Day*, cuja finalidade era reivindicar o direito ao voto feminino. Contudo, a celebração desse dia, para as mulheres norte-americanas, era mais simbólica ainda do que os episódios históricos das proletárias das indústrias têxteis das tradicionais histórias das greves, do incêndio e das mortes. Tratava-se das suas origens, em meados do século XIX, onde “o ano de 1848 é considerado o ponto de partida do movimento sufragista nos Estados Unidos, por ser a data da realização da Convenção de Seneca Falls, evento no qual se reivindicou pela primeira vez o direito da mulher estadunidense ao voto”. (GONZÁLEZ, 2010, p. 73). Isto se explica porque esta convenção foi organizada por duas líderes do movimento abolicionista, “Lucretia Mott (1793-1880) e Elizabeth Cady Stanton (1817-1902)”, as quais se conheceram em “Londres, na Convenção Mundial Antiescravista” (GONZÁLEZ, 2010, p. 74).

Diante da postura ativa nas suas lutas em defesa da abolição, estas mulheres tinham muitas vezes o direito de fala negado “só pelo fato de serem mulheres”. González (2010) ainda salienta que, certamente anterior a estas duas, houve mais mulheres que impulsionaram o feminismo estadunidense com suas ideias, a exemplo de Francis Wright e Mary Wollstonecraft. Contudo, Lucretia e Elizabeth “foram as primeiras a conquistar o direito de falar em público, as primeiras a organizar abaixo-assinados, e, conseqüentemente, a receber críticas por haverem ultrapassado os limites da atuação que era permitida às mulheres no começo do século XIX” (GONZÁLEZ, 2010, p. 74).

Desta forma, não foi difícil, para elas, perceberem como sua atuação pró-abolicionista era limitada e o quão pouco podiam fazer pelos escravos. Assim, iniciaram também uma luta por direitos nos EUA. “Que pode então, fazer a mulher pelo escravo, quando ela mesma se encontra aos pés do homem e condenada ao silêncio?” (FLEXNER, FITZPATRICK, apud GONZÁLEZ, 2010, p. 73). Tanto Lucretia quanto Elizabeth, ambas nasceram no seio de

famílias proprietárias de escravos, na Carolina do Sul, passando a frequentar ambientes abolicionistas em meados de 1830. Esta configuração mudaria totalmente o rumo de suas histórias e ajudaria a construir um feminismo proletário nos EUA. Foi ao longo da luta abolicionista que elas foram se deparando com a literatura socialista, em obras de Mary Wollstonecraft, Robert Owen e Frances Wright, entre outros (GONZÁLEZ, 2010).

O fim da Guerra da Secessão (1861-1865) trouxe uma nova esperança para as mulheres. Ao libertar os escravos negros dos Estados do Sul e dotá-los dos direitos dos cidadãos americanos, entre os quais o de votar, as mulheres acreditaram que havia chegado também para elas o momento de alcançar suas reivindicações. Desde 1848, foram muitas as convenções, reuniões e comícios organizados em favor dos direitos das mulheres. E, além disso, elas esperavam ser recompensadas com o voto pelo trabalho que tinham feito durante a guerra. A questão do voto feminino tornou-se o tema central do movimento pelos direitos das mulheres nessa fase. (GONZÁLEZ, 2010, p. 79).

A situação agravou-se ainda mais, quando, em junho de 1866, é redigida a emenda à Constituição dos EUA, incluindo o homem negro acima de 21 anos com direito ao voto, excluindo deliberadamente todas as mulheres (GONZÁLEZ, 2010). O movimento de luta pelo sufrágio universal foi tomando cada vez mais fôlego, tendo em vista que, a estas alturas, assemelhava-se em diferentes lugares do mundo. Nesse contexto, aumentava também o número de mulheres que iam se organizando e a literatura socialista tinha, como pano de fundo, a consciência da questão da mulher enquanto um problema coletivo. Contudo, algumas mulheres começaram a divergir e acreditar que o problema sexual era o fundante da luta, justificando que o foco socialista distanciava algumas mulheres. Dessa divisão – diríamos bem atual – entrou o ano 1900 até aproximadamente 1920, com a vitória do movimento pela ala das mulheres que acreditavam que a luta pelo sufrágio não deveria receber nenhuma outra intromissão. Segundo González, na mesma obra, esse período foi fatal para o movimento feminista norte-americano.

Deste momento, o movimento sufragista, que até agora estivera conectado às forças revolucionárias que aspiravam alcançar a transformação total da sociedade, centrou-se exclusivamente na demanda do direito ao voto, porém, sem promover nenhuma transformação da ordem social existente (GONZÁLEZ, 2010, p. 85).

Dessa gênese nas bases sociais, pró-abolicionistas, que carregava consigo a força do movimento socialista de modo mais universal, viu-se uma pequena minoria resistindo. A maioria da força feminista norte-americana, a partir daí, concentrou suas forças para contingências baseadas na centralidade do sufrágio e, posterior à conquista dele, foram sendo incorporadas lutas mais pontuais que abandonavam a ordem de transformação coletiva social e econômica, que iremos acompanhar também no decorrer da *Segunda Onda* do feminismo.

A Segunda Conferência Internacional de Mulheres Socialistas, em 1910, realizada em Copenhague, na Dinamarca, definiu, por parte das mulheres trabalhadoras, a data do dia 8 de Março como Dia Internacional das Mulheres. Clara Zetkin propôs esta data justamente pelo processo de luta que haviam passado as norte-americanas, a respeito do sufrágio, e que configuraram o *Women's Day*, símbolo da luta. Este processo se internacionalizou e unificou as lutas de todas as mulheres. Nem sempre alvo de consenso, a história do dia *8 de Março* carrega, segundo algumas interpretações, uma conotação de rememorar tragédias ocorridas às mulheres, e a outros, além de reforçar a luta das mulheres trabalhadoras por seus direitos.

Clara Zetkin, na II Conferência Internacional das Mulheres Socialistas, em 1910, propôs instaurar um dia internacional das mulheres, seguindo o exemplo das socialistas americanas. Nos anos seguintes, na Europa, se espalharam as comemorações do dia internacional da mulher ainda sem data fixa, e nem sempre a mesma para todos os países. Mas sempre com referência no direito ao voto feminino como parte da luta por emancipação das mulheres. Em 1917, na comemoração desse dia, um 8 de março (23 de fevereiro no calendário ortodoxo), as operárias russas entraram em greve e iniciam um amplo processo de luta que deu início à revolução de fevereiro. Em 1921, na Conferência Internacional das Mulheres Comunistas, se propôs a data do dia 8 de março como o Dia Internacional das Mulheres, lembrando a iniciativa das mulheres russas (FARIA, 2008, p. 10).

É interessante observar, ainda hoje, como se comportam as tendências na memória do dia *8 de Março*, tendo em vista que, desde as duas grandes guerras, as verdadeiras lutas proletárias das mulheres vinham sendo apagadas. No momento de guerra, especialmente, buscava-se desvincular o *8 de Março* de qualquer teoria socialista ou comunista. No entanto, sua formação e definição tem por base a proposta efervescente do conjunto histórico dos fatores na Conferência Internacional de Mulheres Socialistas – as greves, as participações nas revoluções, nas lutas pelo sufrágio, por direitos de trabalho, etc. E, além disso, remontar muitas vezes, especificamente o mito da memória das mulheres mortas, incendiadas na fábrica têxtil, tornou a data mais “aceitável” para a elite mundial masculina e para as demais mulheres que se assustavam com a palavra *socialismo*. Até hoje ainda se sustentam as teses do incêndio, onde nos esquecemos da culminância daquela Conferência de Copenhague, que agregava toda conjuntura da agenda proletária e retiramos totalmente o socialismo do sentido desta data. A prova dessa dissociação a-histórica e romântica é a decisão da Organização das Nações Unidas (ONU), em plena Guerra Fria, de instituir oficialmente a data para todo o globo. Hoje é aceita pelas massas e, no Brasil, é comemorada como se fosse Dia dos Namorados.

De modo geral, a *Primeira Onda* do feminismo foi fortemente marcada pelas lutas e embates das mulheres trabalhadoras, unificadas pelo socialismo, pelas lutas em torno da

exploração capitalista e da falta de direitos, pelo levante das mulheres burguesas em torno de direitos civis e pelo direito ao voto – em alguns casos de unificação entre umas e outras, e em outros casos em rupturas; e, por fim, a definitiva e polêmica presença da agenda feminista dentro e fora dos movimentos sociais e partidos mistos, que perduram até os dias atuais.

2.1.3.2 – A Segunda Onda do feminismo

Na prática o que eu acho mais difícil sobre a política da MMM é que o feminismo é pela libertação de todas as mulheres, mas essa diversidade de ser mulher ela ainda é difícil. A gente se perceber assim na MMM. Sim, o nosso feminismo é antirracista, mas a dinâmica de ter mulheres negras construindo a MMM, ou aquelas que acabam se sentindo distantes ou não incluídas em algum processo, que está na sociedade e que está batendo a porta da MMM, como, por exemplo, as do transfeminismo... De que maneira a gente vai acumular sobre? De que maneira nós vamos nos posicionar, de que maneira vamos incluir, ou não as trans, de que maneira vamos dialogar sobre esse processo? (Militante 1).

Sobre feminismo da MMM e os tipos de feminismo: assim, antes de existir a MMM eu era médica e ia aos sindicatos e a gente já discutia a questão das mulheres trabalhadoras antes da MMM. Aí a gente foi participar de encontros feministas e levamos as mulheres da CUT. Aí já se discutia a questão de secretaria de mulheres e tal. Então, esse recorte que a MMM tem que discute raça e classe, e todas essas coisas que não tenham somente o feminismo do corpo, por exemplo: então eu cuido só do aborto e não me interessa se é pobre, se é rica, se é negra, se é lésbica... Não. E eu acho que isso é muito interessante. Algumas coisas eu fico meio por fora da discussão e não consigo acompanhar, mas acho que é muito positivo, muito bom isso na MMM. É um movimento que termina agregando. É um Movimento encantador que é essa história da irreverência, da alegria da MMM de trazer jovens e essas jovens acabam trazendo essas novidades dos feminismos. (Militante 2).

A *Segunda Onda* do feminismo, não menos importante que a primeira, aparece na história recente como uma parte do processo de desenvolvimento do fenômeno do feminismo na sociedade. E, nessa Onda do feminismo, a MMM pode ser atualmente considerada como parte, pois não abandona a questão de classe e agrega raça, indo, com isso, além do debate da sexualidade e do direito ao corpo. A partir das portas que se abriram, através da intensa luta política do momento anterior, foram construídas as condições materiais e intelectuais necessárias para que as lutas avançassem, tanto no âmbito das conquistas políticas quanto na formulação de teorias, permitindo aprofundar os debates no interior da MMM. Deste avanço, por um lado começaram a surgir ainda mais rupturas, dentro dos movimentos sociais e partidos, por outro, ideias sobre a existência das mulheres e dos desafios que enfrentam tomaram formas impossíveis de se imaginar há cem anos atrás. As teorias ficaram muito mais complexas e, com elas, os embates. Junto com o processo produtivo, o capital e suas mutações, as mulheres mudaram e o feminismo foi influenciado e também avançou.

Várias demandas anteriormente requeridas pelas mulheres passaram a receber novas interpretações e contribuições acompanhadas por algumas lutas que, sempre em âmbitos pontuais, davam lugares a novas lutas também em pontos microcósmicos. Se analisarmos os avanços das lutas sociais das mulheres, veremos que muitas desses avanços perpassam políticas públicas, discussões morais e libertações individuais. Especialmente na perspectiva da globalização e da alta flexibilização do capital, os movimentos feministas que mais chamaram atenção, no Brasil, por exemplo, foram os espontaneístas, que, de modo geral, propõem uma outra *mulher livre*, mas não propõem um outro modo de produção social onde possa viver esta *mulher livre*.

Com isso, a luta por questões pontuais – também muito importantes, do mesmo modo que foi a luta pelo sufrágio –, começaram, nessa *Segunda Onda* do feminismo, a gerar novos debates e instigar as mulheres a promover novos posicionamentos. Não se exclui, portanto, nenhuma produção histórica gerada por esta *Segunda Onda*, mas chamamos a atenção, sobretudo num mundo que pretendia dilacerar o socialismo, o quanto as teorias feministas foram contaminadas para retirar, das suas lutas e demandas, a centralidade da classe. No entanto, nem todas retiraram o caráter de classe da luta, e, especialmente nos movimentos mistos e nos partidos políticos, o embate por espaço político das mulheres continuou em voga.

Nos anos 1960 se inicia a Segunda Onda do movimento feminista, que incorpora setores de classe média e mulheres profissionais na Europa e nos Estados Unidos. Essa retomada trouxe várias contribuições, das quais se destacam a afirmação da necessidade de organização de um movimento autônomo das mulheres, consolidou o reconhecimento das mulheres como sujeitos políticos e construiu um arcabouço teórico que questionou vários dos paradigmas dominantes do conhecimento teórico. Neste momento conviveram várias posições onde o setor socialista fez o esforço de articular as dimensões da opressão das mulheres com a opressão de classe e, portanto, colocar a questão do feminismo e socialismo. Há grande contribuição sobre feminismo e socialismo vinda dessa segunda onda. Muitas autoras tentaram avaliar os limites de Marx e Engels, os avanços do marxismo, como enfrentar seus limites, se o marxismo era adequado para explicar a opressão das mulheres, o debate sobre o patriarcado etc. (FARIA, 2008, p. 11).

As teorias marxistas ganharam novos elementos e aprofundamentos acerca da divisão sexual do trabalho. Agregou-se, também, ao debate político nesta *Segunda Onda*, elementos voltados à cultura, à sexualidade e iniciou-se a formulação da necessidade de desconstrução do que é *ser mulher* até os dias de hoje e qual seria o destino da mulher, uma vez que seu papel fosse desconstruído. Este último seria um dos embriões das teorias da possível *Terceira Onda*. As relações burocrático-legais avançaram timidamente, na maioria dos países capitalistas cristãos ocidentais, embora não se modificassem muito as estruturas dos países menos democráticos, de fundamentalismos religiosos diversos.

Faria (2008) salienta que, o processo da *Segunda Onda* do feminismo, acelerou, em diversas partes do mundo, a discussão e politização do espaço privado e do trabalho doméstico. No entanto, não apresentou tantas práticas efetivas por parte da esquerda mundial, de avanços que se considerassem significativos. As mulheres continuaram ganhando menos que os homens, continuaram dando conta do espaço privado, e um número muito maior de mulheres saíram para trabalhar fora de casa, porém, cada vez mais, em trabalhos decorrentes da flexibilização do capital, ou seja, cada vez com menos direitos, salários mais baixos e condições de trabalho precárias.

Mas, fruto das contradições e limites da esquerda socialista, e também das correntes radicais e autonomistas do feminismo, a partir de um determinado momento, prevaleceu uma visão de direitos individuais, dentro de uma perspectiva de incorporar as mulheres ao modelo e pouco questionamento global (FARIA, 2008, p. 11).

Esta realidade daria as condições históricas para o aumento das mulheres adeptas de um feminismo pós-moderno. Essa confusão aumentou, por sua vez, a crítica marxista ao feminismo, onde encontramos embates acusando os movimentos sociais feministas de *fragmentadores* (LEHER, 2000; WOOD, 2006), especialmente na década de 1990 a 2000. Embora essa acusação tenha fundamento teórico, pois considera que a luta das mulheres, enquanto parte da sociedade, não pode estar separada das demais lutas, gera uma série de confusões porque se funde com este feminismo dado na pós-modernidade, e rotula, na mesma caldeira, o feminismo atual que combate o capitalismo.

Outro aspecto interessante a ser colocado sobre a *Segunda Onda* do feminismo, especialmente na América Latina, foi perceber a força das mulheres nos processos nos quais se manifestavam contrárias à ditadura civil-militar peculiar. Organizadas em movimentos sociais ou em partidos de esquerda, sofreram as mesmas sanções que os homens e criaram uma identificação própria, tendo em vista as práticas militares, semelhantes em toda a América Latina. Grupos como as Mães da Praça de Maio, na Argentina, ou como as mulheres jovens organizadas em núcleos universitários, chamavam a atenção para o enfrentamento e embate com que as mulheres se puseram a lutar nas ditaduras impostas em vários países latino-americanos.

Torturadas, como homens também o foram, as mulheres sofreram algumas violências a mais, como o abuso sexual e a violência psicológica perante seus filhos, os quais foram sequestrados ou expropriados do direito de conviverem com suas mães. Pode ser um anúncio equivocado, mas, ousou pensar que as intelectuais brasileiras que não vinculavam sua teoria

feminista com uma nítida política de esquerda, certamente nem elas nem suas parceiras estavam nas miras de generais e/ou de coronéis. Não é possível dissociar uma coisa da outra. É inviável. É inconcebível uma mulher defender a não-violência às mulheres e, no entanto, não ter um posicionamento político nítido, se for questionada sobre os sistemas políticos e econômicos. É estranho não relacionar uma coisa com outra e não estabelecer vínculos de compreensão básicos entre opressão/militarismo e economia. Não estou me referindo a tomar posição em sentido meramente partidário enquanto esfera institucional, mas em sentido ideológico. Remonta-me lembrar das burguesas norte-americanas, defensoras tão somente do sufrágio universal, e das trabalhadoras, também defensoras do sufrágio e de todos os outros direitos necessários para uma liberdade efetiva e coletiva.

Sobre isso, remonta-me pensar que, recentemente (2013), participei da *Marcha das Vadias*, em Porto Alegre/RS, onde era proibido fazer gritos de guerra contra o capitalismo – porque o capitalismo pressupõe o socialismo como superação – e socialismo não é a luta de todas que ali estavam. Nesta presença inesquecível daquele domingo, na Marcha, considerei fundamental e pedagógico ver, com meus próprios olhos, quais os maiores problemas, e o que os novos tempos do feminismo poderão apresentar diante de qualquer possibilidade de luta por mudanças efetivas. Este feminismo que isola a história e ata os braços perante uma estratégia política de mudança social, causa-me apreensão e carece de constante problematização.

Por isso, é tão importante retomar a *Primeira* e a *Segunda Onda* do feminismo, para que se tenha uma melhor compreensão do que uma possível *Terceira Onda* precisa formular de fato, para não tornar o movimento feminista um caminho desconexo e limitado. Para ser feminista ou para teorizar sobre o feminismo não é cabível tanta categorização em *gavetas fechadas*, afinal, o feminismo, enquanto movimento, está em processo de construção e fazer esse engavetamento é extremamente negativo, representando uma regressão às concepções e práticas próprias do positivismo. Estamos trazendo esta questão aqui apenas para contextualizar e situar alguns elementos-base encontrados para nos auxiliar e não para nos imobilizar.

As lutas pela diferença não podem ser excluídas, muito pelo contrário, é preciso incluir estas lutas no Movimento como um todo, aperfeiçoar, organizar, fundamentar e expandir. Contudo, no horizonte da emancipação humana, uma perspectiva que se coloca a Marcha Mundial das Mulheres (MMM), como a luta pela igualdade, não pode perder de vista o respeito à diferença. É a capacidade da unidade na diferença. A diferença é um fator agregador da libertação, e não um fator delimitador em si, pois a emancipação é para todos os

homens e mulheres de todos os lugares. É a linha de chegada de uma sociedade livre de qualquer exploração e opressão seja pelo motivo que for.

Não surpreende que o feminismo norte-americano seja hoje um dos feminismos que mais construa uma ideia de liberdade para as mulheres, sem problematizar uma mudança radical de modo socioeconômico de produção e de vida. A palavra socialismo/comunismo correu o século passado neste país, sendo abafada e combatida. Os partidos de esquerda norte-americanos nunca deixaram de existir, mas também nunca conseguiram a menor conquista. Assim como o rumo das políticas do país e de todo o pensamento hegemônico de seus governantes e sua elite, o movimento feminista também não pode tomar os rumos mais radicais, além da luta pelos direitos individuais e da sexualidade. Dificilmente iremos encontrar bibliografias de feministas dos Estados Unidos, que usem expressões contidas nas bibliografias das feministas do Sul. O que não invalida ou torna menos importante a construção do pensamento feminista estadunidense, pelo contrário, é preciso contextualizar as teorias para compreender suas possibilidades de contribuições nos diferentes espaços do deste Planeta.

Para os movimentos feministas europeus, a relação com os partidos de esquerda é essencial e a dialética de inclusão-exclusão é permanente. Nos Estados Unidos, a fraqueza das feministas socialistas na esfera do feminismo e a ausência de partidos socialdemocratas fazem com que o Movimento tenha dado mais ênfase à autonomia individual e à igualdade, e que continue pouco ativo em matéria de direitos sociais. Inversamente, embora não existam nos países europeus organizações feministas tão importantes como nos Estados Unidos, os governos socialistas, mesmo moderados, têm permitido o acesso a direitos sociais inconcebíveis nos Estados Unidos. (THRELFALL, 1996. In: FOUGEYROLLAS-SCHWEBEL, 2009, p. 148).

Já no Canadá, com um pouco mais de liberdade, mais especificamente na capital, Quebec, encontramos ideias mais fortes de conexão feminista com o combate ao capitalismo, que foi exatamente onde a MMM nasceu. Com isso, não estamos dizendo que, nos Estados Unidos, não existam feministas que lutem contra o capitalismo, de modo algum, pois neste país há uma força maior, própria de um feminismo que teoriza bastante, com relação aos direitos civis, étnicos, de trabalho, e ainda os relacionados ao corpo e à liberdade sexual.

Poderíamos dizer que a *Segunda Onda* do feminismo delimitou algumas aproximações de correntes feministas, a partir do foco de onde está a *opressão*: o feminismo radical, o socialista e o liberal. Por corrente “liberal” deve-se entender os movimentos fundados na promoção dos valores individuais (FOUGEYROLLAS-SCHWEBEL, 2009). Estas correntes fundamentam nossas ideias, quando nos perguntamos para que rumos vão os feminismos com o passar dos tempos, especialmente a quem quiser pensar sobre o que será de uma *Terceira*

Onda. “Com a luta pela total igualdade entre homens e mulheres, pode-se falar em um feminismo reformista que conta, por meio de políticas de ação positiva, com a prioridade dada às mulheres para reduzir desigualdades” (FOUGEYROLLAS-SCHWEBEL, 2009, p. 147).

O feminismo liberal tem, por meio de luta, modificar as estruturas legais, e, através de leis e direitos, as mulheres se tornariam sujeitos em nível de igualdade com os homens. Não há nenhum tipo de proposta de outras transformações em torno deste feminismo, o que tem mais aceitação por parte dos homens liberais que, inclusive, apoiam muitas dessas mulheres. Ao contrário, os movimentos de liberação⁴⁹ das mulheres querem romper com as estratégias de promoção das mulheres em proveito de uma transformação radical das estruturas sociais existentes.

Esse movimento será marcado por oposições quanto às estratégias prioritárias entre aquilo que se denomina na França de feministas socialistas ou tendência da luta de classes, que afirmam que a verdadeira liberação das mulheres só poderá advir de um contexto de transformação global (FOUGEYROLLAS-SCHWEBEL, 2009, p. 147).

Este movimento delimita, especialmente, as mulheres que participam de partidos políticos de esquerda e movimentos sociais populares, engajados na transformação da sociedade. Já os movimentos chamados pela autora de “feministas radicais”, são aqueles nos quais as mulheres “sublinham que as lutas são conduzidas, antes de tudo, contra o sistema patriarcal e as formas diretas e indiretas do poder falocrático” (FOUGEYROLLAS-SCHWEBEL, 2009, p. 147). Na visão de Dominique Fougeyrollas-Schwebel (2009), os anos de 1970 ficaram especialmente marcados, nem tanto pelas reivindicações e demandas de direitos, mas nas formas de interrogações sobre os “domínios do político”. Segundo a autora, prolongado o movimento da contracultura dos anos de 1960 – especialmente na França – “uma das prioridades dos movimentos de liberação das mulheres é a afirmação de que o privado é político”.

Aliadas aos movimentos sociais que ocorriam nos Estados Unidos, em torno das questões raciais, como o *Black Power* e depois os *Black Panthers*, as feministas abriram, naquele país, o caminho para “os movimentos multiculturalistas das décadas de 80 e 90 ao denunciarem os valores universalistas como aqueles dos grupos dominantes”. (FOUGEYROLLAS-SCHWEBEL, 2009). Esta contribuição pôs o movimento feminista a refletir sobre os grupos de poder dominantes, e abriu-se uma tendência à recusa dos grupos

⁴⁹ O termo “liberação” aparece na bibliografia da autora francesa Dominique Fougeyrollas-Schwebel (2009), portanto, não há como distinguir, se na França se utiliza liberação ao invés de libertação, mas nós utilizaremos na pesquisa esta palavra com o significado de “libertação”.

feministas a todas as organizações que adotam formas hierárquicas. Isso, segundo Fougeyrollas-Schwebel (2009), cria uma realização de pertencimento a uma nova ideologia com sentido de valores comuns. Essa nova ideologia é batizada de *sisterhood is powerful*⁵⁰ (FOUGEYROLLAS-SCHWEBEL, 2009, p. 146). Porém, essa criação de identidade em seguida já se torna questionável e acaba por dividir novamente as mulheres, porque:

[...] as questões da identidade racial ou nacional dividem o movimento, e a solidariedade comum das mulheres é rapidamente questionada pela suspeita da ignorância dos problemas próprios de cada grupo identitário, pelo temor da criação de novas formas de dominação entre homossexuais e heterossexuais, entre burguesas e proletárias, entre as mães e aquelas que não o são, entre as mulheres brancas e as mulheres negras, sobretudo nos Estados Unidos (FOUGEYROLLAS-SCHWEBEL, 2009, p. 146).

Como dissemos anteriormente, algumas formulações acerca de sexo, raça e classe conseguem estabelecer uma conexão que, embora identitária e, por isso mesmo, aparentemente possa parecer que não cabe a todos os grupos, todavia são unidades indissociáveis, uma vez que estamos falando da classe trabalhadora e da história da opressão e da dominação. Esta unidade, necessariamente indissociável no movimento feminista, iremos abordar mais tarde.

Sobre a *Segunda Onda* do feminismo podemos destacar, entre outras questões, a obra de Simone de Beauvoir (1980), que, ao aproximar sua literatura de uma outra perspectiva da psicanálise e do existencialismo, foi alvo de críticas tanto por parte das feministas, que negam a categoria *mulher* enquanto sujeito determinado socialmente, quanto pelas chamadas ciências “duras”, que consideram o feminismo um fruto existencial em nível de pseudociência. Porém, esta autora francesa, a seu tempo e com seu acúmulo revolucionário de práticas/teoria, foi capaz de inverter algumas lógicas e enfrentar o pensamento conservador. Poderíamos destacá-la como uma das mais ousadas autoras, dentre tantas, pois discursava sobre a liberdade sexual das mulheres e, com isso, abriu caminhos para um vasto leque teórico sobre a sexualidade feminina e a condição da mulher na sociedade. É errôneo pensar que Simone de Beauvoir não tenha adentrado pelo campo político-ideológico, pois ela sempre esteve em diversas frentes de batalha de seu tempo e, em todas elas, sempre tomou partido. Porém, viveu em uma época em que o feminismo ficou às escondidas, quando associado ao termo *socialismo*, o que deixou uma lacuna na história do feminismo de alguns países, mas que conseguimos compreender se analisarmos a Guerra Fria e o contexto geopolítico da metade do século XX em diante.

⁵⁰ Sororidade: a irmandade é poderosa.

Simone de Beauvoir, em seu livro *O Segundo Sexo* (1980), sua obra mais contundente de ordem analítica filosófica, sobre a condição de ser homem e de ser mulher na sociedade capitalista atual, a autora afirma: “Ora, o que estranhamente distingue a situação da mulher é que esta – um ser livre e autônomo como todas as criaturas humanas – encontra-se, entretanto, vivendo num mundo onde é constringida pelos homens a assumir a condição do Outro”. (BEAUVOIR apud ASCHER, 1991, p. 167).

Simone era ousada e, segundo sua biografia em vida escrita por Carol Ascher (1991), era uma mulher de temperamento difícil. Enfrentava o que fosse necessário e não poupava palavras. Deslocava o pensamento conservador em torno da ideia de mulher ideal de uma sociedade decadente, sendo, muitas vezes, considerada uma *mulher irritante* (ASCHER, 1991). Para outras pessoas, era um ídolo máximo para as mulheres que enxergavam seu aprisionamento e viam nela um respiro de liberdade. Pelas palavras da autora biográfica de Simone de Beauvoir, percebemos semelhanças muito comuns nos discursos de ódio ao feminismo nos dias atuais.

Insatisfeita, frígida, priápica, ninfomaníaca, lésbica, mulher que já fez mais de cem abortos. Eu era tudo, até mãe solteira. Algumas pessoas se oferecem para curar minha frigidez, ou para amainar meu apetite vaginal; prometeram-me mostrar algumas verdades, nos termos mais grosseiros, mas sempre em nome da verdade, do bem, do belo, em nome da saúde e até da poesia, tudo o que fora imerecidamente esmagado sob meus pés. [...] Eu era uma pobre moça neurótica, reprimida, frustrada, enganada pela vida, machona, mulher que nunca fizera amor direito, invejosa, amargurada e cheia de complexos de inferioridade, em relação aos homens, e em relação às mulheres, e corroída pelo ressentimento. (BEAUVOIR apud ASCHER, 1991, p. 167-168).

Este discurso raivoso e pejorativo, bastante comum ainda hoje, muitas vezes ganha mais visibilidade do que a própria luta, pois, ao invés de prestarem atenção no conteúdo da luta das mulheres, muitas pessoas já disparam seu arsenal ofensivo contra a luta em si, principalmente contra as mulheres que põem em prática os objetivos pelos quais lutam e que não são, ainda, admitidos, particularmente pelos homens. Na medida em que as mulheres foram ousando mais e mais, especialmente no caso da francesa Simone de Beauvoir, enfrentando, ao mesmo tempo, a própria psicanálise e as ciências médicas, o bombardeio se tornava ainda maior. É de se admirar a força e vigor com que esta mulher, Simone de Beauvoir, jamais recuou na luta e na sua teorização sobre as fontes da desigualdade e da subordinação de mulheres, em detrimento de uma sociedade patriarcal e machista. Na sua passagem mais famosa de sua obra, Simone afirma:

Ninguém nasce mulher: torna-se mulher. Nenhum destino biológico, psíquico, econômico define a forma que a fêmea humana assume no seio da sociedade; é o conjunto da civilização que elabora esse produto intermediário entre o macho e o castrado, que qualifica de feminino. Somente a mediação de outrem pode constituir um indivíduo como um Outro. (BEAUVOIR, 1980, p. 9).

Simone de Beauvoir é, sem dúvida, uma das revolucionárias para a teoria feminista mais importante do século XX, que faz uma ligação entre a Primeira Onda e tudo que temos acumulado até o presente. Sua ousadia permitiu às mulheres o uso de termos e teorias jamais pensadas nua e crumentemente. Das portas abertas por Simone muitas outras se abriram para que hoje pudéssemos enfrentar um machismo sincronizado, existente tanto no espaço público quanto no privado.

O feminismo da Segunda Onda se caracteriza também por adquirir uma amplitude internacional, e, tanto na explosão estudantil na França/Europa dos anos 60/70 do século XX, quanto na América Latina em contraponto à ditadura civil-militar (no Brasil, de 1964 a 1985), bem como nos movimentos culturais e raciais nos EUA, vão pouco a pouco configurando um caráter estudantil ao feminismo. Ainda hoje podemos perceber que a formação estudantil feminista no Brasil é forte e vem crescendo, especialmente falando da MMM, podemos perceber grandes organizações das jovens nas universidades e nas escolas secundaristas. Em cidades do Rio Grande do Sul também é perceptível a força da participação juvenil estudantil nos movimentos feministas, e também na MMM.

Assim, constata-se, desde os anos 1960 até dos dias de hoje, já no século XXI, um progresso contraditório, porém efetivo dos movimentos feministas. A MMM, embora seja nova, remonta à luta de classes da Primeira Onda e aos avanços no campo do feminismo de classe da Segunda Onda.

Sobre feminismo e classe, eu acho que a MMM é um movimento de classes, sim, em outros movimentos, outras dinâmicas, outras linhas teóricas, talvez não consigam compreender a luta de classes como central e já na MMM isso tá bem explícito. Para haver o feminismo a gente tem que superar a luta de classes. (Militante 1).

Passaremos agora à divisão sexual do trabalho, buscando desvelar o que parece oculto nas relações de trabalho referentes a homens e mulheres, em que se pode constatar que as mulheres ocupam postos de trabalho mais simples e com salários mais baixos, em relação aos homens.

2.1.4 – A divisão sexual do trabalho

Sobre trabalho doméstico, eu moro com amigos, então todos nos somos obrigados a nos dividir nas tarefas. Tanto menina quanto menino. (Militante 1).

Em relação ao trabalho, à militância, à rotina, é tudo misturado. Eu acho que talvez me faça uma médica melhor e mais compreensiva com outro olhar para as outras mulheres, mas dá muito trabalho. (Militante 2).

Chegamos num momento desta escrita de contextualização histórica e sociológica, que serve como ponto-chave para pensar a epistemologia feminista que necessitamos construir coletivamente, que defina a divisão *sexual* do trabalho não mais como simples variante da divisão *social* do trabalho. Não mais somente como produção/reprodução ou meramente como elemento-base descritivo da divisão nas comunidades primitivas, mas de caráter *fundamental* para o desenvolvimento da produção/reprodução, desde a infraestrutura até a organização da superestrutura, nos modos de produção. Sendo a divisão sexual do trabalho relegada à apenas *um tipo* de divisão social, ou à divisão descrita nos *primórdios*, queremos, neste momento, considerar, a partir do referencial teórico apresentado, a epistemologia feminista que defende que esta divisão é indispensável para se pensar a sociedade de classes e, a sua superação, no sentido das perspectivas de emancipação humana. Sem ter clara esta questão, não chegaremos à finalidade básica que precisa sustentar a luta e conquista da emancipação humana ou seja, incluindo homens e mulheres.

Para o marxismo historicamente construído, pode ser uma ousadia esta sobreposição ao dizer que a divisão sexual do trabalho é um pilar central da infraestrutura, mas para algumas mulheres de base marxista, não é assim. Se esta é a hora de ousar, então, ousaremos. E sobre isso iremos argumentar. Não se trata de contrapor a teoria de *trabalho* em Marx, mas de deslocar algumas relações de produção anteriormente trazidas, enquanto *parte*, a partir de agora, como “base para coexistência de todas as outras teorias”. Contudo, modificando-se as estruturas da divisão sexual do trabalho, teremos, ou uma revolução se apropriada pelos trabalhadores e trabalhadoras, ou novas formas de dominação de classe nas relações de produção entre homens e mulheres, se apropriada pelo capital, da maneira como vem sendo feito. Esta ideia supõe que a dominação, na divisão sexual do trabalho, antecede o modo de produção capitalista e pode também ser posterior a ele.

Embora trazida por Marx e Engels, no coração de sua filosofia, a divisão sexual do trabalho para estes autores clássicos do socialismo, seria apenas mais uma das formas de dominação, nas relações de produção, mais uma das divisões que delimitam a vida e o

desenvolvimento produtivo. Porém, na nossa compreensão, a produção está calcada, primordialmente, nas relações oriundas da divisão sexual do trabalho, sem a qual, numa análise minuciosa, não sustentaria mais nenhuma outra, embora todas as divisões do trabalho, no seu interior, estejam interligadas. Isso significa dizer que a divisão sexual do trabalho sustenta o modo de produção capitalista e, por isso, é tão importante mantê-la, uma vez que divide a classe trabalhadora em homens e mulheres e, em base a uma cultura de sobreposição do homem sobre a mulher, os separa e contrapõe, fragilizando as organizações de classe. Porém, seria possível manter o modo de produção capitalista e, ao mesmo tempo, acabar com a divisão sexual do trabalho? Ou, seria possível superar o modo de produção capitalista e não superar a divisão sexual do trabalho?

A primeira pergunta é difícil porque não existe uma resposta, mas poderíamos pensar que se a divisão sexual do trabalho acabasse e todo o trabalho fosse igualmente dividido entre homens e mulheres, tanto da produção (trabalho fora), quanto da reprodução (cuidados/trabalho doméstico), a configuração do mundo do trabalho se movimentaria, de tal forma, que o sistema acabaria por se chamar outro. Pois, assim seria possível, no capitalismo, que os dois sexos tivessem postos de trabalho assalariado com salários iguais e, do mesmo modo, os dois sexos pudessem cuidar da reprodução da vida, ao mesmo tempo? Tendemos a achar que não. Já não existe trabalho, que no capitalismo se denomina emprego, para o sexo masculino, que historicamente trabalhou fora do âmbito doméstico, quiçá teria, neste sistema, espaço para todas as mulheres também o fazer. Nem que se diminuíssem as horas de trabalho de cada um/uma, não seria possível, porque não há espaço para todos nesse modelo produtivo, que, em última análise, se alimenta também do fato de existir a miséria e os exércitos industriais de reserva⁵¹. Se com a entrada das mulheres nos trabalhos chamados “flexíveis”,

⁵¹ *Exército Industrial de Reserva* é um conceito criado por Karl Marx, onde Anwar Shaikh (1988, p. 144) resume-o da seguinte maneira: “a existência de uma reserva de força de trabalho desempregada e parcialmente empregada é uma característica inerente à sociedade capitalista, criada e reproduzida diretamente pela própria acumulação do capital, a que Marx chamou exército de reserva do trabalho ou exército industrial de reserva. [...] A acumulação de capital significa o crescimento deste, mas também significa novos métodos de produção, de maior escala e mais mecanizados, que a concorrência obriga os capitalistas a adotar. O crescimento do capital aumenta a demanda por trabalho, mas a mecanização substitui os trabalhadores por máquinas. A demanda líquida por trabalho, depende, portanto, da força relativa de cada um desses efeitos. [...] essas forças relativas que variam de modo a manter o exército industrial de reserva. [...] a escassez de força de trabalho disso resultante e a aceleração dos salários fortalecerão automaticamente a tendência à dispensa em detrimento do emprego. Uma elevação dos salários reduz o crescimento do capital e, portanto, do emprego, e juntamente com a escassez do trabalho, intensifica o ritmo de mecanização e, portanto, de dispensa de trabalhadores. Dessa forma, a acumulação de capital reabastece automaticamente o exército industrial de reserva. [...] Acrescente-se a isso a importação de força de trabalho das áreas onde o desemprego é alto e a mobilidade do capital para áreas em que são baixos os salários, processos que servem para restabelecer a relação ‘adequada’ entre capital e superpopulação relativa.” O conceito de Marx continua sendo atual, embora o conceito de “exército industrial de reserva” já possa ser considerado para outros ramos não apenas o fabril. E para novos tempos, que não apenas o trabalhador homem, de idade mediana e que se encontre na situação de desemprego ou de pressão capitalista por

que podemos chamar de “precários”, já não há espaço, tampouco poderia acontecer isto nos poucos trabalhos assalariados estáveis que ainda restam (se é que podemos utilizar a palavra *estáveis* em tempos de capital flexível).

Sobre a segunda pergunta, seria possível mudar o sistema para outra forma produtiva e a divisão sexual do trabalho continuar existindo? Esta é mais fácil, pois já aconteceu, sim. A humanidade já mudou de modo produtivo algumas vezes e, neles, homens e mulheres tinham trabalhos diferentes e homens e mulheres não cuidavam da reprodução da mesma forma. Na realidade, para o trabalho reprodutivo, o capitalismo foi o modo que mais possibilitou a divisão de tarefas da esfera privada – podemos perceber isso no Brasil através do Censo⁵² – e da assunção de tarefas, na esfera pública, que eram anteriormente masculinas⁵³, para as mulheres, por incrível que isso possa parecer. Modificando as relações de trabalho, o capitalismo vem sendo o modo produtivo que mais mexeu com a estrutura política para a existência das mulheres, enquanto sujeitos históricos de direito e de fato. Não por merecimento ou reconhecimento, mas por luta e conquista de espaços inerentes às contradições interiores ao próprio sistema.

Se pensarmos na esfera produtiva da classe trabalhadora registrada nos livros históricos, precisamos pensar na divisão sexual do trabalho nesta esfera. E se passarmos à esfera reprodutiva, lá estará a divisão sexual do trabalho novamente. Isso significa que, se pensarmos quais as condições materiais para a sustentação e a produção/reprodução da própria classe, lá estará o trabalho das mulheres, garantindo a existência dos homens e das mulheres. Em outras palavras, a classe trabalhadora garante sua existência através da venda da sua força de trabalho – assalariada – aliada à existência do trabalho não-remunerado da mulher, o *trabalho doméstico* – considerando este trabalho doméstico como um dispêndio de energias, com o cuidado de crianças e idosos, além das tarefas domésticas gerais (HIRATA, 2010). “Definimos trabalho doméstico como um conjunto de tarefas relacionadas ao cuidado das pessoas e que são executadas no contexto da família – domicílio conjugal e parentela –

correr risco de perder o emprego em que está. Este fenômeno recebeu suas adaptações ao longo do tempo e segue auxiliando a controlar os levantes populares na questão dos direitos de trabalho e do número cada vez maior de mulheres no trabalho “flexível”, informal ou precário.

⁵² Em publicação de pesquisa do IBGE (2010) disponível no seguinte site: http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/trabalhoerendimento/pme_nova/Mulher_Mercado_Trabalho_Perg_Resp.pdf/ Acessado em março/2016.

⁵³ É importante frisar que muitas tarefas construídas historicamente como masculinas já vêm sendo realizadas pelas mulheres e, muitas vezes, essa tarefa se torna invisível, ou as mulheres recebem menos para fazer o mesmo trabalho, o que significa o aumento do lucro para o capital, ou ainda, ocorre a diminuição dos recursos destinados às políticas públicas. As variações da divisão sexual do trabalho são diversas. Existem na esfera pública e privada, na esfera assalariada e não-assalariada, sendo esta referente aos cuidados da casa, do marido e dos filhos.

trabalho gratuito realizado essencialmente por mulheres” (FOUGEYROLLAS-SCHWEBEL, 2009, p. 257).

A consideração do *trabalho doméstico*⁵⁴ como trabalho, e, efetivamente trabalho não-remunerado, quando desempenhado pelas mães, no cuidado com a família, com os filhos, e a casa. Historicamente o *trabalho doméstico* atingiu a classe trabalhadora também nas vanguardas revolucionárias. Embora houvesse homens que concordassem que essa condição imposta à mulher fosse exaustiva e degradante, a solidariedade dos homens não se compara ao tanto necessário de luta das mulheres para que se propusesse alguma transformação efetivamente contundente. Se partirmos das biografias dos grandes revolucionários veremos que muitos tiveram ideias à frente de seu tempo, mas, que, de fato suas tarefas políticas os impulsionavam a deixar seus filhos com suas esposas, quase como um processo natural e até como tarefa da própria revolução, definida nas reuniões dos comandos.

Trotsky, Che Guevara, Lênin, Marx, e qualquer outra liderança das lutas comunistas, eles garantiram sua participação teórico-política na história, porque sua reprodução estava assistida, por alguma mulher em algum lugar – muitas vezes bem longe deles próprios. De modo geral, a vanguarda de classe não considerou tanto assim que isso fosse um problema, a não ser por distâncias e vínculos afetivos que poderiam doer a sua alma, enquanto seres dotados de sentimentos. Mas este processo pode parecer até uma *ordem natural* de qualquer revolução por eles pensada, afinal, quem vai ficar com as crianças e os idosos enquanto a revolução acontece?

Esta indagação provoca a pensar novamente a ideia de Hirata e Kergoat (1994), quando enfatizam que a “fórmula” apresentada pela esquerda, historicamente, de primeiro pensar uma revolução e depois tentar resolver a “questão da mulher”, é uma ideia que inviabiliza a própria revolução. Ou uma transformação social de classe será feminista, ou não será. Enquanto a vida política seguir sendo masculina e o trabalho doméstico sendo feminino, não há revolução. Tampouco a solução desse conflito está na terceirização do cuidado, destinando-o à outra mulher remunerada. A questão é mais complexa ainda, e a teoria e vai além. Segue na dimensão da divisão sexual do trabalho, de uma forma ou de outra. Caso que já ocorre nos países ditos “desenvolvidos”, onde o trabalho dos cuidados está sendo delegado às mulheres dos países subdesenvolvidos ou “em desenvolvimento”, que imigram em busca de emprego.

⁵⁴ Na atualidade, as mulheres brasileiras conquistaram, com suas lutas, uma certa valorização do trabalho doméstico, o que pode ser observado nos níveis salariais, nas condições e horários de trabalhos, que hoje superam o salário mínimo pago à maioria da classe trabalhadora, cujo valor, até o momento, é de R\$880,00. Além disso, estão organizadas em sindicatos de trabalhadoras domésticas que as representam nas questões salariais e outros direitos, quando estes não são respeitados por seus/suas patrões/as.

Segundo os estudos de Hirata (2010, p. 52), “atualmente, é cada vez maior o contingente de mulheres dos países do Sul que partem sozinhas para trabalhar no cuidado de crianças, idosos, doentes e deficientes físicos em países do Norte”.

A inserção da problematização sobre o trabalho doméstico e de cuidados passou a trazer novas preocupações para a organização da classe trabalhadora e também para a sociologia do trabalho. Isso porque a sociologia do trabalho foi historicamente estudada por homens, enquanto a consideração do trabalho doméstico como forma de trabalho não pago foi aparecendo e recebendo modificações ao longo do tempo. Kergoat (2009) separa de duas formas estas análises sociológicas: “modo de produção doméstico e trabalho doméstico”.

A conceituação marxista – relações de produção, classes sociais definidas pelo antagonismo entre capital e trabalho, modo de produção – era preponderante na época, pois nos situávamos num ambiente de esquerda, e sabemos que a maioria das feministas fazia parte da esquerda. Mas, pouco a pouco, as pesquisas se desligaram dessa referência obrigatória para analisar o trabalho doméstico como atividade com o mesmo peso do trabalho profissional. Isso permitiu considerar simultaneamente a atividade realizada nas esferas doméstica e profissional, e pudemos raciocinar em termos de uma divisão sexual do trabalho (KERGOAT, 2009, p. 69).

Decorrente dessa constatação da divisão sexual do trabalho, não mais apenas como as análises sobre o trabalho formal, trabalho assalariado, trabalho “flexível”, trabalhos temporários, os “bicos”, ou qualquer forma de trabalho que possamos pensar, o trabalho doméstico diferencia-se dos demais devido aos mitos indissociáveis do necessário conceito de família, que sustenta o modo de produção vigente em cada época.

O modo de produção familiar regido pelo patriarcado organiza as relações sexuais, a educação das crianças, os serviços domésticos e a produção de certos bens, como pequenas produções mercantis. Rompendo com a oposição frequentemente asseverada entre produção mercantil e não mercantil, a exclusão do trabalho doméstico das mulheres do domínio econômico não decorre da natureza de sua produção. Com efeito, quando os mesmos bens são produzidos fora da família, o trabalho que os produz é remunerado, e inversamente, o trabalho das mulheres permanece gratuito até mesmo quando sua produção é objeto de troca no mercado (FOUGEYROLLAS-SCHWEBEL, 2009, p. 257).

Por esta razão, qualquer análise que se valha de categorizar a classe trabalhadora como grupo homogêneo, sem distinguir as relações de sexo e suas variantes, certamente estará tratando a generalização da classe como a classe masculina, branca, assalariada – preferencialmente operária da produção de mercadorias. Para Marx e Engels (2007), de fato, a primeira divisão do trabalho que se deu na história da humanidade foi a divisão sexual. A comunidade tribal dividiu o trabalho por diferença de sexos, e, posteriormente, pela diferença da força física, entre eles; logo depois se deram outras diferenças como a divisão entre a cidade e o campo, entre comerciantes e produtores, até atingir patamares superiores, oriundos

da delimitação da propriedade privada, como a divisão entre trabalho manual e trabalho intelectual, etc. No decorrer da história foram sendo agregadas todas as divisões de técnicas assumidas no caráter da produção, também ao longo do século XX, como a divisão internacional do trabalho, etc. Contudo, Kergoat (2009) argumenta que esta divisão é muito mais complicada do que parece ser. A história da sociologia do trabalho universalizou a classe trabalhadora a um modo, que, a divisão sexual do trabalho e a supremacia do trabalho assalariado sobre o trabalho doméstico tornou-se um empecilho para a própria classe trabalhadora analisar sua condição e repensar sua consciência.

As condições em que vivem homens e mulheres não são produtos de um destino biológico, mas, sobretudo, construções sociais. Homens e mulheres não são uma coleção – ou duas coleções – de indivíduos biologicamente diferentes. Eles formam dois grupos sociais envolvidos numa relação social específica: as relações sociais de sexo. Estas, como todas as relações sociais, possuem uma base material, no caso o trabalho, e se exprimem por meio da divisão social do trabalho entre os sexos, chamada, concisamente, de divisão sexual do trabalho. (KERGOAT, 2009, p. 67).

Para a autora, as antropólogas feministas foram as primeiras a abrirem as portas de um novo conteúdo às relações de trabalho, no âmbito das tarefas consideradas não-trabalho, as tarefas domésticas na categoria da classe. Segundo ela, utilizada em outras disciplinas, como: “História e Sociologia, a divisão sexual do trabalho adquiriu, nessas pesquisas, o valor de um conceito analítico” (KERGOAT, 2009, p. 67). A divisão sexual do trabalho é, portanto, “a forma de divisão do trabalho social decorrente das relações sociais de sexo” (KERGOAT, 2009, p. 67). A cada época ela aparece de uma determinada maneira, nos diferentes modos de produção, e institui como características essenciais “a destinação prioritária dos homens à esfera produtiva e das mulheres à esfera reprodutiva, e, simultaneamente, a ocupação pelos homens das funções de forte valor social agregado (políticas, religiosas, militares, etc.)” (KERGOAT, 2009, p.68).

Isso significa, em outras palavras, o princípio da separação e da hierarquização. Separação, enquanto existência de trabalho de homens e trabalho de mulheres. Hierarquização, enquanto atribuição de valor sobre o que é trabalho de homem e o que é trabalho de mulher. Em suma, o trabalho de homem *vale mais* do que o trabalho da mulher. Kergoat (2009) considera que esta separação e hierarquização se apresentam em todas as sociedades conhecidas, na humanidade, no tempo e no espaço. Segundo a autora, nem todos acreditam não ser desde sempre assim. A primeira opção, segundo ela, de dizer que existe desde o princípio da humanidade, levar-nos-ia, automaticamente, a concluir que estas condições são inerentes ao ser humano, e, portanto, provenientes de uma ideologia naturalista, ou seja, fruto da condição biológica humana. A segunda opção permite-nos teorizar em

termos da divisão sexual do trabalho, ao afirmar que “práticas sexuadas são construções sociais, elas mesmas resultados de relações sociais” (KERGOAT, 2009, p. 69). Tudo isto aconteceu como num efeito cascata, depois que a família, como entidade natural e biológica se desfez para surgir, teoricamente, como lugar do exercício de um trabalho, em seguida foi a esfera do trabalho assalariado visto, até então, enquanto trabalho produtivo, sendo a figura do trabalhador enquanto masculino, qualificado, branco, que foi caindo.

Por relações sociais de sexo extraímos o conceito de Hirata e Kergoat (2009), como sendo uma tensão que atravessa um campo social. Esta tensão cria certos fenômenos sociais e desemboca em grupos de interesses antagônicos. Com a finalidade de análise sobre o trabalho, estes grupos separam-se entre grupos de homens e grupos de mulheres, dos quais “não são em nada passíveis de serem confundidos com a dupla categorização e biologizante de machos-fêmeas”. Estes grupos se encontram em permanente tensão, segundo as autoras, em torno do “trabalho e suas divisões” (Op. Cit., p. 71). Tornam-se assim, expressões indissociáveis as relações sociais de sexo e a divisão sexual do trabalho. Uma decorre da outra.

Trata-se, portanto, de compreender como, historicamente, as relações sociais tomaram corpo nas instituições e legislações (o casal, a família, a filiação, o trabalho, o Código Civil, etc.) que têm por função cristalizar tudo (SCOTT, 1995), e também expor novas tensões geradas na sociedade para compreender como se deslocam, para que se possa, ao mesmo tempo, em que se analisa a realidade, também pensar a sua transformação (KERGOAT, 2009).

Capítulo 3 – “A NOSSA LUTA É TODO DIA! SOMOS MULHERES E NÃO MERCADORIA!” – O cotidiano como perspectiva de denúncia/anúncio feminista

Neste capítulo iremos tratar dos processos de contradição e mediação de nosso fenômeno – a Marcha Mundial das Mulheres (MMM). Ao mesmo tempo em que as mulheres entrevistadas da MMM denunciam suas realidades e se colocam diante dos problemas e conflitos, também anunciam um projeto social distinto deste que vem se apresentando na realidade do dia-a-dia. Este projeto social capitalista como temos visto, lida com o cotidiano das mulheres e as diversas situações conjunturais das desigualdades, mas também, ainda que seja contraditório, possibilita uma organização da sociedade com novas propostas, tendo em vista que a violência e a opressão são fatos irrefutáveis.

O cotidiano é o espaço temporal, portanto, que irá contribuir para a compreensão de nossas análises, pois é nele que a opressão contra as mulheres se manifesta, e, ao mesmo tempo, é nesse reconhecimento das mulheres entre si que a história da opressão se forja ao longo dos séculos.

Por esta razão, iremos tratar a seguir do forte significado que existe na vida das mulheres a respeito de suas participações cada vez maiores – se comparadas à história – no que diz respeito à autonomia econômica, enquanto pessoas que lutam e se tornam cada vez mais sujeitos de sua própria história. Contudo, é necessário que haja uma especificação das relações possíveis entre trabalho/capital/gênero/classe/raça para que compreendamos a realidade que pretendemos focalizar.

3. 1 – A autonomia econômica das mulheres

Compreendemos por autonomia econômica, a possibilidade, conquistada ao longo da história, de uma mulher ser responsável pelo seu próprio sustento. Nesse processo, as mulheres sempre contribuíram com seu trabalho, mas nem sempre este trabalho ganhou valor reconhecido ou valor financeiro, ou, ainda, nem sempre foi possível imaginar que esse trabalho daria condições de garantir sua existência independente de outras pessoas. Apesar de

vivermos um modelo econômico que não prevê espaço para todos, nem homens, nem mulheres, na prática, o capitalismo foi o modo de produção em que a luta das mulheres trabalhadoras mais conseguiu dar voz às suas necessidades, em especial, a de garantir seu sustento através do trabalho para além do cuidado da casa e da família. De modo contraditório e exploratório, seja nas fábricas, seja nos serviços em geral, as mulheres passaram a ocupar mais espaços. Através desta saída da mulher para o “mercado de trabalho” (porque no “mundo do trabalho” as mulheres sempre estiveram e nunca deixaram de estar), muitas mulheres puderam deixar de depender de seus cônjuges ou familiares, o que pouco a pouco foi lhes permitindo fazer mais escolhas e até mesmo lutar por uma maior participação na política e na vida da sociedade em geral.

Contudo, é interessante retomar o que pensavam socialistas feministas, como Kollontai (1979), há quase cem anos atrás, sobre essa contradição apresentada entre mulher e trabalho no capitalismo. A autora fazia severas críticas ao que poderia estar restando das famílias fortes e estruturadas, anteriores à entrada da mulher na fábrica e no operariado. Considerava que, com a entrada das mulheres engrossando a fila dos assalariados, o esgotamento da mulher acontecia na vida doméstica, por ter de chegar à sua casa e ainda ser responsável pela alimentação, higiene e educação dos filhos. Como alternativa dessa realidade posta, ela apresentou a transição para a sociedade comunista, como saída, onde o Estado teria a responsabilidade educativa sobre os filhos e os trabalhos domésticos seriam realizados por grupos nas comunidades. Haveria lavanderias, restaurantes comunitários, etc. Sugere a autora que:

A casa individual está em perigo e está para ser substituída cada vez mais pela casa coletiva. Em breve, a operária já não poderá tratar da sua casa; na sociedade comunista de amanhã, este trabalho será realizado por uma categoria especial de operárias, que apenas farão isso. As mulheres dos ricos emanciparam-se há muito tempo destas fadigas aborrecidas e ingratas. Por que continuará a operária a ser submetida a este trabalho? Na Rússia dos Soviéticos, a vida das operárias deve ser cercada das mesmas comodidades, da mesma luz, a mesma higiene e da mesma beleza de que se cercaram até agora as mulheres ricas. Numa sociedade comunista, a operária não deverá ocupar as suas horas de ócio, demasiado raras, cozinhando já que na sociedade comunista haverá restaurantes populares e cozinhas centrais, onde todos poderão ir tomar as suas refeições (KOLLONTAI, 1979, p. 53).

É interessante perceber nesta passagem, o quanto a ideia da autora era revolucionária e visionária para a época, pois esta premissa dizia respeito a toda uma engrenagem social, de modo que, no capitalismo, se acontecesse algum transtorno, seria necessária uma providência para que o esgotamento da operária tivesse uma solução. Apresenta ainda, a ideia de que,

numa sociedade comunista, as famílias seriam comuns, ou seja, o núcleo egoísta e individual de cada um cuidar só do que era seu, desapareceria, e todos ajudariam nos cuidados de todos.

No entanto, sobre trabalho doméstico e trabalho assalariado das mulheres, aparece uma questão que, para a época, não foi levantado por Kollontai, que era a possibilidade de estabelecer que o trabalho doméstico e de cuidados (da família) não eram inerentes às mulheres. Curiosamente, esta ideia de divisão de tarefas entre homem/mulher, não aparece em nenhum texto mais antigo sobre o tema. Essa possibilidade é uma perspectiva mais moderna do feminismo, pois à época de Kollontai, ou até mesmo de Engels, não se previa o quanto a contradição do sujeito “assalariado” poderia vir a trazer algum tipo de libertação feminina. Pelo contrário, apenas parecia que ser assalariado seria uma escravização a mais e a solução estaria na organização da sociedade comunista. Procurando alguma escrita que dissesse que estes trabalhos deixassem de ser apenas das mulheres – mesmo que numa sociedade comunista – não encontrei. Pelo contrário, há, nas obras consultadas, um reforço à ideia de que os grupos de mulheres fariam estes trabalhos, coletivamente, de modo a tirar a carga sobre os ombros da operária, enquanto indivíduo. Para a época, isto seria revolucionário, para os dias atuais as coisas mudaram de figura e o feminismo ultrapassou as previsões de outrora.

Contudo, ao passar dos anos e com a entrada da mulher no mundo “assalariado”, as mulheres seguiram fazendo o trabalho relativo ao cuidado, mas conseguiram ampliar as suas escolhas, ainda que não muito, após poderem sustentar-se sozinhas sem o apoio restrito dos homens assalariados. A contradição que se põe no capitalismo em relação à sobrecarga de trabalho da mulher e ao trabalho doméstico, ao longo do século passado, foi se redefinindo. Se fosse para unir o que disse Kollontai com o que diriam os estudos de trabalho doméstico nos dias atuais, ou até mesmo com as bandeiras pelas quais lutam os movimentos feministas atuais, a teoria seria de que “grupos de trabalho mistos fariam o trabalho doméstico” da classe operária. Descolar a mulher da suposta “inerência” ao trabalho doméstico é uma premissa que vem ganhando cada vez mais força e, na medida em que avançam as teorias e as lutas por este rumo, tanto mais se coloca em cheque essa sobrecarga feminina – ou *escravatura da mulher* (KOLLONTAI, 1979), mas que ainda está longe de ter um fim. Mesmo assim, o capitalismo, dentro das suas contradições, segue sendo um sistema de exploração do trabalho, seja do homem, seja da mulher, seja qual for o trabalho, como veremos a seguir.

Já sobre a premissa que distingue trabalho enquanto ‘mercado de trabalho’ e trabalho como ‘mundo do trabalho’ tem sua base filosófica na ontologia marxista, ao afirmar que o trabalho é um processo de relação entre o homem e a natureza:

Antes de tudo, o trabalho é um processo de que participam o homem e a natureza, processo em que o ser humano, com sua própria ação, impulsiona, regula e controla seu intercâmbio material com a natureza. Defronta-se com a natureza como uma de suas forças. Põe em movimento as forças naturais do seu corpo – braços e pernas, cabeça e mãos –, a fim de apropriar-se dos recursos da natureza, imprimindo-lhes forma útil à vida humana. Atuando assim sobre a natureza externa e modificando-a, ao mesmo tempo modifica sua própria natureza. (MARX, 2008, p. 211)

De acordo com os estudos de Mészáros (2009) sobre as obras de Marx e Lukács, o trabalho, na sua dimensão ontológica, é uma mediação de primeira ordem. Sendo o trabalho uma mediação de primeira ordem, a forma como este se apresenta em diferentes modos de produção são mediações de segunda ordem. O trabalho põe em movimento a materialidade da vida de forma natural, o que liga o ser humano produtor com seu próprio produto, não sendo este processo estranho a ele, ou seja, alienado da sua produção. Partindo da dimensão ontológica, pode-se então relacionar esta prática humana com seu modo de produção da vida. Para compreender os fenômenos sociais na contemporaneidade não podemos prescindir das mediações de segunda ordem, segundo Mészáros (2009).

O modo capitalista que rege o mundo do trabalho, atualmente, é um acúmulo de outras formas históricas do modo de produção. Não necessariamente melhor ou pior que as outras formas, mas necessariamente excludente e exploratório na intervenção humana com a natureza e com os seres humanos entre si. Contudo, cabe apresentar a contradição e conectar Marx (2008) à epistemologia feminista que vai na própria fonte do filósofo alemão, para dar sentido ao *trabalho*, e extrapola seu legado fazendo as delimitações de sexo à polissemia do trabalho. Hirata e Zarifian (2009, p. 252) ressaltam a importância de estarmos atentos nas categorizações de trabalho, tendo em vista que o *sujeito do trabalho – o homem – é apresentado nessa definição como universal: de fato é o masculino que é elevado a universal* (em itálico pela autora da tese). Assim, cabe-nos refletir sobre como abordar a divisão sexual do trabalho, também em sentido ontológico. Segundo publicação do caderno da SOF, intitulado *Perspectivas feministas para a igualdade e autonomia das mulheres* (2012, p. 5), tem-se que:

[...] a opressão das mulheres se estrutura no atual sistema capitalista, que é também patriarcal e racista. Essa compreensão geral sobre a opressão atualiza a elaboração sobre os mecanismos machistas da sociedade de mercado, que aprofundou a divisão sexual do trabalho e, para que ela seja garantida, impõe um modelo de feminilidade baseada na subordinação das mulheres, no controle dos nossos corpos, sexualidade e comportamento.

Podemos dizer que a categoria *trabalho*, no seu sentido ontológico, delimitada pela divisão sexual, condiciona o *ser mulher* no atual estágio da sociedade capitalista. O reflexo da vida concreta, portanto, na forma das ideias, conduz, e muitas vezes, condiciona historicamente a ação e a intervenção humanas. Isso significa dizer que, segundo a perspectiva de Marx, apontada por Frigotto (2009), não é a consciência, a teoria e a linguagem que criam a realidade, mas elas são produzidas dentro e a partir de uma realidade histórica, sendo e tornando-se, porém, elas mesmas parte dessa realidade. Assim, Marx e Engels (2008) compreendem que nenhuma ideia, preconceito, ideologia ou teoria deve deixar de ser examinada, já que todas elas se configuram como elementos constitutivos da realidade e partem de uma determinada práxis, sejam alienadas ou críticas. Construir uma epistemologia feminista perpassa por essa lógica, reinventando as ideias, preconceitos, ideologias ou teorias, agregando-as e não descartando, em absoluto, o que foi construído pelo pensamento histórico do homem, nem mesmo sobre os sentidos do trabalho.

Apresentando em linhas gerais a categoria *trabalho* em Marx, passamos a pensar agora o que a autonomia, relacionada ao trabalho, pode trazer de transformador à realidade das mulheres. Mais especificamente, a autonomia possível inserida dentro do capitalismo, no qual as/os trabalhadoras/es vendem o que tem a oferecer em troca da sobrevivência: a sua força de trabalho. Diante da historicidade do fenômeno, podemos perceber que o capitalismo aparece na cena mundial de modo contraditório: por um lado, abre brechas para que uma resistência coletiva de mulheres se organize; por outro, reordena novamente os “personagens” históricos em seus “papéis” e trava uma luta para que estes papéis sejam naturalizados.

No caso da luta das mulheres, o papel da mulher aparece enquanto provedora dos cuidados e do lar, ao mesmo tempo em que atribui a ideia “libertadora” de oferecer, a algumas mulheres trabalhadoras, a possibilidade de se integrar à vida pública, oferecendo-lhes oportunidades de trabalhos flexíveis, muitas vezes, precarizados e de baixos salários, de modo geral, inferiores aos oferecidos aos homens para funções semelhantes. O plano capitalista é, por sua vez, contraditório – como todo fenômeno – na medida em que, de fato, nunca houve tantas mulheres fora de casa trabalhando e recebendo salário e, por outro lado, a perspectiva ideológica de que a sociedade está caótica e violenta recai, mais uma vez, sobre as mulheres, pois uma família com núcleo “desorganizado” é por conta de tais novidades (MÉSZÁROS, 2009). Ao mesmo tempo em que trabalhar de forma assalariada propõe uma nova mulher, este plano também a pune.

Às vezes eu me sinto emancipada pelo simples fato de eu trabalhar e ter autonomia econômica. De outra forma, quando eu fico olhando para minha própria vida, eu

acho que não sou emancipada do ponto de vista emocional com algumas estruturas sociais. Então eu acho que a liberdade completa... Não sei se ela existe de fato, mas quando a gente dá um passo para a emancipação econômica já é bem importante e acho que hoje as mulheres ainda não conseguiram essa emancipação do ponto de vista econômico. Para mim, a emancipação e a liberdade ela se dá principalmente por a gente trabalhar e ter condições de subsidiar minimamente a vida em outros aspectos. (Militante 4).

O germe da possibilidade da liberdade aparece nesta fala, enquanto *autonomia econômica*. A transformação pela via econômica pode não ser um elemento dado, mas é uma construção de novas possibilidades. Paulo Freire (1996; 2000) traz para nossa pesquisa neste sentido, uma possibilidade de denúncia/anúncio, e, no caso da militante entrevistada, uma porta aberta para efetivas mudanças. É interessante perceber nesta fala o quanto a liberdade econômica ainda não é o suficiente, mas o quanto ela é capaz de modificar as coisas de lugar.

Eu casei muito jovem por opção. Morei junto. Depois me separei. E era muito louco, porque teve um período da minha vida que eu trabalhava muito mais que meu companheiro, mas eu trabalhava num estabelecimento que era dele e da mãe dele. Eu administrava o estabelecimento. Só que eu nunca vi a cor do dinheiro. O dinheiro era nosso, entendeu? Porque saía do nosso bar, era nosso. Só que o dinheiro nunca vinha na minha carteira. Se eu quisesse ir lá comprar um vestido não tinha. Eu nunca via, nunca sabia. Eu administrava a parte mais logística do bar, não a financeira. Então eu nunca sabia o que podia ou não podia fazer, a gente estava sempre no vermelho. Ele gastava desesperadamente em coisas que não podia, enfim, eu não tinha controle da minha vida financeira. Isso era horrível. Eu não me sentia livre pra poder tomar as minhas decisões. Eu sempre trabalhei, trabalho desde os 16 anos. Então foi um período muito ruim. A gente ficou seis anos juntos e depois quando eu fui ter o meu bar durante três anos, mas durante dois anos que eu estava com meu bar eu voltei a pagar as minhas coisas. Mas claro que tiveram outras coisas que me impulsionaram a me separar, pois era uma relação abusiva assim. Ele não era agressivo fisicamente, mas psicologicamente era. Esse ponto me fez sair dessa relação, saber que eu tenho minhas contas para pagar e tal. Eu acho que a parte financeira é a parte que mais nos traz liberdade de escolha sobre nossa vida. (Militante 5).

A jovem de 27 anos reflete, nesta fala, algo semelhante a da Militante 4, no que diz respeito a algo de seus cotidianos, mas que fizeram-lhes toda a diferença: a autonomia econômica. Ainda que seja restrita, talvez baixa, ou sob qualquer condição que seja ela, receber seu próprio dinheiro significa ser capaz de materializar sua existência, em qualquer sentido que se queira dar. A Militante 4 reflete não ser “emancipada emocionalmente”, enquanto mulher, mas como a Militante 5 expressa o quanto o passo da autonomia financeira, em nosso modo econômico-político, cumpre um papel que abre possibilidades e “libertam” nem que seja de uma forma bem relativa. Segundo artigo⁵⁵ de Bila Sorj e Adriana Fontes

⁵⁵ SORJ, Bila; FONTES, Adriana. Políticas públicas e a articulação entre trabalho e família. In FARIA, Nalu; MORENO, Renata (orgs). *Cuidado, trabalho e autonomia das mulheres*. São Paulo: SOF, 2010.

(2010, p. 58) que estudam a relação entre *políticas públicas, trabalho e família*, as autoras relatam que:

Há uma correlação positiva entre participação no mercado de trabalho e autonomia, uma vez que o aumento, sob condições favoráveis, do nível de emprego das mulheres permite diminuir a dependência econômica destas em face dos homens, em sociedades cuja existência está fortemente mediada pelo mercado.

Contudo, as mulheres, ainda que estejam conseguindo adentrar em muitos lugares por intermédio do trabalho assalariado ou de qualquer ofício remunerado, e não mais somente o trabalho não-assalariado dos cuidados e domésticos, vêm enfrentando alguns problemas, especialmente os que se referem à precarização do trabalho, no mundo capitalista globalizado. Se as mazelas do capitalismo atingem, mais fortemente, a população empobrecida, especialmente os que estão desempregados, sem dúvidas que, desta população, as primeiras atingida são as mulheres, como veremos no subcapítulo a seguir.

3.1.2 – A flexibilização do capital e as mulheres trabalhadoras no mundo capitalista atual

Conheci quando a MMM em 2000 fez uma ação no Brasil, através de uma companheira nossa. Ela me apresentou, deu material, me identifiquei muito com a MMM. Eu não sabia até o momento estar em outro movimento que não fosse a MMM porque tudo aquilo que eu acredito e defendo tem na MMM e a MMM nos fortalece muito. A gente está vivendo um momento muito difícil de desestrutura, essa instabilidade estrutural que a gente está vivendo no país, o próprio sistema, na verdade o sistema capitalista, não é o Brasil. É fruto de todo sistema. E a gente está vivendo isso, o reflexo disso. Então para nós inclusive essa Ação (Ação Internacional de 2015 que estava ocorrendo na cidade da entrevistada) vai nos fortalecer e nos anima mais para que nós possamos de fato a lutar e conquistar nossos direitos. (Militante 3).

Para analisarmos a relação da mulher com o capitalismo e suas flexibilizações, precisamos, primeiramente, pensar sobre o que são estas *flexibilizações*. Para chegarmos a um entendimento do que são *flexibilizações* no capitalismo, especialmente no que concerne ao *trabalho humano*, precisamos compreender a perspectiva de entendimento sobre o próprio capitalismo. Os estudos acadêmicos e artigos dispostos a analisar fenômenos sociais contemporâneos não têm podido prescindir de realizar análises conjunturais das etapas e desenvolvimentos do capitalismo. A cada momento este modelo de produção vem se apresentando com distinções nos diversos lugares, porém, com um projeto cada vez mais articulado e planejado, ou seja, capaz de ter atuação e expansão em seu próprio benefício, o que é cada vez mais contundente. Segundo Novack (2008, p. 40):

O capitalismo é um sistema econômico mundial. Nos últimos cinco séculos se desenvolveu país a país, de continente a continente, e passou através das fases sucessivas do capitalismo comercial, industrial, financeiro e capitalismo estatal monopolista. Cada país, mesmo que atrasado, foi levado à estrutura das relações capitalistas e se viu sujeito às suas leis de funcionamento. Enquanto cada nação entrou na divisão internacional do trabalho sobre a base do mercado mundial capitalista, cada uma participou de forma peculiar e em grau diferente na expressão e expansão do capitalismo, e jogou diferente papel nas distintas etapas de seu desenvolvimento.

O autor expressa a ideia de que, ao longo do tempo, o capitalismo foi recebendo diferentes nuances em diferentes lugares do mundo, mas que, não necessariamente, significa que um lugar seja uma etapa anterior ao outro. Pelo contrário, a existência de diferentes formações, locais mais ou menos industrializados, mais ou menos empobrecidos, ou desproporcionalmente ‘desenvolvidos’, fazem parte de um todo atribuído com base na *Lei do Desenvolvimento Desigual e Combinado* de Leon Trotsky (1985). Esta lei dialética expressa que:

Todo avanço histórico se produz por um crescimento mais rápido ou mais lento das forças produtivas neste ou naquele segmento da sociedade, devido às diferenças nas condições naturais e nas conexões históricas. Essas disparidades dão um caráter de expansão ou compressão a toda uma época histórica e conferem distintas proporções de desenvolvimento aos diferentes povos, aos diferentes ramos da economia, às diferentes classes, instituições sociais e setores da cultura. Esta é a essência da lei do desenvolvimento desigual. [...] as características de uma etapa inferior de desenvolvimento social se misturam com as de outra, superior. Essas formações combinadas têm um caráter altamente contraditório e exibem acentuadas peculiaridades. Elas podem desviar-se muito das regras e efetuar tal oscilação de modo a produzir um salto qualitativo na evolução social e capacitar povos que eram atrasados a superar, durante certo tempo, os mais avançados. Esta é a essência da lei do desenvolvimento combinado. (NOVACK, 2008, p. 18).

Com isso, a *Lei* expressa que a forma apresentada pelo capitalismo, por exemplo, na América Latina, não é a mesma e nem poderia ser, na Europa ou na América Anglo-Saxônica. Contudo, essa combinação no ‘desigual’ apresenta, no capitalismo, a interdependência existente entre os países de capitalismo *tardio*, ou ainda não fortemente industrializados, como ocorre com os países identificados como “em desenvolvimento”, ao quais estão em atraso com relação aos países ditos ‘desenvolvidos’. As relações sócio-históricas de colônias dependentes e semicolônias que ainda perduram até hoje, dizem muito sobre essas interdependências e essas combinações na engrenagem e andamento sistêmico do capital. Segundo Novack (2008), o capitalismo possui “causas iguais e efeitos diferentes. As mesmas causas básicas podem conduzir a resultados muito diferentes e até opostos” (NOVACK, 2008, p.42).

A ideia de desenvolvimento ‘desigual e combinado’ remonta ao que expusemos em subcapítulo anterior, no que diz respeito à lei dialética materialista da ‘interpenetração dos opostos’, tendo em vista que dois processos diferentes unem-se dentro de um mesmo fenômeno. Na análise anterior, discorremos a respeito da capacidade existente do capitalismo, na vida das mulheres, ser, ao mesmo tempo, exploratório, e, no mesmo processo, possibilitar a sua libertação. Assim também pode ser analisado nas suas diferenças/semelhanças em distintos lugares. A teoria exposta na obra *A revolução permanente* de Trotsky (1985) interpretada por Novack (2008) possibilita compreender esta ação contraditória exercida pelo capitalismo, na América Latina e mais especialmente no Brasil.

Em nossa epistemologia feminista, a perspectiva agregada ao capital, ao sistema de mercado globalizado, às políticas de ajuste dos organismos internacionais, à conjuntura neoliberal que se fortalece nos anos 1990, reflete uma série de modificações para a realidade na vida das mulheres latino-americanas. Assim, para falar em sistema econômico em relação às mulheres, podemos dizer que os anos de 1990 marcam, para o feminismo mundial, uma expressiva feminização da pobreza (FARIA; MORENO, 2010). Segundo estas duas autoras, a feminização da pobreza torna-se visível quando se observa que a mesma está associada a uma entrada massiva de mulheres no mundo do trabalho, em empregos precários, bem como do significativo aumento das mulheres tornadas chefes de família.

Entre as bases sobre os quais o neoliberalismo se estruturou, está um modelo de reprodução baseado na utilização do tempo e do trabalho das mulheres como recurso inesgotável, ao mesmo tempo em que se implementavam políticas de ajuste e redução do Estado. Isso se dava a partir da tentativa de estabelecer uma dicotomia entre o econômico e o social, empurrando para o social várias questões econômicas tais como o desemprego e a pobreza e, em particular, tudo o que se refere às mulheres. (FARIA, MORENO, 2010, p. 8).

Neste desenvolvimento de estruturação neoliberal, especialmente nos países da América Latina, as mulheres iniciaram movimentos de resistência com as políticas de ajuste neoliberais, sendo uma das chamadas da unidade feminista da época, a luta contra a Área de Livre Comércio das Américas (ALCA). A força do capitalismo em fase de consolidação mundial, no pós-Guerra Fria, apresentou, com todas as suas armas, seus métodos para mostrar como estava vindo para ficar. Em nossa realidade, a ALCA representou, ao mesmo tempo em que os reflexos do que seria um planeta de capital global em favor dos mais fortes, também mostrou a capacidade regenerativa dos Movimentos Sociais Populares, utilizando-se de instrumentos, da própria globalização, para sua organização e resistência em rede.

A campanha contra a ALCA envolveu militantes de vários movimentos sociais no Brasil. Através da mobilização e da educação popular gerada com a Campanha, fomos desmascarando o acordo, que buscava consolidar a exploração imperialista em nome do desenvolvimento. Em 2002, o plebiscito popular organizado pela Campanha resultou em mais de 10 milhões de votos contra o livre comércio e o imperialismo. As mulheres nos movimentos mistos e o movimento de mulheres organizado tiveram um papel importante neste processo. (SOF, 2006, p. 5).

Com intensas mobilizações populares dos movimentos sociais, de norte a sul, onde a MMM pode ser elencada como um destes movimentos que realizaram trabalhos de base sobre o tema, as negociações dessa área de livre comércio ficaram estagnadas. Contudo, a luta sobre o livre comércio não cessou e as especificidades da forma como se apresentam as políticas dos organismos internacionais, que trocam empréstimos por privatizações de empresas públicas, segue acontecendo.

Hoje, um dos setores sociais mais ativos na luta para impedir esses acordos e tirar a OMC dos trilhos é o das camponesas e dos camponeses, comunidades de pesca e pequenos agricultores. Estes setores e comunidades são responsáveis pela produção da maior parte dos alimentos que chegam às mesas de quem trabalha no mundo todo e veem seu modo de vida ameaçado pelo livre comércio. (SOF, 2006, p.7).

Por estas razões, quando se fala na precarização do trabalho e na *flexibilização* do capital, estamos nos referindo, primeiramente, à vida das mulheres, porque, diante do cenário exposto até o momento, além do planejamento incessante do capital de se expandir e obter cada vez mais lucro para as multinacionais, e para aplicar nas bolsas de valores, ele também vive crises cíclicas nas quais as primeiras atingidas são as mulheres. Seja no campo, seja na cidade.

Ouvimos de companheiras do Brasil, de países andinos, africanos e da Ásia como as mulheres estão sendo usadas nesse processo de entrega do mundo às empresas transnacionais. Elas estão perdendo seus quintais e lavouras, perdendo autonomia e sendo forçadas a entrar cada vez mais como mão-de-obra barata nas agroindústrias e fábricas baseadas na superexploração do trabalho. Elas estão cada vez mais sobrecarregadas com o cuidado de crianças e doentes porque as políticas neoliberais acabaram com os poucos serviços públicos a que um dia elas tiveram acesso. (SOF, 2006, p. 8).

Como previsto anteriormente por Kollontai (1979; 2011), as mulheres estariam cada vez mais expostas aos trabalhos precários e à descoberta de uma nova mão-de-obra assalariada barata. Essa seria a forma negativa de apresentar o avanço do capitalismo sobre a situação das mulheres, que vai além das fábricas, penetrando também no campo e no modelo industrial proposto ao campo, através das políticas neoliberais definidas para e pelo agronegócio através de uma suposta modernização da agricultura. As brechas para a utilização desta globalização

em favor das populações mais pobres parecem, a cada dia, mais difíceis, mas ainda não deixaram de existir e estas populações jamais deixaram de se organizar.

Já na precariedade de trabalho das mulheres da cidade, alguns elementos são interessantes de trazermos para as nossas análises. Como mostramos anteriormente, as mulheres estão no centro do trabalho dos *cuidados*. Contudo, estudos (SORJ; FONTES, 2010) apontam que há uma insustentabilidade no modelo dominante capitalista, que é responsável pela atual *crise dos cuidados* (FARIA, MORENO, 2010). Esta crise, segundo elas, é uma parte da crise da economia capitalista. Como solução dessa crise, o capitalismo aponta para “respostas de mercado, a começar pela agregação de mais tecnologia e de acesso a bens e serviços privados. Complementarmente, outras soluções de mercado procuram apoiar-se em uma globalização dos cuidados, promovendo intensificação da migração feminina Sul-Norte” (FARIA; MORENO, 2010, p. 8-9).

Intensificação da migração feminina Sul-Norte significa falarmos de estudos e pesquisas como as desenvolvidas por Helena Hirata, a respeito da precarização do trabalho das mulheres existentes nas teorias *Care*. Teoria *Care*, segundo Hirata (2010) é um termo dificilmente traduzível, porque é polissêmico. “Cuidado, solicitude, preocupação com o outro, estar atento a suas necessidades, todos esses diferentes significados estão presentes na definição de *Care*” (HIRATA, 2010, p. 43).

Especialmente no mundo anglo-saxão, as pesquisas em sociologias do trabalho e economia começaram a produzir conhecimentos sobre os “serviços às pessoas na realidade atual, tanto no mundo ocidental quanto nos países asiáticos, como no Japão, tanto em países capitalistas desenvolvidos quanto nos países em vias de desenvolvimento, como no Brasil” (HIRATA, 2010, p. 44). Isto porque o *care work* ou o trabalho do *care* diz respeito aos trabalhos realizados principalmente pelas mulheres, o que remonta à divisão sexual do trabalho, já mencionada anteriormente, e transfere esta divisão para o interior da família, ao estabelecer relações entre trabalhos remunerados e não-remunerados. O *care work* em cenário global, segundo os estudos de Hirata na obra citada, estão modificando cada vez mais os fluxos migratórios de mulheres pobres de países, como Brasil, que vão para países da Europa, ou para EUA ou o Japão.

Esse fluxo fez com que a migração de mulheres tenha se tornado mais importante que a migração de homens nos últimos dez anos. Até dez anos atrás, as migrações masculinas eram majoritárias; os homens iam procurar emprego em outros países, deixando mulheres e filhos nos países de origem. [...] No Brasil o quadro é maior de migração interna do que migração internacional, sobretudo que parte dos estados do Nordeste em direção aos estados do Sudeste. (HIRATA, 2010, p. 52).

Assim, a globalização da mão-de-obra *care* e a profissionalização desse trabalho dos cuidados é uma grande controvérsia, porque, visto de um lado, oferece um baixo salário por um trabalho historicamente feito por mulheres, e, visto de outro, explora-as ainda mais, além de expô-las a situações adversas. Traz à luz a possibilidade de vislumbrar, também, que o trabalho doméstico e dos cuidados, no capitalismo, não deixa em nenhum momento de ser das mulheres da classe trabalhadora, apenas apresenta novas formas de exploração. A “importação” ou a negação histórica da mulher burguesa, de realizar estas tarefas, permite, em momentos de crise, como o atual, delegar à mulher trabalhadora o trabalho que caberia àquela. Em momento algum aparece que este trabalho não pertence às mulheres. Apenas umas podem pagar para que outras o façam, enquanto outras precisam fazer o seu próprio trabalho doméstico e mais o que determina seu emprego. Este termo “care” aparece em Hirata (2010), tanto em relação à sua crítica sociológica de trabalho, quanto em relação à necessidade de que todas as pessoas, homens e mulheres, devem prescindir de uma moral “care”, ou de uma moral no âmbito dos cuidados.

Se analisarmos a ideia do “care” trazida por Hirata (2010), iremos nos deparar com toda a base sociológica da precarização do trabalho e dos baixos salários atribuídos a todos os empregos relativos aos cuidados. Mais uma vez o capitalismo dá a volta nas suas próprias ameaças, se reconfigura e surge com força total. Se as mulheres queriam, em massa, entrar para o mercado de trabalho, o trabalho mais acessível, aceitável, e não tão caro assim, são os ofícios relativos aos cuidados. Desde cuidadoras de crianças e idosos, até profissionais da saúde, da limpeza, da higiene, perpassando por algum tipo de funcionárias públicas e, na atualidade, chegando vigorosamente no setor de serviços que remunera com os salários mais baixos os seus trabalhadores. Com esses trabalhos, aparecem também trabalhadores flexíveis, que nem sempre conseguem vagas em trabalhos regulamentados e, muitas vezes não têm acesso a garantias de nenhuma espécie. Tudo em nome de conseguir algum tipo de renda no fim do mês, em geral, para manter-se e à família.

A literatura feminista contemporânea ressalta que o processo de globalização favoreceu o emprego feminino, tanto nos países ditos centrais como na periferia. Mas estes postos de trabalho são precários e acentuaram a divisão sexual do trabalho, tanto nos aspectos de gênero, como de classe e raça. Houve uma retração do Estado do Bem-Estar nos aspectos da proteção social, como dos serviços públicos. (MELO; SABATTO, 2011, p. 56)

Curiosamente, estes empregos, trabalhos, “bicos”, são os que menos possuem ganhos reais com relação a aumentos salariais, são, de modo geral, as maiores vítimas de retrocessos

nas leis, como, por exemplo, a legislação do plano de carreira dos professores do estado do Rio Grande do Sul, onde tramitam retiradas de direitos históricos conquistados, com um pacote do governo ao poder legislativo, que atinge diretamente as mulheres gaúchas. Tem sido noticiado, amplamente, no estado/RS, além do atraso, o parcelamento do trabalho dos professores das escolas públicas. De acordo com o sindicato estadual dos professores – Centro de Professores do Estado do Rio Grande do Sul – CPERS - Sindicato⁵⁶, quanto mais relativo aos cuidados, o trabalho de um profissional da educação, mais baixo é seu salário. No plano da saúde, as profissionais que mais ganham mal são as que o seu ofício se associa aos cuidados mais diretos com a população.

As profissões constantes na amostragem da pesquisa realizada pela Fundação Perseu Abramo, em agosto de 2010, mostram o perfil da mulher trabalhadora brasileira em tempos atuais. Geralmente, tendo relação com a perspectiva dos *cuidados*, o índice de profissões resultante desta pesquisa, em 25 estados brasileiros, mostra o quanto o trabalho da mulher brasileira ainda está ligado a concepções existentes desde a antiguidade. Geralmente são ocupações que pagam menos e não são valorizadas com as dos homens. As profissões citadas em cidades de norte a sul do país, em pesquisa por amostragem, foram as seguintes:

⁵⁶ Disponível em: www.cpers15nucleo.com.br/ Consulta em 08/06/2016.

OCUPAÇÕES DE NATUREZA BRAÇAL/ ENSINO FUNDAMENTAL	47	OCUPAÇÕES TÉCNICAS / ENSINO MÉDIO	35
Empregada doméstica	10	Vendedora/ representante de produtos/ promotora de vendas (c/ ensino médio ou mais)	4
Profissional de limpeza/diarista	6	Secretária	4
Lavadora/ agricultora	4	Auxiliar administrativa/ de escritório	3
Vendedora/ representante de produtos/ promotora de vendas (até ensino fundamental)	3	Costureira	3
Auxiliar de serviços gerais/ servente	3	Microempresária/ Comerciante (c/ ensino médio)	2
Babá	3	Recepcionista	1
Atendente no comércio/ balconista	2	Operadora de caixa/ caixa	1
Manicure	2	Artesã	1
Microempresária/ Comerciante (c/ ensino até fundamental)	2	Professora/ educadora (ensino médio)	1
Cozinheira	1	Cabeleireiro/ Estilista de cabelos	1
Merendeira	1	Operadora de telemarketing	1
Salgadeira	1	Auxiliar de enfermagem	1
Lavadeira	1	Auxiliar de classe/ educação/ ensino	1
Outras ocupações de natureza braçal/ ensino fundamental (Até 5 citações)	9	Telefonista	1
		Técnica em Enfermagem	1
		Outras técnicas/ ensino médio (Até 5 citações)	10
		OCUPAÇÕES DE ENSINO SUPERIOR	17
		Professora/ educadora	7
		Gerente/ Administradora	1
		Estagiária (c/ ensino superior)	1
		Microempresária/ Comerciante (c/ ensino superior)	1
		Enfermeira	1
		Psicólogo	1
		Bancária	1
		Outras ocupações de ensino superior (Até 5 citações)	1
		RECUSA/ NR	1

Qual é a sua profissão ou ocupação principal?

Extraído da Pesquisa Fundação Perseu Abramo e SESC, feita em agosto de 2010, p. 19⁵⁷.

No Brasil, muito embora o ofício do cuidado tenha sido reconhecido como tal desde 2002, as cuidadoras e cuidadores têm um lugar pouco legitimado nas instituições, o que faz com que acabem trabalhando mais com as famílias, restando novamente sujeitos ao não reconhecimento de sua profissão e à degradação salarial. (HIRATA, 2010, p. 50).

Em suma, essas contradições inerentes ao trabalho dos cuidados, num modelo econômico que avança fortemente sobre a exploração das mulheres e cobra uma postura moral e social das mesmas, de modo a serem capazes de manter suas famílias dentro dos padrões, fazem parte de um todo político e econômico. Os apresentados nesta Tese são os diferentes níveis de profissionalização do *care*, contudo, ainda podemos exemplificar o quanto a exploração do trabalho e o fardo dos baixos salários recaem sobre as mulheres. Mas não é só isso:

⁵⁷ Disponível para consulta na íntegra em <http://novo.fpabramo.org.br/sites/default/files/pesquisaintegra.pdf/> Pesquisa feita em 25/05/2016.

É preciso assinalar que esta mulher “*emergente*” mantém uma interdependência entre vida familiar e vida do trabalho, que se fundem numa mesma dinâmica para o sexo feminino. Esta evidência remete à denúncia, pelo movimento de mulheres, da invisibilidade do trabalho feminino e das desigualdades que qualificam sua inserção produtiva (rendimentos inferiores, direitos previdenciários negados, obstáculos aos planos de ascensão a cargos e chefia). (MELO; SABATTO, 2011, p. 53).

Esta pesquisa publicizada em 2011 reflete as relações entre a divisão sexual do trabalho e a pobreza. Hildete Pereira Melo e Alberto Di Sabatto, na obra acima, partem de dados estatísticos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), de 2001 a 2009, para tentar apreender as relações possíveis entre trabalho e pobreza, partindo da questão de gênero. Com sua pesquisa puderam descobrir que, mesmo as mulheres tendo entrado para o ‘mercado de trabalho’, mesmo tendo mais acesso à educação e a métodos contraceptivos, nada disso resultou num efeito real sobre as desigualdades concretas existentes no bem-estar entre homens e mulheres. As mulheres, segundo estes autores, puderam se colocar melhor diante de várias situações, mas em absoluto isto se traduz em avanços significativos, pois ainda refletem apenas pequenos ganhos na busca pela igualdade.

O invisível é desvendado no plano simbólico, quando se caracterizam os afazeres domésticos como trabalho complementar, acessório, de ajuda. No mercado de trabalho, apesar da diminuição da desigualdade de gênero acontecida nas últimas décadas, não foram superados os obstáculos de acesso a cargos de direção e chefia, bem como permanecem ainda diferenciais de rendimentos entre os dois sexos. Há uma nítida relação entre a divisão sexual do trabalho e a pobreza das mulheres; a inserção feminina aconteceu em paralelo com o crescimento das atividades informais, das atividades sem remuneração e aumento das taxas de desemprego. Assim, as mulheres continuam ainda concentradas nos segmentos menos organizados da atividade econômica, são mais submetidas a contratos informais, têm menor presença sindical e encontram-se mais expostas ao desemprego. (MELO; SABATTO, 2011, p. 54).

Daí que os movimentos feministas, forjados na década de 1990, especialmente a MMM, clamavam por uma rediscussão sobre os patamares da pobreza e as políticas de combate a este problema de natureza social. Recaiu sobre o poder do Estado uma exigência contundente de políticas públicas que pudessem garantir um mínimo de suporte sobre as famílias e as mulheres. As conquistas por direitos e por cidadania às mulheres têm aumentado de proporção, assim como aumentam as mulheres que são chefas de família, de mulheres que passam a trabalhar de forma assalariada, bem como de mulheres trabalhadoras que começam a obter maior grau de escolaridade do que em outros momentos da história (MELO; SABATTO, 2011).

3.1.3 – O trabalho tem raça, classe e gênero

Nas bases de uma epistemologia feminista que atenda às demandas de propor novas formas de pensar e de conhecer os fenômenos, as relações entre classe, gênero e raça tornaram-se elementos indissociáveis. Não necessariamente podemos considerá-las como um todo, pois há variações dentro da classe trabalhadora entre as diferentes constituições étnicas. Contudo, na perspectiva da epistemologia que se propõe feminista, com um outro olhar sobre as ciências, podemos considerar a assertiva de Helena Hirata (2014), quando esta considera a *interseccionalidade* e a *consustancialidade* das relações sociais que carregam estes três elementos, conforme foi apresentado no subcapítulo 1. 3. Isso significa dizer que as relações de classe, raça e gênero são interdependentes, mas não podem ser examinadas, necessariamente, dentro de uma fórmula fechada, nem somente de modo interseccional. A noção de interseccionalidade aliada à consustancialidade, proposta por Daniele Kergoat (2009), por sua vez, soma essas relações e as traz, não mais como categorizações analíticas fechadas, mas como relações sociais dinâmicas que precisam estar sempre sendo revisitadas.

Em torno deste tema, mesmo mais de vinte anos depois da publicação de seu texto, a autora norte-americana Patrícia Hill Collins traz ideias interessantes que podemos utilizá-las no campo da epistemologia feminista. Em seu artigo *Em direção a uma nova visão: raça, classe e gênero como categorias de análise e reflexão*⁵⁸, esta autora traz uma base interessante para pensarmos a questão da opressão. Ela diz não ver sentido na hierarquização da opressão.

Para alcançarmos aquele “pedaço do opressor que está plantado profundamente em cada um de nós”, precisamos de, ao menos, duas coisas. Primeiramente, precisamos de novas visões sobre o que é a opressão. Precisamos de novas categorias de análise que incluam raça, classe e gênero como estruturas de opressão distintas, mas imbricadas. Aderir a comparações e hierarquizações de opressões – o proverbial “sou mais oprimido que você” – nos prende em uma perigosa dança em que competimos por atenção, recursos e supremacia teórica (COLLINS, 2015, p. 14).

Segundo ela, em essência, as pessoas classificam qual seu tipo de opressão, e o classificam como o mais fundamental perante as outras opressões, tornando-as mais ou menos importantes. Por isto a autora considera que a opressão, em si mesma, apresenta muitas contradições. Sugere que indaguemos: o que é opressão? Ou, como a opressão se estrutura e se mantém no *locus* da pesquisa (tanto particular quanto geral)? A autora sugere que se redefina a opressão, ao desvelar a conexão entre raça/classe/ gênero. Fruto de análises feitas

⁵⁸ Publicação disponível em MORENO, Renata (org.). *Reflexões e práticas de transformação feminista*. São Paulo: SOF, 2015.

por ela, além de vivenciadas também por ser uma estudante/pesquisadora/mulher/negra, nos Estados Unidos, foi constituindo sua teoria a partir da percepção sobre privilégios e punições, tendo em vista que o oprimido também pode ser alguém que oprime o diferente de si.

Apenas quando percebermos que existem poucos/as que são puramente vítimas ou opressores, e que cada um de nós experimentamos uma variedade de punições e privilégios de um sistema de opressão múltiplo que enquadra nossa vida, estaremos em condição de ver a necessidade de novas formas de pensamento e ação. (COLLINS, 2015, p. 14).

Com isso, acredita que, para organizar o pensamento e a prática, é preciso ter maior clareza a respeito da opressão, mais propriamente de sua dimensão. Um dos exercícios constantes, decorrentes do processo de formação das militantes da MMM, é esse ‘desvelamento’ da condição de opressão. Não somente da condição de sua própria opressão, mas da opressão que uma mesma pessoa, muitas vezes, exerce sobre a outra.

Mesmo tendo debatido o feminismo antes de começar a participar da Marcha, logo no começo nas minhas primeiras formações me peguei pensando que aquele grupo de mulheres era muito diferente umas das outras. Quando participei de momentos anteriores à Marcha onde defendiam mulheres e feminismo, o espírito da solidariedade perante o diferente de mim nunca havia sido tão bem trabalhado e tão forte quanto foi na Marcha. Senti que as mulheres naquelas formações estavam em estágios de ‘colocar-se no lugar da outra’ diferente. Quem participava há mais tempo parecia estar totalmente descolada de alguns preconceitos e as que estavam chegando há pouco ainda estavam precisando fazer muita formação e prática feminista. Foi na Marcha que aprendi de verdade sobre o quanto a mulher negra sofria mais preconceito que a mulher branca, por exemplo. Isso pode ser uma constatação simples para quem vive num meio militante. Porém, às vezes a gente só cita isso ou parece ter consciência disso, mas nem sempre internaliza de fato. Foram nas ações, formações e trocas dentro da Marcha que de fato consegui me dar conta do quanto isso era forte, latente, o quanto não era uma casualidade. Não era exagero. E foi de modo não casual e nem espontâneo, mas de modo educativo, sistemático e organizado, que pude me dar conta efetivamente de que mesmo sabendo o que era a opressão de gênero, eu tinha muitos privilégios cotidianamente exclusivamente por ser uma mulher branca. Assumir isso com essas palavras, para alguém engajada em causas políticas desde sempre, parecia para mim, algo imoral. Contudo, foi percebendo que desvelando esse privilégio numa sociedade racista, um próximo passo para a consciência solidária de gênero e raça poderia efetivamente ser dado sem tanto risco da hipocrisia de quem finge que isso não acontece. (A.P.).

A partir deste despertar feminista na minha vida, mudou muito a minha dinâmica de saber entender as pessoas. De saber compreender as realidades que são diferentes da minha e a não ter práticas que invisibilizem e excluam as pessoas. (Militante 1)

O depoimento da Militante 1 e a Anotação Participante (A.P.) refletem exatamente o que diz Collins, no sentido de um exercício metodológico de avaliar quais as situações de privilégios e punições em dada situação de opressão. Collins expressa que novas maneiras de pensar, quando desacompanhadas de novas maneiras de agir, “oferecem possibilidades

incompletas de mudanças” (2015, p. 15). Na sua concepção, é preciso redefinir essas categorias.

Frequentemente, assumimos que as pessoas com as quais trabalhamos, para as quais ensinamos, com as quais deixamos nossos filhos na escola, que sentam ao nosso lado, vão agir e sentir de maneira predefinida por pertencerem a determinada categoria de raça, classe social ou gênero. Esses julgamentos por categorias têm de ser substituídos por relações completamente humanas que transcendam as diferenças criadas por raça, classe e gênero como categorias de análise. Necessitamos de novas categorias de conexão, novas visões de como podem ser nossas relações com os outros. (COLLINS, 2015, p. 15)

Além de redefinir essas categorias, a autora propõe que se transcendam as barreiras criadas através das experiências com a opressão por raça, classe e gênero, para que se construa outro tipo de coalizões essenciais para transformações sociais de fato. Isso é um tanto quanto desafiador, pois retoma a ideia de pensar a opressão e de que forma trabalhar com ela, sem pré-julgar aqueles sujeitos, ou seja, sem enquadrá-los em uma determinada categoria, seja de raça, classe social ou gênero. Mais desafiador ainda, é quando se trata daqueles sujeitos que pertencem a mais de uma dessas categorias. Como analisar esta questão, para superar estas condições impostas pela realidade social em que vivemos? Uma das sugestões da autora é ousarmos parar de analisar as categorias de ou/ou:

Por exemplo, negro/branco, homem/mulher, pensamento/sentimento, fato/opinião são definidos como termos opostos. Pensamento e sentimento não são vistos como duas maneiras diferentes e interconectadas de abordar verdades que podem coexistir no conhecimento acadêmico e no ensino. Ao invés disso, o sentimento e a emoção são definidos como antítese da razão, como seu oposto. Apesar de todos/as termos identidades “ambas/e” (eu sou ambos: professora universitária e mãe – eu não paro de ser uma mãe quando deixo meu filho/a na escola, ou tampouco esqueço tudo que eu aprendi quando limpo uma privada), nós seguimos tentando classificar em termos de categorias excludentes, como ou/ou. Eu vivo todos os dias como uma mulher afro-americana – uma experiência específica de raça/gênero. E não estou sozinha. Todas/os têm uma identidade específica de raça/gênero/classe. Pensamentos dicotômicos do tipo ou/ou são especialmente problemáticos quando aplicados a teorias da opressão, porque todo indivíduo deve ser classificado ou como sendo oprimido ou como não oprimido. Se torna conceitualmente impossível a posição “ambos/e”, em que o indivíduo é simultaneamente oprimido e opressor. (COLLINS, 2015, p. 17).

Junto dessa dicotomia da opressão, aparece também a hierarquização. Um lado da dicotomia é sempre o oprimido e o outro o opressor. O subordinado e o dominante. Com essa constatação a autora retoma a questão para afirmar que, assim, a opressão ficará sempre sendo quantificada. Um grupo sempre sendo mais oprimido do que o outro. No entanto, considere interessante trazer um olhar sobre como uma das militantes percebe a MMM dentro da perspectiva de classe:

Se a gente pode falar, dizendo que eu trabalho com a classe trabalhadora. Claro que é muito importante. A opressão está em todas as classes. Na média na alta e na baixa. Nos mais ricos, nos menos ricos, nos trabalhadores e nos bem pobres. A opressão existe em todas essas classes. Eu acho que a MMM tem uma coisa interessante que quando ela discute o feminismo ela dá todos esses recortes. Essa preocupação da MMM de discutir com as mulheres trabalhadoras e que não seja uma discussão de gabinete, por exemplo, tem movimentos feministas que discutem o aborto, mas discutem com os médicos, os psicólogos e as enfermeiras, etc. Não, a gente tem que discutir com as mulheres que vão fazer aborto ou que precisam fazer aborto. É com as mulheres que nós precisamos conversar. Então eu acho que isso é super positivo e é o que dá a massa da MMM, a força da MMM. (Militante 2).

Segundo Harding (1986), a opressão existe em três dimensões: a institucional; a simbólica e a individual. A opressão institucional seria aquela apresentada em escolas, negócios, governos, hospitais, locais de trabalho, etc. Este tipo de opressão apresenta-se como racista, machista, a elitista, etc. Ainda que exista um discurso de inclusão ou igualdade, a opressão institucional classifica sempre as pessoas numa escala, segundo a autora. Uma posição melhor depende do que o sujeito acumula na relação privilégios/punições. Segundo Collins (2015, p. 22):

Sob a égide da escravidão, vemos variados degraus de proteção institucional oferecidos às mulheres brancas abastadas, às mulheres brancas trabalhadoras e pobres e às mulheres africanas escravas. As mulheres brancas pobres gozavam de algumas poucas proteções das quais gozavam as mulheres brancas de classes mais altas. Além disso, o status das mulheres negras era fundamental para manter todas as mulheres brancas em seus devidos lugares. Controlar a fertilidade das mulheres negras era, também, fundamental para a continuidade da escravidão, já que crianças nascidas de mães escravas eram, elas também, escravas. Mulheres afro-americanas compartilhavam o status desvalorizado de escravas com seus maridos, pais e filhos. O racismo extirpou dos negros e das negras, como grupo, seus direitos legais, sua educação e o controle sobre suas próprias vidas. Afro-americanos podiam ser chicoteados, marcados a fogo, vendidos ou mortos, não porque eram pobres ou porque eram mulheres, mas simplesmente porque eram negros e negras.

O comparativo da relação de escravidão norte-americana, nas fazendas e nas plantações, serve como exemplo de opressão institucional, de acordo com Harding (1986), e ainda a autora exemplifica com a ideia de transpassar toda a relação nas *plantations* para os dias atuais, e colocá-la no cenário universitário. Permaneceremos encontrando o patriarcado branco nas instâncias mais altas, mexendo com o conhecimento e, no governo dos campos, algumas mulheres burguesas vindas logo após; enquanto isso, as pessoas negras fazem o trabalho de manter fisicamente o local. A autora brinca dizendo que, se caso essa realidade não seja mais a sua, “você tem sorte!” (posteriormente faz a referência à sua universidade, onde era uma das poucas mulheres negras a frequentá-la). Já a dimensão simbólica da opressão, expressa pela mesma autora, diz respeito ao foco central desta opressão estar na estereotipação, ou seja, na

ideia imediata que se tem de alguém ou de algum grupo. Collins (2015, p. 25) exemplifica novamente a teoria de Harding, com a seguinte classificação:

- a) Masculino: agressivo, líder, racional, forte, intelectual.
- b) Feminino: passiva, seguidora, emocional, fraca, física.

O que a autora argumenta é que, ainda que pareça estarmos nos referindo a uma generalização do estereótipo da opressão, entre feminino/masculino, estamos falando apenas de *uma parte* de homens e de uma parte de mulheres. Ela completa:

Essa lista não apenas reflete o tipo de pensamento dicotômico do ou/ou e a necessidade de hierarquizar ambos os lados da dicotomia, mas abre questionamentos em relação a que tipos de homens e mulheres, exatamente, você tinha em mente quando compilou essa lista de características. Essa lista se aplica, quase que exclusivamente, a homens brancos e mulheres brancas e de classe média. As qualidades supostamente “masculinas” que você provavelmente listou só são aceitáveis quando demonstradas por homens brancos da elite ou quando usada por homens negros e hispânicos uns contra os outros ou contra mulheres negras e hispânicas. Homens negros e hispânicos agressivos são vistos como perigosos, sem poder e são frequentemente punidos quando eles demonstram qualquer uma das características supostamente “masculinas”. Homens brancos e pertencentes à classe trabalhadora se saem levemente melhores e a eles também são negados os símbolos supostamente “masculinos” de liderança, competência intelectual e racionalidade humana. Mulheres negras e mulheres brancas da classe trabalhadora tampouco são representadas nessa lista, uma vez que a elas nunca foi dado o luxo de serem “damas”. O que parecem ser categorias universais que representariam todos os homens e mulheres é, na verdade, desmascaradas como sendo aplicadas somente a um pequeno grupo. (COLLINS, 2015, p. 25).

Assim, podemos ver que a dominação/subordinação age de diferentes formas com diferentes grupos e acabam dando manutenção a estas mesmas opressões. Tudo isso reflete o que Harding (1986) expressa sobre a dimensão simbólica da opressão, que é dada a diferentes imagens da realidade. Collins (2015) argumenta que, levar em conta a dimensão simbólica no exercício da listagem feita acima, mostra o quanto a opressão está entrelaçada e não pode deixar de ser observada no seu conjunto, ainda que não sejam iguais as formas como se expressam de um grupo para outro. Supor que todos nós somos, diferentemente, afetados pela opressão simbólica conferida aos grupos (COLLINS, 2015), pressupõe que sejamos mais capazes de tentar mover algum tipo de opressão, visibilizando-a para organizá-la melhor.

Já na opressão individual pensada por Harding (1986), sugere-se que a vivência do sujeito, ou seja, a vivência individual de cada pessoa se forja e se constitui ao longo de sua trajetória, aonde vão se criando estruturas acumulativas de opressão.

Nessa dimensão da opressão, nossas biografias individuais variam enormemente. Como um resultado de nosso status simbólico e institucional, todas as nossas escolhas se tornam atos políticos. Cada um de nós deve aceitar as múltiplas maneiras nas quais as categorias de análise de raça, classe e gênero moldam nossas biografias individuais. Vivi minha vida inteira como uma mulher afro-americana membro de

uma família da classe trabalhadora, e esse fato básico teve um impacto profundo na minha biografia pessoal. Imagine quão diferente sua vida seria se você tivesse nascido negra, ou branca, ou pobre ou de um grupo de raça/classe/gênero diferente daquele com o qual você está mais familiarizado. O tratamento institucional que você teria recebido e os significados simbólicos atrelados à sua própria existência poderiam ter variado dramaticamente do que você agora considera como natural, normal, como parte da sua vida cotidiana. Você pode até ser a/o mesma/o, mas sua biografia pessoal poderia ter sido consideravelmente diferente. (COLLINS, 2015, p. 28).

Isso significa que a história de cada um se forja de formas diferentes, contudo, alguns elementos podem torná-la semelhante com a de algum grupo. Para fugir do determinismo que essa ideia possa sugerir, a autora diz que as biografias vão sendo modificadas, conforme a capacidade de escolha ou de oportunidades que o indivíduo puder alcançar, para transformar. Usa, como exemplo, sua experiência enquanto menina negra da periferia que, posteriormente, consegue, através da identificação da sua condição de opressão de raça, classe e gênero, não ao mesmo tempo, mas de forma gradual, ir trazendo para consciência esses processos. Ao dar-se conta desta realidade, obtinha, cada vez mais, chances de modificá-la, na medida em que se generalizava a sua condição.

Significa, também, que o processo educativo, que consiste na capacidade de percepção da própria opressão, é capaz de modificar a gênese da própria existência. Isto significa modificar, na medida do desvelar e do dar-se conta da sua condição, para ter acesso a um patamar posterior da capacidade de pensar, também, a condição do outro. Do outro igual ou do outro diferente de si. Esse processo convida a repensar as interfaces existentes entre as categorias de raça/classe/gênero, mas, sobretudo, não analisá-las de forma separada. Esse movimento é interessante de perceber na fala da jovem militante que compreende o sentido de solidariedade efetiva, quando entra para a MMM, e se desacomoda ao lidar com realidades que desconhece, mas que aprende a considerar como parte de sua própria vida e de sua própria luta.

“nós temos que viver no mundo real. Se não gostamos do mundo no qual estamos vivendo, o transformemos. Se não o pudermos transformar, podemos transformar a nós mesmas/os. Nós podemos fazer alguma coisa” (Tate, 1983, p. 68). Mesmo que um pedaço do opressor esteja plantado profundamente dentro de nós, cada um de nós tem a escolha de aceitar esse pedaço ou desafiá-lo como parte do “verdadeiro foco da mudança revolucionária”. (COLLINS, 2015, 29).

Neste sentido, Collins (2015) nos convida a refletir sobre como trabalhar com todas essas ideias, no sentido de utilizar a ciência para um fim revolucionário que, de fato, consiga analisar e trabalhar essas relações para uma ação numa realidade concreta. Primeiro, há

necessidade de pensar na redefinição da *opressão*, ou seja, sobre como nos relacionamos com as diferenças, a partir dos poderes e dos privilégios que essas diferenças podem causar. Segundo, pensar o que realmente une as pessoas. Quais as razões reais para um processo de coalizão entre essas pessoas? Uma forma de catalisar a solidariedade entre os diferentes grupos é conseguir identificar, primeiramente, qual ou quais são os inimigos em comum.

Nesta busca pelo inimigo em comum, a indissociável relação entre sexo, raça e classe é capaz de ser observada na medida em que aponta o seu contraditório. Encontramos, na situação da mulher negra, o passado escravista no caso brasileiro. Quem orienta para compreender a situação de opressão da mulher negra, necessariamente, chega também ao opressor, no caso, o homem branco escravocrata.

Segundo pesquisa de Maria Aparecida da Silva Bento (1995), os estudos que articulam a situação dos negros no Brasil, ou ainda, das mulheres negras, fomentaram teorias e políticas em geral, que são capazes de estabelecer uma relação histórica da opressão perante o oprimido. Mas, dificilmente, conseguem chegar ao opressor, pois o escravocrata de outrora é o escravocrata dos tempos atuais, e, para ele, é importante permanecer invisibilizado e pouco problematizado. Daí o entrelace necessário a estas relações, tendo em vista que, no caso de gênero, é senso comum que percebamos as situações de opressão das mulheres, mas não se consegue chegar a este mesmo senso comum sobre qual o papel do opressor que está circulando, tranquilamente, noite e dia pela rua, como se não fosse responsável por nada.

Ao submeter o mito da democracia racial a testes de verificação do efetivo exercícios de direitos, os estudos que se ocuparam dos resultados das práticas discriminatórias criaram condições para a redefinição não apenas das singularidades do mercado de trabalho brasileiro como também da própria noção de trabalhador/trabalhadora. Outro mérito destes estudos relaciona-se ao vigoroso questionamento de certas teorias explicativas das desigualdades raciais que buscavam dissociar tal fenômeno da discriminação racial. Dentre aquelas destacam-se velhos credos que atribuíam às desigualdades raciais da atualidade a um difuso legado do passado escravista que não por coincidência teria incidido exclusivamente sobre os descendentes de escravos, dado que os estudiosos nunca se referiram ao legado do escravismo sobre os brancos, mas tão somente sobre negros. Tratar-se-ia, portanto, de um país composto apenas por ex-escravos sem a contrapartida da presença de ex-escravocratas. (BENTO, 1995, p. 482-483).

Assim, conforme sugerido por Collins (2015) anteriormente, os fenômenos precisam ser analisados não como categorias fechadas, mas nas relações imbricadas naquilo que é possível de ser analisado enquanto a conexão entre a opressão identificada.

Desta contradição resultam determinados métodos que em vão insistem em circunscrever a problemática racial ao negro ignorando o outro sujeito da relação racial - o branco sempre tão cuidadosamente ausente dos estudos sobre relações

raciais, mas invariavelmente presente nas posições privilegiadas radiografadas nas estatísticas. (BENTO, 1995, 483).

Isso significa que a opressão tem uma potencial possibilidade de desmistificar e situar os sujeitos envolvidos por ela. O privilégio em si, muito tempo estudado em relação aos oprimidos, é um delimitador fundamental para conseguirmos perceber para além da opressão. Pensar o privilégio no esquema de Collins (2015) e Harding (1986), e repensar as formas de opressão pode fundamentar o pano de fundo estrutural contra o qual todos nós vivemos nossas vidas. Segundo Collins (2015), cada um de nós carrega o efeito acumulativo de nossas vidas vividas nas estruturas da opressão.

Raça, classe e gênero diante da luta de um movimento social como a MMM, são, portanto, relações de conexão, de empatia. Segundo Collins (2015), estas relações não se deslocam, apesar de acontecerem de formas diferentes nas biografias individuais das pessoas. A autora enfatiza o aprendizado de uns com os outros. São como causas comuns, mas que não ignoram as causas específicas e, por sua vez, estas causas precisam ser ditas, trocadas, dialogadas. Não há, para esta autora, teoria que nos obrigue a examinar as razões do nosso próprio privilégio, por isso que quem o faz é por escolha de postura. Daí a importância de compreender o movimento social enquanto espaço para esse tipo de educação. Não somente o único espaço, mas um importante espaço. Em geral não fazemos a autorreflexão do privilégio, mas nos comportamos como *voyeurs* da opressão e suas razões, e não o contrário (COLLINS, 2015).

Essa crítica da autora está baseada na ideia freireana de que é necessário deixar de hospedar o opressor dentro do oprimido, porque só assim sermos capazes de compreender a amplitude da luta e da necessidade do educar para enxergar o outro, na sua complexidade. Nesse sentido, podemos pensar também em como nós, e as instituições em geral, educamos as crianças, os estudantes e todos, quando passamos a eles os valores benéficos dos privilégios, sem, contudo, colocá-los em questão. A pergunta que se pode fazer é: Em que momento da vida uma família educa uma criança para lhe passar o valor de que ser branco, nessa sociedade em que vivemos, é melhor? Em que momento estabelecemos que ser homem é melhor do que ser mulher? As relações de classe parecem bater a nossa porta de forma não tão velada, pois dia e noite a meta do ser humano e de toda a propaganda do mercado, dos meios de comunicação de massa – rádios, jornais e canais de televisão, é chegar a ser e/ou permanecer como classe dominante.

Para Collins (2015), o elemento da desconfiança tem sido essencial para que Movimentos Sociais Populares tenham sobrevivência. A desconfiança, à qual ela faz referência, é em relação ao subordinado perante o privilegiado.

Eu acho essencial a auto-organização. A não-participação dos homens no movimento feminista é essencial. É muito importante a auto-organização pra, inclusive, estarmos nos espaços mistos, nos espaços públicos. Há uma dinâmica, uma relação de poder, da gente ter ficado sempre atrás nos movimentos da sociedade. Então a gente precisa se fortalecer, se empoderar para que a gente continue nesse caminhar em busca da igualdade. E quanto aos homens, sim, precisamos de auto-organização, mas precisamos proporcionar também os espaços mistos de discussões. (Militante 1).

Assim como a militante, Collins (2015) sugere que é preciso ter estratégia de coalização para não ser um movimento sufocado, ela também salienta sobre a importância da autonomia entre os sujeitos não privilegiados. Para ambas, é preciso estar atentas/os aos meios de sobrevivência enquanto grupo, mas também ter a capacidade de dialogar com os externos ao grupo. Neste caso, relacionar para a MMM, sexo, raça e classe, é, acima de tudo, uma constatação de que o patriarcado é, e segue sendo, o inimigo do Movimento e possui mais tempo de história do que o próprio capitalismo.

3.2 – Espaços formativos

Se compreendermos educação enquanto formação humana contínua, que não está presente somente nas instituições formais, mas também nas não-formais e informais, estaremos afirmando que o sujeito aprende desde o dia em que nasce até sua morte. Assim, portanto, a educação em nossa pesquisa apresenta-se enquanto prática formativa político-científica, que se dedica a ensinar/trocar algo com alguém, dependendo dos seus fins e a quem forem servir estes fins. Significa pensar a educação para uma outra prática social, como sendo também um desafio apresentado nos diferentes espaços e instituições sociais. Destes espaços e instituições formativas que apreendemos nas falas das militantes, podemos destacar, em nossas análises o que selecionamos como *tradicionais* e como *não-tradicionais*, conforme veremos a seguir.

3.2.1 – Tradicionais: familiar, escolar, midiático e religioso

Primeiramente é preciso dizer que razões levaram a considerar estas quatro instituições formativas e educativas, enquanto espaços “tradicionais”. Historicamente, embora tenhamos

concedido à escola o lugar oficial de aprender, o lugar de se formar, o lugar onde se encontra a presença da ‘sabedoria’ e da aprendizagem, sabemos que a família também é uma instituição que educa e forma. A religião, ou, a prática religiosa também forma, e, mais recentemente, temos consciência de que a mídia também é uma instituição que forma a consciência. Analisada por muitos intelectuais, como Armand Mattelart e John B. Thompson, além de teóricos que adentraram para o campo simbólico como Pierre Bourdieu e Louis Althusser, a mídia é inegavelmente uma instituição formativa, ainda que a analisemos sob as diferentes epistemologias. Não por menos, muitas pessoas conservadoras queixam-se, não do caráter político da mídia de massas, mas das pornografias e exposições sexuais, ou ainda, das questões da sexualidade humana que a mídia pode estar influenciando a formação dos seus filhos. Não deixa de ser um reconhecimento de que a mídia de massas educa e forma. A queixa de que a mídia de massas educa e forma pessoas na questão política parte da gama de pessoas mais simpáticas aos movimentos de esquerda, que contestam a ideologia dominante destes instrumentos e a quem eles servem. De uma forma ou de outra, a mídia de massas será considerada, em nossa pesquisa, como um espaço educativo tradicional, por ser um instrumento cada vez mais “naturalizado” na formação humana, e que surte grande efeito na formação das pessoas, pois as acompanha tanto quanto a escola e a família.

Mattelart (1999) vai além e diz que a mídia é um instrumento da guerra. Para ele, a comunicação serve, antes de tudo, para fazer a guerra.

O papel de barragem desempenhado pela artilharia na preparação do ataque da infantaria será assumido, no futuro, pela propaganda revolucionária. Trata-se de destruir psicologicamente o inimigo antes das forças armadas entrarem em ação. (MATTELART, 1999, p. 90).

Segundo o autor, esta passagem aparece em muitas epígrafes de estrategistas de guerra, como, por exemplo, no livro *Mein Kampf*, de Adolf Hitler. Os elementos psicológicos da propaganda e da notícia fazem parte de um todo formativo que substituí, nos dias atuais, muitas situações em que outrora seria realizado o uso da força bruta.

Desenvolvida inicialmente para construção do progresso, a comunicação gerou, nos anos 80, através de tecnologias eletrônicas e informáticas, um avanço dos circuitos técnicos da “sociedade da informação”, a bitola do crescimento e da democracia. Desde os anos 70, a utopia do igualitarismo comunicacional inspirou os inventores dos conceitos de “aldeia global”, vindo nas linhas da informação e da informatização, um meio de interligação planetária. No entanto, de maneira paradoxal, não foi nos grandes países industrializados que veio desenrolarem-se os primeiros passos de operações das teorias de ‘comunicação-modernização-progresso’, mas nas zonas de insegurança do planeta: no decorrer dos anos 50 e 60, nos países até então designados por “Terceiro Mundo”. [...] a comunicação começou a agir também como ‘comunicação-agente’ da mudança social,

apresentando-se como uma saída para o subdesenvolvimento e contribuindo com sua quota para a racionalização dos comportamentos no domínio do planejamento familiar, métodos agrícolas e alfabetização. (WINK, 2005, p. 12).

A mídia de massas atua como agente de poder, com capacidade formativa não somente na cultura da guerra, mas na formação de valores, juízos, moral e formas de conduta humanas. Segundo Schmidt (2001), a mídia alterou o processo tradicional de socialização, passando a ser considerada uma agência socializadora relevante nos países periféricos, especialmente após os anos 80 do século passado. Interessante que poderemos ver no subcapítulo seguinte, o potencial da capacidade da comunicação, esta sim, não de massas, que cada vez mais se utiliza do que o capitalismo global criou para buscar alternativas a si próprio.

Já a formação educativa da prática religiosa, embora existam disputas entre as religiões e este não é alvo da nossa pesquisa, é também mais tradicional e aceita no cotidiano deste mundo de capitalismo globalizado. Podemos exemplificar com uma das religiões hegemônicas que temos hoje no Brasil, como o recente estudo realizado pela pesquisadora Katiane Machado da Silva⁵⁹, sobre as práticas educativas das igrejas neopentecostais, que vêm crescendo no país. Após aprofundar sua pesquisa de campo na cidade de Pelotas, realizou sua análise em torno do que essas práticas educativas religiosas formam na vida das pessoas e modificam no seio da sociedade, além de analisar como elas operam dentro das classes periféricas. Os aspectos formativos utilizados pelas igrejas variam, desde a política pedagógica do “medo” e da “culpa”, até a consciência de que a mudança social necessária é obra de Deus, ou seja, do sagrado, do externo a si. É interessante frisar algumas das palavras da pesquisadora onde se questiona:

O que esses aspectos produzem na formação humana? Qual a importância desses aspectos na reprodução social? Como o medo, o pecado e culpa produzem o “Culto”? Como o capital produz o desespero, produz pessoas que necessitam de “conforto”, de acolhimento, que amenizem, escamoteiem os conflitos, as contradições existentes, as pessoas que necessitam algo buscam a religião. Esses elementos produzem uma postura das pessoas de pensar que tudo é de “graça”, “vontade”, “ação” de deus. Por fim, retira das mãos dos trabalhadores a responsabilidade por sua história e delega essa ao sagrado, ao externo. Em contrapartida ao que se denuncia acima, existem processos nos quais a religião esteve junto aos oprimidos, um exemplo é o cristianismo primitivo, que nasce de um povo escravo e que é apropriado pelo império romano e retorna ao povo como um processo de dominação religiosa, ou seja, uma forma de poder sob o povo. Portanto, todas as religiões de uma forma ou de outra acabam reproduzindo a ordem social vigente, dentro do seu seio há contrassensos, contudo, massivamente a religião tem se desvelado como um dos mecanismos de dominação, alienação,

⁵⁹ SILVA, Katiane Machado. **As práticas educativas neopentecostais na periferia: um estudo de caso**. Tese de Doutorado orientada pela professora Dra. Carmen Lucia Bezerra Machado, no Programa de Pós-Graduação em Educação da UFRGS, 2015.

coerção e educação de massas populares. A religião pertence às ideologias e é um elemento que compõe as sociedades de classes. (SILVA, 2015, p. 123).

Por outro lado, a autora chama a atenção para todos os movimentos de contrassenso, ou seja, as contradições que se apresentam diante de qualquer fenômeno, até mesmo para o caráter educativo da prática religiosa. Assim como a mídia citada anteriormente, a globalização da comunicação capitalista deixou suas brechas para a voz popular e para a criatividade humana diante de qualquer situação de opressão, a religião opera da mesma forma. Existem, ou melhor, resistem ainda, dentro de qualquer grupo religioso, formas de subverter a hegemonia da ideologia dominante, bem como cita a pesquisadora. De modo geral, as ideologias dominantes dentro dessas instituições são massivas e mais rápidas, ágeis, com maiores fundos financeiros, planejamentos e tempo para tal. No entanto, o espaço de resistência existe em qualquer lugar e dele se retiram formas de sobrevivência, desde a mídia alternativa, a internet e na questão religiosa, os grupos que questionam as práticas hegemônicas ou perversas nas suas estruturas internas.

Já sobre a formação educativa familiar, estivemos diante de duas possibilidades, também contraditórias, as famílias que não exercem formação político-problematizadora, e as famílias que exercem e os resultados efetivamente sólidos na base militante das mulheres. Apenas uma militante não tinha apoio da família, e, no cotidiano da MMM, podemos observar que a grande maioria das militantes é oriunda de núcleos familiares, os quais apresentam posicionamentos críticos pré-estabelecidos.

Sobre meu envolvimento com a MMM, minha mãe diz que é perda de tempo e que eu me dedico muito e eu não deveria. Eu não tenho a aprovação dela e inclusive nem disse que estou aqui [na Ação Internacional de 2015]. (Militante 1).

Este caso da Militante 1 foi o único onde a família realmente não acompanha na formação, curiosamente é a militante que está presente em mais de dois movimentos: a MMM, o coletivo de mulheres negras ENEGRESCER e o movimento estudantil. O que, ao longo de nossa entrevista, ficou nítido sobre a forte influência que o movimento estudantil exerceu sobre a sua dedicação a estes movimentos sociais. Esta militante é a mesma que se questiona, em dado momento da entrevista, que a MMM ainda não tenha um acúmulo ou uma resposta para ajudar a sociedade sobre como lidar com a novidade que surge, no que tange às mulheres transexuais⁶⁰.

⁶⁰ Transexuais são pessoas que trocam o sexo físico de nascimento, muitas vezes auxiliadas, para isto, pela ciência e pela medicina, pois consideram que nasceram com o sexo oposto. O acúmulo teórico acerca da transexualidade ainda não é um referencial teórico-prático firme e consistente na Marcha; tampouco na

Sendo a família uma fonte muito presente de formação humana para prática política, esta mesma família que se mostra presente desde a idade mais tenra de um ser humano, é a que ensina os filhos a não se envolverem em lutas políticas. Esta mesma família que enraíza as veias libertadoras nos seus filhos, é que os ensinam a odiar determinado tipo de segmento social e enraízam fortemente o pensamento individualista liberal e conservador nas crianças desde cedo. Nas falas das militantes, percebe-se uma preocupação com a opção de escolha dos seus filhos quando referente à militância. Mas esse processo parece se tornar um caminho consistente na medida em que atingem a maturidade:

Eu tenho uma filha e sempre trabalhei e saía pra militar. Ela nunca foi de me acompanhar quando era criança, até porque eu sempre cuidei para não forçar, né. E foi tudo muito bem. Mas hoje ela me acompanha e segue na militância. E muito. (Militante 2).

Tenho uma filha de 22 anos. Eu tento colocar para ela dentro da sociedade que a gente vive, que ela não seja submissa e não aceite opressão. Eu considero minha educação a ela, uma educação feminista. (Militante 3).

É interessante destacar o quanto a militância é capaz de fazer uma revisão de suas próprias vidas na infância. Não é novo o que a militante abaixo irá relatar sobre a capacidade que a MMM teve de fazer suas autocríticas pessoais e compreender, a partir de um caso de luta de classes, quais as razões pelas quais sua vida, quando criança, seguiu tal rumo, ou nela aconteceram tais fatos... Essa revisitada na própria biografia é algo muito comum e, como afirma Collins (2015), no subcapítulo anterior, há dimensões da nossa vida que só se aprende na luta, isso quando conseguimos, finalmente, chegar até dentro de nós mesmos para desvelar nossos monstros. A infância é um momento em que se criam muitos monstros e o feminismo, de modo geral, surge especialmente organizado em Movimento, como uma forma de rever a história e mudar a prática. Mais do que isso, como uma fonte inesgotável de solidariedade, tendo em vista que unifica as intempéries do passado, conecta a realidade vivida para um

Academia. Assim, portanto, percebemos que existe muita intenção propositiva de grupos políticos, movimentos sociais ou mesmo intelectuais acerca do tema, especialmente se a pessoa transexual é alguém que se tornou mulher. O contrário, um transexual que tornou-se homem é algo ainda mais complicado de encontrar referências, tendo em vista que não existem consensos e os limites da intelectualidade. Pessoas, de ambos os sexos, se propõem a apoiar através da filosofia da diferença, a problematizar a heteronormatividade, mas não a elaborar ainda teorias consistentes sobre o fenômeno. Especialmente porque alguns optam exatamente por “não admitirem classificações”. Talvez o mais importante neste momento histórico seja a compreensão da desnaturalização da heteronormatividade, para conseguirmos dar um passo adiante na constituição dos sujeitos e nos cuidados ao categorizá-los. A categorização, em suma, não pode também sofrer tamanha repreensão na ciência humana ou na Academia, tendo em vista que muitas vezes essa prática auxilia na solução de conflitos da ordem do preconceito social. Se por um lado, pode ser pretensiosa e imobilizante na liberdade individual categorizar sujeitos e os classificar, por outro, não fazê-lo também pode não ser propositivo na solução de conflitos oriundos do preconceito e das fobias sociais. É uma questão a ser amadurecida ao longo das pesquisas a respeito.

presente diferente que, desta forma, pode antever as oportunidades do futuro. A entrevista abaixo demonstra um pouco disso e foi um momento muito emocionante da pesquisa:

Depois que eu entrei para o movimento feminista, pra mim teve mais clareza o sentimento que a minha educação familiar não foi como é tradicionalmente. A minha mãe foi sempre quem trabalhou fora de casa e meu pai era o cuidador. Ele que ficava em casa cuidando de nós. Com a separação e o fim do casamento deles, quem se responsabilizou pelos nossos cuidados e nossa educação familiar foi minha mãe e minha vó. Depois que eu entrei pro movimento feminista, eu fui entender que na verdade eu fui criada por mulheres feministas que não tinham o entendimento político que essa prática era feminista, mas essa forma que elas nos criaram com protagonismo, autonomia, força de vontade de conquistar coisas que a gente desejasse, me fez compreender que a minha criação foi uma criação diferente da tradicional. Das que normalmente as pessoas têm. Eu não fui criada dentro de uma unidade familiar tradicional. Na minha casa nunca teve divisão de tarefas de homens e de mulheres. Meu pai cuidava de nós, lavava louça fazia comida e tinha uma relação muito positiva com a minha mãe também. Tanto que depois que se separaram, eles continuaram sendo amigos. São amigos até hoje. A minha referência foi de uma criação, não posso dizer que tive uma criação feminista, mas tive uma criação para liberdade, para autonomia. (Militante 4).

A MMM representa transformação, representa conquista de autonomia, porque quando eu comecei a militar na MMM e a compartilhar momentos com as meninas da MMM, eu comecei a revisitar a minha vida. Inclusive eu tinha muito conflito pessoal familiar com a minha mãe. Havia coisas que eu não compreendia porque eu não aceitava, porque aquilo me incomodava. Quando eu comecei a militar na MMM esses sentimentos foram transformados. Porque eu passei a compreender a minha mãe, não como mãe, mas como mulher. Aquelas coisas que me incomodavam ou que eu tinha algum trauma de infância ou de adolescência, eu fui organizando. Porque algumas coisas aconteceram. Não aconteceram porque havia alguma irresponsabilidade, mas aconteceram porque tinha uma mulher sobrecarregada do trabalho, na sua vida e também era mãe. Houve muita transformação na minha vida pessoal e na minha compreensão família. (Militante 4).

Esta realidade exposta pela militante demonstra um processo que podemos perceber quase generalizadamente nas formações da MMM. O despertar para o encontro do passado com o presente. Esta é uma forma solidária de aprendermos umas com as outras a compreender melhor os processos da vida. Este conhecimento e aprendizado não estarão expressos em nenhuma disciplina do Ensino Médio ou sequer nas grades curriculares de uma graduação em curso algum. Este é um processo que se vive e que se aprende de fato com o Movimento e com a vida.

Na pesquisa de Mestrado me deparei com alguns jovens que argumentavam o quanto sua família não acreditava no futuro, nem na política e muito menos na participação política. O pouco que conseguiam ter de aproximação à formação política era quando um ente do núcleo tinha alguma predisposição a dar atenção à política. Em geral eles não ensinavam; muito pelo contrário, formavam cidadãos com o mais profundo asco em relação ao pensamento político mais sério ou crítico.

Sobre a família e o feminismo, a MMM, já não moro mais com pai e mãe, tenho um companheiro que compreende, entende, tem toda uma militância também, mas eu trouxe minha filha para a MMM, até em função de mim que hoje ela participa da MMM e é uma militante também. (Militante 2).

Quando o meio familiar oferece condições desfavoráveis nos aspectos econômicos e socioculturais, outras agências podem ter um peso maior na formação das atitudes políticas, e que a influência dos pais sobre os filhos depende muito da congruência de suas orientações com as dos outros agentes, como os professores e os amigos dos filhos".(SCHMIDT, 2001, p. 77).

Assim, a família, como a escola e outras instituições, entra como importante e crucial – porém não único – espaço de formação política na vida do sujeito. A fala da Militante 2 mostra o quanto a família acaba encantando ou desencantando. E, do mesmo modo como mostra a citação acima, a escola também é considerada uma instituição formativa e educativa para a política. Ela faz o mesmo movimento que a família: aproxima, em alguns casos, e repele, em outros, o indivíduo, acrescentando elementos e informações à sua bagagem política para enfrentar as questões nessa área ao longo da vida. A peculiaridade da escola é que ela é mais passageira que a família; sendo assim aumentam bastante as perspectivas de superação dos sujeitos perante o que foi aprendido. Contudo, a escola, por ser um espaço onde o sujeito está desde tão pequeno e ali passa bons anos de sua vida, numa idade que pode ser extremamente receptiva de aprendizagens, torna-se um forte instrumento, também, para a questão do machismo e do sexismo.

Sobre educação escolar, vejo segregação dentro e fora da escola. Isso está expresso em vários momentos. (Militante 1).

Sobre a minha educação escolar, foi lá na década de setenta, então tinha essa coisa de fila das meninas, coisas de meninas e de meninos. Uma coisa que eu me lembro que numa aula de religião foi se falar sobre a sexualidade e se falou primeiro com os meninos e depois falaram com as meninas em separado. Na educação em casa talvez nunca tenha tido muito essa coisa de menino e menina. Mas na década de setenta tinham as coisas de menino e de menina como ainda tem até hoje. (Militante 2).

Sobre a escola, com certeza tinha diferença. Meninos de um lado, meninas de outro, a gente tinha muita dificuldade, nos esportes, nas brincadeiras, na interação, em tudo, a gente sente diferença. (Militante 3).

A desconstrução dessa diferença é um dos desafios do caráter educativo da MMM, enquanto um Movimento. Especialmente sobre educação escolar e gênero, ainda é um campo muito recente nas pesquisas tentar conhecer qual o impacto da educação sexista que há anos as pessoas vêm recebendo no ambiente formal escolar.

Quase não há pesquisas no país sobre o processo através do qual a escola participa na produção de significados e valores ligados a masculinidade e feminilidade, e na socialização de meninos e meninas quanto às suas identidades de gênero. Entretanto, os números sobre o fracasso escolar dos meninos e rapazes, suas dificuldades em concluir o ensino fundamental na idade adequada e em frequentar o ensino médio, ao lado da concentração das moças desde muito cedo em certos ramos do ensino (formação técnica em magistério e em certas carreiras universitárias), estão a indicar a necessidade de uma intervenção sistemática para modificar os padrões tradicionais de relações de gênero no espaço escolar. (CARVALHO, 1999, p. 20).

O excerto do estudo de gênero sobre as políticas educacionais da professora da Faculdade de Educação da USP, Marília Pinto de Carvalho, datado de 1999, mostra o quanto esta temática do feminismo, embora esteja ganhando cada vez mais espaço para ser examinada, ainda é muito recente. Recente perante a história grafada da luta das mulheres que expusemos até aqui, mas, ao mesmo tempo, também demonstra que nesse espaço de mais de uma década e meia da virada do milênio, a formação humana, na perspectiva de gênero, vem ganhando força e se apropriando de novas formas de práticas educativas. Um dos exemplos que modificaram consideravelmente o avanço destes estudos e lutas, iremos tratar no meio educativo não tradicional a seguir, como por exemplo, a interlocução entre os Movimentos Sociais Populares e as “redes sociais”⁶¹.

3.2.2 – Não-tradicionais: os movimentos sociais, as ruas e as redes sociais

A MMM chama esse processo de abrangência cada vez maior do uso de instrumentos para a militância, de maneira irreverente, como *feminismo 2.0*. Esta foi uma maneira descontraída que as jovens da MMM encontraram para “apelidar” o movimento feminista, que cresce cada vez mais entre as mulheres, no mundo todo, e as conecta através de redes de internet. É inegável que esse processo virtual vem colaborando com a rapidez da informação e

61 Rede social é uma estrutura social composta por pessoas ou organizações, conectadas por um ou vários tipos de relações, que partilham valores e objetivos comuns. Muito embora um dos princípios da rede seja sua abertura, por ser uma ligação social, a conexão fundamental entre as pessoas se dá através da identidade. As redes sociais online podem operar em diferentes níveis, como, por exemplo, redes de relacionamentos (Facebook, Twitter, Instagram, Google+, Youtube, MySpace, Badoo) redes profissionais (LinkedIn), redes comunitárias (redes sociais em bairros ou cidades), redes políticas, redes militares, dentre outras, e permitem analisar a forma como as organizações desenvolvem a sua atividade, como os indivíduos alcançam os seus objetivos. As redes sociais tem adquirido importância crescente na sociedade moderna. Um ponto em comum dentre os diversos tipos de rede social é o compartilhamento de informações, conhecimentos, interesses e esforços em busca de objetivos comuns. Site: https://pt.wikipedia.org/wiki/Rede_social/ Consulta em 09/06/2016.

da capacidade de organização de diversos movimentos sociais. O movimento feminista entra com força total para dentro das redes sociais e nela utiliza meios de, não somente organizar lutas, mas de formar consciências. Através desses meios, todas as coisas que não conseguem dispor do tempo real para se destrinchar, são agilizadas pelos meios virtuais.

As redes e os instrumentos popularizados pelo processo da globalização capitalista, mesmo não sendo grátis, são hoje mais acessíveis. E, com isso, se constituem, também, em mais um dos exemplos do que as lutas sociais podem fazer com aquilo que “fizeram de nós”. Nem todas as pessoas têm acesso às redes sociais, mas especialmente jovens, de todo o Brasil estão conseguindo atingir melhor esses mecanismos. Acreditamos que isso é uma fase de transição em que o país vive entre a era analógica e a era digital. Ainda temos muitas pessoas que não possuem água encanada em casa, ou ainda energia elétrica. Mas é impressionante como os mais jovens, ainda que em situação de pobreza, conseguem ter ou utilizar pequenos aparelhos que os conectam. Abaixo segue o resumo expresso *site* da MMM sobre o que compreende por este *feminismo 2.0*:

Em 2008, nós, *jovens da Marcha Mundial das Mulheres (MMM)*, criamos o *blog da ofensiva contra a mercantilização do corpo e da vida das mulheres*. Naquele momento, precisávamos de uma forma mais *ágil* para nos *comunicar* e nos *articular*, e para *divulgar* nossas *ações* e *atividades*. Lá, a gente colocou *vídeos passo-a-passo* sobre como montar uma *batucada*, como colar *lambe-lambe* e etc.

De lá pra cá, a *MMM* já cresceu bastante no *Brasil*. Fizemos muitas *ações* e continuamos em *ofensiva* para acabar com a *mercantilização do nosso corpo e da nossa vida*. E passamos a ter mais *presença na internet*: muitos *coletivos da Marcha nos estados* criaram seus *blogs* e muitas *militantes* da *MMM* também.

Criamos *página e grupo* no *Facebook*, perfil no *Twitter*, contas no *Flickr* e no e no *Tumblr* fizemos nosso próprio *site*, inauguramos o *#butecodasmina*, enfim... *Estamos na rede articulando o mesmo feminismo que marca presença nas ruas, entendendo que o virtual é mais uma expressão do real, e que as novas ferramentas da internet podem servir para potencializar ainda mais a nossa luta*.

Com cada vez mais mulheres da *Marcha* na *internet*, também temos mais acesso a *expressões da ofensiva machista e conservadora* que vivenciamos no *Brasil* e em outras partes do mundo, e temos mais capacidade de *responder rapidamente* a isso, como fizemos com a *propaganda da Prudence*, por exemplo.

Tudo isso pra dizer que *nosso blog está de casa e cara nova*, e que agora passa a ter um *novo perfil*.

Mais do que ser um *espaço para divulgação das nossas ações*, ele passa a ser também um *espaço em que as militantes que participam do cotidiano da MMM nos estados expressem a nossa visão de feminismo através de posts*. É um *blog participativo, com posts assinados, e o critério para participação é que a autora seja militante da Marcha em seu estado*.

Assim, *este blog é mais um instrumento que liga o nosso feminismo das ruas e das redes*, e mais um veículo para ecoar as nossas vozes, análises, opiniões, lutas, denúncias e propostas para mudar a vida das mulheres para mudar o mundo e mudar o mundo para mudar a vida das mulheres.

Nos vemos nas ruas e nas redes. (Marcha Mundial das Mulheres, p. 62).

⁶² Disponível no site <https://marchamulheres.wordpress.com/mmm/na-rede/> Acessado em 23/04/2016.

Este instrumento eletrônico serve como organizador central da luta das mulheres da MMM no Brasil. A partir daí se exprimem ideias, conceitos e atualidades, de acordo com a filosofia geral da MMM, especialmente sobre temas de acúmulo da mesma. A produção do coletivo de comunicadoras da MMM, no sentido de produzir imagens, também é fortemente intensa, a cada momento político que se vê necessário o que se chama de “campanha contra a ofensiva machista” de determinado tema, rapidamente são produzidos muitos materiais virtuais, que surtem grande efeito nas redes sociais em geral. Estes materiais contribuem na formação de opinião, na produção de um certo senso comum que não, necessariamente, milita na MMM ou que tampouco seja declaradamente feminista. Abaixo segue um exemplo do que chamamos de *lambe-lambe*, ou seja, a militante pode compartilhar virtualmente, mas tem a opção de imprimir a imagem para uma posterior ação de rua, que já esteja planejada ou não:



Fig. D

Esta imagem faz parte de uma vasta gama de frases que foram criadas para combater o cenário político instalado até o momento, quando da derrubada da Presidenta Dilma Rousseff, pela articulação parlamentar coordenada pelo vice-presidente Michel Temer. Nestes *lambe-lambes*, a ideia foi trazer à tona frases de impacto, sobre o quanto o golpe na democracia brasileira tinha um cunho machista, pois até o momento, todas as medidas e políticas adotadas estão jogando fora, ou por água abaixo, tudo o que as mulheres construíram arduamente no cenário político. Não somente na política nacional, mas no dia-a-dia da sociedade, o impacto,

como sugere a imagem, está se fazendo sentir, primeiramente sobre as mulheres, com toda certeza. Tanto as que dependem de políticas sociais para criarem seus filhos, quanto aquelas que têm seus direitos de trabalho precarizados, por estarem desempenhando atividades menos valorizadas, ou seja, são as que têm salários mais baixos, ou por serem as campeãs dos trabalhos ditos ‘flexíveis’. Não há dúvidas de que, a austeridade fiscal, também proposta pelo governo Temer, que adentrou Brasília, afeta e afetará, primeiramente, as famílias mais pobres e, dentro destas famílias, as mulheres.

Dessa relação pedagógica que se estabelece e desenvolve nas redes sociais, podemos perceber que é cada vez maior, o número de jovens e de mulheres, e as de mais idade, também, que, pouco a pouco, compartilham e comungam das reivindicações quanto à produção de imagens e ideias expressas com “frases curtas”. Ideias e imagens expressas com “frases curtas” são estas que estão aumentando, cada vez mais, porque resumem concepções muito mais complexas, estudadas por intelectuais ou acessadas por Movimentos Sociais Populares, e que causam impacto na sociedade. A juventude digitalizada compreende bem essa irreverência na produção da comunicação. Há um facilitador na expansão dessas ideias, que é a velocidade do compartilhamento, próprio da comunicação virtual.

Este fenômeno é relativamente novo, pois jamais Simone de Beauvoir ou Alexandra Kollontai imaginariam que suas ideias poderiam ser resumidas em frases curtas, causando simpatia e facilidade de adesão, ou, no sentido contrário, a raiva e a reação, favorecendo o debate, a busca de mais informações, assim, da forma como acontece hoje. Abrem-se brechas para que uma parcela da população não adentre mais profundamente na temática e faça leitura rasa, mas há também um elemento provocador nessa cultura do *feminismo 2.0*, em que bases se consolidam, na sequência, pela busca por maiores informações sobre os temas.

É esta é a questão à qual se refere Milton Santos (2000), quando problematiza a globalização capitalista e analisa a sua perversidade, sem esquecer que todo fenômeno carrega consigo a sua contradição. Assim, Santos estimula a ideia de que precisamos utilizar a técnica e a tecnologia, que nos são apresentadas, em nosso favor.

É somente agora que a humanidade está podendo contar com essa nova qualidade da técnica, providenciada pelo que se está chamando de técnica informacional. Chegamos a um outro século e o homem, por meio dos avanços da ciência, produz um sistema de técnicas presidido pelas técnicas da informação. Estas passam a exercer um papel de elo entre as demais, unindo-as e assegurando a presença planetária desse novo sistema técnico. (SANTOS, 2000, p.141-142).

Complementa ainda, o autor, que esse avanço produz consequências na significação da cultura popular, cada vez mais capaz de rivalizar com a cultura de massas. Isso o leva a apontar o novo período histórico como *período popular*. O autor acredita muito nesta ideia de fazer uso da globalização em prol do poder popular. Essa ideia é interessante, porque não apenas o capital se expande e fragmenta a ciência, desterritorializa o mercado, mas pode também e potencialmente, atingir as massas e emergir o *novo* pela camada mais de baixo, a *popular*, como diz o autor. Por incrível que pareça, a expansão das técnicas e das tecnologias pode ser um exemplo de disseminação dessa possibilidade.

Pensando em espaços formativos e pedagógicos que não encontraremos nas propostas formais institucionais, a rua também aparece para ensinar o movimento um tanto de política e teoria que nós, pesquisadores, nos esforçamos muito para tentar entender, ainda, em que consiste a força deste fenômeno. Podemos dizer que no fenômeno formativo das ruas, os movimentos sociais aparecem colados nesta perspectiva, pois, dificilmente, um Movimento Social Popular deixe de utilizar o cenário da “rua” para ensinar. Na MMM não é diferente.

Se formos analisar a pedagogia da rua, ela diz muito mais do que a teoria, mas fala sobre prática, sobre a realidade concreta. Para agir, os homens não saem do mundo, mas, ao contrário, é dele que tiram as possibilidades a serem realizadas nos lugares (SANTOS, 2001). Podemos considerar aqui estes “lugares” enquanto cidades, enquanto ruas.

Quando analisamos alguns fenômenos pedagógicos sobre espaços educativos que transcendem as instituições formais pré-definidas de ensino, partindo do pressuposto da *contradição*, iremos encontrar, na realidade histórica e concreta da cidade, um campo de infinitas *possibilidades*. O que significa dizer, que, não apenas estamos tratando de *conhecer* uma ou mais realidades, mas também de sermos capazes de apresentar alternativas para transformá-las.

As cidades são anteriores à industrialização (LEFEBVRE, 2001), porém as teorias nas quais nos baseamos para analisar as organizações sociais, na atualidade, provêm do processo de industrialização ou a ele estão relacionadas. Contudo, existe hoje uma série de elementos imbricados na estrutura social, política, cultural, geofísica, funcional e sistemática da cidade, onde uma análise puramente pós-industrial se torna muito limitada para tentar exprimir tudo que uma cidade tem de possibilidades e historicidades.

Foi possível extrair algumas relações do estudo realizado, para fundamentar a pesquisa que deu origem à dissertação de Mestrado, *Cidade Educadora e Juventudes: as políticas públicas e a participação dos jovens na cidade de Gravataí-RS* (WINK, 2010). Nela

analisamos diversas contradições estabelecidas na cidade e as razões da participação, ou melhor, da *não-participação* dos jovens, constatada, no que se refere à política e à cidadania destes jovens, dentro da sua própria realidade.

Dentre nossas análises fundamentais, consideramos a questão do *planejamento político* da/na vida desses jovens, que apareceu fortemente na pesquisa, como algo inexistente. Muitos sujeitos que participaram desta pesquisa tinham a consciência de que, para mudar uma dada realidade política, era preciso participação, mas absolutamente todos estavam ausentes de qualquer tipo de participação política ou ato de cidadania. “Os protagonistas juvenis, os atores juvenis, não parecem estar interessados nessa discussão – exceto quando provocados por organismos multilaterais ou pelos educadores” (IULIANELLI, 2003, p. 54).

De fato, a pesquisa nos ressaltou, através de dados, entrevistas e análises, o quanto os jovens estão alheios à participação política, porém, nem sempre consideravam que essa participação pudesse ser importante. E, embora muitos reconhecessem ser importante, porém eles próprios não buscavam essa prática e, tampouco, informações sobre ela. Contudo, consideramos que a educação para a crítica política é um elemento difícil e precisa ser aprofundada. Por ser polêmica e, sobretudo, polissêmica, nem sempre esta problematização está presente nos currículos escolares, tendo em vista que, muitas vezes, tampouco as instituições de ensino formal iriam arriscar-se tratar do tema. Isso ocasiona, muitas vezes, explicações soltas dentro de determinadas disciplinas, por parte de professores que temem tratar de questões polêmicas, ou ainda, levantar questões sobre determinado assunto torna-se difícil, porque este é, muitas vezes, encarado como conteúdo ideológico, e, portanto, a recomendação da escola é a de que a ciência deve manter-se na suposta neutralidade do *saber para prever e prever para poder* (LALLEMENT, 2008, p. 72) como sugeriam os criadores da sociologia científica há mais de duzentos anos atrás. Esta lição perdura até os dias de hoje, na criação de currículos e parâmetros escolares, por incrível que possa parecer.

Mas se a escola tem limites para ensinar sobre teoria e prática política, se os jovens não buscam essa participação de modo geral, então o que pensarmos sobre essa riqueza conceitual e prática que se perde na não-participação e não-ressignificação de práticas/ações políticas?

Deste modo, surge um espaço que, para a história, jamais se isentou de ensinar sobre política, seja de forma organizada e consciente, seja desordenada e inconsciente: as ruas, a *cidade*. A cidade ensina aquilo que alguns livros tentam revelar. Ensina aquilo que fica de lacuna entre o passado e o que pode vir a ser o futuro. A cidade mostra uma realidade, onde muitos que não participam de ação política, acabam ao menos tendo que lidar com esse enfrentamento com os próprios olhos ao sair na rua ou ao ler/assistir os noticiários que

estejam falando sobre isso. A cidade problematiza dia e noite a realidade social pulsante, a mistura do caos com a organização. Produz-se uma síntese viva e latente entre a hierarquia e o que poderia ser uma democracia. Podemos apreender cotidianamente esse caráter educativo, seja conscientemente ou não.

Compreendendo a *contradição* que se apresenta nas relações sociais e na realidade concreta como um elemento pedagógico, podemos dizer que a cidade ensina, seja de forma consciente ou inconsciente, tanto para uma práxis revolucionária⁶³ de projeto de sociedade, quanto para um rumo conservador, fazendo com que retrocedam as relações humanas no tempo/espaço, atingindo especialmente as classes mais pobres (LEFEBVRE, 2001).

Quando citamos *práxis revolucionárias* (MARX; ENGELS, 2007) estamos nos referindo a elementos teórico-práticos que buscam modificar uma dada realidade. Poderíamos exemplificar com a nascente classe burguesa da França absolutista⁶⁴, que fez uso do caráter político da cidade (LEFEBVRE, 2001) para transformar a realidade e derrubar um poder estabelecido.

O futuro iluminou o passado, o virtual permitiu examinar e situar o realizado. É a cidade industrial, ou melhor, o estilçamento da cidade pré-industrial e pré-capitalista sob o impacto da indústria e do capitalismo, que permite compreender suas condições, seus antecedentes, a saber, a cidade comercial; esta, por sua vez, permite apreender a cidade política à qual se superpôs. [...] Embora complexa e opaca, é a sociedade burguesa que permite compreender as sociedades mais transparentes, a sociedade antiga e a sociedade medieval. Não o contrário. (LEFEBVRE, 2008, p. 31)

Neste sentido, a cidade aparece novamente como o local do ensino político, se nos lembrarmos o que foi vivido nas ruas de Porto Alegre nas Jornadas de Junho de 2013, onde, a partir de um movimento articulado entre jovens, presenciamos protestos contra o aumento das passagens de ônibus, ocasionando posteriores movimentos muito maiores que os inicialmente propostos. E sobre este fato último, há uma curiosidade da semelhança entre as Jornadas de Junho no Brasil em 2013, e as Jornadas de Junho de 1848 em Paris (LEFEBVRE, 2001), na qual citamos no subcapítulo 2.1.2, como sendo um movimento de insurreição operária por direitos na França. A partir deste movimento presenciou-se uma das contraofensivas republicanas francesas mais violentas já vistas. Então, como vimos

⁶³ *Práxis revolucionária* (MARX, 2007): a teoria unificada à prática que não limita puramente em apenas conhecer um fenômeno e teorizá-lo, mas também, transformá-lo de diversas formas.

⁶⁴ Por mais contraditória que possa parecer esta revolução, ela modificou um *status quo* vigente dando lugar à outra forma de governo e de organização social na época (LEFEBVRE, 2001).

anteriormente, os trabalhadores foram às ruas de Paris para lutar pelo sufrágio universal e por direitos.

Não muito diferente, o Brasil vive, em 2013, um levante popular que, em pouco tempo, toma outras proporções, protagonizadas pela burguesia e alas da pequena-burguesia e, com isso, toma a direção contrária, em confronto com as questões anteriormente trazidas pelos jovens. Nesse caso, o resultado perceptível, até o presente momento (ano de 2016), é o fortalecimento e levante das forças conservadoras unificadas no âmbito político, de modo geral. Este fenômeno, cujos resultados podem ser observados no que, anteriormente, mostramos como um golpe, ao derrubar a presidenta eleita, colocando-se, em seu lugar, o homem que ela havia confiado para concorrer às eleições como seu vice-presidente, carece ainda, de análises e estudos mais aprofundados. Apesar disso, pode-se, numa visão ainda superficial, afirmar que se assemelha, demasiadamente, com o ambiente político nacional criado no Brasil pouco antes do golpe de 1964, que acabou por estabelecer uma ditadura civil-militar, estendendo-se até 1985.

Poderíamos considerar que as ruas das cidades seriam termômetros que anunciam, ao longo da história, grandes processos de contínua transformação social? Essas ruas políticas estão pelo mundo afora, em cada capital, cada cidade grande, cada núcleo efervescente de densidade urbana, cada um ensinando através de prática e ação política em lugares especialmente educativos. Algumas dessas ações políticas acabam transformando-se numa ofensiva conservadora, como está ocorrendo em nosso país, mas outras abrem caminhos menos opressores, tendo, como exemplos, alguns países da Primavera Árabe, que conseguiram destituir governos autoritários há mais de 30 anos (como ocorreu no Egito e da Tunísia)⁶⁵. Certamente o ambiente escolar dos países envolvidos. A Primavera Árabe pode ser considerada como uma espécie de aula de política construída na rua não promoveu o campo necessário para ensinar ao povo sobre luta política e suas complexas implicações. Outro caso de aula de política na rua foi a destituição do presidente da Ucrânia⁶⁶, Viktor Yanukovich, em 2014, alvo de insatisfação de alas de centro-direita que ocuparam a praça pública de Kiev. Isso ocasionou, posteriormente, a anexação da região ucraniana da Crimeia ao governo russo, tendo em vista que os manifestantes ucranianos de Kiev eram pró-União Europeia e a população da Crimeia era pró-Rússia.

⁶⁵ Conforme foi acompanhado pelos noticiários onde citamos a cobertura de Alain Gresh publicado em 05/11/2012 no periódico digital: *Le Monde Diplomatique* <http://www.diplomatique.org.br/artigo.php?id=1286/>

⁶⁶ Também disponível na cobertura jornalística publicada em 22/fev./2014 através do site: http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2014/02/140221_ucrania_entenda_crise_pai/

Retomando o exemplo brasileiro das Jornadas de Junho de 2013, como análise de aprendizado de rua, a população que foi às ruas protestar pelo aumento das passagens, posteriormente também foi às ruas exigir outros direitos e, naquele instante, puderam dar o testemunho de qual tipo de aprendizagem estavam realizando. Já outras pessoas tomaram as ruas para protestar contra a corrupção no Brasil e, em pouco tempo, também puderam dar seu testemunho sobre o que aprenderam naquele momento. Neste sentido, o que a Praça da Matriz e outros locais de protesto não só de jovens, mas também de adultos e até de idosos, em Porto Alegre, capital do estado do Rio Grande do Sul, estavam ensinando às pessoas naqueles momentos?

O que a cidade nos ensina antes e depois de estarmos nas ruas dela, nos espaços simbólicos, o que ela traz de história, de contradições, quais as relações sociais que carrega, que tipos de forças em luta ela está manifestando? Conseguimos, todavia, estabelecer a nossa capacidade cognoscível diante de tanta relação histórica e dialética desses diversos fenômenos encontrados nas ruas da cidade? É preciso estar constantemente na condição de estranhamento metodológico para tentar compreender tudo que a cidade pode apresentar/ensinar, e que, no entanto, já nem percebemos mais?

De fato nem os registros mais antigos da historiografia das cidades ou dos escritos clássicos de cidades da antiguidade, passando até as cidades industrializadas atuais, são capazes de nos apresentar toda a riqueza de possibilidades pedagógicas que ocorrem nas ruas de uma cidade. A cidade educa a partir da contradição capaz de ser vivida e observada. E, com isso, a cidade ajuda a denunciar e anunciar. As ruas podem ser consideradas pela MMM um espaço máximo de formação, tendo em vista que é dela que se retiram grandes fontes de opressão e violência. Nelas se injetam possibilidades de visibilidade de luta.

Diante de tudo que se pode presenciar na cidade ocidental média e grande, na atualidade, apreendemos que a cidade é um espaço/ambiente de incontáveis contradições e relações políticas, nas quais, muitas delas, não se apresentam diante do ensino formal. Considerando que a rua é um lugar de aprender, a cidade apresenta um potencial espaço de relação entre o passado e o que se pode planejar do futuro. E, mais do que isso, expressam condições sócio-históricas de classes e a produção de suas ideias.

Na contestação manifestam-se as ideologias próprias aos grupos e às classes que intervêm, aí compreendida a ideologia, ou as ideologias dos que contribuíram para a elaboração dos projetos, o *urbanismo ideológico*. A intervenção dos contestadores introduz conflitos nas lógicas sociais. A possibilidade de contestação faz essas lógicas aparecerem enquanto ideologias e permite sua confrontação, o que mensura o grau de democracia urbana. A passividade dos interessados, o seu silêncio, sua

prudência reticente quanto ao que lhes concerne, dão a medida da ausência de democracia urbana, isto é, de democracia concreta. Em poucas palavras, a revolução urbana e a democracia concreta coincidem. (LEFEBVRE, 2008, p. 124)

O autor sugere ainda uma *prática urbana*, de caráter político e revolucionário, acreditando na possibilidade de um saber epistemológico a partir do fenômeno urbano e de toda a complexidade sociológica e filosófica que carrega. As questões relativas à cidade e à realidade urbana não são plenamente conhecidas e reconhecidas; ainda não assumiram politicamente a importância e o significado que têm no pensamento (na ideologia) e na prática. (LEFEBVRE, 2001, p.10). Mesmo assim, apresentam uma grande capacidade transformadora de diversos nós sociais que se dão no ambiente e nas relações sociais a partir da empiria da cidade.

Assim, de acordo com estudos sobre feminismo e a cidade, realizados por uma militante/pesquisadora, temos que:

[...] existe uma exclusão urbanística, ou seja, existe uma parte da cidade que é invisível, não cabe no mercado imobiliário legal/formal e inclusive o poder público desconhece sua realidade quando planeja investimentos e políticas. Também são invisíveis as mulheres, negros, negras, e imigrantes cujo cotidiano é bem diferente do indivíduo tomado como modelo para o planejamento e organização das cidades. Chamamos de androcêntricas as construções sociais que tomam a experiência masculina como universal. Definitivamente podemos afirmar que o espaço urbano é androcêntrico. Sua construção tem como referência a experiência de vida e trabalho de homens adultos, com emprego e automóvel. Esta experiência se realiza, sobretudo no espaço público e, diferente da experiência da maioria das mulheres, não está marcada pelas responsabilidades com a reprodução, com o trabalho doméstico e de cuidados. (MORENO, 2015, p. 43).

De acordo com esta autora, existe uma relação sistêmica íntima entre o capitalismo e a urbanização, o que torna a cidade e suas ruas, espaços onde o capital se acumula e se mostra. Em contrapartida, estes espaços possíveis de se observar, são a fonte para a referência da resistência.

Já a educação não tradicional, que elegemos nesta pesquisa sobre o caráter educativo dos movimentos sociais populares, aparece enquanto mais uma alternativa ao capitalismo, permeando o pensamento de alguns autores que veremos na sequência. Analisar a realidade pela perspectiva de classe social pressupõe ressignificar o sentido da educação para além das instituições anteriormente citadas, para encará-la enquanto formação humana contínua.

[...] a educação, via de regra, tem sido interpretada como sinônimo de instrução, ou seja, fica reduzida ao espaço/tempo de escolarização. No processo de constituição das ciências modernas, estas se configuram como superação e até mesmo anulação

dos saberes práticos que decorrem da experiência de trabalho. (RIBEIRO, 2011, p. 37).

Na educação popular que os movimentos sociais, como a MMM, apresentam, os saberes do trabalho se configuram como fatores de ressignificação da relação humana com a sua prática de forma crítica. A crítica à educação bancária é feita por Freire (1987), quando este educador a descreve como sendo aquela na qual os alunos são meros depósitos de conteúdos e conhecimento técnico e científico, dissociado da realidade do trabalho. Neste sentido, a educação popular, nas diversas formas pelas quais se expressa, no Brasil e na América Latina, hoje, reconsidera elementos dos conteúdos gerais do conhecimento das ciências, associa tais elementos às experiências de vida e de trabalho, que se tornam práxis, e, com isso, também traz o enfoque político de ser e estar no mundo, nas suas propostas.

Dessa forma, tentamos, desde o princípio desta pesquisa, voltar o olhar para a possibilidade de uma epistemologia feminista, que incorpore novos elementos e, sabidamente, a educação popular tem muito desta perspectiva desde sua gênese. Pode-se considerar, ainda, não apenas experiências como a Pedagogia da Terra, a Pedagogia da Alternância, as escolas itinerantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST)⁶⁷, etc., mas também o caráter educativo da organização dos movimentos sociais, na sua cotidianidade. Sobre isso, ressalta Ribeiro (2011, p. 37), que a “educação popular, portanto, retoma esta relação com o mundo do trabalho e, por consequência, com as experiências e os saberes da prática, assumindo, com isso, um caráter de classe – o da classe que vive do seu trabalho.” De acordo com a mesma autora, nas origens da educação popular esta “era identificada como formação oferecida à classe operária para que se organizasse em um partido revolucionário capaz de conduzir a revolução” (2011, p. 37). Deste modo, a educação popular tem sustentação com caráter exclusivamente de intencionalidade política – não somente partidária, mas necessariamente revolucionária – sendo um grande motor de formação interna dos movimentos sociais populares.

Hoje a educação popular começa a ganhar novas configurações, debates, propostas, e, muitas vezes, materializa-se em lutas e conquistas por direitos sociais diversos. A educação popular no Brasil e na América Latina ganhou bastante força conforme os conflitos políticos ocorridos ao longo do século passado. Ribeiro (2011) traça um histórico da trajetória da educação popular em quatro momentos importantes até a síntese atual: um primeiro momento

⁶⁷ Sobre a pedagogia na qual se alternam tempos/espços de trabalho articulados a tempos/espços de ensino, na escola, de forma articulada esta relação trabalho-escola e, com base no que os movimentos sociais de luta pela terra consideram como formação humana, consultar Ribeiro (2010).

caracterizado pelas críticas à educação popular por ser apontada como parte de um projeto desenvolvimentista brasileiro; um segundo momento na tomada de consciência até a prática social quando Paulo Freire, perseguido pela ditadura militar que se instaurou no Brasil em 1964, exila-se no Chile, aproximando-se do marxismo; um terceiro momento em que Freire reforça a intencionalidade política da educação e participa de processos de vanguarda dentro e fora do Brasil, como método para fazer uma educação popular massiva; e um quarto momento quando a pedagogia freireana toma a frente da educação pela cidadania, onde a alfabetização aparece como direito imprescindível para a formação de todos os sujeitos. Paulo Freire é a referência da educação proposta pelos movimentos sociais populares organizados na Via Campesina⁶⁸, por exemplo.

Este caminho histórico da educação popular cresceu e agregou, cada vez mais, a organização de muitos movimentos sociais populares latino-americanos. O que estamos problematizando é, portanto, não a análise do caráter das influências da educação popular sob a formalidade do ensino básico ou institucional, no Brasil, mas o caráter educativo das relações políticas dentro dos movimentos sociais populares para a transformação que a luta é capaz de promover na materialidade da vida. A fala da militante 2 reflete bem isso na MMM:

Para que todas sejamos livres, primeiro é necessário consciência. Nós temos que ter consciência, temos que mudar nosso jeito de pensar. Inclusive nós, as feministas. Porque às vezes a gente é feminista e tem algumas atuações, em função da nossa cultura, mesmo. Nós precisamos mudar a cultura. Nosso jeito de ver as coisas e nosso jeito de passar isso pras novas gerações e pras mulheres que estão do nosso lado. Se fala muito! ‘Ah! Vamos lá na educação’ fazer isso. Mas é que tem as mulheres de hoje também, então não é só com as novas gerações, com todas as gerações nós temos que fazer isso. (Militante 2).

De modo geral, é deixado sob a responsabilidade das fontes tradicionais educativas, o compromisso com as novas gerações e com outras culturas pedagógicas. O que a militante 2 traz é muito interessante, porque transcende essa ideia da formalidade, não apenas sobre como transformar a educação de meninos e meninas, mas como lidar com o contínuo processo educativo por toda a vida. O Movimento, do qual ela participa, traz essa peculiaridade interessante que é expressa na fala dela e percebida na formação da MMM.

⁶⁸ A Via Campesina, “no Brasil, congrega o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), o Movimento das Mulheres Camponesas (MMC), a Pastoral da Juventude Rural (PJR), a Comissão Pastoral da Terra (CPT) e a Federação dos Estudantes de Agronomia do Brasil (Guzmán & Molina, 2005, p. 7)”. In: Ribeiro, 2009, p. 423.

Além disso, existe um outro elemento pedagógico na MMM, que diz respeito aos saberes das diferentes lutas das mulheres. Um exemplo disso é a relação que resulta da luta campo/cidade. Trata-se dos acúmulos de conhecimento e práticas sobre a vida das mulheres no campo, a vida das mulheres sindicalistas, a vida das mulheres estudantes universitárias ou a vida das mulheres trabalhadoras domésticas. Onde existe este ponto de encontro do saber? Seria no Movimento, na formação, na aprendizagem e troca contínua?

Eu jamais, na minha vida de menina criada na cidade, havia plantado nada que não fosse um grão de feijão molhado no algodão quando estava na escola. Quando comecei a militar na MMM o tema que mais me atraía era as relações de efetiva e perceptível desigualdade entre homens e mulheres da classe trabalhadora e a violência não só do capitalismo de modo geral, mas a violência contra os nossos corpos. Escutar sobre soberania e segurança alimentar para mim era estar falando de algo tão distante na minha consciência, que eu só ouvi falar em alguns momentos em que estive na faculdade e nos movimentos de rua, do Fórum Social Mundial. Quando comecei a ler os textos e prestar atenção no que aquelas mulheres estavam falando, de um ponto de vista que outrora parecia ser tão distante do meu mundo, essa coisa toda se abriu e consegui começar a enxergar. Não fui criada nem na escola nem em casa, para perceber que por trás de um alimento que eu coloco na boca, há trabalho de homens e especialmente de mulheres. Há relações de exploração e expropriação não somente de trabalho, mas de justiça social, de direito à terra, direito ao descanso. O alimento que chegava até minha mesa não tinha história. A história do que como e me mantém viva passou a existir quando entrei para a Marcha. Comer e saber o que como passou a ser uma prática política. Nem sempre conseguia ter a melhor prática possível e ainda não consigo, mas muita coisa mudou. Essa experiência de descobrir um mundo muito diferente do meu foi um aprendizado que jamais retrocederá. Não poderão tirar de mim o que aprendi sobre desfeticizar minha própria comida. Aprendi o sentido de me preocupar com uma semente. Aprendi que mulheres se preocupam com sementes. Não tenho vergonha de dizer que eu não nasci sabendo sobre isso. Ou que não aprendi na escola. Ainda é uma caminhada, mas aprendi com a MMM. E tenho certeza que as meninas da MMM que são do campo, conseguiram aprender alguma coisa com as da cidade. Tenho certeza. (A.P.).

Neste processo é interessante lembrarmos-nos das relações dialéticas entre o campo e a cidade, entre os aprendizados diferentes, entre as trocas de experiências... Existem diferenças implícitas, peculiares ao campo e à cidade, que precisamos também apreender no Movimento, que, à primeira vista, significam dois processos: a primeira, a fim de qualificar, rediscutir, transformar, fortalecer e reafirmar as singularidades inerentes à vida materializada do campo; a segunda, de caráter capitalista e, portanto, fragmentário, dissociando ao máximo a cidade do campo, no intuito da dominação, desorganização ou desqualificação das demandas da sociedade na sua totalidade, envolvendo a relação campo/cidade. Contraditoriamente, a lógica do agronegócio unifica tanto quanto a produção, a indústria, o comércio e o campo. Mas fragmenta a luta social do campo e da cidade. Neste âmbito, torna-se uma luta unificada na MMM entre mulheres que aprendem entre si, como, onde e por que lutar nestas frentes.

A força popular que vem do campo é um elemento fundamental na luta de classes, que ocorre no Brasil. Ao mesmo tempo, a história registra que o operariado e as disputas urbanas configuraram importantes avanços na busca pela emancipação da classe operária. No período anterior ao golpe do 1º de abril de 1964, com que a ditadura, apoiada pelos Estados Unidos, se impôs no Brasil, a sociedade brasileira debatia dois projetos antagônicos de desenvolvimento nacional: por um lado, o projeto apoiado pelos Movimentos Sociais Populares e, por outro, o projeto político das forças conservadoras que defendiam a integração econômica brasileira com o capital internacional (ARAPIRACA, 1982). Desde então, a redistribuição de renda tomou lugar secundário em detrimento ao crescimento econômico capitalista.

Na primeira perspectiva que tinha como porta-voz os Movimentos Sociais Populares, a agricultura e os trabalhadores tinham um papel essencial, pois pautavam a reforma agrária e os direitos à terra como uma demanda essencial à sua manutenção e sobrevivência. No Brasil, na perspectiva do capitalismo, tanto a reforma agrária quanto a distribuição de renda não tinham – e continuam não tendo – importância alguma. A política de abertura econômica ao capital internacional gerou, principalmente nos últimos trinta anos, grandes cidades superpovoadas, e regiões rurais esvaziadas, desmatadas com enorme perda para o meio ambiente, porque invadidas pelo agronegócio. Neste sentido, a agricultura deveria constituir-se em demandante apenas de insumos industriais, químicos, mecânicos e biológicos. Esta demanda atendia, e ainda continua atendendo, à necessidade de produzir para exportar e, ao mesmo tempo, de gerar a dependência, por parte dos agricultores, dos produtos implícitos no modelo agrícola norte-americano, como máquinas, tecnologias e insumos (CAMPOS, 2011).

O projeto em curso, de mundialização do capital, expulsou milhares de trabalhadores e trabalhadoras da terra, ao mesmo tempo em que as indústrias necessitavam de mais mão-de-obra operária. Os anos setenta do século passado foram marcados por grandes explosões de centros urbanos dotados de inúmeras indústrias ao redor das cidades. Ao mesmo tempo em que as indústrias geravam superproduções, o campo expulsava os pequenos agricultores com as políticas de “modernização” da agricultura, que os deixavam em larga desvantagem econômica de sustento ao serem empurrados para as periferias urbanas.

Com o passar das últimas duas décadas do século XX, acirrou-se ainda mais este processo. A prática da monocultura no campo, especialmente com o cultivo da soja, do milho e da cana, e as portas abertas ao agronegócio geraram e continuam gerando mais miséria ao camponês. O modelo de desenvolvimento capitalista agrícola atual, predominante no Brasil, ocupa longas extensões de terra – principalmente com a monocultura de milho, soja e cana-de-açúcar, no Brasil, onde grandes empresas estrangeiras controlam o processo de produção

para abastecer o mercado internacional. Estas empresas envolvem diversos setores da economia, que incluem desde a produção até as fontes de financiamentos através de bancos privados e/ou estatais, passando pela agroindústria e as empresas de comercialização. Este agronegócio se tornou, então, um verdadeiro complexo que dita boa parte das regras do jogo dos recursos naturais, das terras e dos trabalhadores do campo no Brasil.

Tendo em vista este processo no campo, o interesse em associar a realidade cada vez mais devastadora deste espaço com as lutas da cidade, faz-se necessária para a compreensão dos processos em que se envolvem as mulheres da MMM. O campo sofre violências, tanto quanto a cidade, e permeia uma guerra silenciosa, longe das câmeras urbanas de vídeo das grandes tecnologias dos centros urbanos, principalmente das mídias, associadas ao capital nacional e multinacional, restando, como únicos denunciadores, os sujeitos da classe trabalhadora organizados nos Movimentos Sociais Populares. Mas será que a MMM, enquanto um movimento social, ensina somente sobre ação política e concepção de mundo?

Com a MMM aprendi a cantar! É uma coisa que vem de dentro pra fora, é legal isso! (risos) Botar os sentimentos pra fora! (Militante 1).

Passaremos no próximo item a abordar a relação da militância na MMM com os Movimentos Sociais Populares, no que isso se constitui como uma prática político-formativa.

3.3 – Militância e movimentos sociais: prática político-formativa contínua e em tempo real

Meu pai é militante sindical. Por isso eu digo que sempre me senti militante. Cresci brigando no colégio por pautas que eu acreditava que eram corretas, que eram importantes de ser debatidas. A minha mãe e o meu padrasto eles não eram militantes orgânicos, mas eles foram professores e também participavam das greves, enfim. Então lá em casa a gente sempre teve uma configuração muito legal, meu pai e minha mãe são separados desde que eu era bem pequena e minha mãe casou um ano depois da separação e os três se dão muito bem até hoje. Muito bem mesmo. E a minha mãe sempre trouxe mais grana pra casa do que o meu padrasto, então meu padrasto cuidava de mim e da minha irmã, ela trabalhava de noite, dava aula. Então ele cuidava da gente, lavava louça, até hoje, lava roupa, cuida da casa. Trabalhava fora também, mas fazia. Então era invertido. Em casa sempre foi bem diferente do normal. Mas claro que minha mãe também reproduzia o machismo como várias de nós estamos desconstruindo em outros sentidos. Na parte sexual, por exemplo, ela sempre dizia filha tu tem que te preservar, isso eu sempre ouvi. Ela não tinha essa construção feminista, não tinha concepção de feminismo em sentido mais sexual, mas nessa troca em casa das identidades comuns isso acontecia. (Militante 5).

Para contextualizar a perspectiva da militância, no que se refere ao feminismo, é interessante trazer o que pensam alguns teóricos e pesquisadores sobre os movimentos sociais populares e os chamados “novos movimentos sociais”. Por estarmos falando de um movimento feminista, e não de um movimento sindical ou partidário, por si só a MMM já se abriga neste patamar estabelecido pelas ciências humanas atuais, como sendo parte de um novo movimento social. Esta classificação é polêmica e merece ser vista com atenção. A ideia que surge sobre esses “novos movimentos sociais” é que os mesmos estão intrinsecamente ligados à crise dos “velhos movimentos sociais”, como uma descrença meio generalizada (SCHERER-WARREN; KRISCHKE, 1987), nessas instituições, e que geram novas contradições, teses e antíteses.

De acordo com Hartmut Kärner, em seu artigo *Movimentos Sociais: revolução no cotidiano* (1987), a sociedade vem desacreditando nas instituições em que, historicamente, confiou para fazer eco a formações de base como: outros movimentos, redes, associações, grupos, etc. Isso, segundo este mesmo autor, é resultado de uma crise da sociedade, que não se percebe mais enquanto sujeito que espera um futuro utópico, mas cogita práticas e acúmulos teóricos para uma revolução cotidiana. Práticas estas, possíveis de estarem no presente e não em um futuro assim tão distante. Segundo o autor, esse movimento de descrença nas instituições tradicionais (partidos e sindicatos) tanto em países desenvolvidos quanto nos países identificados como “em desenvolvimento”, é resultado de dois fenômenos: o aumento da alienação das massas e o desejo, citado anteriormente, de termos uma sociedade que quer ver mudanças no presente e no cotidiano, e não apenas numa “futura revolução” que estaria para chegar, mas que nunca se sabia quando...

Segundo Kärner (1987), o elemento da alienação das massas tem dificultado o avanço da consciência coletiva sobre sua condição de exploração de classe. Isso levaria alguns movimentos sociais populares a empreender o sentido da *solidariedade*, enquanto o catalisador desse movimento, para, com isso, avançar no sentido de um momento posterior de consciência sobre o âmbito maior da luta em si. É o que acontece muito na MMM e que já citamos sobre o que move a militante a participar deste Movimento.

Assim, a militante pode ter uma noção básica sobre capitalismo e patriarcado, mas a denúncia do cotidiano de um estupro, por exemplo, é o que poderá ser o combustível da inserção da mulher nesta militância. Pode ter sido um aborto feito na sua juventude e que a tenha marcado. Pode ser sobre a sua sexualidade que não é aceita pela família. Podem ser diferentes denúncias que não, necessariamente, tenham relações aparentes com o significado de patriarcado ou com o que é o capitalismo. Mas, que, na caminhada, vai se fazendo

entender, vai se tornando mais claro. Vai criando relações dialéticas entre a realidade e a teoria. A classe social popular, porque trabalhadora e, muitas vezes, como agora, sem trabalho, tornada visível no pano de fundo, nesse ínterim ela ressurgiu, como um processo muitas vezes consciente, mas outras vezes não, e ao Movimento cabe o caráter educativo de estabelecer essas relações e torná-las conscientes.

A composição social de um movimento social, é, por certo, sempre especificamente de classe, ainda que não represente uma única classe homogênea. Tanto assim, que pode chegar a ser um movimento de massas. Os movimentos sociais não têm, necessariamente, a mesma estrutura organizativa de um partido, ou seja, não reconhecem militância formal nem capacidade hierarquizada de decisão. Podem, no entanto, no curso de seu fortalecimento, desenvolver uma institucionalização mínima e delegar a tomada de decisões a um comitê, sem que cheguem, por isso, a ter uma instituição formal. (KÄRNER, 1987, p. 24).

O autor salienta, ainda, que a América Latina é um espaço em que estas ideias de movimentos sociais populares auto-organizados mais têm se expandido, especialmente durante e após as ditaduras, sejam elas civis ou militares. A opressão totalitária latino-americana, em boa parte do território, formou movimentos sociais populares unificados em torno de opressões diversas. Além disso, a austeridade fiscal, as políticas neoliberais e toda a economia capitalista globalizada da década de noventa do século XX, só veio a fortalecer ainda mais, a criação de diversos movimentos.

Nesse meio tempo, surge a necessidade de uma luta que seja para o tempo real. Esta luta passa a ser aceita como luta cotidiana, porém gera uma crise na tradição marxista da época, onde o próprio marxismo precisou, e ainda precisa, em razão do descrédito e avanço do “pós-modernismo”, ser ressignificado para conseguir se reorganizar no mundo teórico, redefinir qual é o espaço dessas lutas e que nome dar a elas. Alguns marxistas até hoje ainda não conseguem ou não pretendem dar visibilidade para estas lutas, tendo em vista que se prendem à centralidade da luta sindical e pela terra, como sendo o genuíno e o partido como espaço para o projeto revolucionário. Algum tempo se passou e este debate ainda não tem uma síntese mais sólida entre o velho e o novo, entre o que era pregado como a revolução e o que ainda não tem propriamente um nome, mas aponta a necessidade de dar continuidade às lutas sociais.

Para Kärner (1987, p. 33), a “revolução do cotidiano” capacita uma parte essencial da sociedade para lutar abertamente e de forma decidida, mas, apoiada pelo processo inicial de autorrealização – também de modo realista, pela superação das condições político-econômicas causadoras da alienação.” Esta afirmação necessita de bastante cuidado, pois, não

necessariamente uma militante da MMM entra no movimento por razões individuais, para depois politizar o coletivo. Se nós estamos falando de expansão enquanto Movimento e de desalienar as massas, especialmente as mulheres, se estas não carregam a formação política inicial, com teorias as quais já citamos como tradicionais, certamente acabarão por se envolver, primeiramente, pelo que lhe toca no cotidiano.

Casualmente, como já referimos antes, apenas uma militante não teve relações educativas militantes no espaço tradicional. Em compensação, outras testemunham:

Eu sou filha de militantes, a minha mãe quando eu tinha 8 anos, ela foi trabalhar no sindicato dos metalúrgicos de Guaíba, e isso foi em 1988. Era na fase que o PT estava surgindo e que o Lula estava tendo maior ascensão política. Ano anterior a 89. E a minha mãe e meu pai ajudavam muito naquela época, se fechava muita fábrica em Guaíba. Naquela época tinha a Geral e a SUR, agora é a Thiessen, a SUR produzia elevadores e a Geral fazia fogões. Era do âmbito do sindicato dos metalúrgicos. Tinha muitas greves na época e tinha muito fechamento de fábrica. Eu ia junto, nas reuniões, não só do PT desde muito pequena, mas ia também para as formações e ações de fechamento de fábricas. (Militante 6).

Era de manhã muito cedo, não tinha quem ficasse comigo, eu estudava à tarde e eu tinha que ir junto. Eu ficava no caminhão de som, que era o lugar mais seguro. Enquanto meus pais seguravam o portão das fábricas. (Militante 6).

Uma das histórias que a minha mãe sempre conta e que eu acho muito engraçado é que ela se sente muito de nunca ter fotografado, especialmente porque eu cresci e virei militante. E ter feito muitas vezes isso de verdade. É que uma das minhas brincadeiras preferidas era no caminhão de som, que ficava estacionado no pátio da minha casa, minha mãe era zeladora do sindicato, então a gente morava dentro do sindicato e eu brincava de dar discurso no alto do caminhão de som. Eu achava o máximo aquilo, e mais tarde, a primeira vez que ela me viu dando discurso dentro do caminhão de som, ela se deu conta como se arrependia de não ter fotografado isso quando eu era criança. Porque isso era do nosso cotidiano, parte da nossa casa, nós abrigamos, por exemplo, o MST, quando foi fazer uma ocupação numa fazenda, que depois virou um assentamento em El Dourado, então eu estou desde criança convivendo com o movimento sindical, com o movimento partidário e com alguns movimentos sociais que eu convivi como o MST, por exemplo. (Militante 6).

A aprendizagem, enquanto participação e vivência em um movimento social popular, ao passar para a militância que não seja pelas instituições tradicionais, no alerta sobre este fenômeno que atinge, especialmente, as jovens nos tempos virtuais, que é a capacidade de entrarem para um movimento sem essa base formativa. E, a partir daí, emergem questões como:

Estariam estas jovens relegadas ao rol das militantes de perfil individualista, ou teríamos nós, pesquisadoras e militantes de movimentos sociais populares, de concedermos um olhar mais atencioso e focado para esses casos, sem cometer equívocos predeterminados? De fato, o que constitui a ideia de novos movimentos sociais movidos por causas individuais?

É o que estamos tentando unificar nesta tese, pois argumentamos que o despertar do oprimido, ou melhor, das oprimidas, mulheres que integram a Marcha Mundial das Mulheres (MMM), seja a porta que, quando elas entrarem, precisam ser orientadas até que suas práticas possam expressar ideias mais conscientes e, cada vez menos arraigadas, do opressor que há dentro de si mesmas. Para este fim, não há outro meio senão a aprendizagem solidária no coletivo.

Na verdade durante toda a minha vida o feminismo foi algo que foi muito escondido, não era muito próximo de mim e da minha realidade. E chegar no espaço da MMM e falar de solidariedade, falar de igualdade, e de construção coletiva, são as principais características que me atraíram na MMM. E a irreverência também. (Militante 1).

E me perceber como feminista foi uma transição. Não sei exatamente identificar esse momento, mas eu senti quando “tipo”: sou feminista e consegui assumir isso. É uma coisa que comecei a conhecer a MMM, a sentir isso. Às vezes via as pessoas falando com tanta convicção “sou feminista” e eu não sentia isso. E num determinado momento me dei conta que eu também era. (Militante 1).

A fala da Militante 1 expressa uma dúvida que fica para pensarmos: teríamos a capacidade de “medir” o que leva, de fato, um sujeito ou indivíduo – uma mulher – a participar e a integrar-se a um Movimento Social Popular, explicando o fato como: “tendo ido participar por razões primeiramente individuais”. A Militante 1 aprofunda a nossa inquietude, quanto a decidir se, realmente, podemos afirmar que são individuais as razões que levam à participação, à formação, à ação política da/na MMM. Porém, é inegável que a perspectiva da denúncia e da vivência do cotidiano faz parte, sim, da realidade da militância da MMM. Isso não significa dizer que a militância neste Movimento se resume ao tratamento de temas cotidianos descentralizados. Mas sim, significa expressar, uma vez mais, que a MMM utiliza a ação política para exprimir sua luta anticapitalista e contra o patriarcado.

Scherer-Warren (1987) contribui para a nossa pesquisa, no que diz respeito à problematização desses ditos “novos movimentos sociais”. Para ela, há uma delimitação histórica que põe em cheque as velhas formas de praticar a política, onde estes novos movimentos surgem e expressam uma complexa gama de características. Alguns, segundo a autora, remontam, na sua origem, ao anarquismo e a movimentos culturais que enfatizam a autonomia individual, a auto-organização e a desterritorialização. Por outro lado, os novos movimentos sociais exprimem, também, um contraponto ao movimento sindical tradicional, onde a autora sugere que o próprio movimento sindical dos anos, de 1980 em diante, muda seu caráter excessivamente centralizador das épocas das revoluções proletárias na Europa. Segundo esta autora,

A identidade nestes ‘novos movimentos sociais’ será construída, pois, a partir de dois fatos: primeiro, o reconhecimento do povo (num sentido mais abrangente do que classe operária) das condições materiais do capitalismo e de suas variadas e sobrepostas formas de opressão, bem mais amplas do que ocorrem no mundo das relações de produção [...] esse fato poderá ser denominado ‘estrutural’. Segundo, a internacionalização de uma cultura crítica que vem penetrando os movimentos populares. Esse pensamento está sendo construído a partir de uma insatisfação quanto às formas de opressão e autoritarismo tanto do capitalismo quanto das suas tentativas de superação – o socialismo real. (SCHERER-WARREN, 1987, p. 39-40).

Neste sentido, as lutas feministas aparecem, na análise da autora, como sendo um contraponto a essas formas de opressão. Assim, ela separa o movimento de mulheres em dois tipos: pequenos grupos de reflexão existencial, que encaminham formas de transformação radical nas relações interpessoais e cotidianas; e os grupos anticapitalistas que associam as transformações radicais das relações sociais ao movimento das classes sociais, que lutam por um “novo sistema social” (SCHERER-WARREN, 1987, p. 46).

Sobre tudo isso, a autora problematiza a respeito da validade de uma nova cultura política, que se pretendem esses movimentos, porém, perdem força enquanto representações de um embate ao poder central. Neste sentido, ela questiona a relação destes novos movimentos com o Estado. A preocupação da autora diz respeito ao atendimento de necessidades mais locais e regionais, que tornam impossível uma unidade de caráter nacional e, por conseguinte, global. O fato é que a MMM, por exemplo, surge num momento em que explodem as formas de conexão entre o local, o nacional e o global, que veremos no subcapítulo 3.3.2.

Sintetizando o que ela compreende por formação de uma nova cultura política, a partir desses novos movimentos sociais, destaco:

- 1) Reação às formas autoritárias e de repressão política, propondo democracia direta e de base ou representativa em contextos mais gerais, além de questionar os próprios critérios de distribuição de poder.
- 2) Reação às formas centralizadoras de poder, defendendo autonomias locais e sistemas de autogestão.
- 3) Reação ao caráter excludente do modelo econômico adotado no país, encaminhando novas formas de vida mais comunitária. (SCHERER-WARREN, 1987, p.50)

Ainda que esses novos movimentos sociais, citados por Scherer-Warren (1987), apontem para um horizonte analítico enquanto mudança de cultura política e, ainda que haja movimentos que lutem por questões mais estruturais perante o capitalismo, como citamos anteriormente, a nomenclatura “novos movimentos sociais” traz consigo alguns

‘desconfortos’ justamente por sua crítica. E que, nesse caso, caberá uma reflexão inspirada em Leher (2000, p. 162) quando este autor nos diz:

Na ótica dominante, ao longo da década de 1990, os novos movimentos da sociedade civil se caracterizam pela incorporação da crença no fim da centralidade do trabalho na vida social. [...]. Uma característica indelével destes movimentos, em decorrência da resignificação do conceito de sociedade civil, é que seu locus encontra-se desvinculado da dimensão econômico-social. São movimentos que, na concepção de um dos principais ideólogos da "terceira via", Anthony Giddens (1997), estão mobilizados para a autoajuda e por temas como feminismo e ecologia, questões que, em síntese, contribuem para a reflexibilidade local e global, abrindo espaços para o diálogo público a respeito dessas questões.

Até certo ponto, há concordância com o autor, quando este traz a crítica à tônica do trabalho estar deixando de ser centralidade, no que ele chama de “novos” movimentos sociais. Isto quando considera as Organizações Não Governamentais (ONGs) e/ou lutas sociais da sociedade civil, que não tenham ligação direta com a categoria *trabalho* – como exemplo, alguns tipos de feminismos e diversos grupos destes, nos quais o foco constitui-se, apenas, de pautas pontuais. Assim, o autor considera que há uma neutralização das lutas efetivas do proletariado contra o capitalismo. Na mesma obra, Leher (2000, p. 162) continua sua crítica:

Assim, os novos movimentos sociais, em especial as Organizações Não Governamentais (ONGs), indicam novas identidades, valores e interesses capazes de articular a subjetividade como a etnia, o gênero, a opção sexual, a religião, a nacionalidade, o meio ambiente, entre outros. Visto a partir do ângulo do pensamento hegemônico, a resposta à indagação de Gorz: "Adeus ao proletariado?" é, indubitavelmente, positiva. Este pensamento institui uma forte dicotomia (passado versus futuro) entre, de uma parte, os movimentos sociais organizados relacionados com o trabalho e, de outra parte, os novos movimentos sociais. Os primeiros adotam categorias e conceitos totalizantes, buscam soluções sistêmicas que impliquem ruptura com o modo de produção capitalista. Os últimos, ao contrário, são pragmáticos e pouco ideológicos.

Isso significa para, para este autor, que as lutas modernas simbolizam uma fragmentação do foco central na contradição trabalho/capital, utilizando os exemplos do feminismo e da ecologia. Reconhece, portanto, que os espaços e o diálogo em conjunto abrem-se cada vez mais, porém, sua preocupação é efetivamente a categoria *trabalho* perder a centralidade e surgirem diversas manifestações, sem o foco que considera ‘revolucionário’. O que problematizamos, na ideia de Leher, nessa obra, é justamente sua negação sobre estes “novos” movimentos como potencial e capacidade para reconduzir o *trabalho* ao centro estruturante da mudança necessária, para uma nova ordem mundial. No entanto, não conseguimos pensar o quanto é imobilizante considerar o sindicalismo e as lutas pela terra, como a luta genuína contra o capital. Por certo, algumas lutas denotam uma contingência

pragmática de fato, trazendo pequenas melhorias, que, dentro do capitalismo e do grande debate global, esgotam-se em si mesmas.

Elen Wood (2006), por sua vez, estabelece, da mesma forma, uma preocupação sobre confusões teóricas decorrentes das diversas movimentações políticas, percebidas ao longo do século XX. Ela abre o debate sobre as mesmas preocupações de Leher, ao referir-se sobre os chamados, por este autor, de “novos movimentos sociais”, caracterizados por David Harvey (p. 2004, p. 103) como “lutas cujas metas são múltiplas e divergentes, num movimento anticapitalista mais universal”. Neste sentido, optamos por considerar as críticas de Leher (2000), mas apontando estes “novos movimentos” como formas de resistência e luta anticapitalistas, como foi referido por Harvey (2004), bem como o olhar de Boaventura de Sousa Santos (2005), sobre a unidade que há na particularidade de cada movimento social. Já Wood (2006) abre à crítica a este olhar, apontando quais cuidados devemos ter sobre o tema sem perder de vista a categoria *trabalho* e todas as relações estruturantes do capitalismo, que é o foco da atenção da unidade na multiplicidade de todos estes movimentos juntos.

Os movimentos realmente novos buscam mudanças pontuais, concretas, nas políticas de governo (um processo denominado de focalização), não aspirando, felizmente, a mudanças capazes de levar a rupturas. Outro aspecto igualmente elogiável, ainda na ótica dominante, é que estes movimentos muitas vezes se colocam na condição de "parceiros" do Estado na implementação de determinadas políticas, contribuindo, desta forma, para a despolitização das mesmas e, por conseguinte, para o desmantelamento do ineficiente Estado keynesiano. A sociedade, nesta concepção, é apenas um conjunto de grupos de interesse desprovidos de qualquer identidade capaz de articular uma transformação global; ao contrário, os valores unificadores são os mesmos da empresa capitalista: flexibilidade, competitividade etc. (LEHER, 2000, p. 162).

O autor sugere que a participação da sociedade civil esteja servindo estritamente aos interesses localizados, talvez até competitivos e de fins em si mesmos, sem causar grandes modificações ou possibilidades de rupturas. Desta perspectiva, é importante separarmos aqui o que seriam as Organizações Não-Governamentais (ONGs) dos “novos movimentos sociais”, que possuem características totalmente diferentes, tendo em vista que um depende de financiamento do Estado e o outro é autônomo. Enquanto movimento social, a MMM possui autonomia financeira. De sua parte, produz alguns objetos para venda, cria maneiras alternativas de financiamento e colaboração entre a militância. Ao mesmo tempo em que ela não depende de uma ONG, muitas vezes estabelece parcerias com sindicatos e com as próprias ONGs. O importante é que ela não deixa de existir, caso alguma ONG ou sindicato não a apoie. Por isso é autônoma. Considero essa afirmação essencial para estabelecer o ponto

de partida da crítica de Roberto Leher e Elen Wood a qualquer organismo que dependa de políticas internacionais ou da sociedade civil, financiadas pelo Estado.

Tais críticas que estamos apresentando aqui, a respeito destes movimentos sociais como a MMM, por exemplo, que surge numa época de predominância do neoliberalismo, de capital flexível, e se dedica à bandeira feminista, coloca-nos em relações de concordâncias e discordâncias. As concordâncias são efetivamente aquelas em relação aos movimentos sociais feministas que apenas centram suas forças em pautas emergentes ou em redes de assistência. A discordância é quando atentamos que a MMM possui um caráter novo, do que é “relativamente novo”, ou seja, ela propõe, assim como alguns outros movimentos sociais de mulheres (que não são tantos assim), a superação do sistema exploratório e de dominação sobre pessoas. Não somente quanto ao trabalho, mas se centra no trabalho e vai além. Propõe uma nova organização social, propõe outras formas geográficas de organização dos espaços da sociedade. Propõe, ainda, a desmilitarização e o uso da força, outra cultura política, outro sistema político-organizacional, a autodeterminação dos povos em relação aos centros de poder mercadológico e militar, luta pela erradicação da pobreza, da fome, propõe noite e dia, sem intervalos, o direito à igualdade dos direitos de homens e mulheres, a igualdade racial e a anulação da divisão da sociedade em classes sociais, ou seja, todos com os mesmos direitos. Enfim, a MMM abre, nesse sentido, uma luta maior cheia de micro lutas dentro de si, o que permite dizer que pretende sim, uma melhoria de vida ainda no presente, como dizíamos anteriormente.

Ser militante é transformar a realidade. Para transformar a realidade você tem que estar em movimento. E a militância eu sinto como se fosse esse movimento por mudanças. (Militante 1).

A militância na virada do milênio nos trouxe algumas indagações gerais sobre o que é um movimento social popular, de fato, como pensamos seja a MMM nos dias atuais. Há desafios para serem analisados com cuidado, no que se refere a um contingente que não mais quer deixar para depois, para os filhos, para as próximas gerações, as respostas. Quer isso, mas quer também para si, para os seus e para outras/os que estão à sua volta. Um ‘estar em movimento constante’.

Os novos movimentos sociais, perante a crise do capital, que aparece mais fortemente a partir da década de 90 do século XX e se acentua com a crise de 2008, e impõe flexibilizações de tantas ordens, que acaba impondo, também, tornar-se, diuturnamente, uma/um militante capaz de dialogar com as massas por outras formas. A massa da sociedade, em geral, vai

mudando, vai se tornando mais exigente na cobrança das respostas, ao não aceitar mais o perfil do sindicalista partidário, ou o movimento que se conforma com respostas pífias, em relação às suas demandas, quando, então, o embate não cria condições necessárias para uma luta mais massificada. O atrativo, por mais cruel que seja dizer isto, para uma luta política progressista que confronte o capitalismo, começa a aparecer, também, de novas formas, permitindo que o ímpeto de luta social que existe dentro do sujeito possa se manifestar, também, de outras formas.

Esse fenômeno é complicado e abre precedentes para avaliações como a de Leher (2000) e sua preocupação com o sujeito trabalhador que assume, na fábrica, uma postura cada vez mais passiva, enquanto outros sujeitos estão nas ruas, lutando, por exemplo, pela não derrubada de árvores de alguma praça pública. Este é o desafio desses novos movimentos sociais, citados por ele, embora haja a considerar que, mais de 10% da população trabalhadora brasileira, esteja, hoje, desempregada e aqueles que ainda estão, temem participar de movimentos sociais e ser despedidos. Seria esta uma forma de alienação?

Em outros momentos, já pensei estar ‘errada’, ao considerar que a atração de um sujeito pela política possa vir por meios e/ou instrumentos, como os de comunicação, por exemplo, que, vinculados ao grande capital, desprestigiam os movimentos e organizações representativos das classes trabalhadoras. Atualmente, vejo o movimento da história tão complicado, tão difícil, uma sociedade tão recrudescida, uma dureza tão grande nas relações humanas, uma marginalização tamanha do sujeito político em si, uma era de desconfianças, incertezas existenciais exacerbadas, promovidas pelo modo de vida capitalista e internalizada na mente das pessoas, que validar novas formas de atrair uma oprimida ou um oprimido, pela sua temática de opressão, por mais de uma via que não somente a central, para uma posterior tomada de consciência, já não penso que seja tão errado assim...

Ser militante é difícil dizer. Tudo na minha vida. A militância em si para mim, configura 90% do meu tempo hoje. Onde eu estou estudando eu milito. A criação da minha filha não deixa de ser uma militância. Eu compreendi que tudo que a gente faz é uma ação política na vida. Hoje eu estou em espaços organizativos da corrente dentro do PT, dentro da juventude principalmente, e mesmo que em algum momento eu optasse por sair disso ou isso deixasse de existir eu nunca deixaria de ser uma militante. Porque isso está tão inserido na minha construção, isso é uma prática. (Militante 5).

Toda a militância possível no/do feminismo é bem vinda, toda prática materializada no cotidiano é importante. Estamos em tempos tão difíceis que, cada vez que se ganha uma pessoa para a luta, o trato sobre essa/esse sujeita/a e sobre a forma como ela/ele chega, passa a ser cada vez mais importante. Pode ser reflexo de uma maneira feminista de efetivar outra

cultura política, que não o embate sectário e direto se a pessoa não é ainda capaz de compreender os eixos centrais da opressão.

Nas ciências humanas essa afirmação abre precedentes para considerar que a luta da MMM é uma luta advinda da pós-modernidade. Porém, considero que essa afirmação não se sustenta, quando se é capaz de olhar a MMM, por dentro, e descobrir nela a sua fundamentação consolidada na materialidade da vida, em todas as suas dimensões histórico-dialéticas possíveis. O que é limitado no campo de ação da MMM, de fato, são as possibilidades de transformação da realidade de uma forma mais radical. As propostas da MMM são radicais, mas a ação do dia a dia e a realidade cotidiana da mulher trabalhadora limitam o poder de conquistar uma mudança estrutural, por enquanto, mas esta dificuldade não limita a criação das condições gerais necessárias para tal. E é preciso considerar, também, que esta mudança estrutural inclui os homens, nossos companheiros, nossos irmãos, nossos filhos, nossos amigos, embora saibamos que, tal mudança, implica, certamente, numa mudança das relações humanas de gênero, raça e classe, uma vez que as classes sociais sejam, de fato, superadas... É lutar para ver.

Por outro lado, é preciso dizer que considerar a MMM um novo movimento social, para nossa avaliação e análise, só pelo fato da sua época e contexto de surgimento, poderia ser aceitável. Mas encerro este subcapítulo afirmando que não a vejo, em algumas das análises dos pensadores desses novos movimentos sociais, tendo em vista que ela não descentraliza trabalho. Fica assim, difícil colocá-la nessa classificação fechada e perigosa, e, por isto mesmo, seguirei considerando-a como um movimento social popular, até porque são estes os movimentos que carregam a potencialidade de conquistar mudanças estruturais.

A esta identidade comum de mulheres de diferentes espaços (urbanos/rurais), questionamo-nos sobre seus limites e possibilidades enquanto resistência e construção de uma outra possibilidade hegemônica. Nesse contexto, situamos os processos *educativos não-formais* em que os movimentos sociais de trabalhadores podem estar inseridos.

Quando tratamos da educação não-formal, a comparação com a educação formal é quase que automática. O termo não-formal também é usado por alguns investigadores como informal. Consideramos que é necessário distinguir e demarcar a diferença entre estes conceitos. A princípio podemos demarcar seus campos de desenvolvimento: a educação formal é aquela desenvolvida nas escolas, com conteúdos previamente demarcados; a informal como aquela que os indivíduos aprendem durante seu processo de socialização, - na família, bairro, clube, amigos, etc., carregadas de valores e culturas próprias de pertencimento e sentimentos herdados: e a educação não-formal é aquela que se aprende no “mundo da vida”, via os processos de compartilhamento de experiências, principalmente em espaços e ações coletivas cotidianas (GOHN, 2006, p. 28).

A autora resume nossa compreensão do *educativo*, enquanto possibilidade de aprendizagem sobre os processos do “mundo da vida”, que carregam a consideração ao fator político de inserção do sujeito no mundo. Este fator político acontece em todos os espaços, inclusive na educação formal desenvolvida na e pela escola, porém é fragmentada e, em geral, seu discurso conteudista dissocia as ciências da própria vida do sujeito, como se fosse possível sua “neutralidade” e separação.

O que então, os espaços de formação coletiva, como o movimento feminista da MMM, pode configurar como educativo e quais as relações de transformações nas práticas das mulheres, podem ser consideradas como materialidade deste processo educativo? Reich (1976, p. 67) diria “[...] em resumo: a teoria deve ser criada a partir da vida das massas e ser-lhe restituída sob a forma de prática.” O autor estava diante do mesmo impasse histórico já denunciado por Rosa Luxemburgo (1983; 2003; 2011) e outros, na conquista das massas proletárias.

Pode-se afirmar que esses espaços de formação coletiva ocorram nos chamados ‘movimentos de massas’? E se ocorrem pode-se perguntar se, no seu processo de formação, eles produzem outros instrumentos para serem utilizados nesta formação? É possível alertar para um movimento de consciência coletiva através das práticas, partindo da realidade concreta de mulheres que nunca estiveram ou puderam estar presentes na lógica da organização de movimentos sociais constituídos? São muitas as perguntas que ainda ficam e outras que podem emergir das práticas. Portanto a sua análise não se esgota nesta tese. No próximo subitem vamos debater a militância local e global da MMM, sempre focando esta militância no seu caráter pedagógico de formação das mulheres que lutam por uma sociedade onde haja espaço, igualdade e justiça para todas/os.

3.3.1 – Militância local e global

Eu sinto isso, que a gente está em todos os cantos, em todos os lugares, por ser internacional, tudo aquilo que a gente sofre, a nossa opressão ela está em todos os lugares. Então são várias de nós que estamos aqui pelos mesmos objetivos. (Militante 3).

Na contramão do projeto capitalista, mulheres organizadas em movimentos sociais resistem e questionam esta formação societária hierarquizada. Porém, a contradição da dificuldade de trabalhar o estágio dessa consciência, na questão da exploração humana, é um tema que nos é conhecido desde revolucionários e intelectuais europeus, como Rosa

Luxemburgo (2003; 2011), Vladimir Lênin (2006) e Antonio Gramsci (2007), por exemplo. Em muitos dos seus escritos dedicaram-se a problematizar como poderiam ser as lutas pela tomada do poder pela classe operária, mas sabiam que somente isso não bastaria. Era preciso estratégias para desacomodar a consciência da classe trabalhadora. Esse desafio, como foi apresentado no subcapítulo anterior, não é novo, mas atualmente tem ganhado novas formas de ser tratado.

Ser militante para mim, bom, primeiro nós temos um princípio, uma ideologia, e trabalhar a partir dele, tratar de duas coisas: primeiro convencer outras pessoas ou conscientizar outras pessoas nesse princípio, nesse sentimento, nessa ideologia e também trabalhar para fortalecer esse movimento. A militância é isso. Igual que estamos fazendo hoje aqui. Além de estarmos participando de todos os debates e tal, a gente está trabalhando pra lá e pra cá e isso é militância. Tu trabalhar por uma causa que tu acredites que seja uma boa causa e que seja boa para todas as pessoas. (Militante 2).

E esta dificuldade de conquista das massas perdura até os dias atuais. Não significa, porém, dizer que agora é mais fácil, basta não falar em partidos ou luta sindical que se consegue conquistar militância. Pelo contrário. São diversas relações difíceis de tomada de consciência e estamos cotidianamente tentando elaborar e vencer algumas delas. Naquele tempo de movimentos operários, as massas ainda eram citadas como classe operária orientada por dirigentes de uma revolução. Hoje, citamos as massas como o conjunto da população da classe trabalhadora, mas que não tem o mesmo perfil daquela que vai às ruas, realizando enormes manifestações ou assembleias. Ainda que o cenário político brasileiro, em 2016, tenha apresentado manifestações de rua, não podemos dizer que as massas tomaram a consciência e foram se manifestar. Até porque o fenômeno das ruas de 2016 é totalmente outro. A classe não deixou de existir, mas a mobilização entrou em declínio. Recentemente, tivemos protestos no Brasil que não refletem a mesma “massa revolucionária” de Rosa Luxemburgo.

A classe trabalhadora conquista avanços importantes, mas não foi capaz, até hoje, de massificar esses avanços, nem no campo da luta nem no campo ideológico. Talvez o que mais aconteça, comumente, é a separação interna de classes, do que propriamente o avanço da consciência de classe pelas massas. Talvez alguns possam fazer a leitura de que a massa revolucionária da classe trabalhadora não existe mais, mas acreditamos que, na realidade, o avanço do projeto capitalista tornou-se um grande sucesso na utilização de instrumentos de poder, através da ideologia hegemônica pelo consenso e coagida pela força. Pode ser que esse elemento confunda alguns, de vertente pós-moderna, ao pensar que a classe trabalhadora deixou de existir ou de exercer papel fundamental na luta dos trabalhadores. O fato é que o

capitalismo conquista, cotidianamente, mais instrumentos infra e superestruturais, comunicacionais e tecnológicos, táticas e estratégias ininterruptas para sua manutenção.

Quanto a MMM ser um movimento internacionalista eu acho um movimento incrível. Enquanto socialista eu não acredito em revoluções locais. Então eu acho que esse movimento de conseguir dialogar com mulheres do mundo inteiro, e unir a nossa luta, ser solidária a lutas vindas de outros lugares, é fundamental. A gente acredita que nossa opressão vem de um capitalismo patriarcal, e o capital e o patriarcado eles não têm pátria. Eles se localizam em todos os continentes e em todos os lugares. Um movimento feminista sério ele tem que se organizar assim, coletivamente e transnacionalmente. (Militante 6).

É interessante pensarmos no internacionalismo da MMM. Na contramão do avanço capitalista, com velocidades diferentes e incomparáveis, os movimentos sociais populares dão conta de manterem-se vivos para sua condição de existência material e ideológica. Neste sentido, o movimento revolucionário de mulheres transformou-se através dos tempos, na prática de rua, para a prática política e cultural. As mulheres, através do que falávamos sobre o uso popular das tecnologias, conseguiram implementar um *modus operandi* de fazer política, em escala global de solidariedade.

As lutas, por isso, deixaram de existir ou perderam sentido? Pensamos que não. Porém, com a intensiva perseguição histórica do século passado, a toda classe trabalhadora, incluindo o movimento de mulheres, as táticas foram saindo um pouco das ruas e entrando nos espaços culturais, nas escolas, nas academias e em outros espaços, que não exatamente o mesmo de cem anos atrás. Certamente que o fenômeno político brasileiro da massa conservadora contra uma massa da esquerda brasileira andou expressando ter adquirido um fôlego, nos últimos meses, para pensarmos que as lutas de rua, elas não morrem, apenas adormecem, de tempos em tempos. Como ciclos. A exploração de trabalho e a cobrança de maior produtividade da classe trabalhadora, não deixaram de existir, bem como as possibilidades de construção de movimentos de resistência anticapitalistas enfrentam, cotidianamente, muitas dificuldades. Minados de intempéries promovidas pela intensiva desestabilização de classe, pelo capital, os movimentos sociais populares possuem o instrumento educativo também das ruas, como forma de sustentação e sobrevivência como já vimos anteriormente.

A própria MMM, desde sua criação, só constituiu uma base e não se apagou, ao longo dos anos 2000, porque se articulou aos movimentos de rua, sistematicamente. Não podemos dizer que são movimentos de massa, quando se pensa no número de mulheres, mas são movimentos importantes, de visibilidade que, muitas vezes, superam as expectativas até mesmo em número de mulheres, como foi a ação de 2005, com a caminhada, e 2015 com o

encontro de mulheres brasileiras, uruguaias e argentinas, em Santana do Livramento, no Sul do Brasil.

Eu acho muito importante a MMM ser internacionalista, eu não tive a oportunidade ainda de participar de nenhuma ação internacional, acho super importante, a gente tinha que trabalhar intercâmbios maiores. A gente sabe que no Fórum Social Mundial veio uma companheira da África do Sul. Mas acho que seria legal se tivesse mais espaços da MMM uma troca maior de realidades maiores de outros países, intercâmbios com outros países. Sei lá, mandar meninas para morar ou ficarem um tempo em outros países, conhecer, enfim, elaborar políticas nesse sentido para além da gente saber que tem mulheres da MMM em outros países. (Militante 5).

Quando se coloca a dimensão material como fundamental da opressão das mulheres, não é difícil encontrar pontos comuns na luta, seja num país dito “desenvolvido”, seja nos chamados “subdesenvolvidos”, como na África do Sul, conforme citou a militante.

Se o capitalismo se organiza em nível global, a ação política para outra perspectiva de sociedade também necessita se organizar, de modo globalizado. Do mesmo modo, se no capitalismo, o patriarcado se apresenta em diferentes níveis e estágios nos diferentes países e culturas, mas possui esse pano de fundo universal, lutar, partindo da realidade concreta da opressão na vida das mulheres, passa a ser possível e essencial, na MMM, na medida em que cada lugar conta com a perspectiva da denúncia e conta, também, com a rede de solidariedade quanto ao anúncio e à divulgação dos eventos da Marcha. O internacionalismo da MMM parte do pressuposto político de que não existe socialismo em um só país, assim como não existe libertação da mulher de um só lugar. Como dissemos anteriormente, a MMM não interfere em lugares os quais desconheça, ou tampouco impõe a cultura de um lugar sobre outro. Mas sim, respeita o estágio de consciência e a cultura dos lugares, na medida das suas próprias denúncias de opressão. Desse modo, a realidade cotidiana e concreta das vidas das mulheres é que vai delimitar a opressão e organizar apoio e visibilidade para determinadas lutas.

Eu me lembro quando Israel fez uma nova ofensiva à Gaza, a MMM foi o primeiro movimento social a pedir a retirada do embaixador. E a gente conseguiu. O embaixador voltou para o Brasil. Então a MMM consegue sim, não só lutar e conquistar algumas políticas públicas, mas também políticas importantes. (Militante 6).

Esse feminismo em rede, também uma característica atribuída à MMM, não retira seu caráter enquanto movimento social popular. Podemos dizer que é um movimento social popular em rede. Se é possível abriremos o horizonte e não separarmos movimentos em rede

de movimentos sociais, então aí encontramos um ponto relativamente novo e desafiador. Seria o movimento social popular em rede, uma estratégia que confirmaria o que os movimentos operários e partidos comunistas e socialistas, das Internacionais Socialistas, pensavam a respeito de que a revolução não se daria em um só lugar? O que diferenciaria o internacionalismo daqueles tempos das redes sociais atuais? Qual o pano de fundo desta problemática? Isso porque pensar as “redes sociais”, na atualidade, parece relegar a uma espécie de lugar os movimentos sociais populares. Será que a organização em “redes sociais” encaixaria os movimentos sociais populares na concepção pós-moderna de “novos movimentos sociais”?

Nessas indagações me ocorre considerar que não conseguimos, ainda organizar onde se situa o novo. O novo tanto nas redes, quanto no lugar da ciência tecnológica na comunicação e organização das ciências humanas. Milton Santos nos dá pistas sobre esses lugares e sobre a tomada popular do que a burguesia inventou, mas os sociólogos marxistas nos impedem muitas vezes de tentar conceber que seja possível agregar o velho e o novo sem taxar de “pós-moderno”. Para Santos (2001), o ‘levante’ é popular e o autor se considera um otimista ao pensar na ‘revanche’ em rede de escala global.

Assim, a MMM não passa por cima das culturas locais, mas as demandas são auto-organizadas pelos seus povos. O caso da Palestina, das mulheres islâmicas, das realidades das mulheres de Uganda, etc., são casos de denúncia da opressão construída em cima da sua própria realidade. Não serão as mulheres ocidentais que irão à Uganda dizer que elas são oprimidas. Mas na medida em que se criam as resistências locais de denúncia a MMM enquanto movimento age sobre ela em nível globalizado, especialmente em formas de dar visibilidade à opressão para poder chegar a órgãos e instituições diversas, além das massas. Essa ideia reforça uma frase muito conhecida na MMM: “companheira me ajuda, eu não posso andar só, eu sozinha ando bem, mas com você ando melhor”.

Eu acho importante e fundamental a MMM ser internacionalista. Faz com que a gente tenha uma compreensão de que o que a gente vive no nosso ambiente, no nosso local, cria a compreensão do que eu vivo no meu local, na minha cidade, meu bairro, mulheres do mundo inteiro também estão vivendo. Tira essa conexão de que só acontece comigo no meu espaço privado. Não, acontece no mundo inteiro. Portanto, a reação é uma reação de todas as mulheres. E também ser internacional agrega pautas que às vezes não é o que eu vivo no meu local, mas acontece com outras mulheres, o exemplo das mulheres e do uso da burca, do não direito ao voto. Então, tem mulheres organizadas na MMM que são de outros países que vivem coisas diferentes das que eu vivo. E dá essa conexão de vivências e de vivências de opressão que às vezes a gente não vive no local. (Militante 4).

A trajetória de acúmulos dos movimentos sociais e a produção intelectual histórica de movimento feminista que já há um longo período percebia o patriarcado enquanto forma de exploração e dominação de classe, reflete sobre uma outra possibilidade de denúncia/ anúncio desta condição. Neste sentido, a MMM apresenta-se como um movimento combatente desta organização, no sentido radical. Não se apresenta apenas, como movimento em torno das liberdades pontuais subjetivas, mas interliga todas as outras explorações contra as mulheres a uma intrínseca relação de luta contra o capital, inclusive quando combate e denuncia a exploração da vida no campo (na terra, na propriedade, na produção de alimentos, etc) e quando propõe-se como movimento internacionalista.

Sobre a MMM ser um movimento em escala global, internacional, eu diria que o machismo e o capitalismo se organizam mundialmente. Assim como não existe socialismo num país só. (Militante 1).

Sobre a MMM ser um movimento em rede, eu acho que é muito importante. A questão do internacionalismo na MMM. As lutas elas não são de um povo só, são de todos. Os oprimidos não estão num lugar só, estão em vários os lugares. A luta das mulheres também. Pode ser que lá na África tenha alguma peculiaridade diferente das mulheres do Brasil, mas elas são tão oprimidas quanto as mulheres do Brasil. Eu acho isso do internacionalismo e da solidariedade uma questão maravilhosa e é uma das coisas que mais me encanta na MMM. (Militante 2).

A MMM considera que a luta de uma mulher em qualquer parte do mundo é uma luta internacional, e por isto, comum a todas. Especialmente nos dias atuais, onde estamos vivendo a ofensiva do capital. Tema muito debatido no 9º Encontro Internacional da MMM ocorrido em 2014 em São Paulo. Militantes de todo o mundo puderam dar seu testemunho de como o capitalismo vem se apresentando, nos diferentes países, em diferentes lugares e diferentes culturas. Além destas questões, o trabalho na centralidade da opressão mostra que a divisão internacional deste atinge primeiramente as mulheres, conforme diversos estudos de gênero sobre o tema.

Estudos têm mostrado, para além da análise estritamente econômica, que a nova divisão internacional do trabalho estrutura-se simultaneamente com base no sistema capitalista global e em relações de gênero. [...] no âmbito internacional, a competição global e o modelo de desenvolvimento orientado para a exportação resultaram na preferência dos empregadores por trabalhadoras, especialmente em manufaturas de uso intensivo de mão-de-obra. Além disso, em vários países, o trabalho feminino também foi amplamente absorvido pelo setor de serviços. A acentuada pobreza e o desemprego em países subdesenvolvidos fizeram com que uma série de mulheres emigrasse para países mais ricos à procura de emprego e sustento para suas famílias. (FREITAS, 2007, p. 10-11).

Ainda que de maneiras diferentes, em todos os países a categoria de pessoas mais atingidas são as mulheres. Seja através da violência, da exploração e dos reflexos da divisão

internacional do trabalho ou da pobreza e de todas as desumanidades possíveis. Por esta razão iremos tratar no subcapítulo seguinte o elo de ligação entre essas mulheres militantes e essas mulheres oprimidas não-militantes: as denúncias de violências e violações que se apresentam de inúmeras formas.

3.3.2 Violências e violações

Eu acho que o limite pra luta das mulheres é o dia a dia. Na história do trabalho. Em todo momento tu vai enfrentando o machismo em qualquer lugar, qualquer espaço. Na própria desqualificação da mulher em qualquer lugar. Aí a gente já vai vendo as dificuldades. A gente não enfrenta machismo só dos homens, o machismo é da sociedade. Então nós vamos encontrar mulheres com posições muito contrárias das nossas, inclusive com oposição, por falta de compreensão. E num âmbito maior, a questão das leis, da legislação, do nosso parlamento, nosso governo, o governo de modo geral. Falta compreender que a sociedade é feita por homens e mulheres e temos que olhar os homens e temos que olhar as mulheres como cada um é. Para as políticas e leis. (Militante 2).

A militante ressalta a opressão do dia-a-dia e é sobre ela que iremos debruçar nossa perspectiva da elevação da consciência das mulheres através da experiência vivida e sua potencial capacidade de transformá-la em luta. Segundo Freire (2000, p. 54),

[...] ao repensar nos dados concretos da realidade que está sendo vivida, o pensamento profético, que também é utópico, implica na denúncia de como estamos vivendo e o anúncio de como poderíamos viver. É um pensamento esperançoso, por isso mesmo. É neste sentido que, como o entendo, o pensamento profético fala do que pode vir, mas, falando de como está sendo a realidade, denunciando-a, anuncia um mundo melhor.



Fig. E

Isso significa fazer o uso daquilo que é trazido como opressor, até que se torne instrumento de luta, militância e reformulação da realidade vivida. Se pensarmos nos testemunhos das mulheres da MMM e o que as moveu para estar militando no feminismo, encontraremos diversas violências e manifestações de violações do ser mulher, muitas vezes do ser ‘gente’.

Das várias pautas da MMM, a legalização do aborto é uma questão que nós precisamos que aconteça. Porque eu particularmente fui vítima de um processo. Eu fiz um aborto e fiquei com uma sequela, o médico me perfurou o útero e o intestino. Então tudo que eu passei, a questão psicológica, eu não quero que as meninas e as mulheres passem por isso. É o próprio tema da violência sexista. No primeiro momento que eu entrei na MMM, me pautei pela luta sobre esse tema. Até porque aqui na nossa fronteira e nossa cidade (Santana do Livramento- fronteira com Uruguai), é muito alto o índice de violência contra as mulheres, teve mais de quinze assassinatos brutais contra as mulheres aqui na nossa cidade. Então tudo isso que me move. E também me move a luta para combater o patriarcado e o sistema capitalista. (Militante 3).

Como eu sou médica, me identifico muito com a saúde, a questão do aborto a gente trabalha muito, da mercantilização do corpo, da medicalização. Mas em princípio com todas as temáticas. Mas assim, no feminismo da MMM as temáticas que me envolvo mais é a mercantilização dos corpos e a saúde. A questão do aborto entra aí. (Militante 2).

A temática do aborto é uma das bandeiras de alguns movimentos feministas como a MMM. Nem todos os movimentos feministas adotam essa pauta ou concordam, e nem todos os movimentos feministas conectam a pauta do aborto com a estrutura maior que existe por trás deste debate. No caso da MMM, a defesa do aborto não está no simples direito ao ato da mulher de optar por um aborto, mas está intrinsecamente ligado à concepção do direito da mulher ao próprio corpo e às razões pelas quais ela decide pelo aborto, mas, em ambos os casos, está presente o domínio e a mercantilização capitalista e patriarcal sobre os corpos. A temática não vem nem simples, nem sozinha, nem se trata de um problema pontual, mas sim, de uma concepção muito mais ampla do que representa um aborto com suas relações dialéticas perante o todo.

O reconhecimento do direito de dispor do seu corpo foi um grande acontecimento para as mulheres do século XX. Desde a “greve dos ventres” no século XIX, essa reivindicação foi objeto de diversas lutas, perdidas ou parcialmente ganhas. Internacionalmente, essa luta é sustentada de maneira unânime pelos movimentos feministas dos anos 70. Quem possui o poder de controle sobre o corpo feminino: o Estado, as autoridades religiosas, as corporações médicas, o chefe da família

(marido ou pai) ou as próprias interessadas? É um ponto decisivo, pois se trata da autonomia das mulheres. (DEL RE, 2009, p. 21).

Quando abordamos a questão do aborto estamos falando de autonomia das mulheres. Não estamos falando sobre a concepção de quando começa a vida ou de crenças religiosas sobre o que representa abortar. Tampouco, estamos falando que as mulheres devam sair por aí abortando. E muito menos estamos dizendo que abortar é o caminho melhor a seguir, ao invés de se prevenir com métodos contraceptivos. O que ocorre é que as mulheres, de classe rica ou pobre, de religião definida ou não, brancas ou negras, todas enfim, podem necessitar, por diversas, razões a realização de um aborto e se estão decididas, irão fazer o aborto sendo proibido ou não. A diferença na criminalização de quem aborta é que, as mulheres de classe rica têm menos chances de morrer, pois possuem dinheiro para procurar clínicas clandestinas mais equipadas. As mulheres de classes mais pobres, por sua vez, são as que mais morrem ou são internadas por hemorragia, perfuração de útero, de intestino, de bexiga e infecção, pelo fato de procurarem clínicas clandestinas insalubres, ou por tomarem remédios abortivos fortíssimos. Depois de enfrentar algum desses problemas, ainda são escrachadas quando da entrada em um hospital para tentar sanar a hemorragia, caso não venham a óbito. O cenário é ainda pior quando, tanto nas clínicas clandestinas quanto nos hospitais, são tratadas como criminosas, ou ainda, por lei, tratadas como “infanticidas”.

Essa violência é uma das mais comuns e mais silenciosas. Quem nunca passou por essa situação, certamente conhece alguém que já a vivenciou. A mulher que realiza um aborto fica sofrendo, muitas vezes, da dupla penalização: a sua própria por se sentir fazendo algo errado, e a da sociedade que a atende ou a critica pela sua decisão.

O movimento feminista conferiu uma dimensão política a esta questão que sempre ocupou um espaço primordial nas lutas parlamentares e conduziu a fraturas no interior dos partidos. Os limites e as abstrações dos discursos políticos, que ignoram a sexuação dos corpos, vieram, dessa forma, à tona. (DEL RE, 2009, p. 21).

Segundo Del Re (2009), nos países em vias de desenvolvimento, por exemplo, as políticas de planejamento familiar, quando existentes, repousam, sobretudo, na coerção (esterilização forçada, por exemplo) ao invés de uma escolha livre. Já na Europa Ocidental, o movimento feminista conquistou importantes avanços nos direitos civis das mulheres em diversos países. Para a autora, a difusão de métodos contraceptivos também contribuiu para que diminuísse o controle dos homens sobre os corpos das mulheres. Na Irlanda, por exemplo, o aborto não somente é ilegal como inconstitucional. Assim como na Polônia, onde

o aborto foi praticamente banido em 1993 (DEL RE, 2009). Nos demais países, as mulheres devem justificar seu pedido e obter uma autorização médica para poder abortar, e, com exceção da Dinamarca, Suécia e Holanda, a interrupção da gravidez se insere no âmbito do Código Penal, quando as mulheres não cumprem as condições restritivas impostas (DEL RE, 2009, p. 22).

As condições impostas variam de país para país. Também varia o tempo máximo de gravidez que, nos casos em que o aborto é permitido, as mulheres podem decidir, pois, se a gravidez estiver em estado avançado, a mesma não poderá ser realizada. A autora salienta, ainda, que é necessário diferenciar a lei da prática. Na prática, muitos médicos declarados contra o aborto fazem suas objeções, mostrando que a decisão não é tão simples assim, ou seja, existem muitos obstáculos para a sua concretização.

Os atuais obstáculos para o aborto, mesmo em lugares da Europa onde ele foi inicialmente legal, é que a onda conservadora e os preceitos religiosos sobre o Estado permanecem em ascensão. Se por uma pequena pausa de tempo (dos anos de 1970 para cá) algumas coisas avançaram, agora podemos dizer que começa uma nova era da recessão, no que concerne aos direitos e, nesse caso, os que dizem respeito às mulheres. Isso é perceptível no caso da Europa e dos países que estão prestes a retroceder suas políticas de autonomia do corpo das mulheres, assim como percebemos no Brasil. Questionada se o feminismo já causou sofrimento à militante, ela respondeu:

Não o feminismo. Mas o sofrimento de ver mulheres que precisam abortar e não podem. Isso de alguma forma causa sofrimento. Ou que fizeram aborto e estão passando por algum sofrimento. Por eu ser feminista não sofro. Sofro por ter consciência da opressão e ver coisas que acontecem. Mas por eu ser feminista não. (Militante 2).

Na atualidade, o debate de “quem é a vítima” está voltando com total força. Ser a favor ou contra o aborto tem voltado a ter como foco central, o dilema de quem é a vítima. O Vaticano, representante da Igreja católica, bem como as igrejas pentecostais e neopentecostais organizaram seu discurso com total combate à mulher como vítima, mas no eixo central colocaram o feto, não importam as condições que explicam a decisão desta mulher pelo aborto. O feto voltando a ser a vítima, qualquer mulher que esteja morrendo pelo fato de ter decidido fazer um aborto não é mais importante do que o feto retirado neste aborto. Para estas instituições e seus seguidores, o feto é um bebê detentor de direitos. Em alguns lugares, como no Brasil, tenta-se implementar o Estatuto do Nascituro, que já anda em patamares bem avançados no Congresso Federal.

Trata-se de um projeto da bancada evangélica que, em linhas gerais, trata o feto como um indivíduo portador de direitos civis, e, portanto, se assim o for considerado, ao ser abortado estará a mulher cometendo o assassinato de um bebê. A gravidade desse Estatuto é que ele faz retroceder a frágil lei brasileira que já permite, nos dias atuais, através de processo judicial transitado e julgado, que uma mulher realize um aborto em casos de anencefalia e de estupro. Segundo aquele Estatuto, em nenhum destes dois casos poderá ser permitido o aborto, nem sequer por vias legais, na rede pública de saúde. E o pior, no caso de estupro, prevê que o estuprador seja obrigado a fornecer uma bolsa auxílio para a mulher estuprada poder criar a criança. Esta vem sendo apelidada como “bolsa-estupro”. A violação de direitos chega a tanto que força a mulher a ter um filho que não quer porque não escolheu entregar-se ao suposto pai, porque o feto foi resultado de uma violência sexual e a aceitação do filho ainda liga o criminoso eternamente ao vínculo com a vítima, este filho e a mãe.

Em suma: esse plano remonta a pensamentos e práticas tão retrógradas que nos perguntamos onde vamos parar. Este cenário é do quadro atual que o Brasil tem a oferecer, tendo em vista que a política brasileira está cada vez mais vinculada às crenças religiosas crescentes, que tentam, noite e dia, retirar direitos não apenas das mulheres trabalhadoras, mas das mulheres militantes, das mulheres com ideais de liberdade, das mulheres que cuidam da sua sexualidade e de seu corpo, tornando o Congresso Nacional um espaço de luta no qual o movimento feminista defende o direito à autonomia das mulheres. Todavia, estes retrocessos não permeiam somente o espaço político-institucional, mas a sociedade civil como um todo.

Além disso, o discurso dos médicos e das comissões nacionais de ética sobre as novas tecnologias reprodutivas reforçam esta tendência ao tratar o feto como uma pessoa quase independente, favorecendo a emergência do conceito de “paciente” que, assim, deixa a mãe em segundo plano. Essa abordagem, que, instrumentaliza o corpo da mulher, rejeita a estreita relação entre o desejo desta última e as condições do desenvolvimento físico e mental da futura criança. Quem defende o direito das mulheres de decidir sobre a sua gravidez insiste, ao contrário, no fato de que colocar uma criança no mundo é uma escolha de vida, uma opção para toda a existência. (DEL RE, 2009, p. 25).

**O FEMINISMO
NUNCA MATOU
NINGUÉM.
O MACHISMO
MATA TODOS
OS DIAS**

 **MARCHA MUNDIAL DAS MULHERES**

Fig. F

Eu não acho que as políticas propostas pela MMM são impossíveis. Até nesse caderno que eu me referi sobre violência tinha uma lucidez muito grande sobre a atuação da rede de enfrentamento à violência. E acho que a MMM tem uma compreensão importante de que o Estado é responsável pela execução de políticas públicas que possam mudar as nossas vidas. Que a gente em movimento e organizadas nos movimentos sociais a gente pode pressionar. Mas é o Estado que tem o dever de proporcionar políticas que mudem a nossa vida e nos deixem numa outra condição que não é de violência. Então eu acho as propostas da MMM bem possíveis, mas a gente ainda tem que andar muito no movimento porque a sociedade ainda é muito conservadora, as mulheres ainda não estão empoderadas o quanto deviam para poder fazer a correlação de forças. Nós temos uma correlação de forças em que nós não somos as mais fortes. (Militante 4).

A questão da violência contra a mulher é uma luta bem mais ampla e abarca pessoas de todas as classes sociais, de diversos credos, diversas crenças políticas e ideológicas. Contudo, embora existam frentes que direta ou indiretamente estimulem a violência contra a mulher (como aquelas que restringem os direitos das mulheres simplesmente por serem mulheres), existem aquelas que estão, veladamente, nas frentes de defesa, com práticas e discursos de grupos que fomentam o mundo da violência contra a mulher. Nessas não estão somente os grupos que criminalizam a mulher que aborta, mas todos aqueles que se colocam contra a Lei Maria da Penha nº 11.340, de 07 de agosto de 2006, que estimulam a violência sexual de qualquer espécie que seja, aqueles que condenam vítimas de abuso como culpadas do próprio abuso, aqueles que cometem violência doméstica de todo tipo, aqueles que vetam ou acabam com políticas públicas para as mulheres, aqueles que discursam sobre o ódio de gênero, aqueles que acham que o lugar das mulheres é em casa, cuidando dos filhos, aqueles que instituem um modelo ideal de mulher tanto estético quanto no jeito de se portar ou comportar, enfim. A violência pode ser travestida – sem relações aparentes com algo mais amplo, ou pode ser escancarada mesmo – mas expressa todos os índices de violência que podem ser observados e quantificados a partir das denúncias e condenações.

Ser feminista e quando me identifiquei, para mim, foi quando identifiquei principalmente a questão da violência que a gente sofre cotidianamente, a violência sexista, só pelo fato de ser mulher. E as próprias bandeiras de luta, os eixos centrais, que é o combate à violência sexista, a pobreza, a legalização do aborto, isso que me moveu e me faz ser militante feminista da MMM. Ser militante feminista é fazer com que a gente rompa com essa opressão. (Militante 3).

Que fenômeno é este que se chama violência e que hoje somos tão capazes de trazê-lo à tona para interferir sobre ele, para transformá-lo? É a violência um fenômeno facilmente conectado, na sua relação com a totalidade dos fenômenos sociais, culturais e econômicos?

A MMM tem uma abordagem sobre o fenômeno da violência sexista na relação com a prostituição que é importante tratarmos nesta Tese. Trata-se da relação de classe/raça/gênero com essa prática tratada com tamanha “naturalidade” no discurso, mas tão condenada na prática. Novamente, a condenação é da mulher que vende seu corpo, e nunca do homem que a compra e, com isso, demonstra estar negociando pessoas e não animais ou mesmo objetos.

A prostituição sempre envolveu uma diversidade de instituições, e mesmo hierarquias entre as mulheres. Essa diversidade responde também às diferenças e à desigualdade de classe e raça, além das relações de poder existentes a cada momento. Ao longo da história a instituição prostituição cumpriu funções de manutenção do modelo de sexualidade, de família, dos papéis ideológicos. A prostituição também faz parte da construção de representações para controlar e julgar as mulheres a partir da sua sexualidade como honradas ou não, para definir punições e estigmatizar e dividir as mulheres. Um dos mecanismos utilizados foi a marginalização e a construção de muitos estereótipos onde as prostitutas foram vinculadas ao imoral e indecente (FARIA, MORENO, COELHO, 2013, p. 5-6).

Isso significa falar em mais uma forma de violência contra a mulher e que pode ser observada no cotidiano. Além disso, a relação que existe entre a separação da mulher e a hierarquização da mulher para o casamento e da mulher para o prazer, remonta aos estudos de Engels (1987) sobre a formação da sexualidade humana desde antes da civilização. Segundo as autoras (FARIA, MORENO, COELHO, 2013), o capitalismo incorporou o patriarcado como estruturante das relações sociais. Um dos elementos da violência vinculados à prostituição é a *misoginia*. “A misoginia funciona para que inclusive as famílias participem na venda de suas filhas. São conhecidos casos de que os pais expulsam suas filhas de casa porque perderam a virgindade ou que empurram as filhas para relações economicamente consideradas interessantes” (FARIA, MORENO, COELHO, 2013, p. 8).

Segundo as autoras, “o lugar da prostituição no capitalismo patriarcal é a partir do controle dos homens individual e coletivamente, sobre o trabalho, o corpo e a sexualidade das mulheres. A prostituição se insere nesses três tipos de controle e há uma ideologia que legitima a sua prática” (FARIA, MORENO, COELHO, 2013, p. 4). Poderíamos expressar, em síntese, que o patriarcado mostra seu controle violento sobre as mulheres na relação com: a sexualidade das mulheres e a construção desta; a banalização da sexualidade feminina; a misoginia; a mercantilização do corpo e da vida das mulheres; a tentativa da regulamentação da prostituição num contexto de precarização do trabalho; o cenário da prostituição nas grandes obras brasileiras; o turismo sexual e os grandes eventos brasileiros; o tráfico de mulheres. Todos esses elementos são elos de uma mesma corrente.

Não temos como falar em violências e violações sem citarmos a grande rede de prostituição e de naturalização da prostituição no Brasil, contra a qual a MMM é combatente. No intuito de aprofundar o debate sobre a prostituição e atender aos pedidos trabalhistas referentes às prostitutas, o deputado federal Jean Wyllys, do Partido Socialismo e Liberdade (PSL), do Rio de Janeiro, propôs uma Lei que regulamente a prostituição enquanto profissão e dê direitos trabalhistas às mulheres que a exercem. O projeto tentou ganhar mais agilidade no período político pré-Copa do Mundo, tendo em vista que o intuito velado nos pareceu ser o de tornar a prostituição legal, com a finalidade de não criminalizar mais o comprador do sexo, especialmente em grandes eventos, abrindo espaço para os turistas estrangeiros ou os consumidores de sexo de classe alta. Mas, para muito longe disto, o projeto elimina da criminalidade o papel do chamado “cafetão”, identificação do sujeito que recebe uma parcela do dinheiro da prostituta que agencia.

No Brasil, a prostituição não é crime, mas sim induzir a essa prática, algo que, por meio do projeto de lei 4.211, é descriminalizado. Ao ler o projeto, fica visível que ele não visa melhorar a vida das mulheres em situação de prostituição, não prevê nenhum tipo de política pública específica, que contribua para que essas mulheres não sejam constantemente vítimas de insultos, violência e marginalização. Ao contrário de promover os direitos e autonomia econômica das mulheres, o projeto visa suprir uma necessidade da indústria sexual, que juntamente com as grandes corporações, buscam utilizar o corpo das mulheres para faturar altos montantes em grandes eventos como a Copa do Mundo. (FARIA, MORENO, COELHO, 2013, p. 16).

Assim como a Copa do Mundo, qualquer outro evento nem tão grandioso, mas que mova alguma cidade a organizar-se para receber turistas, conta com a rede de prostituição preparada para recebê-los também. A prostituição, no meio empresarial, é tão comum que diversos eventos e solenidades são planejados e organizados, com mulheres recebendo altos valores para organizar estas recepções em troca de relações sexuais diversas. No capitalismo, as grandes corporações e também muitos meios políticos realizam eventos de “alto nível” de negócios, onde as mulheres estão não somente como enfeites, mas também como presentes aos visitantes. A banalização dessas práticas e a naturalização das mesmas refletem o quanto estes mesmos políticos e empresários, que consomem pessoas, são os que dizem defender a ordem, o progresso e a família.

O projeto dá direito à aposentadoria especial, após 25 anos de serviço. Hoje a prostituição, apesar de ser reconhecida como ocupação regular e ter assegurado o direito de contribuir para o INSS, não é considerada prejudicial à saúde ou à integridade física, condição para a aposentadoria especial. O projeto continua revendo que a contribuição será como autônoma ou cooperativa. Essa previsão de

aposentadoria especial em 25 anos que parece ser positiva, na verdade legítima que várias questões enfrentadas pelas mulheres na prostituição “são riscos da profissão”, desde riscos a saúde, assédio, coerção. (FARIA, MORENO, COELHO, 2013, p.16).

De acordo com as autoras, nos países em que se aumentavam as políticas de incentivo e autonomia às mulheres, diminuía os índices de prostituição. No Brasil, frente ao turismo sexual e ao aumento dessa prática na Copa do Mundo, por exemplo, a MMM considera importante a realização de campanhas de prevenção e denúncia. “Por fim é necessário ter políticas que punam de fato os agenciadores, aliciadores, empresários do sexo e também os clientes, como é o exemplo da Suécia e da lei em debate na França.” (FARIA, MORENO, COELHO, 2013, p. 20).

Já se formos falar, em linhas gerais, dos dados referentes à violência contra as mulheres, podemos extrair da pesquisa *Mulheres brasileiras e gênero nos espaços público e privado*, da Fundação Perseu Abramo/SESC, publicada em agosto de 2010, encontram-se dados assustadores como estes: 5 mulheres são espancadas a cada 2 minutos no Brasil; em aproximadamente 80% dos casos, os maridos são os responsáveis pelos casos de violência trazidos pelas mulheres. De acordo com o 9º Anuário da Segurança Pública 2015, 1 estupro ocorre no Brasil, a cada 11 minutos. Uma mulher é morta (feminicídio) a cada 90 minutos (IPEA 2013: feminicídios no Brasil). Esses são alguns dos dados compilados no Dossiê Patrícia Galvão, sobre Violência Contra as mulheres⁶⁹.

Existem muitas outras formas de violência não citadas, como por exemplo, a violência obstétrica. De acordo com a Fundação Perseu Abramo (2010, p. 173), de cada 100 mulheres, 25 já sofreram violência obstétrica no seu parto, tanto em rede pública quanto privada. Percentualmente, a região Nordeste é a mais atingida pela violência obstétrica, e as mulheres negras e ‘pardas’ somam juntas mais da metade desse universo de violência obstétrica. Como violências mais citadas nesta pesquisa, aparecem, em primeiro lugar, os seguintes itens: o exame de toque foi feito de forma dolorosa; não foi oferecido ou foi negado algum tipo de alívio para dor; gritaram com a paciente; não foi a paciente informada sobre algum procedimento que estavam fazendo; negaram-se a atender a paciente; a paciente foi humilhada e/ou xingada; a paciente foi amarrada; a paciente foi empurrada; a paciente foi agredida; a paciente foi abusada sexualmente. Esses itens aparecem nos dados da pesquisa e assustam, pois desde muito tempo as mulheres escutam coisas absurdas ao irem ter seus filhos em instituições hospitalares, cercadas de profissionais da saúde de toda sorte. Nos dias

⁶⁹ Dados compilados do Dossiê Violência contra as Mulheres, disponível no link <http://www.agenciapatriciagalvao.org.br/dossie/> Consulta em 10/06/2016.

atuais, com a vinda desse debate à tona, algumas medidas de proteção às mulheres já começam a ter visibilidade, embora o problema ainda esteja muito longe de ser superado.

O fato é que, cada vez mais mulheres estão tentando fazer seus partos de modo “não alienado”, se é que é possível utilizar esta expressão, embora muitas delas continuem a ser recriminadas e criminalizadas nas redes sociais. Além dessa postura do médico tradicional no âmbito das instituições de saúde, o combate às *doulas*⁷⁰ e parteiras que, durante séculos, auxiliaram nos partos de modo mais humanizado, hoje é combatido pela medicina com veemente ataque a estas mulheres. De fato, o avanço da ciência médica reduz, cada vez mais, o índice de mortes por parto, contudo, a ideia de humanizar um parto e fazer a comunidade médica entender o que significa o papel desta *doula*, está longe de obter um consenso e acordo, salvaguardadas raras exceções, como é o caso da médica militante feminista da MMM, que entrevistamos e que contribuiu com esta pesquisa.

Não nos cabe aqui pesquisar os impactos dos partos domésticos e dos partos hospitalares, o alto índice de cesarianas nos hospitais, os riscos ou não, ou as benesses ou não, de tudo isso, mas podemos dizer que há um elemento que urge pensar, a partir da ideia do acompanhamento de um parto humanizado e que a medicina precisa sim, assim com todas as ciências, reinventar-se e dar voz à sabedoria e à cultura popular e até ancestral. Já existem segmentos das ciências médicas e psicológicas que tentam unir o tradicional ao popular, a memória ancestral e a uma humanização verdadeira. Mas há que se pensar que o preconceito não acontece somente nas ciências médicas ou mesmo nas ciências humanas, mas em todas elas.

Eu acho que parte de uma inquietude pessoal e que a gente consegue enxergar que aquilo não está só em nós. A gente tem mais condições de compreender que a ação militante pode transformar. (Militante 4).

Assim, retomamos o início deste capítulo, onde abordávamos sobre o que o cotidiano pode nos denunciar para que, unidas e em Movimento, sejamos capazes de anunciar. E transformar esse anúncio em políticas, em instrumentos concretos, em práticas, em reformulações teóricas, em novas propostas. Todavia, jamais nos dissociando do movimento da totalidade das razões as quais nos levam a viver numa sociedade violenta, de modo geral, e muito mais violenta, especialmente para o sexo feminino. Esse movimento que denuncia a violência cotidiana, só é capaz de se transformar quando formos cada vez mais capazes de

⁷⁰ *Doulas*: “são profissionais treinadas para dar apoio psicológico e físico à gestante (através de massagens, por exemplo), mas que não podem realizar nenhum procedimento medicamentoso ou cirúrgico na parturiente, cabendo esta responsabilidade ao médico.” Retirado do site rehuna.org.br/ que é uma rede de defesa do parto humanizado.

perceber que as situações e práticas de violência não ocorrem apenas em casos isolados, mas são problemas coletivos e devem ser tratados como tal. Daí a importância do “ser militante” e seu caráter educativo que veremos a seguir.

Capítulo 4 – LUTA E SOLIDARIEDADE EDUCATIVA: O QUE FAZEMOS DAQUILO QUE FIZERAM DE NÓS?

Aproveitando o existencialismo sartreano, questionamo-nos, neste último capítulo, através da pergunta: Diante de tudo o que pudemos ver sobre o que fizeram de nós – MULHERES – ao longo da história, e o quê, de fato, faremos com isto que fizeram de nós?

Esta ideia é o ponto positivo de nossa pesquisa. É o anúncio do que vimos denunciando até aqui. É a linha que mostra o horizonte das lutas das mulheres da MMM. É o que podemos trazer de educativo e transformador, tendo por referência as questões: O quê, de fato, nos permite caracterizar as militantes da MMM, como trabalhadoras de um outro mundo? O que tiramos desta pesquisa, desta luta, destas práticas e destas teorias trazidas nesta Tese, acerca do educativo presente nas lutas da MMM? E, ainda: O que significa esta tal de sensação de “alívio” expressa pela Militante 2? É o que abordaremos na sequência.

O sentimento de alívio que o feminismo me dá, é pensar: que bom! (risos) Que bom que têm outras que pensam igual a mim! Que bom que têm outras com quem eu possa falar! Tem outras que concordam com o que eu digo! Mesmo eu dizendo que sou a favor do aborto elas me abraçam, elas me beijam, são carinhosas comigo e não me julgam por isso. (Militante 2).

4.1 – O feminismo militante da MMM é uma prática

As teorias que poderemos encontrar sobre o ‘ser militante’ e o ‘ser militante feminista’, ou ainda, mais especificamente, ‘ser militante feminista da MMM’, não serão capazes de expressar, com tamanha simplicidade, espontaneidade e sinceridade, o que realmente significa estar dentro da MMM e fazer do seu aprendizado um jeito de viver. Esse jeito de viver para esta pesquisa, chama-se prática, mas, ao aprofundarmos a análise acerca desta militância enquanto prática veremos que, na verdade, ela se articula ao conhecimento que vamos acumulando, ao longo das nossas caminhadas, vindo a tornar-se práxis.

Sinto nitidamente que não tem como voltar atrás. Não tem como deixar de olhar para a realidade novamente sem considerar o que aprendemos dentro da MMM. Sobre política, sobre relações pessoais, sobre profissão, sobre sociedade, economia, alimentação, sobre luta, sobre organização, sobre solidariedade. Não tem mais a menor chance de algo passar a nossa vista e estar alheio a nós como poderia estar antes de aprender tanto em coletividade. Sabemos que ainda temos muito para aprender e lutar, mas o que foi feito até aqui não tem mais volta. É para a vida, é para a luta, é para a criação da minha filha, é para minha profissão de professora. Atravessar a rua não é mais simplesmente atravessar a rua. Estávamos em um grupo de mulheres que tinham acabado de sair de uma reunião. Fomos atravessar a rua na faixa de segurança. Várias mulheres ao mesmo tempo. O carro não parou para nós atravessarmos. Jogou por cima de nós. Uma companheira gritou para o carro considerando uma atitude machista. Por um instante pensei que achar que aquilo era machismo fosse um exagero. Mas os outros carros pararam para os demais pedestres, estes sim, não eram compostos somente por mulheres. Pode ter sido uma grande coincidência? Pode. Mas pode não ter sido. Seja o que for, a partir dali eu aprendi que cada vez mais diminuem as chances de ser uma coincidência, de ser fruto do acaso, para ser sim a forma como a sociedade vê e trata homens e mulheres. A partir daquele momento, se eu já estranhava algumas coisas e as desnaturalizava, passei a enxergar muitas outras mais. E não, não tem volta. Dá trabalho. É diário, é militante, é cansativo, mas cada vez que uma mulher avança, a gente sente que valeu a pena (A.P.).

E esta prática na qual a MMM transforma a vida das mulheres, por isso incorporada como práxis, aparece como orientação, reformulação da realidade, como esperança coletiva. Esta fala se torna tão parecida entre as militantes, que causa um sentimento de comprovação da capacidade transformadora – das mulheres e da sociedade – que tem este Movimento. É muito bonito, mas, sobretudo, encorajador, poder analisar os relatos das militantes e identificar tão presente essa militância, enquanto prática para a vida, para a luta, para a transformação social e de si mesmas, por isso, sempre com o elemento da coletividade presente nas falas.

A MMM na minha vida. Para mim é o que me orienta em todos os âmbitos. Nas minhas relações pessoais, na minha vida profissional, nas minhas lutas políticas. Eu sou MMM em qualquer lugar. Agora meus alunos vão fazer uma ocupação na escola. Vão ocupar a escola como o que está acontecendo em SP, e eu fazia essa discussão com meus colegas. Em apoio aos alunos eu vou estar lá com eles. Mas não como professora, mas como militante da MMM. Se eu estiver ali como professora, eu estou desmobilizando o movimento e mantendo a minha autoridade num lugar que como professora é hierárquico. Então eu vou estar ali como uma companheira de luta a partir do Movimento em que estou organizada. Então, a MMM, para mim, é o que me orienta e me baliza na vida em todas as dimensões (Militante 6).

Já a solidariedade é outro elemento que aparece muito em todas as entrevistas e, por mais de uma vez, em cada uma delas. Questionadas sobre os ensinamentos da MMM, a solidariedade é um dos elementos que mais aparece. De que forma interessante esta solidariedade consegue ser tão nítida e tão cheia de acolhimento entre essas mulheres da MMM?

A MMM me ensinou a solidariedade. Isso é muito, muito forte. Por exemplo, nessa Ação, é uma energia. Como te falei, estamos vivendo momentos difíceis no mundo. E nesse momento que a gente se une, a gente pega junto, a gente ajuda as companheiras, e a própria MMM diz que não estamos sós. (Militante 3).

Para mim, ser militante é transformar em voz, em atitude, tudo aquilo que tu entende que se for comum, coletivo, é mais democrático. Por exemplo: eu posso ser militante dos direitos humanos, eu posso ser militante de uma educação pública, posso ser militante do direito à moradia digna. Então, ser militante é meu comprometimento de ação e de vida e de uma prática, de uma atitude de vida que consiga ser transformadora das coisas que me deixam inquieta. E ser uma boa militante é ter a referência que essas coisas que me deixam desconfortável, tem sentido quando elas são coletivas. Ou seja, não posso ser militante de uma coisa minha só. Isso não seria ser militante. Militante é ser comprometido com uma causa que é coletiva. Com desconforto que é coletivo. E ser militante é ser comprometido com o bem comum. Com dignidade. Com solidariedade. (Militante 4).

Eu acho que o que a MMM deixou em mim, e não significa que eu não tenha práticas contraditórias, mas é o exercício de uma outra prática de vida. Então assim: a MMM me ensinou que me alimentar melhor sem o uso de tanta alimentação industrializada, é porque se eu almejo um mundo diferente, então eu tenho que preservar, inclusive, a minha alimentação. Mas assim, acho que a prática de vida. Ser mais solidária, compreender que se eu não me organizar nos espaços que eu participo e colocar a pauta de mulheres e exigir, tipo, forçar que as pessoas tentem mudar suas posturas, não estaremos mais próximas de objetivos comuns. Então a MMM deixou pra mim, é a mudança de uma prática. Uma prática de vida. Na minha profissão, uma prática pedagógica diferenciada, na minha relação familiar, uma prática diferenciada. A MMM deixou pra mim o desejo do exercício do feminismo do que simplesmente o ativismo do feminismo. Acho que isso ela trouxe pra mim mais forte. Mais atitude e menos ativismo. As pessoas tem muito ativismo. Mas não conseguem organizar isso na prática. (Militante 4).

Chega um momento em que essa prática solidária começa a transformar luta em realidade coletiva. Incorporar uma luta da MMM, por exemplo, em alguma política pública é um exemplo disso. É um exemplo de avanço e de concretização de diversas teorias e práticas do Movimento. Especialmente se o Movimento tiver parceiros e se fortalecer diante de uma pauta coletiva.

Sobre políticas que estamos conseguindo incorporar na sociedade, acho que a questão do combate à violência. Desde que comecei a atuar na MMM e militar na MMM, aqui mesmo na nossa cidade conseguimos dar visibilidade ao tema da violência sexista. A gente começou a ir para rua e se organizar através de algumas datas como o oito de março e como hoje, 28 de setembro. A gente começou a se organizar (Militante 4).

Sobre essa Ação Internacional que está acontecendo aqui em Santana do Livramento, eu estou achando bem positiva, as pessoas apoiaram quando a gente falou que ia fazer, embora algumas não concordem, mas apoiaram e acolheram bem de modo geral. (Militante 3).

Não somente o fato de as lutas serem incorporadas, mas também de conquistar a possibilidade de barrar alguns retrocessos e tentativas de retiradas de direitos das mulheres como, já citamos anteriormente. Por conta disso, o feminismo da MMM encontra seus limites também. Alguns deles são expressos pela Militante 1:

Os limites que eu enxergo para o feminismo é a maneira como está estruturada a sociedade e o planeta como um todo. E aí a gente tem determinadas repetições, determinadas práticas que são naturalizadas e formam um pensamento hegemônico que eu vejo que a maior dificuldade é desconstruir isso. Diante do sistema econômico, o capitalismo, eu vejo que se apresenta uma alternativa que é o socialismo, mas tu fazer isso numa micro situação, com as pessoas que naturalizam fazer uma piada, que naturalizam a opressão. A opressão é muito mais complicada porque já está dentro dessa estrutura sistemática. (Militante 1).

Mas o que representa de fato este “ser feminista”? Mais uma vez, o que dá sentido é pensar de modo coletivo. Contrariando todas as perspectivas e as concepções próprias do individualismo que moveriam as engrenagens da sociedade apontando que assim teríamos progresso, uma vez mais estamos aqui provando, séculos depois, que a sociedade só avança se for pela prática coletiva, se for pela práxis. Não existe outra saída.

Eu me considero feminista. O feminismo mudou minha vida. Não tem como não me dedicar a algo que me compõe, que me faz bem, que me ajuda a viver nessa sociedade. Ser feminista é tecer a nossa história junto com outras mulheres. (Militante 1).

4.2 – O educativo da MMM

Para falarmos sobre processo educativo próprio dos movimentos sociais recorreremos a Paulo Freire, como um histórico educador e, ao mesmo tempo, pensador, que nos auxilia muito a compreender a dimensão educativa para além da instituição escolar. Segundo ele, “dialética e contraditória, não poderia ser a educação só uma coisa ou só a outra dessas coisas. Nem apenas reprodutora e nem apenas desmascaradora da ideologia dominante” (FREIRE, 1996, p. 98). Esta perspectiva vale tanto para a educação escolar quanto para a educação popular muito presente nos movimentos sociais.

O que então, estas mulheres da MMM apresentam como educativo na sua luta, na sua vida, dentro desta perspectiva formativa e educativa do Movimento? O que a luta comum de mulheres de diferentes espaços (urbanos/ rurais), apresenta como limites e possibilidades, enquanto resistência e construção de uma outra sociedade para se viver?

Nesse contexto, os processos *educativos não-formais* dos movimentos sociais populares de trabalhadoras podem ser inseridos e considerados de outras formas, perante o *todo* educativo, tendo em vista que a hegemonia da educação formal, enquanto a educação considerada mais importante e simbólica porque integrante da sociedade capitalista em que vivemos, muitas vezes marginaliza esses processos educativos.

Quando tratamos da educação não-formal, a comparação com a educação formal é quase que automática. O termo não-formal também é usado por alguns investigadores como informal. Consideramos que é necessário distinguir e demarcar a diferença entre estes conceitos. A princípio podemos demarcar seus campos de desenvolvimento: a educação formal é aquela desenvolvida nas escolas, com conteúdos previamente demarcados; a informal como aquela que os indivíduos aprendem durante seu processo de socialização, - na família, bairro, clube, amigos, etc., carregadas de valores e culturas próprias de pertencimento e sentimentos herdados: e a educação não-formal é aquela que se aprende no “mundo da vida”, via os processos de compartilhamento de experiências, principalmente em espaços e ações coletivas cotidianas. (GOHN, 2006, p. 28).

A autora resume nossa compreensão do *educativo*, enquanto possibilidade de aprendizagem sobre os processos do “mundo da vida”, que carregam em si a consideração ao fator político de inserção do sujeito no mundo. Este fator político acontece em todos os espaços, inclusive na educação formal oferecida pela escola, porém é fragmentada e, em geral, seu discurso conteudista dissocia as ciências que sustentam os diferentes cursos e processos de formação, da própria vida do sujeito, como se fosse possível sua “neutralidade” e separação.

O que então, os espaços de formação coletiva, como o movimento feminista da MMM pode configurar como educativo e quais as relações de transformações nas práticas e/ou práxis das mulheres, podem ser consideradas como materialidade deste processo educativo? Reich (1976, p. 67) diria “[...] em resumo: a teoria deve ser criada a partir da vida das massas e ser-lhe restituída sob a forma de prática.” O autor estava diante do mesmo impasse histórico já denunciado por Rosa Luxemburgo (2003; 2011) e outros militantes políticos, na conquista das massas proletárias.

Não faz muito tempo que me descobri feminista. Faz bem pouco tempo. Apesar de eu conviver em espaços feministas desde o início da militância mais orgânica, isso faz uns três anos, mas feminista mesmo foi quando eu senti como ter participado dessa forma nesses espaços de mulheres me fez entender que eu também tinha que me colocar de outra forma nos espaços mistos. Daí eu senti a importância. Nesse sentido, da importância desses aprendizados nos espaços feministas. (Militante 5).

Esses espaços de formação coletiva, portanto, não atingem os movimentos de massas ainda, mas reelaboram ideias e concepções, através de outros instrumentos de formação, e as divulgam de diferentes formas, sendo que, com o advento da internet, cada vez mais estas ideias e concepções se espalham pelo Planeta e recolocam



algumas práticas no centro das contradições, onde mulheres passam a questionar muitas coisas antes “naturalizadas”.

A MMM influenciou nas minhas escolhas profissionais. No que eu desejava para a minha vida profissional, com quem eu gostaria de me relacionar e onde eu me expressava melhor. Influenciou na minha escolha de fazer o curso de História. Influenciou na decisão de eu participar de um coletivo de educação popular, me influenciou nas minhas manifestações políticas nos lugares que eu participei. Quando eu fui do Diretório Acadêmico me influenciou a participar de um coletivo de mulheres, me influenciou a questionar o currículo, enfim. Várias ações da minha vida elas se transformaram a partir do convívio e da participação na MMM. Mas talvez, especialmente, ela mudou a forma como eu vejo o mundo. Vou dar um exemplo: é impossível depois que a gente participa da MMM, algumas coisas serem naturalizadas. Então, toda vez que eu vou no supermercado, eu observo que todas as mulheres que trabalham no caixa, são mais de dez mulheres, são do gênero feminino. Todas que trabalham nas lojas Renner são mulheres. Nunca mais o mundo pra mim ficou naturalizado. A todo o momento, existe um questionamento, uma reflexão, um desconforto. Mas um desconforto bom. E eu cada vez mais, isso não está finalizado ainda, mas eu entendo que mesmo que existam mulheres que eu diverjo na opinião política, na opinião da luta feminista e da construção do feminismo, eu não as vejo mais como minhas inimigas. Eu vejo como pessoas que eu tenho divergência. E esse é um sentimento que eu vejo que a MMM politizou em mim. Porque muitas vezes nos movimentos sociais a divergência a gente trata com arrogância, com prepotência, ou com inviabilidade de relações. E a MMM me ensinou que nós não somos inimigas. Nós só temos opiniões divergentes. (Militante 4).

A desnaturalização ou, como muitas feministas preferem utilizar, o termo desconstrução, ainda que possa vir das ideias iniciais colocadas nesta pesquisa, enquanto proposição do pensamento pós-moderno de Butler (2003), contribui para o processo prático de estranhamento necessário para identificar o lugar da opressão. É interessante pensar o

quanto naturalizamos, especialmente, as práticas de gênero, e o quanto o caráter educativo destas lutas permite modificar algumas coisas, mudando-as de lugar para transformá-las.

É possível alertar para um movimento de consciência coletiva, através das práticas, partindo da realidade concreta de mulheres que nunca estiveram ou puderam estar presentes na lógica da organização dos movimentos sociais constituídos?

Sobre políticas da MMM que conseguem se inserir na realidade, acredito que a pauta violência contra a mulher é um clamor da sociedade. A partir do esforço da MMM e de todos os movimentos feministas de construir dentro da estrutura burguesa de Estado, as coordenadorias, os conselhos municipais, etc., são maneiras de fortalecer o debate da violência contra a mulher, especialmente a violência doméstica. Acho que foi uma onda junto. Estado, sociedade e movimento feminista. Teve uma convergência em dar relevância pra essa discussão. A lei Maria da Penha, por exemplo, é um exemplo disso. (Militante 1).

Eu acho que sim, por exemplo, a própria humanização do SUS, as políticas implementadas ao longo dos anos, de humanização da rede pública de saúde, são pautas também da MMM. É um movimento que é um guarda-chuva de outros movimentos, então isso faz com que ela tenha uma dimensão e influência muito grande. Também políticas do campo, o atendimento a mulheres rurais, ela ter direito à propriedade rural, uma série de outras políticas que também são lutas da MMM, não só da MMM, mas também muito por pressão da MMM. (Militante 6).

A concretização de algumas lutas da MMM, para além de uma prática social cotidiana e militante que educa, aparece também na consolidação de políticas de Estado. As diferentes temáticas debatidas e trabalhadas dentro da MMM conseguem se fortalecer e se expandir entre as militantes devido ao fenômeno da *solidariedade*. Esse fenômeno diz respeito à essência do caráter educativo da MMM. E este caráter educativo da participação na MMM pode ser explicado através de diversos exemplos, como o de mulheres que vivem determinadas situações, mas não vivem outras, e são capazes de compreender e propagar a luta destas outras. E vice-versa. É o elemento que mais aparece nas entrevistas, como um dos fatores mais impressionantes da perspectiva educativa do feminismo da MMM.

Solidariedade para mim é uma das coisas mais fortes que tem no feminismo. É olhar para outra companheira e independente das divergências a gente não se ver como inimigas e entender que, inclusive, muitas das circunstâncias onde acabamos nos tornando opositoras, são construídas pelos homens, porque tem interesse nisso e sempre tiveram. Então solidariedade é uma das coisas mais importantes do feminismo. (Militante 5).

Solidariedade para mim é abraçar minhas companheiras independente se elas estão numa situação boa ou ruim, é sairmos juntas tanto nas nossas conquistas quanto nas nossas lutas. É estarmos fortalecendo umas às outras. (Militante 3).

A solidariedade na luta das mulheres, por exemplo, a história de apoiar as mulheres em qualquer situação que ela esteja, em situação de violência, em situação de tristeza, ou a situação de estar grávida e não ser bem aquilo que ela queria, em apoio, amizade, compreensão... Para mim é isso. (Militante 2).

Solidariedade para mim é dividir o que eu tenho. Disponibilizar o meu tempo para outra. Abrir mão do meu desejo imediato para poder dialogar com causas maiores e mais importantes. (Militante 6).

Diante desta perspectiva da solidariedade das mulheres em luta, independentemente de suas condições, elas relatam emocionadas que a militância está neste bojo da solidariedade, como uma luta que não diz respeito ao que é individual, mas que pode ter questões individuais que vão fazer sentido somente no coletivo. Assim, as militantes da MMM acreditam, como nas passagens que seguem, que são educadoras, que estão a aprender e ensinar a todo momento e em tudo o que fazem.

Sobre ensinar: no dia a dia do meu trabalho, considero que ajudo a ensinar primeiro, que elas se enxerguem como alguém que exista, que tem vida, que tem opinião, que tem tudo. Como é um trabalho com ginecologia, trabalho direto com as mulheres, e pra mim chegam os problemas a partir da sexualidade. Então, de dizer o quanto elas tem poder, o quanto elas podem dizer que não, o quanto elas são donas do corpo delas. E que eu acho que isso é muito da MMM. O corpo é meu, o direito é meu e eu que vou decidir. Eu acho que ensino todo dia e toda hora. (Militante 2).

Educativo dentro da MMM tem várias coisas que eu poderia dizer. Mas vou pegar um exemplo só, que é a Fuzarca Feminista, que é um jeito de pegar debates muito duros e palavras duras, para dialogar com a sociedade e acabar trabalhando de uma forma irreverente esses temas. (Militante 1).

Eu acho que essa coisa de ensinar e aprender com a MMM, a gente busca igualdade, a gente busca justiça, a gente busca solidariedade, a gente se afirma num mundo muito machista, muito conservador, homofóbico. É uma forma de dizer para as pessoas que o feminismo veio para romper, veio inclusive para melhorar a nossa qualidade de vida. De todos. (Militante 3).



Fig. H

Considero educativo, na MMM, essa troca de saberes, a troca de experiência, a gente poder estar se juntando para mudar, para transformar. (Militante 3).

Mulheres que militam na MMM e participam das lutas mobilizadas por este Movimento conseguem ter a dimensão do caráter educativo da luta, mesmo que não sejam professoras ou pessoas vinculadas às áreas pedagógicas. Elas incorporam, com nitidez expressa nas suas falas, a importância do caráter educativo da luta nas suas práticas e nas tentativas de trocar suas experiências e processos de consciências com outras mulheres.

Não sou professora de profissão, mas me considero uma educadora popular, porque a gente sempre está provocando, fazendo o debate. (Militante 3).

Pode ser que me considere educadora sim. No momento que eu vou, converso com pessoas, converso com mulheres, faço palestras, não sei se estou educando, mas ensinando alguma coisa. Ao mesmo tempo em que eu também acho que aprendo muito com elas. Mas acho que posso me sentir sim, uma educadora. (Militante 2).

Tenho a vantagem de ser muito comunicativa. Então eu sempre converso muito com as pessoas na MMM, aprendo sabendo ouvir e compartilhar. Não vou na linha do convencimento na militância, vou na linha do partilhar. Com o convencimento tu vai ficar sempre chocando as ideias, eu vejo tudo por outra forma, compartilhando. (Militante 1).

Eu acho que sou educadora sim, não só pelo meu papel de mãe, que também tem muito isso, mas eu acho que em tudo. Quando a gente vê militância em tudo que a gente vive, todo momento que a gente questiona alguma ação de alguém ou tenta construir outra forma de pensamento e de organização em qualquer espaço, não deixa de ser uma forma de ser uma educadora. (Militante 5).

É interessante o quanto as militantes da MMM reconhecem no feminismo e na prática feminista militante, além da essência da solidariedade, o reconhecimento do ser feminista, para além do ser mulher. O ser feminista não é uma condição simples, não é um processo fácil na questão da tomada de consciência, tendo em vista que algumas pesquisas, como a amostra realizada a seguir, comprovam o quanto o feminismo ainda é um terreno desconhecido às mulheres de modo geral. A velocidade com que o feminismo vem ganhando forças diz muito respeito à internet, às formas mais rápidas de acesso à informação e à formação de opinião, para além das práticas pedagógicas de Movimento, que são, em tese, mais difíceis na prática porque nem todas as mulheres dispõem de tempo, consciência ou interesse/iniciativa para militar. Ainda assim, a propagação da luta das que militam, têm sido facilitadas pelas redes sociais. A amostragem feita abaixo conta com mulheres de quase todos os estados brasileiros

e de todas as faixas etárias. Ao serem questionadas se se consideram feministas, o resultado foi o seguinte:

MULHERES	TOTAL	SE CONSIDERA FEMINISTA			NÃO É FEMINISTA				
		TOTAL	totalmente	em parte	TOTAL	não se considera	confunde feminista com feminina	não sabe o que é/ se é	
	peso	100%	31%	14%	17%	68%	40%	9%	18%
Está melhor	74	75	66	82	74	80	64	64	
Está pior	19	17	23	13	19	15	24	25	
Não teve mudanças	6	8	11	5	6	4	9	8	
Não sabe	2			1	2	2	3	2	

Extraído da Pesquisa⁷¹ Fundação Perseu Abramo e SESC de agosto de 2010, p. 25.

Apenas 31% das mulheres entrevistadas se consideram feministas, sendo que, destas, pouco menos da metade se consideram totalmente. Observa-se um índice considerável de mulheres que não se considera feminista, nem sequer sabe o que isto significa. Acredita-se que, no decorrer desta pesquisa quantitativa, essas mulheres que não sabem ou se confundem sobre o que é ser feminista, são mulheres mais maduras, de mais idade, e que não têm acesso às redes virtuais de comunicação. Na realização da pesquisa pudemos descobrir que, muitas, nem sequer possuem energia elétrica em casa. De qualquer modo, um número alto de mulheres considera que “a vida das mulheres está melhor”. Esse índice talvez seja fruto do acúmulo de mudanças e lutas das mulheres, vindas já de algum tempo. Isso nos prova que nem sempre as lutas estão associadas às melhorias no imaginário popular.

Certa vez indaguei às minhas alunas do Ensino Médio, na instituição onde trabalho como professora, e, para minha surpresa, a grande maioria delas não é capaz de associar nenhum dos direitos que elas possuem a nenhum passado de lutas de outras pessoas. Isso significa que, nem sequer em casa ou nos anos escolares anteriores, ou mesmo na televisão ou qualquer ambiente educativo que frequentem, não é feita esta relação entre processos de organização e luta e os direitos conquistados em leis ou em políticas públicas. Ocorre que não

⁷¹ Disponível para consulta em <http://novo.fpabramo.org.br/sites/default/files/pesquisaintegra.pdf>

temos, no Brasil, uma educação fundamentada em conhecimentos que permitam refletir sobre a sociedade na qual vivemos de modo a questionar as políticas públicas e as leis que as sustentam.

Esta sociedade cada vez mais descola a relação entre lutas sociais e avanços. A vida melhora em alguns aspectos, mas a falta de historicidade na consciência humana fica cada vez mais à mercê somente do interesse de quem busca saber mais. Aquelas e aqueles que não buscam saber mais a respeito, naturalizam e não se veem pensando e problematizando sobre isso. As meninas, em sala de aula, impressionadas ouviram, pela primeira vez, que o fato de estarem sentadas em suas classes, frequentando cursos que podem se estender até à universidade, era porque algumas mulheres, ao longo da vida, lutaram para elas estarem ali, para que as mulheres também pudessem estudar. Do contrário, com 15, 16, 17 anos, há alguns anos atrás, já poderiam estar em casa, casadas, cuidando dos seus primeiros filhos ou trabalhando em casa e, com isso, responsáveis pelos “cuidados” da/com a família. A partir daquele momento, começaram a perceber que nem tudo foi “sempre assim”. Por isso, encerro este subcapítulo com a fala da Militante 2 que diz:

Ser feminista pra mim é lutar pelas mulheres. É ter consciência do ser mulher. E lutar pelas mulheres é lutar para que a situação que as mulheres vivem hoje seja mudada. Pelo menos elas compreendam o quanto precisa ser mudada a situação que elas vivem. (Militante 2).

E vamos retomar o Educador Paulo Freire, sobre o que este pensa a respeito da solidariedade educativa e sua relação com a luta, que está presente na epígrafe da Introdução da *Pedagogia do Oprimido*, publicada em 1982. Freire expressa com grandeza o que a luta feminista representa: “aos esfarrapados do mundo e aos que nele se descobrem e, assim, descobrindo-se, com eles sofrem, mas, sobretudo, com eles lutam” (FREIRE, 1982, p. 17).

4.3 O horizonte da emancipação

O feminismo nunca me causou sofrimento. Mas já me causou alívio. Com certeza. (Militante 3).

Vamos praticamente encerrando esta escrita, com a palavra que serve de base para o princípio de toda ela: a emancipação. Que relação pode-se estabelecer entre este “alívio”, expresso pela militante, e a emancipação da mulher? O que uma mulher traduz para nós ao dizer que o feminismo já lhe causou alívio? Esta palavra representa algo muito forte, pois o

alívio pode ser uma pausa naquilo que dói. Em algum momento, o que dói pode dar um alívio. Ou pode nunca mais doer, mas pode voltar a doer. Ou ainda, pode passar a doer em outro momento ou em outro lugar. De acordo com o *Mini Dicionário* de Aurélio Buarque de Holanda Ferreira, “*alívio* é a diminuição de dor, de peso, de trabalho, etc.; ou consolo” (FERREIRA, 2010, p. 35.) Já a ‘emancipação’ não está presente neste *Mini Dicionário* diretamente, mas dentro da consideração que o autor dá à palavra: “emancipar: eximir-se do pátrio poder ou da tutela; tornar-se independente; libertar-se (emancipação)” (FERREIRA, 2010, p.275).

Quanto à emancipação das mulheres, eu só acredito em alguma emancipação quando nós assumirmos uma luta, e eu acho que é isso que a MMM faz, de organizar mulheres para tomar consciência da nossa opressão, e partir da nossa opressão e nossa organização, a gente se emancipa. E essa emancipação só chega também numa luta aliada ao fim do capital e do patriarcado. Acho que a gente tem conquistas momentâneas, mas a nossa grande conquista ela precisa contemplar uma vitória que seja sobre o capital e sobre o patriarcado. (Militante 6).

A fala da militante conecta o alívio com a emancipação. Pois uma vez que pensamos no alívio pensamos, também no seu contrário, e a dor nada mais é do que a própria opressão. Encontrar o lugar da opressão e se organizar, a partir dela e através da luta, aponta uma emancipação talvez utópica, talvez possível ou talvez impossível, de ser atingida. Uma coisa as militantes expressam com muita lucidez, nas suas falas, que é a impossibilidade, devido a tudo que pesquisamos nesta Tese, de que seja possível a emancipação humana sem superar o capitalismo e o patriarcado. Esta superação, ao mesmo tempo em que é necessária, também expressa, cada vez mais escancaradamente, que os interesses de manter a mulher no seu papel histórico de opressões diversas, atendem a um projeto político que não é o que queremos para a vida, que não correspondem à emancipação humana.

Ao mesmo tempo em que aponta um horizonte emancipatório, a luta, através da pesquisa, foi percebida também como uma luta que não almeja somente o futuro, mas pede por transformações ainda no cotidiano, ainda no presente. Sabemos que a superação do capitalismo e do patriarcado não está no presente, mas suas condições se constroem, permanentemente, enquanto se luta. A fortificação da luta acontece todos os dias, como pudemos ver, e não permite vácuos. Pudemos perceber que as redes de mulheres organizadas, a todo o momento são importantes, e que é possível sim, retroceder em conquistas, pois o patriarcado não dá trégua às mulheres, do mesmo modo que o capitalismo não dá trégua às classes populares.

Mas eu acho que essa ideia de criar redes com outras mulheres é algo muito forte. É tu saber que tu não estás sozinha no mundo. Tu olhar para o lado e ver que tem alguém que tu podes contar. E que pode ser alguém da tua família ou não. Mas eu digo por tantas mulheres que às vezes não tem e saber que qualquer outra mulher, tipo essa coisa do vamos juntas, na rua, de noite, e tal, é um outro tipo de vínculo. É uma coisa que é libertadora. (Militante 5).

Emancipação, para algumas militantes, está presente no horizonte da MMM, embora sabidamente difícil e árdua:

A MMM tem condições de contribuir para a emancipação humana. O que a MMM, como todo movimento social, nós temos que tocar cada vez mais às mulheres e trazer para pensar, para refletir. Eu acho que é possível. O feminismo da MMM é muito avançado. As coisas que a gente vem pensando e vem elaborando é muito para frente. Então eu acho que existe a possibilidade sim. (Militante)

Emancipação humana para mim... Em algum momento da minha vida já distingi emancipação de liberdade. Mas eu não consigo desvincular. Quando eu penso em emancipação eu penso em romper amarras pra libertar-se. (Militante 1).

Segundo Freire (1982), a emancipação é uma conquista política que advém de uma práxis libertadora ininterrupta. Essa práxis se pretende humanizadora, na tentativa de libertar os oprimidos das relações de dominação e opressão. Para ele, a luta só faz sentido se for coletiva, transformadora e reconstrutora de uma humanidade diferente desta que estamos vivendo. É através desse processo histórico que Freire propõe a educação popular, como uma contribuição metodológica dessa emancipação para a construção da autonomia dos sujeitos. Esta intervenção no mundo é um dos pilares para a transformação social, embora ele acredite que a educação sozinha não dá conta de tudo isso. Por isto que a educação popular, as marchas, as lutas e todos os processos coletivos de denúncia/anúncio são importantes para uma práxis libertadora e emancipatória.

Somente quando os oprimidos descobrem, nitidamente, o opressor, e se engajam na luta organizada por sua libertação, começam a crer em si mesmos, superando, assim, sua 'convivência' com o regime opressor. Se esta descoberta não pode ser feita em nível puramente intelectual, mas da ação, o que nos parece fundamental, é que esta não se cinja a mero ativismo, mas esteja associada ao sério empenho de reflexão, para que seja práxis. (FREIRE, 1982, p. 56).

Neste sentido, tanto a teoria freireana quanto a luta da MMM expressam a necessidade de se construir um método para esta luta, que não se limite ao mero ativismo, pois, por si só, este não contribui para um processo de conscientização capaz de desvelar o opressor que há dentro dos oprimidos. Este processo se constrói ao caminhar, ao descobrir, cada vez mais, as

possibilidades dentro do diálogo libertador que, segundo Freire (1982), pressupõe a ação, em qualquer que seja o grau que esteja a luta pela libertação e as condições históricas para tal. Por estas razões, a emancipação está diretamente ligada à ação, à reflexão, à luta e à educação popular, onde cada uma depende da outra para construir um novo caminho. Ainda que às vezes pareçam ‘complicadinhas’:

Sobre a viabilidade da nossa luta, das pautas, eu acho que as nossas lutas são bem ‘complicadinhas’. As mulheres nas suas lutas tem que sempre lutar mais que todo mundo para poder conquistar, né. Por exemplo, a regulamentação do aborto, é uma coisa bem difícil na sociedade que a gente vive hoje. Essa Primavera Feminista... que eu não gosto muito desse termo, mas esse último momento em que as mulheres tem se envolvido mais, tem dado mais peso e mais força para a luta. Eu acho que são pautas difíceis, mas impossíveis nunca. A gente já conquistou muita coisa até hoje e acho que são bem possíveis. (Militante 5).

Assim, não há militância sem utopia, não há luta sem formação educativa, não há movimento sem solidariedade e nem emancipação sem superação. “Os oprimidos, nos vários momentos da sua libertação, precisam reconhecer-se como homens [e mulheres], na sua vocação ontológica e histórica de *Ser Mais*” (FREIRE, 1982, p. 57). Não existe sujeito que não queira “Ser Mais”.

O SER MULHER: ALGUMAS INTERROGAÇÕES QUE FICAM...

Chegamos ao fim desta escrita, mas, de modo algum, a uma pretensa conclusão sobre a questão das mulheres, organizada e reunida em nossa pesquisa. Esta questão se estende por séculos, de modo que seria muita pretensão afirmar que conseguimos abordá-la, por inteiro, até porque focalizamos um Movimento que se estende por inúmeros países, não apenas no Brasil, e, por isso mesmo, autointitulado – Marcha Mundial das Mulheres – MMM. Tampouco estamos nos propondo a trazer, neste final de escrita de uma Tese – ainda que eu, Ingrid Wink, a autora, seja integrante deste Movimento –, toda a riqueza da criatividade de suas manifestações e lutas por direitos. A trajetória oficial da pesquisa, embora date do período de 2012 a 2016, foi uma construção muito mais longa do que este período de quatro anos. E compreendo que seguirá ainda por muitos anos mais, como foi já afirmado antes, especialmente, porque o feminismo é uma prática. As questões que tocam a luta das mulheres são práticas contínuas, desde as cotidianas até as mais amplas e planejadas possíveis.

Como pudemos analisar na pesquisa, as ciências – sejam elas quais forem – historicamente foram construídas, organizadas e acessadas pelos entes humanos de sexo masculino. As informações, as publicações ou mesmo as respostas às inúmeras questões de caráter social, sempre foram formuladas, selecionadas, ou fornecidas tendo em vista os interesses masculinos. Nesse sentido, a política, a guerra, a economia, todas foram moldadas pela produção do mundo do homem, e a história foi escrita pelo filtro de importância do universo masculino. Isso expresso aqui, não significa, nem de longe, uma proposta de que tenhamos uma “guerra dos sexos”, ou tampouco, uma sobreposição do poder das mulheres sobre os homens. Mas significa, sobretudo, criarmos as condições materiais e intelectuais necessárias para que uma história das mulheres passe a existir e, além disso, que haja, também, por parte das mulheres e dos homens, as condições de sensibilidade indispensáveis para aceitar e incluir esta, como integrante da história da humanidade – a contada e escrita por mulheres.

Coube às mulheres fazer uma revolução na linha do tempo; coube às mulheres subverter as convenções para que as mesmas pudessem trazer o que elas consideraram importante, e mesmo indispensável a elas próprias, seja na medicina, seja na sociologia, na história ou até

mesmo na engenharia⁷². Mormente na filosofia, pelas importantes reflexões que têm produzido e, ainda, produzem muitas mulheres. Não foi, em momento algum, consultado se as mulheres queriam fazer parte da política, se as mulheres consideravam importante ter filhos, na altura da vida que desejassem, ou ainda, se mulheres poderiam escolher passar a vida sem ter filhos.

Nada do que se iguala no rol dos “privilégios” ou do “lazer” ou do “trabalho” entre homens e mulheres – absolutamente nada – veio por bondade. Tudo foi fruto de muita luta. Nem sequer o direito ao “orgasmo” foi perguntado para as mulheres se achavam interessante fazer parte, ou até mesmo experimentar e expressar suas emoções. Experimentar o prazer no ato sexual poderia despertar a desconfiança do homem, ou a crítica porque, para este, existiam duas mulheres, a esposa para ter filhos e cuidar do lar, e a prostituta, para dar prazer ao homem. Esse costume secular resultava numa enorme falta de respeito a ambas, além de sinalizar a dependência em relação ao direito do macho decidir e impor sua vontade. Colocava-se em confronto a esposa, a quem cabia ter filhos, cuidar deles, da casa e do esposo, e a prostituta, a quem cabia dar prazer ao homem, ao macho, não importa que, ao envelhecer, esta mulher tivesse de esmolar para sobreviver.

Com isso, dividia e fragilizava suas ações, enquanto mulheres, oprimidas pelo mesmo homem. Neste aspecto, há uma construção histórica decorrente de muitas lutas. A expressão da sexualidade feminina vem sendo uma luta política dia e noite, não para um horizonte tão longínquo e distante, mas para uma transformação presente que possa alinhar o futuro. E quando digo que o orgasmo também é fruto de luta política, é porque ainda convivemos e vamos conviver mais tempo com mulheres criadas para não conhecer o seu corpo, para não sentir o privilégio que é o seu próprio prazer, tendo em vista que sentir prazer não era – e para muitas ainda não é – uma premissa das mulheres na história.

Desde o seu corpo até seu sustento, desde o direito de decidir sobre seus partos, sobre suas roupas e sapatos, até sobre sua estética, desde a economia até o direito ao tempo livre,

⁷² Nunca vou esquecer um relato feito por Benedita da Silva (PT) a um documentário interno produzido pelas mulheres do Partido dos Trabalhadores (PT), quando foi eleita deputada federal pela primeira vez, em 1986, onde relata impressionada que o Congresso Federal, em seu plenário, não tinha banheiro feminino. Banheiro feminino era para funcionárias da limpeza e do café, que trabalhavam na Casa, certamente não para Deputadas. Poderiam, ainda que revolucionário o arquiteto, e o engenheiro responsável pela obra de Brasília/DF, terem previsto que se faria necessário um banheiro para Deputadas? Oscar Niemeyer e Joaquim Cardoso realmente fizeram o projeto sem banheiro feminino, ou os Deputados, quando assumiram a inauguração do Congresso, é que baniram o banheiro do cotidiano? Um problema simples e aparentemente corriqueiro: um banheiro. Porém, com diversos simbolismos e, por incrível que pareça, um banheiro foi conquistado com luta. Benedita da Silva teve de pleitear o direito a um banheiro feminino, no cenário político mais simbólico do Brasil. Os dias atuais contam com banheiros femininos no Congresso. Porém, o baixíssimo número de mulheres deputadas ainda é um vexame para a política nacional.

todas, absolutamente, todas as conquistas das mulheres foram por persistência, organização e resistência. Muitas vezes foi e continua sendo resiliência. Isso porque, muitas deram o que tinham e o que não tinham de seu suor, para garantir que hoje tenhamos um mínimo de acesso a direitos e ao avanço no campo do banimento de algumas opressões de gênero. Isso sem esquecer que os meios de comunicação escrita e televisionada, ainda hoje, registram milhares de mulheres que são maltratadas, que apanham dos maridos ou dos amantes e, pior do que isso, muitas que são assassinadas por expressar que pretendem deixar o homem com quem vivem, porque não o amam mais ou porque este homem as maltrata.

Vimos que não há vitimização na luta das mulheres. Há algo mais sólido do que um “drama” ou qualquer forma pejorativa que possa classificar a desigualdade de gênero. Há consciência da opressão aliada à necessidade da luta. Vimos que os fundamentos da opressão das mulheres se constroem na história, a partir das bases do patriarcado, calcado, essencialmente, na materialidade da vida, quando se toma a divisão do trabalho como ponto de partida para o exercício do poder de um sexo sobre o outro. Vimos que, a partir disso, se cristalizam formas de sobreposição cultural violenta, desde econômica até sexual, especialmente pela lógica capitalista da acumulação/exploração/expropriação material de bens, fruto dessa hierarquização e das culturas – e até místicas – criadas em torno disso.

A MMM diante desse processo todo, vem, além das suas manifestações e denúncias, contribuindo, especialmente, na formação de militantes que criam, através de formas irreverentes ou de ações políticas, maneiras de construir o feminismo, não somente em quantidade, mas especialmente em qualidade, ou seja, na produção da teoria feminista que dialogue com seus fundamentos expressos no subcapítulo 1.2., desta Tese. Assim, tem-se a prática do feminismo dialeticamente articulada à teoria feminista, que se retroalimenta, constantemente, através de novas práticas. A organicidade das militantes da MMM remonta aos processos estratégicos da própria luta proletária, especialmente nos registros de Antônio Gramsci (1991), na medida em que a diversidade das militantes é muita e está em diferentes espaços e frentes de construção, dentro da sociedade.

Aliada ao processo de “uma sobe e puxa outra”, citado na Anotação Participante do subcapítulo 1.2., a ideia de ensinar e aprender na MMM comunga com a perspectiva da solidariedade, perante aquela mulher que ainda reproduz o discurso e a prática masculina, no que se refere à dominação e à própria opressão de gênero. Ser mulher não é o pressuposto básico para a consciência de ser mulher da classe trabalhadora, numa sociedade machista, patriarcal e, além disso, capitalista, que precisa dividir, principalmente, as pessoas que vivem do seu trabalho, para melhor dominá-las e submetê-las às leis do lucro. Porém, ser mulher é

um dever de consciência, é uma construção, é contar com uma solidariedade histórica e contraditória, que faz nascer, a cada pequeno avanço, uma nova semente de emancipação coletiva.

Considero, acerca dos métodos do Movimento, bem como de nossa base teórica para analisá-lo, que a MMM respeita muito todos os estudos e contribuições sobre os diversos feminismos e as epistemologias que contam com o estudo da *diferença*. A MMM produz conhecimento concomitantemente à Academia. A perspectiva da *diferença*, expressa em muitos dos interesses de “sujeitas”⁷³ da MMM, é um desafio a ser construído. As teorias que focam no indivíduo e no que ele possui de “diferente” daquilo que é pré-categorizado como *universal*, jamais foram descartadas ou reduzidas em importância.

Contudo, é um desafio estabelecer a conexão entre o que a epistemologia feminista da *diferença* contribui para a luta e para o avanço da libertação e da opressão das mulheres, e o que ainda precisa avançar, neste sentido. A perspectiva da *diferença* avança, por exemplo, nas liberdades sexuais, no direito ao corpo, à estética, etc., em que mulheres desejam estar livres. Traz elementos importantes para analisar esses fenômenos e contribuir para a libertação das mulheres. Mas não apresenta, com nitidez, quais os caminhos para uma proposta emancipatória coletiva. E, ao mesmo tempo, não expressa, em sua bibliografia, como contribuir para a organização da sociedade em torno de um fim libertário mais profundo, ou do combate à essência do capitalismo e do patriarcado que, de certa forma, ao dividir homens e mulheres, sustenta a organização da economia direcionada à reprodução do capital.

Por isso, nenhuma teoria nova deve ser descartada nem pela MMM nem pela nossa pesquisa, contudo, é preciso estabelecer essa conexão entre os estudos que configuram a essência no diferente, no individual, perante os estudos que apostam na luta enquanto universal. Penso que a MMM não tenha uma fórmula pronta para resolver esta questão, mas na prática, o que temos percebido é que ela consegue respeitar a diferença e dar ênfase para isso, ao mesmo tempo em que propõe uma luta ampla, baseada na materialidade, especialmente quando consegue unificar, de modo pedagógico, os *diferentes*. É um rumo que não está dado, não está pronto, mas vem sendo construído e organizado pedagogicamente, a partir da solidariedade militante entre as diferentes mulheres e as diferentes lutas dentro da luta maior pela emancipação humana.

Certa vez, nunca esqueço, em uma formação da MMM realizada em Porto Alegre/RS, quando uma senhora, vinda de Santa Catarina, indagou se, para ser da MMM, tinha que ser a

⁷³ A explicação e justificativa do uso da expressão “sujeitas”, que, conforme o Dicionário, estaria em desacordo com os propósitos da MMM, pode ser encontrada na nota de rodapé nº 7, no Capítulo 1 desta Tese.

favor do aborto. E explicou que ela jamais seria a favor do aborto. Nosso trabalho não foi o de convencê-la a apoiar o aborto, mas de expressar a ela que compreendesse o sofrimento de mulheres da classe trabalhadora, que precisam abortar e não podem. E com isso se submetem a métodos perigosos, sanguíneos e que colocam suas vidas em risco. Era disso que estávamos falando. E não de passar por cima da sua opinião particular a respeito de que abortos não devem ser feitos. Dialogamos para que a senhora ficasse consciente de que, enquanto coletivo, éramos a favor do aborto e lutávamos por políticas públicas e leis a esse respeito, embora respeitando a sua opinião e a de outras mulheres sobre isso. Em outro momento, outra senhora que estava participando, pela primeira vez, questionou se, para ser feminista, não podia acreditar em Deus e em Jesus, pois debatíamos sobre o Estado laico. Foi mais um momento de rica discussão e aprendizagem, pois ninguém desrespeita a crença individual de cada uma, porém, para o fim coletivo, pensamos que o poder público não deveria privilegiar ou utilizar uma única crença para fazer suas leis, normas e regras. Foi neste momento que muitas mulheres puderam compreender e desmistificar quais são as relações entre o individual e o coletivo.

Esta tarde foi, sem dúvida, uma oportunidade ímpar para debatermos e compreendermos os sentidos da democracia e o que é preciso desnaturalizar para tirar, da repetição do discurso, as armadilhas contra as mulheres que são impostas pelo senso comum patriarcal. A democracia é um exercício. Não restam dúvidas de que algumas mulheres presentes ali, pela primeira vez, preferiram não voltar mais por divergir de alguns pontos coletivos mais radicais como estes. Fomos educadas na família com a finalidade de nos fazermos presentes somente naqueles lugares/espacos/eventos onde não encontramos a contradição, e a aceitar somente aquilo que concordamos, sem procurar saídas racionais para o que discordamos, ou ainda, para descartamos tudo aquilo sobre o qual concordamos, somente devido a um ou dois pontos sobre os quais discordamos.

Assim é o desafio da democracia; assim é o desafio de um Movimento como este – a MMM – assim é o exercício da aprendizagem e da troca quando estas são coletivas. Apesar disso, o ponto maior da convergência da luta das mulheres cresce a cada dia mais. Isso porque a identificação do que oprime, como trouxemos ao abordar o pensamento de Collins (2015), é a linha que dá o Norte (ou o Sul, como pensava Paulo Freire) do porque se luta, do como se luta e do para quem se luta. A MMM, enquanto um movimento social relativamente novo, ainda tem muitas trilhas para seguir, muitos temas a agregar, muita produção e ação a fazer, e por isso, está em contínuo processo de transformação e construção. Porém, a segurança que este Movimento parece trazer, é calcada na construção de um feminismo de base material, que

sabe bem qual seu referencial teórico para sustentar a execução da sua luta, sem deixar de examinar tudo de novo que o contemporâneo é capaz de oferecer, em nome de uma emancipação maior.

O caráter educativo na luta da MMM aparece em absolutamente todas as falas das militantes entrevistadas, bem como na observação decorrente da minha participação no processo da pesquisa, delimitado pelo princípio da solidariedade. O elemento solidariedade é a essência base para qualquer temática de luta dentro do Movimento. A solidariedade fundamenta a compreensão de que, nós mulheres, não somos inimigas. Divergimos, mas não estamos lutando umas contra as outras. Participamos de estágios diferentes de consciência feminista, mas nunca de uma “ser mais” ou “ser menos” que outra. A solidariedade fundamenta a luta, cria as condições necessárias para que esta luta não esmoreça e não se acabe, nem seja minada por fatores externos que tentem combatê-la. A solidariedade feminista não pode ser tirada das mulheres, uma vez que ela venha a emergir na vida de uma mulher, dificilmente afunda e dificilmente se anula...

Quanto mais a sociedade capitalista e patriarcal tenta combater essa solidariedade estabelecida, mais ela se reforça. A solidariedade é como o conhecimento que uma pessoa eleva à sua existência; uma vez estabelecido tal conhecimento, passa a pertencer a esta pessoa e não há força exterior que o retire ou anule. A solidariedade é o combustível imaterial da prática e da luta feminista dentro de uma realidade concreta. A solidariedade só existe, porque existe a dimensão educativa incorporada na luta das mulheres, organizadas na Marcha Mundial das Mulheres (MMM).



Fig. I

Encerro estas palavras finais cheia de reticências, plena de necessidades de “ser mais”, seja no plano coletivo, seja no âmbito individual que compõe o coletivo e, com isso, remonto-me à “colcha de retalhos” da minha avó. Sem dúvidas, esta colcha me ensinou não somente sobre a importância da história dos sujeitos, mas também sobre formas e métodos de aprender que não estão expressas nos livros e que nos dizem sobre epistemologias feministas. Esta colcha me ensinou que a solidariedade tem sua composição também na reciprocidade, na construção coletiva, na significação de elementos que as epistemologias historicamente construídas acabaram por colocar à margem. Esta colcha ensinou-me que trabalho – no mundo atual – tem o de maior valor e tem o de menor valor.

A colcha aproximou mulheres. Remontou realidades. Materializou abstrações. Solidificou o imaterial. Essa colcha pode ser tomada, também, como uma metáfora, ao expressar, simbolicamente, que uma “outra” forma de fazer ciência é possível. Que novas formas de categorizar a história são possíveis. Que inverter a lógica do rol das “coisas importantes” nas universidades, nas ciências e nos trabalhos, também é possível. Aprendi também sobre a relação entre o geral e o particular. O que está no sujeito e o que extrapola a este sujeito – ou às sujeitas – e inter-relaciona-se com o todo. É com muito orgulho, portanto, que encerro apresentando a(o) leitor (a), ao mesmo tempo em que deixo registrados nesta Tese, os “retalhos da nossa colcha”.



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMANAQUE DA MULHER: *A incrível jornada*. Porto Alegre/RS: Publicação da Secretaria Nacional da Mulher Trabalhadora – CUT, 2009.
- ALMEIDA, Denise Mesquita de Melo. *Entre ações coletivas e subjetividade: o caráter educativo dos movimentos sociais*. EccoS Revista Científica 2009. Disponível em: <<http://estudiosterritoriales.org/articulo.oa?id=71512097008>> ISSN 1517-1949. Data de consulta: 14/02/2014.
- ALTHUSSER, Louis. *Sobre a reprodução*. 2ª ed. Petrópolis: Vozes, 2008.
- ARENDDT, Hannah. *A condição humana*. 5ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1991.
- ANGELIN, Rosângela. A caça às bruxas: uma interpretação feminista. *Revista Espaço Acadêmico*, nº 53, 2005. Site: <http://www.espacoacademico.com.br/053/53angelin.htm/> Acesso em 24/12/2015.
- ANDERSON, Perry. *As origens da pós-modernidade*. Rio de Janeiro: Zahar, 1999.
- ARAPIRACA, José Oliveira. *A USAID e a Educação Brasileira*. Cortez: Editores Associados, 1982.
- ASCHER, Carol. *Simone de Beauvoir*. Uma vida de liberdade. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1991.
- BBC. *Destituição de presidente agrava crise na Ucrânia*. BBC em Português. 22/fev./2014. Disponível em: http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2014/02/140221_ukrania_entenda_crise_pai/ Acessado em: março/2016.
- BARROCAL, André. A tragédia insensata. Reportagem de CAPA. *Carta Capital*. Nº 00901. São Paulo: Editora Confiança, p. 20-24, 18/05/2016.
- BAUMAN, Zygmunt. *Modernidade Líquida*. Tradução: Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.
- BEAUVOIR, Simone. *Force or circumstance*. Tradução de Richard Howard. Inglaterra: Penguin Books, 1968. Apud: ASCHER, Carol. *Simone de Beauvoir*. Uma vida de liberdade. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1991.
- _____. *O Segundo Sexo*. A experiência vivida. 6ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.
- BENTO, Maria Aparecida da Silva. A mulher negra no mercado de trabalho. *Revista Estudos Feministas*. Florianópolis: UFSC, 1995. p. 479-488.
- BOBBIO, Norberto. *A era dos direitos*. 10ª ed. Rio de Janeiro: Campus, 1992.
- BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand, 1989.
- BUTLER, Judith P. *Problemas de gênero*. Feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- CAMPOS, Christiane Senhorinha Soares. *A face feminina da pobreza em meio à riqueza do agronegócio*. Buenos Aires: CLACSO, 2011.
- CARVALHO, Marília Pinto de. Um olhar de gênero sobre as políticas educacionais. In FARIA, Nalu; NOBRE, Miriam; AUAD, Daniela; CARVALHO, Marília Pinto de. *Gênero e Educação*. São Paulo: SOF, 1999.

COLLINS, Patrícia Hill. Em direção a uma nova visão: raça, classe e gênero como categorias de análise e reflexão. In: MORENO, Renata (org.). *Reflexões e práticas de transformação feminista*. São Paulo: SOF, 2015, p. 10-30.

COUTINHO, Carlos N. *Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político*. Rio de Janeiro: Campus, 1988.

COUTINHO, Carlos Nelson. *Marxismo e Política*. A dualidade de poderes e outros ensaios. São Paulo: Cortez, 1996.

DELPHY, Christine. Patriarcado. In: *Dicionário Crítico do Feminismo*. HIRATA, Helena. et alii (orgs). São Paulo: UNESP, 2009.

DURKHEIM, Émile. *As regras do método sociológico*. São Paulo: Martin Claret, 2002.

ENGELS, Friedrich. *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*. São Paulo: 8ª. Ed. Civilização Brasileira, 1987.

ESPANCA, Florbela. Livro dos Sonetos. In: FARACO, Sergio (Org.). *Poetas brasileiros e portugueses*. Porto Alegre: L&PM Pocket, 1996.

FARIA, Nalu. Por onde passa a história da luta das mulheres. In PAPA, Fernanda; JORGE, Flávio (orgs). *O feminismo é uma prática*. Reflexões com mulheres jovens do PT. São Paulo: Perseu Abramo, 2008.

_____.; MORENO, Renata (orgs). *Cuidado, trabalho e autonomia das mulheres*. São Paulo: SOF, 2010.

_____. Prefácio. In: GONZÁLEZ, Ana Isabel. *As origens e a comemoração do Dia Internacional das Mulheres*. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

FORSTHOFF, E. Stato di diritto in trasformazione. Milão: Giuffré, 1973. Apud: GOZZI, Gustavo. *Estado*. BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. (orgs) *Dicionário de Política*. 5ª ed. Brasília: UnB, 2000.

FOUGEYROLLAS-SHWEBEL, Dominique. “Movimentos feministas” In: HIRATA, H. [et al] (orgs.). *Dicionário crítico do feminismo*. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da Indignação*. Cartas pedagógicas e outros escritos. São Paulo: UNESP, 2000.

_____. *Pedagogia da autonomia*. Saberes necessários à prática educativa. 39ª. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

_____. *Pedagogia do Oprimido*. 17ª. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FREITAS, Taís Viudes de. O cenário atual da divisão sexual do trabalho. In: *Trabalho, corpo e vida das mulheres: crítica à sociedade de mercado*. FREITAS, Taís Viudes de; SILVEIRA, Maria Lucia. (Orgs). São Paulo: SOF 2007.

FRIGOTTO, Gaudêncio. A polissemia da categoria trabalho e a batalha das ideias nas sociedades de classe. *Revista Brasileira de Educação*. Vol. 14. Rio de Janeiro: ANPed, 2009.

_____. Estrutura e sujeito e os fundamentos da relação trabalho e educação. *Trabalho & Educação*. Belo Horizonte: UFMG, v. 9, p. 14-26, 2001a.

_____. A nova e a velha face da crise do capital e o labirinto dos referenciais teóricos. In: FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria (orgs.). *Teoria e educação no labirinto do capital*. 2ª ed. Petrópolis: Vozes, 2001b.

_____. FRIGOTTO, Gaudêncio. *Educação e a crise do capitalismo real*. São Paulo: Ed. Cortez, 1995.

_____. Verbetes: “A Teoria do Capital Humano”. PEREIRA, Isabel Brasil; LIMA, Júlio Cesar França (orgs.). *Dicionário da Educação Profissional em Saúde*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2009. Disponível em <http://www.epsjv.fiocruz.br/dicionario/verbetes/caphum.html/> Acessado em 21/01/2014.

FUKUYAMA, Francis. *O fim da história e o último homem*. Rio de Janeiro: Rocco, 1992.

GOHN, Maria da Glória. Educação não-formal, participação civil e estruturas colegiadas nas escolas. Vol. 14. *Avaliação de Políticas Públicas Educativas*: Rio de Janeiro, 2006 disponível em <http://www.scielo.br/pdf/ensaio/v14n50/30405/> Acessado em fevereiro de 2016.

GONZÁLEZ, Ana Isabel Álvarez. *As origens e a comemoração do Dia Internacional das Mulheres*. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

GRAMSCI, Antonio. *Os intelectuais e a organização da cultura*. São Paulo: Círculo do Livro, 1981.

_____. *Cadernos do Cárcere*. Vol. 4ª. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

_____. *Cadernos do Cárcere*. Vol. 6. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

_____. *Convite à leitura de Gramsci*. Disponível em: <http://www.marxists.org/portugues/gramsci/1917/02/11.htm/> Acesso em 21/01/2014.

_____. *Concepção dialética da história*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

_____. *Maquiavel, a política e o Estado moderno*. 8ª. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.

GOZZI, Gustavo. Estado. BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. (orgs) *Dicionário de Política*. 5ª. ed. Brasília: UnB, 2000.

GRESH, Alain. *No rescaldo da Primavera Árabe*. Le monde Diplomatique. Nov. 2012. Disponível em: <http://www.diplomatique.org.br/artigo.php?id=1286/> Acesso em março/2016.

GROSZ, Elizabeth. *Bodies and Knowledges*. Feminism and the Crisis of Reason. In: L. Alcoff e E. Potter, 2006 (In: Haudrey Cavelli; Fátima Lopes, 2006 (com tradução)).

HARDING, Sandra. *The Science Question in Feminism*. Ithaca, New York: Cornell University Press. 1986.

HARVEY, David. *Espaços de Esperança*. São Paulo: Loyola, 2004.

HIRATA, Helena. Mulheres brasileiras e gênero nos espaços público e privado. *Tempo Social*. Revista de Sociologia. USP, v. 26, n. 1. São Paulo: Fundação Perseu Abramo/ SESC. Agosto/2010. In: <http://novo.fpabramo.org.br/sites/default/files/pesquisaintegra.pdf/>

_____. Teorias e práticas do *care*: estado sucinto da arte, dados de pesquisa e pontos em debate. In: *Cuidado, trabalho e autonomia das mulheres*. FARIA, Nalu; MORENO, Renata (orgs). São Paulo: SOF, 2010.

_____. *Sociologias*. Porto Alegre, ano 11, nº 21, jan./jun. 2009, p. 24-41.

_____. *Gênero, classe e raça*. Interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais. São Paulo: USP, 2014.

_____; ZARIFIAN, Philippe. Trabalho. In: *Dicionário Crítico do Feminismo*. HIRATA, Helena. et alii (orgs). São Paulo: UNESP, 2009.

_____; KERGOAT, Daniele. *A classe operária tem dois sexos*. Revista Estudos Feministas. Florianópolis: UFSC, 1994.

_____; _____. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. *Cadernos de Pesquisa*. Vol. 37, 2007. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/cp/v37n132/a0537132.pdf>/ Acesso em 22/01/2014.

IBGE. *Mulher no Mercado de Trabalho: perguntas e respostas*. Publicado em 08/03/2010. http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/trabalhoerendimento/pme_nova/Mulher_Mercado_Trabalho_Perg_Resp.pdf/ Acessado em março/2016

IULIANELLI, Jorge Atílio Silva. *Jovens em Tempo Real*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

KÄRNER, Hartmut. Movimentos sociais: uma revolução no cotidiano. In SCHERER-WARREN, Ilse; KRISCHKE, Paulo. *Uma revolução no cotidiano*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

KERGOAT, Daniele. Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo. In: *Dicionário Crítico do Feminismo*. HIRATA, Helena. et alii (Orgs). São Paulo: UNESP, 2009.

KOLLONTAI, Alexandra. A família e o Estado Socialista. In: *A Libertação da Mulher*. São Paulo: Global, 1979.

_____. *A nova mulher e a moral sexual*. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

KONDER, Leandro. *O que é dialética?* 15ª. ed. São Paulo: Brasiliense, 1981.

KOSIK, Karel. *Dialética do concreto*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2010.

KAPRÍVINE, V. *O que é materialismo dialético?* Moscou: Progresso, 1986.

KUENZER, Acácia. *Ensino de 2º grau: o trabalho como princípio educativo*. 3ª. ed. São Paulo: Cortês, 1997.

LALLEMENT, Michel. *História das ideias sociológicas: das origens a Max Weber*. 4ª. ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

LEFEBVRE, Henri. *A revolução urbana*. Belo Horizonte: UFMG, 2008.

_____. *O direito à cidade*. São Paulo: Centauro, 2001.

LEHER, Roberto. Capítulo VII. Tempo, autonomia, sociedade civil e esfera pública: uma introdução ao debate a propósito dos "novos" movimentos sociais na educação. In: GENTILI, Pablo; FRIGOTTO, Gaudêncio (Orgs.). *La Ciudadanía Negada*. Políticas de Exclución en la Educación y el Trabajo. Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales (CLACSO), 2000.

LENIN, Vladimir Ilich. *Que fazer?* A organização como sujeito político. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

LOUREIRO, Isabel. Apresentação In: LUXEMBURGO, Rosa. *Cartas*. São Paulo: UNESP, 2011.

LUXEMBURGO, Rosa. *Reforma ou revolução?* São Paulo: Expressão Popular, 2003.

_____. *Textos escolhidos*. Vol. I. São Paulo: UNESP, 2011.

_____. *Textos escolhidos*. Vol. II. São Paulo: UNESP, 2011.

_____. *Cartas*. Vol. III. São Paulo: UNESP, 2011.

_____. *Socialismo ou Barbárie*. <http://www.marxists.org/portugues/luxemburgo/1915/junius/cap01.htm>/. Ensaio acessado em 20/04/2012.

MANDEL, Ernest. Keynes e Marx. In: BOTTOMORE, Tom (org.). *Dicionário do pensamento marxista*. Rio de Janeiro: Zahar, 1988.

_____. *O lugar do marxismo na história*. São Paulo: 1987.

MANCUSO, Eduardo. *Marxistas*. Porto Alegre: Renascença, 2002.

MAQUIAVEL, Nicolau. *O Príncipe*. São Paulo: Cultrix, 2000.

MARX, Karl. *O Capital*. Crítica da Economia Política. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

_____. *O 18 Brumário; Cartas a Kugelmann*. 3ª. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

_____. *Contribuição à crítica da Economia Política*. s/d. Disponível em <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/ma000084.pdf/> Último acesso em: 25/02/2016.

_____. *A ideologia alemã: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas*. In: MARX, Karl; ENGELS, Friedrich Engels. São Paulo: Boitempo, 2007.

_____; ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã*. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

_____; _____. *O Manifesto Comunista*. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

MATTELART, Armand. *Comunicação-mundo – História das ideias e das estratégias*. 3ª. ed. Petrópolis: Vozes, 1999.

MELO, Hildete Pereira; SABATTO, Alberto Di. Divisão sexual do trabalho e pobreza. In: *Autonomia econômica e empoderamento das mulheres*. Textos acadêmicos. Brasília/DF: Fundação Alexandre Gusmão, 2011.

MÉSZÁROS, István. *Para além do capital*. 3ª. ed. São Paulo: Boitempo, 2009.

MILIBAND, Ralph. Estado. In: BOTTOMORE, Tom (Org.). *Dicionário do pensamento marxista*. Rio de Janeiro: Zahar, 1988.

MOHANTY, Chandra; RUSSO, Ann; TORRES, Lourdes. *Third World Women and the politics of Feminism*. Bloomington: University of Indiana Press, 1991.

MORENO, Renata. Reflexões e práticas de transformação feminista. São Paulo: SOF, 2015.

MUNIZ, Diva do C. G. Feminismos, epistemologia feminista e História das Mulheres: leituras cruzadas. In: *OPSI*. Catalão, v. 15, n. 2, p. 316-329, 2015. Disponível em https://www.researchgate.net/publication/288658870_Feminismos_epistemologia_feminista_e_Historia_das_Mulheres_leituras_cruzadas/

MARCHA MUNDIAL DE MULHERES-RS. *2º Caderno de Formação Feminista*. Porto Alegre, MMM, 2013.

NEUMANN, F. Lo Stato democratico e lo Stato autoritario. Bolonha: Il Mulino, 1973. Apud: GOZZI, Gustavo. *Estado*. BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. (orgs) *Dicionário de Política*. 5ª. ed. Brasília/DF: UnB, 2000.

NETTO, José Paulo. *Introdução ao estudo do método de Marx*. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

NOVACK, George. *O desenvolvimento desigual e combinado na história*. São Paulo: Sundermann, 2008.

PACHECO, Juliana. *Mulher e filosofia*. As relações de gênero no pensamento filosófico. Porto Alegre: Editora Fi, 2015.

PINTO, Celi. Mulher e política no Brasil. Os impasses do feminismo enquanto movimento social, face às regras do jogo da democracia representativa. *Revista Estudos Feministas*. Florianópolis: UFSC, 1994.

RAGO, Elizabeth. Epistemologia feminista, gênero e história. In: PEDRO, Joana; GROSSI, Miriam (orgs.). *Masculino, feminino, plural*. Florianópolis: Mulheres, 1998.

REICH, Wilhelm. *Materialismo dialético e psicanálise*. Porto: Presença, 1973.

_____. *O que é a consciência de classe?* Porto: H. A. Carneiro, 1976.

RIBEIRO, Marlene. Contradições na relação trabalho/educação do campo: a pedagogia da alternância. *Revista Trabalho e Educação*. Vol. 17. Belo Horizonte/MG: UFMG, 2008.

_____. Trabalho e educação no movimento camponês: liberdade ou emancipação? *Revista Brasileira de Educação*. Vol. 14, nº 42, set./dez., p. 423-439, 2009.

_____. *Movimento Camponês, Trabalho, Educação*. Liberdade, autonomia, emancipação: princípios/fins da formação humana. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

_____. Movimentos sociais e educação popular. Trajetórias e desafios. In RIBEIRO, Marlene; RIBEIRO, Jorge Alberto Rosa (Orgs.). *I Seminário do TRAMSE – Trabalho, movimentos sociais e educação: redes de pesquisa*. Porto Alegre: Itapuy, 2011.

_____. Até quando continuarão públicas as universidades públicas? *Cadernos de Educação*: Pelotas/RS. UFPel, n. 15, p. 03, 2015.

MATTELART, Armand. *Comunicação-mundo – História das ideias e das estratégias*. 3ª. ed. Petrópolis: Vozes, 1999.

SAFIOTTI, Heleieth. *Gênero, Patriarcado e Violência*. 2ª ed. São Paulo: Expressão Popular/Perseu Abramo, 2015.

SHAIKH, Anwar. Exército Industrial de Reserva. In: *Dicionário do Pensamento Marxista*. BOTTOMORE, Tom (Org.). Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1988.

SANTOS, Milton. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. 6ª. ed. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SANTOS, Boaventura de Souza. *O Fórum Social Mundial*. Manual de uso. São Paulo: Cortez, 2005.

SCHERER-WARREN, Ilse. O caráter dos novos movimentos sociais. In: SCHERER-WARREN, Ilse; KRISCHKE, Paulo. *Uma revolução no cotidiano*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

_____; KRISCHKE, Paulo. *Uma revolução no cotidiano*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação & Realidade*. Vol. 20, nº 2, Porto Alegre: UFRGS, jul./dez. 1995.

SGUISSARDI, Valdemar. Modelo de expansão da educação superior no Brasil: predomínio privado/mercantil e desafios para a regulação e formação universitária. *Educação & Sociedade*. Campinas/SP: Editores Associados, v.29, n.105, pp.991-1022, set./dez., 2008.

SHOWATER, Elaine. *A crítica feminista no território selvagem*. In: HOLLANDA, Heloísa Buarque de (Org.). *Tendências e impasses: o feminismo como crítica da cultura*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994. In: MUNIZ, Diva do C. G. *Feminismos, Epistemologia feminista e*

História das Mulheres. Leituras cruzadas. In: *OP SIS*, Catalão, v. 15, n. 2, p. 316-329, 2015. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/288658870_Feminismos_epistemologia_feminista_e_Historia_das_Mulheres_leituras_cruzadas/

SILVA, Katiane Machado. *As práticas educativas neopentecostais na periferia: um estudo de caso*. Doutorado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Faculdade de Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação, 2015.

SOARES, Sonia Ribas de Souza. *A prática social de luta dos trabalhadores da EJA na rede pública de Porto Alegre-RS. Um estudo de caso*. Doutorado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Faculdade de Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação, 2013.

SOF. *Agricultura na sociedade de mercado*. As mulheres dizem não à tirania do livre comércio. São Paulo: SOF, 2006.

_____. *Perspectivas feministas para a igualdade e autonomia das mulheres*. Sempreviva Organização Feminista, São Paulo: 2012.

_____. *Seguiremos em Marcha até que todas sejamos livres*. São Paulo: SOF, 2014.

_____. *Nosso corpo nos pertence?* Documentário. 2014. Disponível em www.marchamundialdasmulheres.org.br/ Acessado em 20/06/2016.

SORJ, Bila; FONTES, Adriana. Políticas públicas e a articulação entre trabalho e família. In FARIA, Nalu; MORENO, Renata (orgs). *Cuidado, trabalho e autonomia das mulheres*. São Paulo: SOF, 2010.

SCHMIDT, João Pedro. *Juventude e política no Brasil. A socialização política dos jovens na virada do milênio*. Santa Cruz do Sul: UNISC, 2001.

SCHULTZ, Theodore W. *O Capital Humano: Investimentos em Educação e Pesquisa*. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.

THIOLLENT, Michel. A inserção da pesquisa-ação no contexto da extensão universitária. In: *Pesquisa Participante: a partilha do saber*. BRANDÃO, Carlos R.; STRECK, Danilo. (Orgs.) Aparecida: Ideias & Letras, 2006.

THOMPSON, John B. *O escândalo político: poder e visibilidade na era da mídia*. Petrópolis: Vozes, 2002.

TORNQUIST, Carmen Susana; FLESHEIR, Soraya Resende. Sobre a Marcha Mundial das Mulheres: entrevista com Nalu Faria. *Revista Estudos Feministas*. Florianópolis: UFSC, janeiro-abril, 2012.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. *Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação*. São Paulo: Atlas, 1987.

TROTSKY, León. *A revolução permanente*. 2ª. ed. São Paulo: Kairós, 1985.

WINK, Ingrid. *Cidade educadora e juventudes: as políticas públicas e a participação dos jovens na cidade de Gravataí-RS*. Mestrado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Faculdade de Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação, 2010.

_____. *A Ação Política da Mídia: o escândalo como agente de poder*. Trabalho de Conclusão de Curso de Ciências Sociais. Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2005.

WOOD, Elen. *Democracia contra capitalismo: a renovação do materialismo histórico*. São Paulo: Boitempo, 2006.

ANEXO A

ANÁLISE DA CONJUNTURA POLÍTICA NO BRASIL

Inspirada em dois elementos decidi fazer esta breve análise de conjuntura da situação política em que se encontra o Brasil, registrando-a nesta Tese, de modo a deixar mais claras as questões que se colocam à MMM, aqui focalizada. E, para isso, os dois elementos que me inspiraram foram: primeiro, as práticas político-partidárias das quais fui formada desde os 15 anos de idade, dentro da tendência interna do Partido dos Trabalhadores (PT), a Democracia Socialista (DS), que, a cada reunião, realizava como método de organização uma análise de conjuntura geral, antes de qualquer possibilidade de diálogo sobre as pautas que iriam ser discutidas posteriormente. O segundo elemento foi a leitura da Tese da minha amiga e parceira de vida, Sonia Ribas de Souza Soares, intitulada *A prática social de luta dos trabalhadores da EJA na rede pública de Porto Alegre-RS. Um estudo de caso* (2013), onde ela construiu uma análise de conjuntura em sua pesquisa, a qual foi feita com muita lucidez.

Acredito que analisar a conjuntura na qual estamos inseridos/as contribua, politicamente, para situar o momento histórico, econômico e político vivenciado no Brasil, embora nosso país não esteja isolado das questões que atingem o mundo. Por mais que, neste momento, eu esteja afastada das práticas partidárias e mais focada no movimento social popular, objeto deste estudo – a Marcha Mundial das Mulheres – as formas e métodos de organização são aprendizados que iremos carregar para o resto da vida. O partido político é um espaço importante de orientação, de organização pessoal e coletiva, e, ao contrário do que muitos criticam, as formações partidárias, assim como os movimentos sociais populares, são elas e eles que nos ensinam sobre como lutar e como ter determinada disciplina e método, voltados para um fim maior. Organizar pessoas em torno de ideias revolucionárias não é um mérito das ciências da administração, mas da ciência política não dissociada da realidade econômica e com a contribuição da história.

Dito isto, considero importante salientar que esta análise de conjuntura foi realizada por mim e não representa o pensamento de qualquer grupo ou dos ensinamentos recebidos na Universidade. É importante registrar, também, que esta Tese foi escrita em um momento político brasileiro extremamente sensível em nossas vidas, gerando intensas discussões em

casa, nas escolas, nas universidades, nas ruas, nos movimentos sociais populares, além da própria classe média e alta conservadora que se colocou nas ruas de verde e amarelo.

A conjuntura internacional da década de 1990 para cá, com o acirramento das políticas de ajuste em todo o globo terrestre, promovidas pelo Banco Mundial e por organismos internacionais, produziram um cenário de desemprego em massa e o consequente empobrecimento das populações, em diversos países. No Brasil não foi diferente. Mesmo com o Plano Real, do presidente Fernando Henrique Cardoso, do Partido Social Democrático Brasileiro (PSDB), cujo governo se estendeu de 1995 a 2002, a economia brasileira entrou completamente na máquina de moer a classe trabalhadora, flexibilizando empregos, privatizando o público, retirando direitos e demitindo pessoas. O capital visava lucrar cada vez mais e o capitalismo globalizado precisava, e precisa ainda, se reinventar. As operações de crédito cresceram em toda a parte, gerando lucros aos bancos e miséria à população mais necessitada. Entramos às cegas numa era de incertezas e, em todos os lugares, inclusive na Europa, iniciaram-se políticas de encurtamento de direitos da classe trabalhadora. Este momento foi ímpar para a unificação de diversas lutas e para a própria esquerda, como a criação do Fórum Social Mundial (FSM) que, no Brasil, começou a realizar-se em 2001, e outras instâncias globalizadas de resistência. Nesse contexto, uma sociedade cansada, no Brasil, deu seu voto de confiança à esquerda, elegendo, em 2002, para a presidência da República, o Sr. Luís Inácio Lula da Silva. A partir desta eleição que, pela primeira vez na história, coloca um operário de um partido de esquerda, o PT, no poder, algumas crises foram geradas. Veremos.

Após dois mandatos do governo Luis Inácio Lula da Silva, reconhecido em nível nacional e internacional como “Lula” (2002 a 2006 e 2006 a 2010), tendo sequência com a eleição da primeira presidenta, Dilma Rousseff, em 2011 até 2014, sendo também reeleita para governar no período de 2015 a 2018, o PT vinha se mantendo no poder e efetuando uma série de mudanças, principalmente na área das políticas públicas. No mesmo período em que o capitalismo estava avassalando países pelo mundo afora, de 2002 para cá, o Brasil estava avançando em todos os sentidos. Avançaram políticas associadas à classe trabalhadora, mas também avançaram todos os incentivos possíveis de ganhos do capital, diante do Estado brasileiro. Experimentamos a crise capitalista nesses anos iniciais do governo do PT, muito mais sutilmente do que em outros países. Avanços no setor da economia e da produção, de modo geral, trouxeram mais geração de emprego e renda ao país. Isso foi inegável por todo o território nacional, refletindo-se sobre a qualidade de vida, o acesso à água, ao saneamento, à

educação, ao Sistema Único de Saúde (SUS), à moradia, à energia elétrica, às possibilidades de as famílias pobres terem moradia, através do Programa Minha Casa Minha Vida.

Contudo, chegou um momento em que a tal crise – que é internacional porque é de origem do capital – viria bater no Brasil, como um *tsunami*. Isso porque o *tsunami*, antes de chegar, recua sua maré ao máximo, até que se forme uma avassaladora onda em contrapartida. As leis da física poderiam explicar o fenômeno político do Brasil por três mandatos do PT, quando no quarto mandato chega, enfim, a tal crise – ou a onda imensa e avassaladora – que já era esperada. Não poderiam as forças do capital, ainda que muitas vezes este fosse beneficiário das próprias políticas nacionais do governo brasileiro, como o lucro em diversos setores da economia: – bancos, setores eletroeletrônicos, eletrodomésticos, da construção civil – aceitarem que continuassem ocorrendo tantos gastos estatais com políticas “que nunca lhes interessam” – leia-se: dinheiro público gasto com políticas sociais. Ou ainda, que pessoas historicamente privilegiadas perdessem seus postos de privilégios. Ou também, que pobres, negros e indígenas tivessem acesso à formação de nível técnico ou mesmo superior, ingressando nas universidades, em cursos como a Medicina, o Direito e a Engenharia, usualmente frequentados, das classes médias para cima. Neste sentido, o Brasil, sob o poder e o controle das forças midiáticas e de uma rede de homens ricos destinados a “acabar com a corrupção”, passou a encontrar-se em “crise”. Porém, que crise é esta?

O Estado brasileiro não está em crise nem nunca esteve. Quem está em crise são os remanescentes da esquerda que ainda restam no PT, e pessoas de esquerda, em geral, até mesmo de outros partidos ou sem partidos, que tentam entender e resolver este quebra-cabeças. O problema econômico que estamos vivendo não diz respeito propriamente à “crise”. O problema econômico é plano e parte do capitalismo. Nós é que vivemos uma espécie de “exceção” por 13 anos. É como se agora, com as políticas de ajustes neoliberais mais fortes por todo Planeta, nos igualando ao ocorrido nos anos noventa do século passado, tudo estivesse voltando para o devido lugar. Num mundo que se rende ao capital cada vez mais, uma empresa pública de extração de um rico solo em petróleo, não poderia mais continuar nas mãos do Estado. Iniciou a caça às bruxas na Petrobrás em nome da limpeza “anti-corrupção”, que, não precisa ter sexto sentido para prever que o problema não está na ética da humanidade perante a corrupção, mas sim que em breve será vendida ao poder econômico de alguma multinacional do petróleo.

Que o PT se forjou como partido de massas, e, especialmente, nos anos 1980-90 aglomerava o que havia de mais utópico nos sonhos da esquerda brasileira, isso é um fato. Mas, a partir do seu ingresso nas estruturas estatais, especialmente nos governos dos

municípios e estados, nas câmaras municipais, nas estaduais e no Congresso brasileiro, algumas coisas começaram a mudar. Aos poucos, alguns personagens foram desembarcando do navio, por diversas razões, e outros ingressando para tirar proveito do sucesso desse Partido de massas. Inicialmente, se tomarmos os primeiros a sair, iremos nos lembrar de situações nas quais os descontentamentos, por falta de reconhecimento de figuras que se julgavam superiores às organizações partidárias e, por conseguinte, agindo por conta própria, começaram a ocorrer. Ao mesmo tempo, alguns iam desembarcando porque discordavam quanto ao conteúdo de algumas ações ou políticas, ou por considerar que o PT estava acolhendo propostas diversas demais, ou aliando-se a quem não deveria. Assim, várias foram as razões para os afastamentos, bem como para a permanência no Partido. Alguns encontraram seus ideais em outros partidos de esquerda e não nos cabe analisar. Cabe apenas pensarmos que, qualquer partido de esquerda que adentre o Estado, enfrentará crise semelhante.

Tendo em vista que estar nas estruturas mais poderosas do poder público é tarefa difícil, nos governos dos estados/municípios, sabemos que não é possível fazer revolução, mas podem ser ampliadas as bases para uma futura transformação social, ou pelo menos contribuir para que se erradique a fome e o analfabetismo, por exemplo. Alguns inchaços do PT ocorreram durante toda a vida partidária, enquanto foi se fazendo presente dentro das estruturas estatais. Por um lado, se assumia, cada vez mais, como Partido de massas, mas, por outro, havia a crítica de que era preciso conduzir melhor a formação dessas massas, de modo a possibilitar a emergência de uma consciência efetivamente de classe. Mesmo drama vivido desde os registros da polonesa Rosa Luxemburgo, que morreu sem conseguir o sucesso esperado para que as massas trabalhadoras elevassem à consciência a sua condição de classe, de vida e de luta.

Contudo, no Brasil, o momento final foi uma mistura dessas alianças “difíceis” com um certo tipo de crise de classe, que não é possível analisar assim tão simplificadamente. O PT foi engordando algumas fileiras do poder do Estado e, concomitantemente, foi fazendo o que era possível para que essa massa trabalhadora trouxesse sua experiência material de vida para a consciência, até que firmasse, de fato, um pacto entre a sua realidade e a sua luta, suficientemente forte o bastante para poder argumentar suas causas. Alguns problemas foram surgindo na medida em que o Partido encarava a realidade para, efetivamente, concorrer e vencer, inclusive, aliando-se a outros partidos que não tinham as mesmas concepções e propósitos. E, é claro, daí decorrem contradições que podem ampliar a compreensão da crise.

Inventaram-se campanhas eleitorais à moda americana. Bandeirinhas dadas, planos visuais, materiais gráficos em volumes absurdos, enfim. Era preciso disputar. Nas eleições, nos igualamos a qualquer partido de direita, com a diferença de que a população não mais aguentava tanta espoliação e deram um voto de confiança da classe trabalhadora na figura de Lula, operário. Chegamos a vibrar por entrarmos na onda publicitária e falar de gigante para gigante no quesito audiovisual, em qualquer das quatro últimas eleições. As políticas de Lula destinadas à população mais pobre garantiram a reeleição. E até aí tudo bem.

O problema é que, ao invés de problematizar as próximas campanhas eleitorais associadas à realidade econômico-social, o PT passou a realizar campanhas iguais a de qualquer partido de direita, com a diferença de ter, como referência, as políticas de esquerda iniciadas nos governos de Lula. Desta vez tratava-se de uma mulher, Dilma Rousseff, que governou pelo período de 2011 a 2014, candidatando-se, novamente, em 2014. E aí ocorre a crise, ou o *tsunami*.

O Partido não conseguiu se unificar em torno da Reforma Política e nem todo petista estava preocupado em mudar a estrutura corrompida, que é uma campanha eleitoral, seja a de que partido for. Alguns batalhavam internamente para que o partido retomasse a Reforma Política. Mais gente desembarcou, enquanto outros tentavam brigar por mudanças dentro do Partido e aqui eu me incluía. A própria presidenta Dilma muito falou em Reforma Política e foi vencida massivamente pelas forças da direita, que formam o Congresso Nacional e mesmo os partidos com os quais fez alianças, pensando ser mais fácil continuar mantendo e até ampliando as políticas sociais. Esse debate, tanto em nível nacional quando nos estados e municípios foi derrotado, maquiado e sumiu da cena, visto que os parlamentares, dos partidos de direita, não estavam interessados nele.

Envolvidos em alguns escândalos em altos escalões do governo, alguns desembarcaram do PT, nos municípios e nos estados, por perderem a confiança e se sentirem desiludidos. Outros, que perderam a confiança, ao final do chamado processo do “mensalão”⁷⁴, ainda durante o Governo Lula, acabaram retornando ao Partido porque viram que ainda valia a pena e que a corrupção divulgada pela mídia era seletiva. Uniram-se aos grupos para os quais o PT deveria retirar quem estava envolvido em corrupção, e não quem ainda acreditava na organização partidária e era comprometido com isso.

⁷⁴ Acusações que recaíram sobre parlamentares e administradores do PT, de receberem mensalidades oriundas de recursos decorrentes apropriados por dirigentes da Petrobrás ou mesmo de empresas que venciam editais a partir de compromissos assumidos, em acordos com dirigentes, para efetuar pagamentos, identificados como “propinas”

Nada mudou na Reforma Política. Teríamos que, novamente, nos associar a partidos de direita para podermos disputar as eleições, através da candidata Dilma Rousseff. E assim fomos por duas eleições mais. As coligações com partidos de direita acabaram por caracterizar o PT, também, como um Partido de direita. Enfrentamos a disputa com tais partidos, mas usando os argumentos da esquerda, de tudo o que foi feito pelo PT, e das razões pelas quais a candidata Dilma precisava ser eleita. Esta esquizofrenia entre o eleitoral – ganhar as eleições – e a luta para manter as políticas sociais, uma vez eleita a presidenta, só poderia resultar em crise. Especialmente na vez da Dilma, uma mulher que registrava, na sua história, o fato de ter sido combatente contra a Ditadura Militar e que, por isso mesmo, sofreu prisão e torturas neste regime.

Os reflexos desse “ser de direita” no processo eleitoral só poderiam acabar em tragédia. Um sistema eleitoral patriarcal, empresarial, viciado, uma estrutura suja, um câncer brasileiro que o Congresso Nacional se recusa a mexer, uma cultura política de macho, velho, rico e branco, derrotou o poder de governabilidade – que já era bastante limitado – da presidenta da República, cassando-a por motivos infundados que não feriam a Constituição Federal de 1988, a Lei Maior brasileira, no dia 17 de abril de 2016. Mais tarde, em 31 de agosto de 2016, ela já estava oficialmente deposta pelo Senado Federal, assistido pelo Supremo Tribunal de Justiça. Contraditoriamente, não teve seus direitos políticos cassados, evidenciando que a sua retirada da presidência da República nada mais era do que um golpe político-econômico para que uma massa de políticos brasileiros, com inúmeras acusações e processos judiciais, pudessem respirar aliviados. Afinal, cassando Dilma, era natural que as operações da Lava-jato fossem “esquecidas da pauta da mídia”, como vem ocorrendo.

Michel Temer, do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), vice-presidente indicado pela Presidenta Dilma Rousseff, traiu sua confiança e assumiu oficialmente o poder, dando início a uma série de cortes em políticas sociais, modificando leis trabalhistas, além de iniciar a reforma na previdência social, para atender às demandas do aumento dos lucros por parte das empresas e dos bancos. Para que ele chegasse ao poder, milhares de pessoas da classe média, convencidas pelas pregações diárias da mídia representada, principalmente, pelas Organizações Globo, tomaram as ruas e as redes sociais na “defesa da democracia” e contra o governo da presidenta Dilma, portando faixas com os dizeres: “Fora Dilma”. A massa dos que perderam a eleição presidencial, na figura do Senador Aécio Neves, do PSDB, tomou as ruas de verde e amarelo apregoando a luta contra a corrupção. As defesas efetuadas por um juiz de direito do estado do Paraná, o Dr. Sérgio Moro, que instituiu uma investigação chamada Operação Lava-Jato, divulgada amplamente

pela mídia recaíam sobre o PT. Esta investigação continuou, com inúmeras delações das quais os mais citados eram políticos que nada tinham a ver com o PT, mas somente os que eram do PT foram presos, como José Dirceu, tesoureiro do Partido. Aos poucos, essa massa de verde e amarelo foi sumindo, até chegarmos ao ponto de não mais sabermos por onde ela anda, nem mesmo quando recentemente foi cassado o mandato de um dos políticos comprovadamente mais corruptos do Brasil, o ex-deputado federal do Rio de Janeiro, Eduardo Cunha.

Todavia, quando a ameaça de impeachment ou derrubada da presidenta eleita se tornou real, milhares de pessoas, principalmente vinculadas a movimentos sociais populares, com a participação dos sindicatos de trabalhadores, mas também de artistas, atores, cientistas sociais, estudantes, principalmente das universidades públicas, tomaram as ruas e, desde então, permanecem sem desistir de sua luta pela democracia, ou seja, contra o que chamam de “golpe”, e pela exigência de respeito aos resultados das últimas eleições, que deram a vitória à presidenta Dilma Rousseff.

O Brasil vive hoje um regime não-democrático com um presidente que subiu ao cargo de forma indireta, o vice Michel Temer, com um Ministério massivamente masculino, branco, empresarial, religioso, dentre os quais vários estão envolvidos em delações de presos da operação Lava-Jato. As políticas internacionais de ajuste do capital já iniciaram e a paz parece voltar a reinar nas ruas. A luta contra a corrupção não passava de uma intensa reação contra as políticas de esquerda ou os partidos de esquerda. Passou a parecer mais aceitável retornar ao poder os políticos com nomes “sujos” em delações ou em leis das “fichas limpas”, do que políticos de esquerda. O Brasil parece ter mergulhado às cegas nessa crise, apoiada por uma imprensa de massas tendenciosa, em uma aceitação passiva sobre a corrupção e uma criminalização doentia de movimentos sociais e militantes de esquerda.

E por que então, ressalto que a crise é nossa?

É nossa, porque tentamos juntar o ideal de esquerda com um Estado nacional que possui uma estrutura viciada: ela só pode ser de direita. No limite, houve algumas concessões que são transitórias e podem retroceder. Não existe meio termo. A prova disso é que um governo qualquer, do PSDB ou do PMDB, não sofre crises políticas, pois quaisquer das suas atitudes estão condizentes com a essência do Estado, com privilégios de classe construídos e mantidos até os dias de hoje. Nada a surpreender, pois estamos num sistema social capitalista, caracterizado pela existência de classes sociais que detêm os meios de produção, de um lado, e classes que só possuem a sua força de trabalho, de outro.

Os remanescentes de esquerda, dentro e fora do PT, que insistem em políticas de esquerda, que seguem tentando permanecer na esquerda e ocupar cargos no Estado, ao mesmo

tempo, esses é que estão em crise. Desde quando se instituiu que é preciso a governabilidade e as alianças, aqueles/as que ocupam cargos no Estado têm de escolher e, na maioria das vezes, são forçados a optar por atender o empresariado, iludindo-se que, assim, poderá sobrar alguma forma de negociação visando direitos dos trabalhadores. Por isso, estamos em crise desde quando tentamos juntar água com azeite. Interesses de grandes latifundiários do agronegócio com os interesses dos pequenos agricultores, se aparentemente pode haver uma mediação, estamos vendo que, de uma hora para outra, ela acaba. Pensamos que a conta de fazer políticas para os trabalhadores nunca viria. Pois bem, ela esteve em pauta e deu no que deu.

Não há crise na bancada ruralista, da União Democrática Ruralista (UDR). O Estado segue ao lado deles. Não há crise no Partido Progressista (PP), o Estado segue racista e discriminatório. Não há crise no PSDB, o Estado segue liberal, mais propriamente, neoliberal, conforme os caminhos que toma o capitalismo no mundo, apropriando-se, cada vez mais, do Estado, para exigir o direito a ampliar seus lucros. Com isso estou dizendo que nada mudou? Não, de modo algum. Muitas políticas aconteceram, foram incorporadas, entraram em pauta, em debate, houve movimentos, houve mudanças, houve contradições. Porém, em nada se rompeu com as verdadeiras amarras da estrutura estatal, sustentada por bases que garantem o mando daqueles que continuam mandando no mundo e determinando as relações político-econômicas do globo. E nem seria possível acreditar que apenas um país sozinho romperia com o capital e conseguiria manter-se.

A experiência vem nos mostrando que não existe socialismo em um só país. E talvez essa tentativa de mediação entre Estado e capital seja o fundamento da desilusão de muitos da esquerda, que tecem críticas ao PT e não apontam alternativas senão o rompimento com o capital. Contudo, se pensarmos outro Partido de esquerda, por exemplo, se o Partido Socialismo e Liberdade, o (PSOL) vencesse as eleições presidenciais, não restam dúvidas de que passaria pelos mesmos problemas, talvez até maiores considerando os seus preceitos.

Mesmo que este fosse um objetivo do governo Lula, ou seja, romper com o capital, não teria a estrutura necessária, primeiro porque os trabalhadores não tiveram a devida formação para incorporarem as forças necessárias para isso e, segundo, porque a reação do capital poderia ser de extrema violência e, terceiro, porque os países da América Latina estão sob o controle dos Estados Unidos, que dependem das suas matérias primas e do seu apoio para enfrentar as forças econômicas da China e da Rússia. Pode-se até pensar que tenham exercido sua influência para derrubar a presidenta Dilma Rousseff, visando quebrar a estrutura dos países que se uniram para fortalecer suas demandas frente aos Estados Unidos, criando os

BRICS, que se constituem pela participação do Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul⁷⁵. Pelo visto, estamos desde sempre diante de contradições. Essa ilusão idealista do “romper com o capital”, num país ocidental de filosofia liberal, como o nosso, ou mais propriamente neoliberal na atualidade, soa através da mídia de massas e dos instrumentos de dominação, como “Ditadura”, tal qual identificam Cuba pela televisão, embora o presidente norte-americano, Barack Obama tenha visitado, há pouco tempo, este país, que, pela intensa pressão que sofre e tendo perdido o apoio da Rússia, já não tem forças para manter-se isolado. Não estaria aí, uma alternativa inteligente, pois um rompimento isolado só faz sofrer a toda uma nação. Essa seria a parte mais imatura de uma esquerda brasileira idealista que insiste nisso, como se fosse cabível na prática.

Há uma série de contradições e de tarefas difíceis para a esquerda, hoje, seja partidária ou não, seja do partido que for. Muitos podem não concordar comigo, mas essa conta que estamos pagando é por termos acreditado que, sem mudanças estruturais no Estado, conseguiríamos por muito tempo contar com o espírito democrático do poder empresarial, associado ao poder daqueles que detêm o capital. Pois bem, a prova de que o capital não é democrático e não tem tanta paciência assim, veio no quarto mandato do PT, na figura de uma mulher, que perdeu seu posto sem prova alguma de qualquer tipo de dolo, infringindo, com isso, as leis do Estado democrático de direito que é o Brasil.

Assim, encerro esta análise trazendo outra contradição: o capital não está em crise. Aqueles que o detêm já contam com os seus ciclos e já sabem de quem tirar quando lucram menos que o previsto. Desde sempre. Quem está em crise somos nós que estamos a todo o momento reavaliando as situações, as conjunturas, os cenários, buscando saídas, buscando alternativas que não sejam idealistas ou extremamente futuristas, tentando encontrar fortalecimento prático para seguir lutando.

A Marcha Mundial das Mulheres, embora seja um Movimento Social independente de partidos, em conjunto com suas militantes, ao longo do processo de impedimento da presidenta Dilma Rousseff, retirou como posicionamento político a campanha contra o golpe, promovido pela extrema direita brasileira na figura de Michel Temer, com apoio do que se poderia considerar uma quadrilha, pelo número de denúncias e processos que recaem sobre o seu ministério. Além disso, desde muito, este Movimento também luta e insiste na Reforma Política no Brasil.

⁷⁵ Do inglês: South Africa.

ANEXO B

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Eu, (NOME) _____,
Carteira de Identidade _____ com CPF de número: _____,
residente no município/cidade de _____ na Unidade da
Federação _____, concordo em participar voluntariamente desta pesquisa.

Declaro que fui esclarecida, *de forma detalhada*, da pesquisa que tem como título: ***O EDUCATIVO NA CONSTRUÇÃO DA EMANCIPAÇÃO DA CLASSE TRABALHADORA NA MARCHA MUNDIAL DAS MULHERES: o processo de luta das mulheres no Rio Grande do Sul – Brasil*** que tem por objetivo geral: analisar, conhecer, interpretar e problematizar criticamente quais e como se dão as relações e correlações educativas existentes na luta das mulheres ativas na Marcha Mundial das Mulheres (MMM) no Estado do Rio Grande do Sul – Brasil. Fui esclarecida também a respeito do sigilo das informações coletadas e da possibilidade de desistência em qualquer circunstância da pesquisa.

Fui igualmente informada:

- de que não terei nenhum gasto pela participação no estudo;
- dos objetivos do presente estudo;
- da garantia de receber resposta a qualquer pergunta ou esclarecimento acerca dos procedimentos ou a outros aspectos relacionados à pesquisa;
- da afirmação de não ser identificada e de que as informações obtidas serão utilizadas exclusivamente para esta pesquisa;
- da liberdade de retirar meu consentimento a qualquer momento e deixar de participar do estudo a qualquer momento sem nenhum prejuízo à minha pessoa.

Esta pesquisa é desenvolvida por Ingrid Wink, aluna do curso de Doutorado em Educação, sob a orientação da Professora Dr^a Marlene Ribeiro. A pesquisadora é aluna deste curso pela Faculdade de Educação no Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, cuja sede está situada na Av. Paulo Gama, s/n, prédio 12201, 7º andar.

Qualquer esclarecimento pode ser obtido junto ao Comitê de Ética em Pesquisa da UFRGS pelo telefone: 3308.34.28.

Data: _____/_____/_____

Cidade: _____ dia: _____ mês: _____ ano: _____

Assinatura da Pesquisadora

Assinatura da Entrevistada

ANEXO C

Questões para a entrevista semiestruturada:

1. Nome completo, idade, local de moradia, profissão;
2. Participas de algum movimento social, além da Marcha?
3. Militas há muito tempo na Marcha? Consegues te recordar de quais as ações da Marcha já participaste?
4. O que é ser “militante” para ti?
5. Como conheceste e te tornaste militante da Marcha?
6. O que mais te chamou atenção para que fosses fazer parte desta militância; o que te moveu a conhecer mais a Marcha ou ajudar a tocar a Marcha?
7. Com qual temática da Marcha te identificas mais?
8. De modo geral, o que a tua família pensa sobre a Marcha e sobre a tua militância na Marcha ou em um movimento feminista?
9. Tu te consideras uma mulher feminista? O que é isso para ti?
10. Quando foi que te deste conta do teu feminismo?
11. A partir deste despertar feminista, o que mudou na tua vida/ rotina/trabalho?
12. Quais os limites que enxergas para a busca da igualdade no dia-a-dia, no cotidiano? E quais os limites que enxergas na luta das mulheres de forma mais ampla?
13. Que elementos consideras ter aprendido com a Marcha?
14. Que elementos tu consideras que podem ensinar os outros sobre o feminismo da Marcha?
15. Quais as políticas propostas pela Marcha que tu achas mais difíceis de serem incorporadas na realidade cotidiana da sociedade?
16. E quais as políticas propostas pelo feminismo da Marcha que consideras que, de certo modo, estão conseguindo ser incorporadas em debates e ações políticas no Brasil?
17. Sabes que a Marcha é um movimento do qual participam mulheres. Os homens, para a Marcha, podem ser parceiros, porém não na organização do Movimento. O que pensas sobre este método de organização?
18. O que significa emancipação humana para ti?

19. Tendo em vista a organização e auto-organização das mulheres na Marcha, o que consideras que um movimento social que é somente de mulheres pode contribuir para uma emancipação humana no mundo de hoje?
20. O que pensas sobre o fato da Marcha ser um movimento em rede, numa escala praticamente mundial? O que tiras de aprendizado desse feminismo em rede?
21. Existe algum debate ou assunto da Marcha em que tu, particularmente, discordas?
22. Tens filhos? Se sim, como narrarias brevemente a relação da criação deste(s) filhos com tuas atividades políticas e profissionais ao longo do teu caminho?
23. Se a resposta é sim, consideras que a educação que dás a ele(s) ou ela(s) seja feminista?
24. Sobre tua história e teu período escolar, consegues hoje identificar a educação escolar segregada e diferenciada entre educação para meninos e para meninas?
25. Qual a tua leitura sobre o feminismo da Marcha Mundial das Mulheres, tendo em vista que temos hoje muitos movimentos feministas?
26. O feminismo já te causou sofrimento? Poderias falar sobre isso?
27. O feminismo já te causou alívios ou confortos? Poderias falar sobre isso?
28. O que tu considerarias como “educativo” na Marcha Mundial das Mulheres?
29. Para ti, qual a importância dos movimentos sociais no Brasil hoje?
30. O que pensas ser necessário para que, enfim, “Todas Nós Sejam Livres”?
31. Conheces alguma (s) iniciativa (s) de mulheres que se juntaram para algum trabalho, fonte de renda, alguma frente de luta, associação, etc.?
32. O feminismo, numa realidade cada vez mais virtual, vem crescendo e é cada vez mais difundido. O que pensas sobre essa nova realidade diante da luta política cotidiana?
33. O que pensas sobre feminismo e classe social? Onde enxergas a Marcha nesse contexto?
34. O que é a felicidade para ti?
35. O que é a luta política para ti?
36. Quais são teus sonhos e utopias hoje?
37. O que significa a liberdade para ti?
38. Educação: o que é educação ou um processo educativo para ti?
39. Tu consideras uma educadora? Quando? Como?
40. O que é para ti ser mulher, militante feminista, no Rio Grande do Sul, no Brasil, e no ano de 2015?

APÊNDICES

Nota de repúdio ao PL 126/2013, manobra política para a aprovação do Estatuto do Nascituro*

Os movimentos feministas do RS repudiam com indignação o PL 126/2013, que busca instituir o Dia Estadual do Nascituro e a Semana Estadual de Defesa e Promoção da Vida. Compreendemos que o mesmo possui a intencionalidade de reverter os avanços no atendimento do abortamento legal, como no caso de estupro e fetos anencéfalos e nos casos de risco de vida da mãe.

O projeto indica o 8 de outubro como dia de comemoração, mas chama atenção para a escolha desta data e a proposta de primeira semana anterior a ele para a Defesa e promoção da Vida, pois tais datas já fazem parte da Campanha da Fraternidade da CNBB de 2013, criando uma associação entre direito e religião, que fere frontalmente o princípio da laicidade do Estado. A data conhecida como Dia do Nascituro, foi aprovada na 43ª Assembleia Geral da CNBB, realizada em 2005, e marca o encerramento da Semana Nacional da Vida, que sempre ocorre de 1º a 7 de outubro.

Conforme o ordenamento jurídico brasileiro, a existência do nascituro cria apenas uma expectativa de direitos que, se consumado o nascimento com vida, só então geraria personalidade civil. Diante disso, a existência do nascituro não pode superar a importância da vida de sua genitora, tanto isso é verdade que o Código Penal Brasileiro permite interrupção da gravidez nos casos que comprometem a integridade física e psicológica da mulher, reconhecendo que esta já possui uma vida plena de direitos e não uma expectativa de vida como aquele.

Este PL 126/2013 fere a dignidade das mulheres e brinca com a democracia, pois tenta camuflar sua real intenção. Todas nós sabemos que a tentativa de instaurar dias municipais e estaduais do nascituro constitui uma estratégia dos setores conservadores religiosos para aprovação, em nível nacional, de Projeto de Lei (PL 489/2007) que propõe instituir o Estatuto do Nascituro, proibindo a prática do aborto legal no Brasil, retirando a autonomia e o direito de decisão das mulheres.

O Estatuto do nascituro, em tramitação no Congresso Federal, passa a considerar sujeito pleno de direito o óvulo fecundado, ou seja, o organismo concebido e não nascido passa a ter mais direitos do que a mulher viva. Garantir definitivamente a vida desde a sua concepção inviabiliza a realização do aborto em qualquer hipótese, inclusive nos casos previstos desde 1940, no Código Penal. Tal projeto pretende ainda legalizar a violência sexual que as mulheres sofrem, principalmente o estupro, tornando inadmissível o aborto consequente desta violação e instituindo o pagamento de auxílio para sustentação do nascido até os 18 anos.

Mais do que a proposição de um dia para incentivar a não realização do atendimento legal ao aborto, seria importante elaborar projetos garantindo perspectivas de uma vida protegida e feliz após o nascimento em que a criança não fosse legada ao abandono, às ruas, à exploração e abuso, só lhes sobrando como opção o ato infracional e o confinamento em instituições, ditas de acolhimento.

Por fim, entendemos que o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), já é uma lei completa de atenção à criança, desde o nascimento, e prevê, em seu primeiro capítulo, atenção

integral à criança e ao adolescente, respeitando a sua condição peculiar de pessoas em desenvolvimento. Assim, todas as pessoas com até 18 anos gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade.

Assim, entendemos que a proposta que institui o Dia Estadual do Nascituro e a Semana Estadual de Defesa e Promoção da Vida deve ser rechaçada, pois ela significa mais um ataque opressor, conservador e machista que reflete a omissão do poder legislativo diante do aborto como elemento de preservação da vida das mulheres e de garantia da autonomia. O projeto, ainda, se omite diante da situação de violência vivida pelas mulheres e as consequências do estupro que tem atingido números alarmantes em nosso país.

O avanço rumo à aprovação de PLs que têm em sua intenção a aprovação pelo Congresso do chamado “Estatuto do Nascituro” deve ser visto como ameaça aos direitos das mulheres. Nele, estão reunidas as pautas mais retrógradas e de submissão, ostentadas pelo patriarcado e pelas instituições que o perpetuam ao longo dos séculos: o controle sobre o corpo das mulheres, a institucionalização da violência sexual e o domínio sobre o destino e a vida das mulheres.

Fórum Estadual de Mulheres do Rio Grande do Sul:

Ação da Mulher Trabalhista – AMT, Associação Ilê Mulher, Campanha Ponto Final, Central dos Trabalhadores e das Trabalhadoras do Brasil – CTB/RS, Central Única dos Trabalhadores e das Trabalhadoras CUT/RS, Coletivo Divergentes, Coletivo Feminino Plural, Coletivo de Mulheres de Bagé, Coletivo de Mulheres de Montenegro, Centro de Estudos Ambientais – CEA Pelotas, Cpers Sindicato, CUT Regional dos Vales do Rio Pardo e Jacuí, Federação das Mulheres Gaúchas, Federação dos Bancários – Fetrafi/RS, Federação das Trabalhadoras em Saúde RS, Federação das Trabalhadoras no Comércio RS FECOSUL, Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar, Fórum Gaúcho em Defesa das Liberdades Laicas, Juntas, Levante Popular da Juventude, Liga Brasileira de Lésbicas RS, Mais que Junto, Marcha das Vadias, Marcha Mundial das Mulheres, Movimento de Mulheres Camponesas do RS, Movimento de Mulheres Marlene Martini Carneiro, Movimento de Mulheres Socialista PSB/POA, Mulheres Rebeldes, Associação de Mulheres Multiplicar, Núcleo de Jornalistas pela Igualdade de Gênero, Rede Nacional Feminista de Saúde Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos, Secretaria de Mulheres da CTB RS, Secretaria de Mulheres do PT, Semapi Sindicato, Sindicato dos Bancários, SERGS, Sindipetro, Sindisaúde, Sindisepe, Sintrajufe, Themis, UEE – Livre, União Brasileira de Mulheres.

*Foi aprovada esta Moção, por unanimidade, na Conferência Nacional Livre de Educação e Gênero, em Brasília/DF, em 12 de novembro de 2013.

NOTA Disponível em www.mmm-rs.blogspot.com

Mais um Be-a-bá da Cultura do Estupro

Karina Morais*

Desde que nascemos somos orientadas a naturalizar as opressões de gênero e a nos responsabilizarmos por toda e qualquer violência que nos acometa. Nos mandam fechar as pernas antes mesmo que nos compreendamos, enquanto sujeitos, para domesticar nossos corpos e porque nossas fraldas também são atraentes a muitos homens (cruelmente não estou

sendo irônica). Somos educadas a acreditar que nossa vestimenta, nosso vocabulário, a cor do nosso batom ou os horários que frequentamos os espaços públicos são aspectos que autorizam as agressões. A vítima é culpabilizada, ao passo em que também se sente culpada por não ter seguido à risca as convenções sociais e os limites da tolerância.

Territorializam e coisificam nossos corpos, somos socializadas enquanto mercadorias. As novelas, o carnaval, as propagandas de cerveja (e não só as de cerveja), a indústria cosmética, o turismo e os concursos de beleza reiteram isso e, cruelmente, somos habituadas a aceitar e a reproduzir discursos que corroboram com nossas próprias opressões. É interessante para a manutenção da hierarquização de gênero que, por sua vez, responde aos interesses do capitalismo. A busca insana por justificar as violências contra as mulheres – e aqui enfatizo os abusos sexuais – visa o controle sobre nossos corpos, nosso comportamento e nossa mobilidade no espaço público. A culpabilização da vítima é, sobretudo, uma ferramenta de dominação, de manutenção do poder. E quando eu digo: de violência, me refiro para além das violências físicas, e esta, por sua vez, são agravantes das psicológicas e simbólicas, que incluem as cobranças sexuais nas relações afetivas, a ideia de posse na monogamia, as piadas sempre “inocentes” e o assédio na rua, que nos fazem caminhar olhando para os pés.

Ainda que se trate de um legado histórico, o sistema capitalista está intimamente ligado a essa atribuição de papéis sociais, que se vale do controle de nossos corpos. Essa base social, organizada verticalmente por homens e para os homens, não é uma criação exclusivamente desse sistema, mas o capitalismo a reinterpreta de acordo com seus interesses e conjunturas. Quando falamos de estupro, devemos compreendê-lo enquanto mais uma das tantas consequências de uma estrutura social e, por isso, parte de uma cultura, visto que se trata de uma lógica enraizada, propagandeada e naturalizada.

Segundo a Secretaria de Políticas para Mulheres, a cada 12 segundos uma mulher sofre violência no Brasil, e a cada 1h30 uma delas é morta, vítima de feminicídio. Isso significa que nos 60 minutos que decorreram enquanto eu escrevia esse texto, cerca de 300 mulheres foram agredidas fisicamente. Pasmem: trezentas! Segundo o último Mapa da Violência – publicado em 2015, cotejando dados levantados até 2013 – o Brasil é hoje o 5º país que mais mata suas mulheres! O Ministério da Saúde registrou que, em 2012, o SUS recebeu em média duas mulheres por hora com sinais de violência sexual. Isso sem contar o sistema privado de saúde e, claro, sem contar as que não registraram qualquer tipo de queixa, seja por medo, descrença ou vergonha. Os números são alarmantes!

No ano passado foi desarquivado o Estatuto do Nascituro. O Estatuto obriga a mulher a manter a gravidez mesmo em caso de estupro, transforma o aborto em crime hediondo e prevê uma pensão que seria custeada pelo Estado ou, caso identificado o agressor, o mesmo arcaria com a pensão da criança. Afinal, “pai é pai”, né? Vejam que curioso, o mesmo autor do Estatuto do Nascituro protagoniza ainda outro Projeto de Lei, em que proíbe a distribuição e venda das pílulas do dia seguinte. Percebem o quanto a tal “Cultura do Estupro” se fundamenta institucionalmente ao passo em que coíbe nossa autonomia?! Ou preciso ainda lembrar que os mais influentes jornais SEMPRE veiculam nossas denúncias como “suposições”?! Ou ainda que as mais influentes universidades, públicas e privadas, mantêm impunes seus alunos agressores?!

Confesso que este texto tem por impulso o ocorrido com a jovem de 17 anos, abusada sexualmente por 33 homens. São 33 homens que, ao atacar essa menina, atacou a todas nós. Eu poderia, no entanto, me prolongar por páginas a fim de embasar o que escrevo estatisticamente, cruzando dados que demonstrem que tudo o que aponto não se trata de casos isolados, mas de uma atroz realidade que nos mantém em estado de alerta 33 horas por dia. Por ela, por mim e por todas, para além de refletirmos sobre o caso – que é importante e

necessário – faço um apelo para que reflitamos o quanto isso tudo está incutido em nosso cotidiano e o quanto temos por responsabilidade recriar uma sociedade onde não haja espaço para a recorrência de histórias como essa. Nós, mulheres feministas, nos recusamos a assistirmos inertes esse arraigar das violências e lutamos por um mundo onde não precisaremos mais nos perguntar quem ou quando uma de nós será violentada. Chega de disputar o ranking na matança de mulheres!

*Karina Morais é militante da Marcha Mundial das Mulheres em São Paulo.

Disponível em www.mmm-rs.blogspot.com

Declaração internacional da Marcha Mundial das Mulheres contra o golpe no Brasil

O mundo inteiro assiste com raiva e tristeza o assassinato da democracia e da justiça no Brasil.

No último dia 17 de abril foi retransmitida desde a Câmara dos Deputados e em tempo real, a votação de abertura de processo de impeachment contra a Presidenta do Brasil Dilma Rousseff. Com argumentos baseados no desenvolvimento, na fé e nos valores tradicionais da família, muitos deputados estavam votando contra Dilma.

Legalmente este ato foi justificado com base em supostas acusações de violação da lei orçamentária e da lei de responsabilidade fiscal assim como de corrupção, sobre as quais não existem provas.

Com horror, soubemos no último dia 12 de maio que o Senado reafirmava o impeachment, levando ao afastamento de Dilma do governo durante 180 dias (período durante o qual se realizará a investigação). Com isso, o vice-presidente Michel Temer assumiu como Chefe do Estado e do Governo.

No Brasil, não está aberto um processo de impeachment: estamos presenciando um golpe de estado, disfarçado de legalidade. Trata-se de um golpe neoliberal, racista, patriarcal e lesbofóbico (ou heteronormativo), dos mercados contra o povo. As oligarquias e as elites econômicas, financiadas pelo capital transnacional, decidiram impor seu poder já que não puderam obter a vitória pelo voto.

O povo deu a Dilma mais de 54 milhões de votos porque não aceita o projeto golpista.

O chicote da direita mais radical não pôde esperar. Temer está em poder há menos de quatro dias e já apagou de uma só vez os avanços progressistas e as principais conquistas políticas do Partido dos Trabalhadores, eliminando os Ministérios da Cultura, das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos, do Desenvolvimento Agrário, a Controladoria Geral da União, e ainda juntou os Ministérios da Previdência Social com a Fazenda. Temos presenciado como compôs seu governo e seu gabinete exclusivamente com ministros homens, brancos e velhos. E como a polícia já está usando a violência e a intimidação para reprimir os protestos que inundam as ruas de todas as cidades do Brasil.

O presidente ilegítimo já está anunciando a volta das políticas de ajuste estrutural (como o fim da política de valorização do salário mínimo, que tanto tem contribuído para a redução das desigualdades salariais), assim como uma reforma do sistema da Previdência Social.

Na política externa suas primeiras manifestações revelam um abandono da cooperação com América Latina, África e os BRICS, por considerá-la “ideologizada”.

No horizonte, vislumbram-se os tratados de livre comércio com os Estados Unidos e a União Europeia, assim como a privatização das empresas estratégicas.

Já há muito tempo vimos sentindo a crescente pressão da direita conservadora e neoliberal sobre os governos progressistas de toda a América Latina. Estes ataques ao povo são cada vez mais evidentes, e agora inclusive, podemos por nome e cara a seus executores, porque agora os golpes de Estado se vestem de falsa democracia e de justiça.

Como sujeitos políticos não vamos ficar indiferentes diante deste ataque à liberdade e à democracia. Assim, em aliança com outros movimentos sociais, brasileiros e internacionais, saímos às ruas para denunciar a ditadura da direita.

Nós, mulheres militantes da Marcha Mundial das Mulheres:

– Rechaçamos veementemente o golpe midiático-jurídico executado contra a democracia, assim como toda a violência patriarcal que é exercida contra a Presidenta Dilma

– Chamamos nossas companheiras de todo o mundo a exigir de seus governos que se posicionem firmemente contra o golpe no Brasil e a que não reconheçam o presidente em exercício Temer assim como qualquer outro indicado pelos atores do processo de impeachment.

– Pedimos que organizem ações públicas, escrevam cartas e mensagens aos meios de comunicação e ministérios de assuntos exteriores de seus países para:

1. Manifestar o repúdio ao golpe que ocorreu no Brasil no dia 12 de maio de 2016.
2. Exigir o imediato retorno da institucionalidade democrática do país, que inclui a recondução incondicional da Presidenta legítima Dilma Rousseff
3. Exigir a anulação do falso processo de impeachment em curso no Brasil
4. Denunciar o apoio e a cumplicidade de organismos de inteligência norte americanos no golpe.
5. Exigir da presidência dos Estados Unidos, dos países da União Europeia e demais países que integram a OCDE – Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico – , uma posição contundente contra o golpe no Brasil, o que inclui a interrupção imediata de todo tipo de cooperação militar, diplomática e econômica.
6. Pedir a seus parlamentares que aprovem moções de denúncia e repúdio ao golpe no Brasil.

A solidariedade e a força de todas as militantes da Marcha Mundial das Mulheres está neste momento apoiando a luta de nossas companheiras no Brasil.

Em marcha sempre, companheiras!

<http://www.marchamundialdasmulheres.org.br/declaracao-internacional-da-marcha-mundial-das-mulheres-contr-o-golpe-no-brasil/>

English: http://www.marchemondiale.org/index_html/en

Español: http://www.marchemondiale.org/index_html/es?set_language=es&cl=es

Français: http://www.marchemondiale.org/index_html/fr?